

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO**

1 9 5 0

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Fundado em 1.º de Novembro de 1894

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:

Dr. AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY

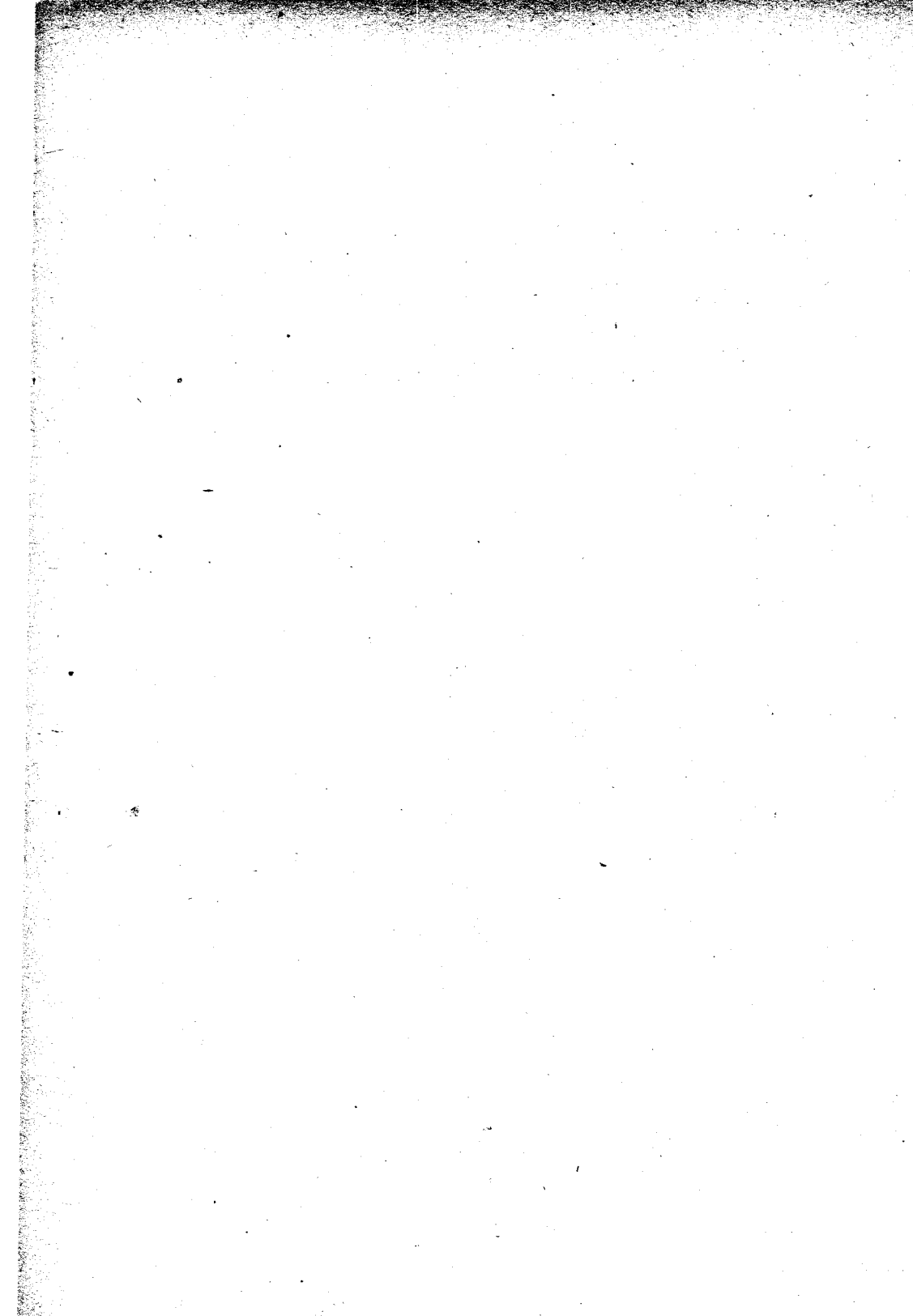
Prof. NICOLAU DUARTE SILVA

Dr. JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO

VOLUME XLV



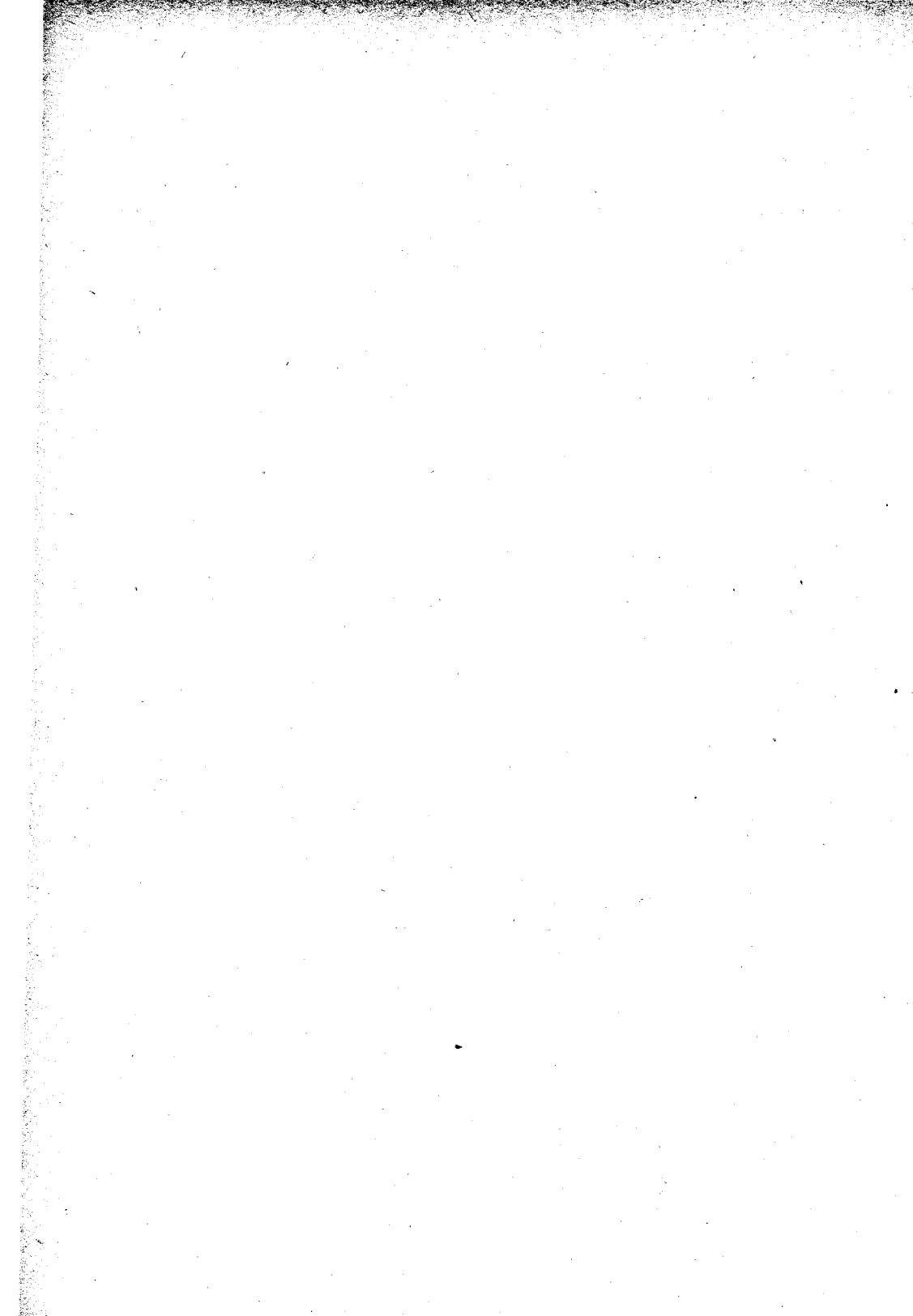
EDIÇÃO SUBVENCIONADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO

DIRETORIA
(Triênio de 1948 - 1950)

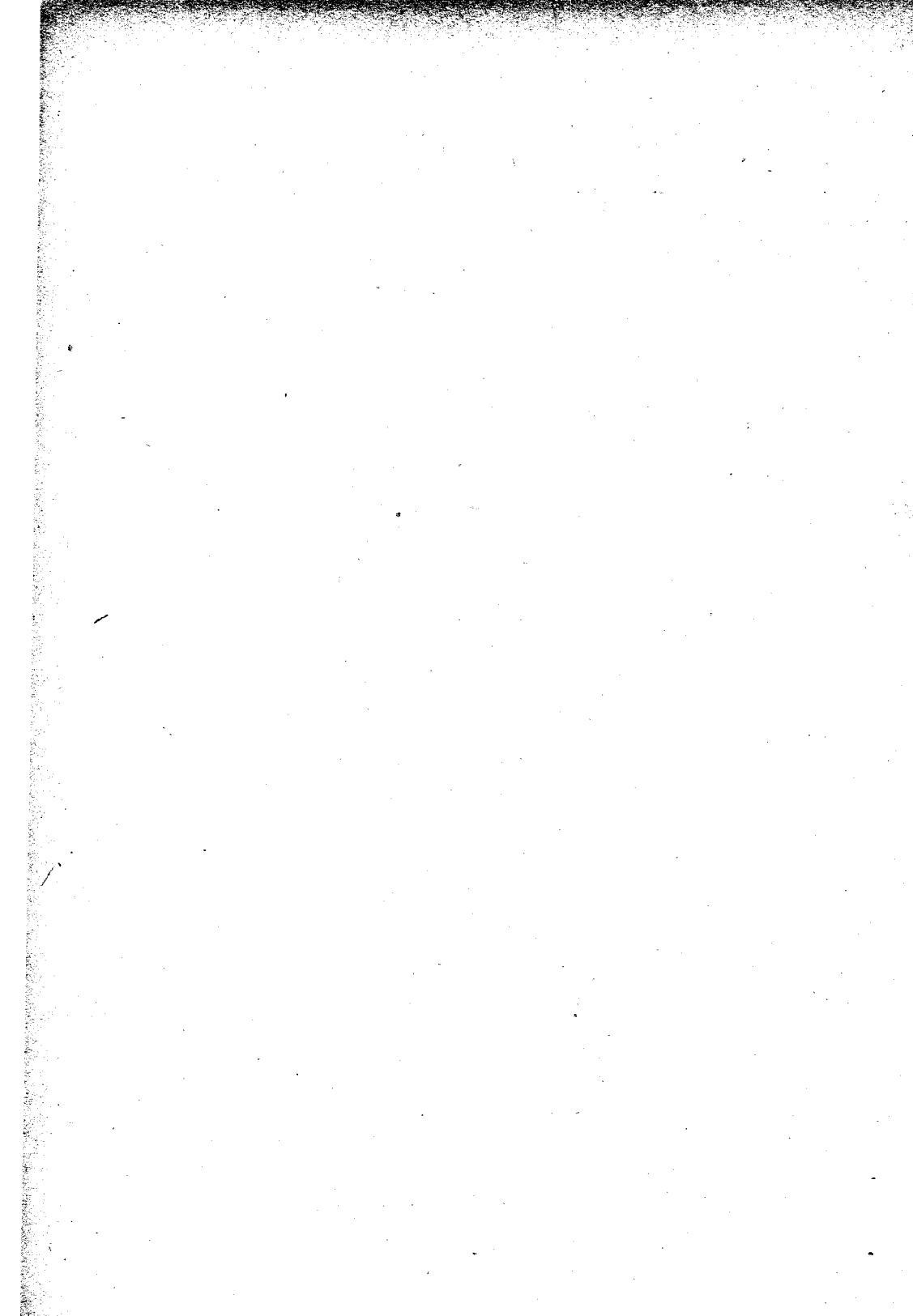
Presidente Honorário ...	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente Perpétuo	Dr. José Torres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos
2.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura
1.º Secretário	Prof. Dr. Carlos da Silveira
2.º Secretário	Sr. Amador Bueno Machado Florence
3.º Secretário	Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretário	Prof. Alfredo Gomes
1.º Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
2.º Tesoureiro	Sr. Roberto Carregal Pompilio Tayler
1.º Orador Oficial	Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador Oficial	Dr. Aureliano Leite



COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio de 1948 - 1950)

- COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS — Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos e Professora Dra. Alice Piffer Canabrava.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA "REVISTA" — Prof. Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Prof.^a Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Dr. Antônio Augusto de Meneses Drumond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. Gastão Ferreira de Almeida e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Prof.^a Francisca Pereira Rodrigues.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Dr. Mário de Sanctis, Dr. Roberto Thut e Prof. Alfredo Gomes.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brotero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.
- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Airosa e Prof. Dr. Jorge Bertoloso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Roberto Thut, Dr. Enzo Silveira e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pereira e Cel. Luís Tenório de Brito.
- COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga.
- COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Fazzio e Dr. Cândido de Souza Campos.



Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao seu Presidente Honorário

DR. AFONSO DE E. TAUNAY

A homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, ao seu Presidente Honorário Dr. Afonso de E. Taunay, pela sua aposentadoria no cargo de Diretor do Museu Paulista, tem um fundamento mais significativo que a simples enumeração de suas múltiplas atividades desenroladas cerca de quarenta e sete anos de sua brilhante atuação docente, como lente da Escola Politécnica de S. Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo e no cargo exercido ultimamente, durante vinte e nove anos.

Sua valiosa obra de investigador e estudioso tem uma fonte inesgotável e sempre ativa, na função de sua inteligência e vontade. Seu talento e a formidável capacidade de trabalho revelada em suas obras, sua nobreza de espírito e sua honestidade moral e intelectual, postos a serviço de um alto labor, são os pilares sobre os quais repousa sua vigorosa personalidade, que do alto de mais de cinco décadas de fecunda produção histórica e literária, se nos mostra o paciente e beneditino trabalho de uma vida espiritual dedicada ao estudo da História do Brasil e principalmente de S. Paulo.

O labor histórico do Dr. Afonso de E. Taunay o consagrou, desde moço, como um dos valores intelectuais mais representativos de sua geração. Suas primeiras obras publicadas já revelavam o estudioso de nossa história, empenhado em buscar rumos novos para explicar o processo histórico da formação da sociedade brasileira, através da evolução cultural paulista. Como historiógrafo escreveu "A História Geral das Bandeiras Paulistas", em dez volumes; a "História do Café", em quinze volumes; publicou doze volumes dos "Anais do Museu Paulista", a "História Seiscentista de S. Paulo", em quatro volumes, sem contar a variedade de trabalhos contidos nas rubricas: Ficção, História do Brasil, História de S. Paulo, História da Cidade de S. Paulo, História da Literatura, da Ciência e da Arte no Brasil,

Linguística, Assuntos Científicos, Traduções, Reedições Comentadas de Obras Clássicas, num total de mais de cem volumes.

E' membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de todos os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, da Academia de História de Portugal e da "American Historical Association", com sede em Washington, Estados Unidos, da qual fazem parte os dez historiadores seguintes: Afonso de E. Taunay, Brasileiro; Albert Frederick Pallard, Inglês; George Macaulay Trevelyan, Inglês; Pierre Caron, Francês; George Mac Kinnon Wrong, Canadense; Rafael Altamira y Cerece, Espanhol; Johan Huizniga, Holandês; Domingos Amuñetegui Solar, Chileno, Aage Fritz, Dinamarquês e Hu Shih, Chinês, eleitos no decorrer de 1944.

Se valiosa é sua obra de investigador e publicista, não o é menos a de historiógrafo, porque assinala uma renovação na pesquisa dos textos históricos, sob o ponto de vista científico. E daí seus dias de labor intenso, luminoso e fecundo revelarem o sincronismo de sua vida com sua obra, ambas consagradas à historiografia nacional e paulista.

Por isso mesmo esta revista publica a comunicação enviada ao Mestre do Bandeirismo Paulista, pelo secretario da "American Historical Association" e o decreto-lei n.º 15.243, de 1.º de dezembro de 1945, que aposentou o Dr. Afonso de E. Taunay, com o título de *Servidor Emérito*, quando o Embaixador José Carlos de Macedo Soares exercia o cargo de Interventor Federal em S. Paulo. A publicação deste documento na íntegra, nas páginas da Revista, decorre do pedido feito em sessão do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, pelo Prof. Tito Lívio Ferreira e deferido pelo presidente perpétuo do sodalício, Dr. José Torres de Oliveira, em conformidade com a aprovação unânime dos sócios presentes. E a Comissão de Redação da Revista ao passar para suas páginas esses documentos, homenageia por esta forma o Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA

American Historical Association

Organized: 1884 — Incorporated by the Congress — 1889

General Offices: Library of Congress Annex Study Room 27th —
Washington D.C. Guy Stanton Ford: Executive Secretary

January 27, 1945

Señor Affonso de Escragnolle Taunay

Director of the Paulista Museum

São Paulo, Brazil

Dear Señor Taunay

It is with profound pleasure that I notify you that at its meeting in Chicago on December, 28, 1944, the American Historical Association elected You to honorary membership.

It was for years the custom of the Association to confer this distinction on a small group of foreign scholar but in recent years, with the death of earlier scholar who held this distinction such as Dr. Leopold von Ranke of Berlin, the Right Reverend Dr. William Stubbs, Bishop of Oxford, Dr. Samuel Rawson Gardiner, also of Oxford, Dr. Theodor Mommsen, of Berlin, and the Right Honourable James Bryce, British Ambassador in the United States for so many years, the custom had lapsed.

In 1943 the ranks were opened again by the election of Benedetto Croce. The Association at its meeting on December, 28 1944, voted unanimously to extend the list and by the same vote included you as one whom we were delighted to honour among those selected at that time.

I should be happy to be able to inform the members of the Association through its organ, *The American Historical Review*, of your willingness to accept that honour

Sincerely

(a) *Guy Stanton Ford*
Executive Secretary

TRADUÇÃO

Washington, 27 de janeiro de 1945

Caro Senhor Afonso de Escragnolle Taunay

É com profunda satisfação que lhe partícipo que, em sua assembléia de 28 de dezembro de 1944, em Chicago, a Associação Histórica Americana elegeu-o seu membro honorário.

Durante anos foi de praxe da Associação conferir esta distinção a um pequeno número de eruditos estrangeiros. Mas nos anos mais próximos, com a morte de antigos eruditos que haviam merecido tal distinção — tais como o Dr. Leopoldo von Ranke, de Berlim, o Rev. Dr. Guilherme Stubbs, Bispo de Oxford, o Dr. Samuel Rawson Gardiner, também de Oxford, o Dr. Theodoro Mommsen de Berlim e o Exmo. Sr. James Bryce, Embaixador britânico nos Estados Unidos por tantos anos, ficara tal praxe abandonada.

Em 1943 foram reabertos os preenchimentos com a eleição de

Benedetto Croce. A Associação em sua assembléia de 28 de dezembro de 1944, votou, unânimemente, aumentar o rol e com o mesmo voto incluir a sua pessoa na lista daqueles a quem nos seria agradável homenagear entre aquêles que na ocasião haviam sido eleitos.

Muito me alegrará poder informar aos membros da Associação, através de seu órgão *The American Historical Review*, de sua boa vontade em aceitar tal distinção.

Sinceramente

(a) *Guy Stanton Ford*
Secretário Geral

CÓPIA DO DECRETO-LEI

DECRETO-LEI N. 15.243, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1945

Eleva padrão de vencimento e dispõe sobre a aposentadoria de Afonso de Escragnolle Taunay, e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das suas atribuições,

considerando que o senhor Afonso de Escragnolle Taunay exerce funções públicas há mais de quarenta e sete anos, como lente da Escola Politécnica de São Paulo e nos últimos vinte e nove anos como Diretor do Museu Paulista e seu anexo, o Museu Republicano Convenção de Itu;

considerando que o referido funcionário, além de prestar ao Estado, por tão longo tempo, bons serviços no exercício de suas funções, é credor da sociedade em geral por trabalhos como homem de letras e cultor da História Pátria;

considerando que dedicou grande parte de sua vida a pesquisas dos fastos da história de São Paulo e dos paulistas, e a do Brasil;

considerando mais que, como resultado de tais pesquisas, publicou vasta obra de literatura histórica em variadas modalidades, obra essa que veio enriquecer o nosso patrimônio cultural;

considerando ainda que, entre êsses trabalhos, se incluem alguns da maior relevância, tais como as contribuições para os Anais e a Revista do Museu Paulista. História do Café do Brasil, Biografia de Bartolomeu de Gusmão, História da Vida e da Cidade de São Paulo, e sobretudo a notabilíssima obra História Geral das Bandeiras Paulistas;

considerando que, além disso a sua atividade criadora se exercera

também no campo da literatura geral, valendo-lhe tudo isso as honrosas distinções de membro das Academias de Letras Brasileira e Paulista, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

considerando finalmente que, por tudo isso, faz jus ao reconhecimento da sociedade a que serviu como um dos expoentes de sua cultura e do Estado, de que foi dedicado e excepcional servidor.

Decreta:

Artigo 1.º — Fica fixado no padrão S o vencimento do cargo de Diretor, padrão N, da Tabela I, da Parte Suplementar do Quadro Geral a que se refere o Decreto-lei n.º 14.138, de 18 de agosto de 1944, lotado no Museu Paulista.

Artigo 2.º — Fica aposentado nesse cargo, nos termos do artigo 194 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado (Decreto-lei n.º 12.273, de 28 de outubro de 1941, o seu atual ocupante, o eminente cidadão e notável homem de letras, Afonso de Escagnolle Taunay, cujos proventos ficam fixados em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, sem prejuízo das vantagens em cujo gozo se encontra, e que, por lei, se considerem incorporadas ao vencimento, para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único — O Departamento do Serviço Público expedirá ao interessado o título correspondente à aposentadoria que lhe é concedida por este Decreto-lei.

Artigo 3.º — Ao funcionário de que trata este Decreto-lei, e a que é concedido o título de Servidor Emérito, fica assegurado o direito de continuar, no Museu Paulista, os trabalhos de sua especialidade, com as prerrogativas concedidas aos demais funcionários técnicos daquela instituição facilitando-se-lhe os meios de ação necessários e reservando-se-lhe, para esse fim, acomodação e instalações condignas.

Artigo 4.º — As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 1 de dezembro de 1945.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Francisco Morato
Cássio Vidigal
A. Almeida Júnior

Pedro A. de Oliveira Ribeiro Sobrinho
Cristiano Altenfelder Silva
Antônio Cintra Gordinho
Edgard Baptista Pereira

Publicado na Diretoria da Secretaria da Interventoria, em 1 de dezembro de 1945.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral

O Pátio do Colégio e a sede do govêrno de São Paulo

Cel. Luís Tenório de Brito

Voltou a imprensa desta capital a falar sôbre o plano urbanístico que o Sr. Prestes Maia, digno Prefeito de São Paulo, destinou ao Pátio do Colégio. Dêsse plano, quanto se conhece, é o que S. Exa. mesmo se dignou adiantar aos "Amigos da Cidade", há cêrca de quatro anos, em carta publicada pelos jornais da época. Consistirá êle na construção, no local do antigo Palácio do Govêrno, que será arrazado, de um mirante público, donde o viajante curioso possa alongar a vista sôbre as planícies do Brás e da Moóca, pontilhadas de fábricas e parte de Santana. Outras faces da grande metrópole não serão da mesma forma abrangidas com o olhar, dada a conformação topográfica da cidade. Assim, valerá a pena por tão pouco o imenso sacrifício que se pretende impor à colina sagrada? Exatamente ao local onde São Paulo nasceu? Como obra de arte ou de utilidade tem o público suas dúvidas sôbre o seu valor.

O que se há feito, no gênero, nestes últimos anos em São Paulo, não recomenda muito otimismo. Felizmente pouca tem sido a produção... Haja vista o que ocorre com a galeria "Prestes Maia". Sem os elevadores que trariam os passageiros do Anhangabaú à Praça do Patriarca, o esforço que se exige da multidão que obrigatoriamente dela se utiliza, chega a ser humano. Para os velhos, os débeis, os cardíacos, as escadarias que se sucedem no longo trajeto são como que os degraus das antecâmaras da morte.

Por outro lado os "abrigos" que se estão erguendo por aí, em zonas de maior aglomeração popular, nos pontos de bondes e de ônibus, inestéticos e inúteis, se de nada servem como amparo à soalheira e à chuva que lhes invade a área coberta pelos lados, têm a vantagem no entanto de mostrar, sob o ponto de vista artístico, o que será o futuro mirante do Pátio do Colégio... Parece que já estamos vendo altear-se espaço a fora esguias tórres servidas por escadás-caracol, quais minaretes muçulmanos com os seus muezins chamando os crentes à oração...

Se o que o ilustre governador da cidade deseja é proporcionar ao público ou ao observador estrangeiro uma visão ampla sôbre a urbe, então procure outro local. A esplanada do Morro dos Ingêleses por exemplo, como ponto central, Santana ou Morumbí mais afastados. De qualquer dêsses lugares os horizontes que se apresentam são muito mais extensos do que aquêle que se observa do Pátio do Colégio donde estreito, em relação à vastíssima área construída de São Paulo, é o panorama que hoje se obtém. Melhor fôra pois que se pusessem de lado mirantes e minaretes, tórres e quejandos e que se voltasse a conferir à colina sagrada o seu destino histórico, isto é: a faculdade que ela sempre teve de dirigir São Paulo. Porque, minhas senhoras e meus senhores, São Paulo sempre dali foi governado. Desde a tejudaba, erguida por Tibiriçá e que naquela manhã benfazeja de 25 de Janeiro de 1554 protegeu os filhos da Cia. de Jesus quando rezaram a primeira missa no planalto piratiningano, momento êsse que simbolizou a fundação da grande cidade de hoje, até mil novecentos e trinta e tantos, a voz de comando de São Paulo sempre dali partiu. É uma tradição de 380 anos de existência que reclama o direito que lhe assiste de continuar na direção do glorioso Estado. Ao chegar a estas alturas do meu humilde trabalho, não posso furtarme ao impulso que me impele de transcrever o pensamento de Mariano de Vedía Y Mitre, antigo Prefeito de Buenos Aires, que resume um evangelho de patriotismo, aplicado a qualquer povo. Disse o eminente administrador:

— “Solo los pueblos que conocen el camino recorrido por sus antepasados, pueden proseguir con paso seguro aluminaados por la luz de la Historia, el camino de la vida, en el presente y el futuro” —

É pois com o espírito voltado para o nosso grande passado e para os vultos notáveis que o percorreram, fertilizando-o com o exemplo de suas excelsas virtudes que vou tentar justificar o que sôbre o título dêste meu trabalho já adiantei.

Fundada a povoação pelos jesuítas, com êles ficou, como é óbvio, a responsabilidade civil na vida do núcleo recém-estabelecido, isto até 1562 quando se verificou a instalação aqui do Conselho de Santo André da Borda do Campo por efeito de pura e simples transferência dos seus membros, segundo as luminosas conclusões a que acaba de chegar o nosso eminente 1.º Secretário, professor Tito Lívio Ferreira no seu “Gênese Social da Gente Bandeirante”. Aliás foi êsse ano de 1562 de grandes apreensões para os poucos habitantes do nascente vilório.

As constantes ameaças dos índios confederados, guaianazes, carijós e tupis transformaram-se em realidade e o ataque se verificou a 10 de

julho. Os esforços conjugados de todos fizeram falhar o temeroso golpe. E' que, segundo Washington Luís, página 13 de "Capitania de São Paulo:

— "De costas para o Tamanduateí, erguia-se, de taipa feito, o colégio dos jesuítas, enciumado a vigiar a povoação que tinha gerado e cujos primeiros passos tinha guiado" —

Este esforço conjugado entre religiosos, oficiais da Câmara e moradores em geral, ditado talvez pela idéia de salvação comum e graças ao qual foram mais tarde os tamoios repellidos nas suas sucessivas investidas de 1590, 93 e 94, assegurou a unidade territorial e social do Brasil. Pois que enquanto a vida rude do planalto se desenvolvia, escreve Taunay, o mestre insigne:

— "Acumulando atribuições, como principal poder existente na restrita vila, tanto legislava a Câmara de S. Paulo sobre questões políticas administrativas e financeiras, como sobre assuntos policiaes e providências higiênicas." —

Era o exercício do govêrno, na sua mais ampla acepção. Sua sede era nos mesmos sítios onde se assentava o Colégio e de onde Câmara e povo, irmanados, presidiam e por vêzes juntos compartilhavam nos dramáticos lances que agitaram a povoação. Assim foi com o primeiro banimento dos jesuítas em 1640; também por ocasião da aclamação de Amador Bueno rei de São Paulo, em 1641; ou quando da partida de numerosas bandeiras que em épocas diversas levaram as divisas territoriais do Brasil até onde hoje se encontram, ou ainda quando das expedições organizadas por Anchieta e Raposo Tavares, para expulsão dos franceses e holandeses do solo pátrio.

O Dr. Washington Luís identifica o local onde residiram os capitães-generais, Governadores de São Paulo.

— "Chegando a São Paulo, diz o erudito historiador, obra citada, Rodrigo César de Menezes foi residir nas casas de d. Simão de Toledo Piza, nas quais costumavam a assistir os seus antecessores quando passavam por esta cidade. Essas casas, então alugadas e mais tarde compradas pela metrópole, deveriam estar situadas na hoje rua do Carmo e na rua da Fundação, atual Floriano Peixoto, vizinhando o colégio dos jesuítas. Era aí o Palácio do governador" —

Com a expulsão definitiva dos jesuítas, levada a efeito por Pombal em 1759 e o confisco dos bens da Companhia, passou o govêrno a ter sede, com o Morgado Mateus, no proprio Colégio, aí permanecendo até seu injustificado abandono, há 6 ou 8 anos. Como foi possível tal coisa acontecer? Ninguém o sabe. Acredito mesmo que

o próprio autor do atentado contra a maior tradição paulista, interrogado, não responderia satisfatoriamente sobre o móvel que o levou a tão funesto resultado. Falta de vocação talvez para o desempenho dos graves misteres impostos ao homem de governo. O homem de governo é um predestinado. Nasce estadista como o outro nasce poeta, músico, pintor, escultor. E são, então, os Rodrigues Alves, os Castro Alves, os Carlos Gomes, os Pedro Alexandrino, os Bernardeli. À educação adequada cabe o importantíssimo papel de modelar-lhe as tendências, de orientar-lhe a vocação. Destarte livres estaríamos nós os governados das surpresas desagradáveis que as improvisações acarretam, das experiências nem sempre salutares.

Este o caso da mudança da sede do governo de São Paulo da colina histórica para região da capital destituída de qualquer partícula de prestígio nos fastos do nosso glorioso passado.

Há dias lia-se no "Correio Paulistano" curioso tópico em que, na defesa ingrata da extravagante idéia da construção de mirantes no Pátio do Colégio, disse o autor:

"A igreja do Colégio desapareceu há muitos anos e o atual edifício da Secretaria da Educação e Saúde não tem grande valor histórico. O essencial portanto é conservar intato o berço da cidade preservando, ao mesmo tempo, a paisagem que dali se descortina."

É assim que se reduzem a pó caríssimas relíquias do nosso patrimônio histórico.

A igreja do Colégio ou melhor: o colégio dos jesuítas não desapareceu no sentido que se depreende do período transcrito. Com a instalação, nêle, em 1765 do governo colonial da Província, foram-lhe feitas as adaptações requeridas por suas novas finalidades e de transformação em transformação chegou o vetusto edifício ao "Palácio da Cidade" de hoje que o brilhante sueltista chama simplesmente de "edifício da Secretaria da Educação e Saúde". Aliás o que importa, no caso, não é propriamente a conservação do prédio atual que, se muito merece da nossa veneração, forçoso é reconhecer-lhe a estreiteza de acomodações. O de que se trata é do local onde deve ser construído o novo Palácio governamental condigno à grandeza do Estado, local esse que não poderá ser outro senão o Pátio do Colégio. É a voz da tradição, a voz da história, a voz de Piratininga que tanto exige.

Vem a propósito lembrar que na presidência Júlio Prestes, cogitou esse eminente brasileiro da construção do novo palácio, tendo sido aberta, em 1930, concorrência para anteprojetos. Numerosos arquitetos patricios concorreram ao interessante certame. O local de construção seria o mesmo onde ainda se encontra o velho "Palácio da Cidade". Também era pensamento do governo erigir na esplanada do

Carmo o edifício destinado ao Congresso Legislativo do Estado. O saguão do Teatro Municipal, onde a exposição dos anteprojetos se realizou, tornara-se, em dado momento, o ponto obrigatório de reunião de artistas, jornalistas, políticos e elementos sociais de vários matizes, os quais, ao cair daquelas tardes suavíssimas de fins de inverno paulista, começos de primavera, vésperas da revolta de Outubro que tudo subverteu, ali discutiam, sob prismas diversos, os méritos de cada trabalho apresentado.

Esse o pensamento paulista. Manter, adaptando o velho palácio enquanto possível, fazer um novo quando o império das circunstâncias a tanto obrigassem. Conservar contudo o local primitivo que, diga-se de passagem, mesmo pondo de lado o seu respeitabilíssimo valor histórico, nenhum outro o supera em condições gerais favoráveis à magna função, salientando-se a situação privilegiada que desfruta em relação ao centro da grande metrópole. Volvamos porém ao velho "Palácio da Cidade", denominação que tomou de trinta e poucos anos a esta parte para distingui-lo da casa de residência da família Elias Chaves, adquirida pelo Estado na segunda presidência Rodrigues Alves e destinada à moradia do Presidente, situada no bairro dos Campos Elíseos. Volvamos porém, dizia eu, ao velho Palácio da Cidade, ora repudiado como sede do governo e simplesmente apelidado — "edifício da Secretaria da Educação e Saúde" e ao qual ainda, como suprema ironia, se nega valor histórico. Subamos suas amplas escadarias e assistamos à cena da posse de Campos Sales na Presidência de São Paulo, descrita pelo Dr. Sales Júnior em o "Idealismo Republicano de Campos Sales" e vejamos como o brilhante historiador está em desacôrdo com a iconoclastia que ora por aí campeia infrene:

Escreve o autorizado biógrafo:

"Em 15 de março de 1896, era eleito, sem competidor. A 1.º de maio, entre galas públicas, empossava-se na presidência. Prenúncio de ascensão mais alta, o fato revestiu aspecto de acontecimento nacional, pelos auspícios com que o saudaram. Notáveis personalidades da época acudiram. Tôda a velha guarda republicana acompanhou, processional, o chefe que escalava o velho paço da colina anchietana. O primitivo Colégio dos Jesuítas, por assim dizer, emprestava ao poder a majestade da sua ancianidade. A estética, que lhe faltava às linhas arquitetônicas, sobreexcedia na magnificência dêsse passado."

Tão nobre pensamento expresso em tão bela frase, leva-nos, sem maior esforço, a vaguear a mente por êsses sagrados sítios do Pátio

do Colégio e por aquelas vetustas galerias do velho "Palácio da Cidade" e um mundo de sombras amigas surge, vindo ao nosso encontro, guiando-nos a caminhada. Deixemos de lado o tórvo período administrativo dos capitães-generais que abrange largo espaço de tempo de amargas provações a que foi submetida a gente paulista. Dera São Paulo à coroa portuguesa vasto império colonial cujas divisas assentavam, como ainda hoje assentam, no Atlântico e nos Andes; no Amapá e no Paraná.

Não ocultava essa imensa vastidão de terras até então desconhecidas nenhum mistério ao paulista.

Conheceu-lhes o bandeirante os mais recônditos esconderijos. Suas numerosas tribos tornaram-se aliadas ou escravas do bravo batedor de sertão. Seu passo de gigante esmagou ou afastou para bem longe tratados e convenções demarcatórios forjados além-mar, bem distante dos cenários onde êle era onipotente. O infortúnio do homem de Piratininga no entanto um dia chegaria... com a fortuna. Terrível paradoxo que infelizmente não seria o último a amargurar-lhe a existência de povo trabalhador e capaz, progressista e empreendedor. As descobertas das Minas Gerais, das de Cuiabá e de Goiás, despertaram contra êle ódio incontido. Ambição desmedida asserbrou os dirigentes da metrópole que passaram então a exercer cruelíssima pressão sobre os descobridores de ouro. Cada capitão-general que, desde 1720 até D. João VI veio para cá despachado, como que porfiava em relação aos seus antecessores na aplicação de providências as mais escorchantes na arrecadação dos fabulosos impostos, no garroteamento das liberdades individuais e públicas; no aviltamento de personalidades de maiores responsabilidades na progressista circunscrição da colônia. Passemos por sobre êsse capítulo negro de nossa história, ao qual no entanto se devem, como reação às violências praticadas, as mais acentuadas manifestações de repugnância ao regime desprezível que, explodindo aqui e alhures, conduziram a nação em caudais de generoso sangue brasileiro, ao 7 de Setembro.

Perlustremos, porém, a existência do Brasil independente e evocemos, a largos traços, alguns dos grandes vultos que passaram pela presidência de São Paulo, dirigindo-lhe os destinos, do prestigioso Palácio dos jesuítas.

Verificaremos, ao término da jornada, que as tradições que nêle palpitam repelem mirantes turcos, escadas caracóis e torres maometanas com que o pretendem inutilizar e mais: que aos governos estaduais e municipais compete a preservação de reliquiás de tanto valor histórico, restabelecendo no alto da colina predestinada a sede governamental piratiningana. E lá encontraremos então, ocupando a galeria dos presidentes da Província o primeiro lugar na ordem

cronológica, o Dr. Lucas Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo, fundador da biblioteca pública e do Seminário da Glória das Educandas, destinado a receber meninas órfãs e que ainda hoje aí se encontra prestando bons serviços; foi êle ainda que estabeleceu junto à Santa Casa a Roda dos Expostos. O Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé, que duas vezes presidiu São Paulo. Juiz eminente, coube-lhe, no segundo governo, apaziguar os ânimos profundamente agitados pela revolução liberal de 42. O Coronel Manoel Teodoro de Araujo Azambuja que, ao assumir o seu alto cargo, pouco depois da abdicação, dirigiu expressiva mensagem aos paulistas, na qual há o seguinte período — “Os vossos feitos, o vosso caráter nobre e o vosso amor pela liberdade, asseguram-me uma feliz presidência” — O Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que duas vezes governou São Paulo. Administrador de larga visão muito fez por sua província natal em iniciativas que ainda hoje atestam o seu valor. Fundador da Fôrça Pública do Estado, foi ainda o chefe da Revolução Liberal de 1842.

Dr. Venâncio José Lisboa, homem de grande cultura, patriota de puros ideais. Coube-lhe construir o primeiro monumento que se ergueu em São Paulo comemorativo da independência, no Ipiranga. José da Costa Carvalho — Marquês de Monte Alegre, baiano de nascimento, homem público eminente, fez parte da regência permanente, e foi deputado e senador. Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, era o presidente da Província quando rebentou a revolução de Sorocaba, em 42. Sua conduta em momento tão difícil pautou-se por elevada serenidade e energia, merecedora dos aplausos da posteridade.

Padre Vicente Pires da Mota, paulista de alto relêvo na vida do 2.º império. Várias vezes governou São Paulo, ora como presidente ora na qualidade de vice-membro do Conselho do Governo, deputado e diretor da Academia de Direito de São Paulo, e foi ainda presidente de outras províncias da Federação brasileira. José Tomás Nabuco de Araujo também passou pelo venerando Palácio do Governo de São Paulo. Nascido na Bahia, formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi sem dúvida o político de maior projeção que teve o 2.º império — eis que sua ação abrangeu tôdas as modalidades do saber nos vários ramos em que é dado ao verdadeiro homem de Estado atuar.

Conselheiro José Antônio Saraiva, sôbre o qual Eugênio Egas — de quem me estou utilizando na maior parte destas notas — assim falou:

“O Conselheiro José Antônio Saraiva era desses vultos privilegiados, que sabem aliar a prudência à ação;

o patriotismo intransigente, à tolerância diplomática, a probidade severíssima, à bondade possível. E' um dos maiores homens do 2.º império. Em tórno de sua longa, brilhante e profícua existência, pode-se escrever a história de um largo período da vida nacional, tão grande, contínua e profunda foi a sua atuação social" — "Personalidade de alto relêvo, estadista venerando, homem probo e cheio de virtudes cívicas puríssimas, o Brasil deve-lhe muito e São Paulo por êle administrado recebeu da inteligência e zêlo do Conselheiro Saraiva tudo quanto se podia dar com os recursos da época."

Conselheiro Policarpo Lopes de Leão, magistrado de alta envergadura, foi juiz de Direito em várias comarcas do país, aposentando-se como desembargador da Relação da Côrte. Baiano de nascimento, presidiu São Paulo em 1862, ligando-se entretanto indissolúvelmente aos paulistas por laços afins, pois que seu filho, Antônio Lopes de Leão, casando-se na ilustre família Campos Vergueiro, aqui se fixou definitivamente, sendo um de seus filhos o nosso brilhante consócio — o laureado pintor patricio Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão.

Barão Homem de Melo, figura de extraordinária projeção na vida do país. Advogado ilustre, político eminente, geógrafo de nomeada, foi sem dúvida uma das grandes personalidades do 2.º império. Conselheiro João Crispiniano Soares, nascido em Guarulhos e graças aos seus invulgares méritos esteve no velho palácio nos dois lugares extremos: como seu porteiro e na qualidade de presidente da Província.

Saldanha Marinho — grande brasileiro, ligado a São Paulo, não só pela circunstância de êle haver dirigido os destinos como seu presidente, mas também pelas iniciativas de progresso e trabalho produtivo no seu fecundo solo realizados.

Dr. Cândido Borges Monteiro, barão de Itaúva. Intimamente ligado ao imperador de cuja família era médico, sua passagem pelo governo de São Paulo mais assinalada ficou por sua atitude no drama Castro Alves do que mesmo por seus atos governamentais. Antônio de Castro Alves, o poeta estudante que então empolgava tôda São Paulo, da Academia aos meios sociais mais recatados, com os seus belos poemas líricos, abolicionistas e republicanos, esplendorosos e revolucionários em alto sentido social — foi um dia vítima de acidente que o levaria à morte dois anos mais tarde. A carga de chumbo de sua própria espingarda que a tiracolo conduzia em passeios venatórios nos arredores da cidade — inúteis caçadas — pois que jamais cortara o fio da vida a qualquer humilde criatura, plan-

tara-se-lhe inteira num dos calcanhares. A notícia correu célere e intensa foi a comoção que abalou tôdas as camadas sociais da capital. O leito de dor do poeta, instalado na casa do Dr. Lopes dos Anjos que o recolheu, cercando-o de todos os cuidados, viu-se rodeado de amigos, colegas e admiradores e mais: do futuro e popular Padre Chico (Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues) e do Dr. Cândido Borges Monteiro que se apressou em trazer ao enfêrmo assistência profissional e o confôrto moral de sua presença.

Belos tempos êsses em que ideologias políticas, embora fundamentais, que separavam as duas eminentes personalidades, não colidiam com o dever de solidariedade humana nem com a elegância de gestos como aquêles que orientaram o cirurgião presidente da Província ao descer as escadarias do Palácio do Govêrno em direção à casa da rua Direita onde morava o médico baiano Dr. Lopes dos Anjos, pai da encantadora menina-moça a quem o poeta enfêrmo, pouco antes, dedicara os lindos versos que o seu colega de banco escolar Francisco de Paula Rodrigues Alves o surpreendera em plena aula a burilar,

O LAÇO DE FITA

Não sabes, criança? 'stou louco de amores...
Prendi meus afetos, formosa Pepita.
Mas onde? No templo, no espaço, nas névoas?!
Não rias, prendi-me
N'um laço de fita.

Na selva sombria de tuas madeixas,
Nos negros cabelos da moça bonita,
Fingindo a serpente qu'enlaça a folhagem,
Formoso enroscava-se
O laço de fita.

Meu ser que voava nas luzes da festa,
Qual pássaro bravo, que os ares agita,
Eu vi de repente cativo, submisso
Rolar prisioneiro
N'um laço de fita.

E agora enleada na tênue cadeia
Debalde minh'alma se embate, se irrita...
O braço que rompe cadeias de ferro,
Não quebra teus elos,
Ó laço de fita!

Meu Deus! As falenas têm asas de opala,
 Os astros se libram na plaga infinita.
 Os anjos repousam nas penas brilhantes...
 Mas tu... tens por asas
 Um laço de fita!

Há pouco voavas na célere valsa,
 Na valsa que anseia, que estua e palpita.
 Por que é que tremeste? Não eram meus lábios...
 Beijava-te apenas...
 Teu laço de fita.

Mas ai! findo o baile, despindo os adornos
 N'alcova onde a vela ciosa... crepita
 Talvez da cadeia libertes as tranças,
 Mas eu... fico prêso
 No laço de fita.

Pois bem! Quando um dia, na sombra do vale
 Abrirem-me a cova... formosa Pepita!
 Ao menos arranca meus louros da fronte,
 E dá-me por c'roa...
 Teu laço de fita.

Dr. João Teodoro Xavier de Matos. Bom administrador, seu governo, de três anos de duração, foi dos mais longos e fecundos em realizações entre os da monarquia, apesar de suas esquisitices pessoais como aquela de, para escrever durante o dia, necessitar fechar a sala completamente e acender velas, a fim de dar a ilusão da noite pelo hábito que mantinha do trabalho noturno.

Dr. José Luís de Almeida Couto, médico de nomeada tanto por sua reconhecida capacidade profissional como pelo espírito de bondade que lhe orientou a vida. Catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e político. Presidente de São Paulo, coube-lhe, no dia 25 de março de 1885, lançar a pedra fundamental do atual edifício do Museu Paulista, construído no alto da colina do Ipiranga, para comemorar o imortal feito do 7 de Setembro.

Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, eminente político brasileiro autor da Lei Áurea, assim chamada por haver, com o único artigo que a compunha, extinguido a escravidão no Brasil.

Antônio de Queiroz Teles, conde de Parnaíba, o ilustre jundiaense tão fértil em iniciativas econômico-sociais do mais alto valor, entre as quais cumpre salientar a construção do edifício da Hospedaria de Imigrantes que assinalados serviços viria prestar ao Es-

tado no surto imigratório que se seguiu, por êle mesmo começado aliás.

Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves três vêzes presidente de São Paulo e duas da República, em cujo primeiro período — 1902 a 1906 — prestou ao Brasil inestimáveis serviços, bastando citar, entre êles, a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro.

Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, tupinólogo insigne, sertanista destemeroso, homem de ciência, industrial e militar de emergência com extraordinários serviços de guerra prestados ao país por ocasião do conflito entre o Paraguai e o Brasil, foi o último presidente de São Paulo sob o regime monárquico.

Aqui encerramos mais um capítulo — o 4.º — da existência da colina tutelar de São Paulo. Estamos no limiar da República e eu já poderia dar por terminado o meu trabalho, certo de haver despertado naqueles que negam valor histórico ao velho Palácio que ainda lá se mantém erecto, um pouco de piedade, já me não referindo ao senso patriótico que lhes não faltará para as coisas que refletem o nosso grande passado. Procurei, evocando homens e coisas de São Paulo, embora perfunctôriamente, mostrar que, quanto se há feito de bom nesta terra magnífica desde a manhã de 25 de Janeiro de 1554, até poucos anos passados, o foi sob os auspícios do Pátio do Colégio. As transformações arquitetônicas por que passaram as construções que ali se ergueram em diferentes épocas, impostas pelas finalidades diferentes a que foram sujeitas, não lhes alteraram o cunho histórico que, ao contrário disso, mais se revigorou.

E' mister porém que passemos em revista o período republicano, do alto da colina predestinada. Da República velha, já se vê. Nesse luminoso trecho da história político-econômico-social de São Paulo não destacarei nomes — porventura um ou outro que as circunstâncias a tanto obrigarem.

O surto de extraordinário progresso que viveu o Estado, nos 40 anos a que me refiro, de tal forma se processou harmonioso no encadeamento da ação governamental que difficil fôra distinguir nomes.

Houve um programa cuja execução, em linhas gerais, se cumpria independentemente da substituição cada quatro anos de um homem por outro homem na curul presidencial. Ser-me-ia grato sem dúvida falar dêsses grandes vultos que nela tiveram assento, nome por nome, bendizendo-lhes o trabalho proficuo e o exemplo dignificante de moral administrativa que a vida de cada qual dêles oferece. O tempo é escasso, no entanto.

Recordemos-lhes os feitos na ação conjunta, harmoniosa e continua, apenas. Percorramos com os olhos do espirito os nobres salões do velho Palácio cujas paredes guardam ainda o eco das dis-

cussões em busca de solução adequada aos magnos problemas que preocuparam estas sombras venerandas que hoje nêles vagueiam e onde se concertaram providências apropriadas à riqueza do Estado que fizeram e a felicidade individual do seu povo que promoveram.

Proclamada a República, intenso foi o trabalho que o novo regime impôs aos homens públicos da época.

Berço da propaganda, São Paulo transformou-se no melhor campo experimental das idéias que animaram os brasileiros na jornada que terminou a 15 de Novembro. Leis sôbre higiene e instrução pública foram então elaboradas e postas em execução pelos governos paulistas. A fundação do Instituto do Butantã e a' do Juqueri são dêsses tempos de idealismos puros em que o espírito de solidariedade humana se sobrepunha' ao de conveniências de família, dando ensejo ao aparecimento de um Vital Brasil, de um Franco da Rocha.

A instrução primária e secundária foi lançada em bases sólidas com a criação da Escola Normal da Praça da República e do Ginásio do Estado, com Cesário Mota à frente. A primeira grande crise por que passou o café, no alvorecer do novo século, contou para debelá-la com superiores medidas aplicadas tendo-se em vista o bem comum, conforme há dois meses relembra o Snr. Antônio de Queiroz Teles, por ocasião da homenagem que a Sociedade Rural Brasileira prestou ao grande presidente Jorge Tibiriçá, quando da passagem do primeiro centenário de nascimento dêsse ilustre varão.

Com os olhos fitos no engrandecimento da lavoura e da pecuária, é o velho Palácio testemunha viva dos esforços dos homens da República velha em prol do seu aperfeiçoamento com a criação do Instituto Agronômico de Campinas, da Escola Agrícola' Luís de Queiroz, de Piracicaba, do Posto Zootécnico de seleção de Nova Odessa.

As áreas em derredor da estação Moreira César, na Central do Brasil, foram as escolhidas para as grandes culturas de arroz do Vale do Paraíba, como demonstração prática de que terras e climas do Brasil são mais apropriados ao desenvolvimento da preciosa graminéa do que o longínquo Oriente até então nosso abastecedor, em relação ao popular alimento.

Estimulando-se a imigração estrangeira para São Paulo, cuidaram os seus dirigentes, ampliando o que sôbre a questão receberam da monarquia, de prestar ao trabalhador absoluta assistência aos seus direitos.

O Patronato Agrícola, criado em 1911, foi o órgão encarregado de dirimir todos os conflitos ocorrentes entre o trabalhador e o patrão.

Em seguida e como coroamento a êsse instituto de justiça do trabalho, veio a chamada lei Adolfo Gordo, a qual, apesar de federal, foi de iniciativa paulista, bem como aquela que tomou o nome do seu autor e passou à história como lei Eloi Chaves, de aposentadoria aos ferroviários; o Instituto de Menores e a Lei de Férias aos Comerciantes, em 1926. Aliás dentro dêsse alto pensamento de assistência social de há muito que em São Paulo se produzia. Primeiro foi o Montepio dos funcionários públicos do Estado; em seguida, em 1906, a criação da Caixa Beneficente da Fôrça Pública, encarregada de garantir pensão à família do soldado, com a sua carteira hipotecária funcionando anexa, como acontece com a Caixa dos funcionários públicos. Grande é o número de associados de uma e outra organização proprietários da casa em que moram — isto há mais de 20 anos — graças à aplicação dêsses princípios de cooperativismo de longa data aqui postos em prática.

Como garantia às manifestações sadias de trabalho e produção, assistiu o Pátio do Colégio ao aperfeiçoamento da Fôrça Pública com a Missão Francesa Instrutora e da polícia civil com a instituição da Polícia de Carreira.

Aí a explicação do extraordinário surto industrial que São Paulo conhece de 40 anos a esta parte.

Sob leis adequadas e liberais tôdas as atividades humanas aqui encontraram clima favorável ao seu desenvolvimento, constituindo o fenômeno o mais cabal desmentido à balela que corre mundo articulada por homens dominados pela paixão política que tudo deforma e segundo a qual em São Paulo se teria dito que o "problema social no Brasil é uma questão de polícia".

São Paulo cresceu, no Brasil republicano, sob a égide do mesmo Partido — o P.R.P. — que fez a propaganda e cujo programa, atingida a meta, vinha sendo paulatinamente executado com reais vantagens suas e do país.

Êste o milagre, esta a razão de aqui se haver instalado o maior parque industrial da América do Sul.

Encerrando a sua benemérita existência, prestou ainda a República velha a São Paulo e ao país pela ação clarividente e patriótica do último presidente de São Paulo — o eminente Snr. Júlio Prestes de Albuquerque — serviço do mais alto alcance econômico-social brasileiro, levando a Santos a Estrada de Ferro Sorocabana. O anseio por êsse feito extraordinário vinha de longe, vinha da monarquia. Fôrças misteriosas, interpostas em momento oportuno, conseguiram sempre, tôda vez que o problema se agitava, desviar da rota a medida patriótica. Sua execução entretanto não transcorreu tão suavemente como poderá parecer a quem de fora aprecia hoje a grande obra realizada. Testemunharam os salões de despacho e de audiên-

cias do Palácio da Cidade, os dramáticos lances nêles desenrolados no trabalho árduo de quebrar préconceitos, esclarecer malentendidos, dominar indébitas interferências e abrir, finalmente, com os 162 quilômetros que separam Mairinque de Santos, novos horizontes à política intercontinental com a aproximação do Atlântico brasileiro dos países nossos vizinhos do Oeste.

* * *

O abandono porém da colina histórica pelas inexpressivas planícies onde hoje se encontra a sede do govêrno de São Paulo, não feriu de morte apenas patrióticas tradições de Piratininga.

A resolução infeliz trouxe no seu bôjo funestíssimas conseqüências. E entre elas figura, talvez como principal, o desaparecimento da galeria de retratos que havia no venerando Palácio do Pátio do Colégio.

Retratos a óleo do primeiro presidente de São Paulo no Brasil independente, Lucas Monteiro de Barros, e de todos os presidentes do Estado no regime republicano.

Intercaladas, efigies de outras personalidades que por lá passaram em épocas diversas e objetos de arte de inestimável valor histórico.

Onde pairam hoje essas relíquias que falavam ao nosso patriotismo com a linguagem muda da emoção mais profunda? Realmente. Dentro daquelas molduras com tanto carinho feitas e alinhadas nas austeras paredes dos vários salões do antigo Palácio do Govêrno, fulgiam figuras muito caras à nossa pátria. Contemplando-as, da severa atitude de cada qual, recebia-se o influxo confortável de indizível bem-estar espiritual. Era todo o glorioso passado de lutas construtivas da nacionalidade que ali estava, representado naquela assembléia imóvel de notáveis vultos do Brasil.

E se me fôra dado, na minha humildade, um apêlo dirigir aos homens do govêrno, aos homens de cultura, a quantos amam as tradições de São Paulo e do Brasil, seria êste apêlo no sentido de que se restabelecessem, nos seus lugares, tôdas essas palpitantes partículas de nossa história, conservando o templo que sempre as abrigou.

O Barão do Rio Branco

Pelágio Azevedes Lobo

Os Rio Branco, vultos de Panteão — Juca Paranhos. A Meninice. A Casa paterna. A Faculdade de Direito de São Paulo. Jornalismo. Primeiras Campanhas. No Consulado. Missões. Amapá. Itamarati. Visita a São Paulo. A questão Zeballos. Representação do Brasil em Haia. Acôrdo e encerramento de tôdas as dúvidas de linhas fronteiriças. Rio Branco, benemérito da Pátria. Os últimos anos. “Ubique Patriae Memor”.

Quando se cogitou, em França, de inaugurar um Panteão, para nêle recolher os despojos dos “grandes homens” da Pátria, uma ampla celeuma se suscitou a respeito dessa classificação — a de saber quais eram os homens verdadeiramente grandes mercedores daquela consagração. Abriu-se debate e, logo após, um concurso nacional — e as listas se foram engrossando. Parecia, mesmo, que vários panteões não chegariam para abrigar tôdas as celebridades designadas naquela porfiada eleição.

Mas, dentre os indicados, alguns alcançaram, de início, maioria incontestável — e no cabeço das listas, entre outros um nome aparecia que então avassalava o entusiasmo tumultuoso da França e de quantos, na França, iam procurar alimento espiritual, modelos de cultura e estímulos para o maior encanto da vida — era Victor Hugo. Mas êsse, observou Eça de Queiroz — é “um grande homem que não necessita demonstração”.

Se, entre nós, no Brasil, a idéia de um Panteão tivesse nascido, é certo que na legião dos seus candidatos dois viriam sempre, no tôpo das listas, grandes entre os maiores, indiscutíveis e desnecessitados de demonstração — os dois José Maria da Silva Paranhos, pai e filho, Visconde e Barão do Rio Branco. O acervo de serviços prestados por êsses homens insignes à nossa Pátria foi tão co-

pioso e tão rico de benefícios à comunhão brasileira, que a maior dificuldade residiria em colhêr os de maior benemerência para com êles sagrar a fama dos dois varões.

Não conheço, a não ser, talvez, nas casas dos Nabucos e dos Andradas, uma dupla de tão opulentos e assinalados valores: ascenderam ambos à culminância de beneméritos da Pátria e a herança que o Barão recebeu do pai político de visão larga e caráter de alvura adamantina, sem névoas e sem jaças — êle a engrandeceu tanto nos trinta anos de sua vida pública, que aquêlê patrimônio enorme não sofreu o desfalque de uma só parcela, mas foi acrescido de outras muitas, como se na figura do filho se projetasse ampliada a sombra do pai, ambos confundidos no mesmo anseio de bem servir à sua terra e à gente brasileira.

Comemorou-se, neste ano de 1945, ainda tão carregado dos ne-grumes da guerra, e tão cheio, para nós, de apreensões e de dúvidas, o primeiro centenário do nascimento do segundo Rio Branco: a 20 de abril de 1845, José Maria da Silva Paranhos Júnior, primogênito do Visconde, via a luz do dia no Rio de Janeiro, na antiga Travessa do Senado n.º 8, e o primeiro centenário do nascimento dêsse patriota modelar só deverá ser, para nós, em horas de tantas angústias e desentendimentos internos, um motivo para que, com os atos da sua vida e comungando todos aquela mesma devoção com que êle se deu ao serviço da Pátria, procuremos, ao mesmo tempo, exaltar-lhe os trabalhos e nêles colhêr uma lição viva que a todos nós sirva de estímulo, de incitamento e de exemplo.

Não é, certamente, a repetição da biografia dessa nobre figura que interessa mais à sua comemoração centenária: sabemos que os primeiros anos do 2.º Rio Branco se passaram na modéstia e no recato da casa familiar, em cujo recesso o Visconde, que viria a ser um dos grandes do Império, punha o vinco da sua autoridade temperada pela sua doçura de maneiras e finezas de educação. A vida do Visconde não era de larguezas porque êle nascera pobre — mas o ambiente da casa era puro, os sentimentos elevados, as preocupações de bem-estar do país permanentes. Ali não havia lugar para estêreis competições partidárias, em que se consumiam tantas energias, mas a preponderância de pensamentos altos e sãos em que a imagem do Brasil, sob a direção modesta, honrada e firme do Imperador, a quem todos serviam, excluía planos rasteiros de corrilhos e facções.

Esse ambiente de sanidade moral alimentou a fundo a alma do filho do Visconde que, assim, já saiu de casa com o seu feito moral talhado pelo modelo de inexcedível correção que era o Velho. E nos cursos que então iniciou, no Colégio D. Pedro II, de 1856 a 1860, na Academia de Direito de São Paulo, de 1862 a 1865 e, na

de Recife, onde concluiu o curso de direito, em 1866, a inteligência do segundo Rio Branco não fez senão alargar e aprimorar a sua cultura, dentro dos honestos preceitos de probidade pessoal que o pai lhe transmitira.

EM SÃO PAULO — O QUADRIÊNIO ACADÊMICO

A turma de calouros de 1862 com a qual se matriculou o futuro Barão na nossa Academia, contava uma plêiade de belos talentos, rapazes de alta pujança intelectual que já procuravam as rotas de suas preferências — uns o direito, outros a literatura e o jornalismo, outros as cogitações religiosas e filosóficas, agitando-se entre eles um grupo mais reduzido que só cultivava com sucesso a galhofa e as patuscadas, algumas delas longamente famosas. Dessa turma nos dão notícia o nosso sempre lembrado Almeida Nogueira, nas suas “Tradições e Reminiscências” (vol. II) e o querido Spencer Vampré, seu ilustre continuador, e é sempre interessante recordar alguns daqueles nomes, pela projeção que depois tiveram nos diversos quadrantes para os quais os impeliu o destino. A vida acadêmica costuma deixar em todos nós uma impressão indelével de doçura e encantamento — pelos devaneios da idade, a despreocupação que, em geral, a sublinha e, mesmo, pelos sustos e insucessos das agitações partidárias, das arruaças promovidas a pretexto do debate de idéias e, até, das escaramuças baratas do amor...

Rio Branco desde quando ascendeu em 1902 ao Ministério do Exterior, e ali se manteve num decênio, endeusado, em expansões de uma unanimidade empolgante, por brasileiros de todos os cantos — acolheu sempre com bonomia e afabilidade tôdas as campanhas dos estudantes, entre êstes os de direito — e, nesta classe, os da Academia de São Paulo. A essas preferências andariam ligadas provavelmente as reminiscências do seu quadriênio aqui passado, nas duas “repúblicas” em que residiu, em 1862-63 na rua da Casa Santa, hoje do Riachuelo, e nos anos seguintes na rua do Meio (hoje Rodrigo Silva) numa casa de esquina da rua Livre, então chamada Bêco dos Cornos, nome devido a um depósito de chifres que havia na ladeira em que o bêco se despenhava, ladeira que é hoje a rua da Assembléia. Dos seus contemporâneos, um dos mais assíduos à “república” era um enigmático sonhador, amoroso e fremente, com explosões contraditórias que, às vêzes, o impeliavam para os recitativos escaldados do teatrinho do Batuira, na rua da Cruz Preta, hoje Quintino Bocaiuva, e outras vêzes a arrancadas longínquas, atrás de umas saias de mulher: era Fagundes Varela que, ao depois, convertia aquelas figuras de caipirinhas paulistas em musas etéreas, colocadas

por êle no alto do Olimpo, com outras deidades gregas. Teve Paranhos por companheiros de casa dois paulistas, dois fluminenses e um mineiro: já nisso se manifestava o seu dom de proselitismo, ágregando em tôrno da sua pessoa patrícios de todos os recantos do Brasil. Os fluminenses eram Domingos Marcondes de Andrade e Hermano Cardoso da Silva Ramos; o mineiro, Francisco Luis da Veiga e os paulistas, Pedro Rodovalho Marcondes dos Reis e o Bitencourt, Anastácio Teixeira da Silva Bitencourt. Domingos Marcondes de Andrade foi poeta, orador e ótimo estudante; seu comprovinciano Hermano Cardoso, da turma de 1863-67, rapaz de fidalga ascendência e aprimorados hábitos de educação, depois de advogar na Côte e de ali se casar com uma filha do comendador João Carlos Pereira Pinto, levou vida folgada e brilhante, até que transferiu residência para Paris, e ali foi servir na nossa Legação como adido entre 1880-88. Teve então ensejo de reavivar intimidades e uma doce convivência com Rio Branco, então Cônsul do Brasil em Liverpool. Francisco Veiga, natural da Campanha, terra tradicional dos Veigas, foi estudante afamado, mais tarde jornalista, doutrinador político, deputado à Constituinte mineira, senador e lente da Faculdade de Direito de Belo Horizonte; dos paulistas, um, Pedro Rodovalho Marcondes dos Reis, formado na turma de 1836, pertencia à nossa nobreza rural do vale do Paraíba, dispunha de mesada larga, disputava, com o seu talento, as preferências das belas paulistanas, quase sempre enclausuradas nas casas de rótulas estreitas fazendo contrapêso ao outro paulista, Anastacio Bitencourt, da turma de 1864-68, moço de índole retraída, reservado, quase taciturno, que, esquivando-se, como um verdadeiro misantropo, a contatos com o mundo barulhento das grandes cidades apagou sua existência numa cadeira de magistrado em comarca do litoral paulista, a de Vila Bela, sendo ali, por um dêsses extravagantes caprichos do destino, sacudido e molestado, em 1893, quando a canhoneira "Palas", a serviço da revolta de Custódio de Melo, efetuou um desembarque e obrigou o pobre juiz, encaramujado na aridez do seu isolamento, a assumir o pôsto de governador — o que, depois, lhe valeu um processo e a aposentadoria compulsória.

Da vida acadêmica, que foi, para Juca Paranhos, trabalhosa e esforçada, mas entremeada jovialmente de agitações e façanhas estúrdias, havia êle de se recordar com gôzo, mais tarde, em Paris nos encontros com Hermano Cardoso e Ezequiel de Paula Ramos, ou no Rio de Janeiro, já quando Chanceler, na maior convivência com Francisco Veiga — como o atestou Raul do Rio Branco, nas suas "Reminiscências" de recente publicação.

Naqueelas "repúblicas" reunia-se uma rapaziada de escol, ávida de palestras e debates estrepitosos. Ali se exhibia o republicanismo precoce de Martinico Prado, idealista explosivo, de uma família de mo-

narquistas de alto valimento e que, no seu 3.º ano, largou os bancos acadêmicos para fazer, como tantos outros rapazes de elite, a campanha do Paraguai, no pôsto de soldado razo. Mas eram também assíduos Antônio Carlos de Moraes Sales e Pedro Vicente de Azevedo, mais tarde advogados de fama, o último dêles político conservador, na Monarquia, e presidente da Câmara Municipal de São Paulo ao tempo em que o Conselheiro Antônio Prado assumia o pôsto de Prefeito, em 1903. Ali também era visto às vêzes outro colega de feito idêntico ao de Bitencourt, moço casmurro e de poucas falas, mas de ouvido sempre atento, que se pelava por ouvir os debates em que os demais tomavam parte. Era Vicente Ferreira da Silva, que longamente advogou em São Paulo e que, desde os tempos acadêmicos, conquistara o apelido que bem o definia, de "Vicente Mata-prosa". O Barão, quando já Ministro do Exterior, passou por São Paulo, e em conversa com os rapazes do "Centro XI de Agosto", recordou-se do antigo filante de palestras e indagou: Que fim levou o Vicentinho? — Qual Vicentinho? perguntaram. "O Mata-prosa"... Informaram-lhe, então, que o Vicente ainda vivia, advogava com argúcia, mas continuava a ser um filante de palestras, que êle "matava" com a sua sorumbática presença.

Enquanto, nas reuniões, alguns se inflamavam com os arroubos tribunícios de Ezequiel de Paula Ramos, que depois tanto cintilou no 1.º Congresso Constituinte de São Paulo, ou com os destemperos do gaúcho Antônio Antunes Ribas — outros, mais práticos, ensaiavam serenatas lânguidas para enlêvo de namoradas ou mucamas de casas senhoriais, ou concertavam planos de rapina, em galinheiros privados, não respeitando nem mesmo os tapumes da chácara dos Frades do Seminário da Luz, banhado nos fundos pelo rio Tamanduateí — gênero êsse de apropriação sorradeira do alheio em que se notabilizaram os grandes trocistas que foram Carlos Augusto de Souza Lima, mais tarde presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e mais alguns colegas de famílias patricias do vale do Paraíba, capitaneados por três acatados especialistas nessa apropriação do alheio — o desalinhado "blagueur" Diogo Luís de Almeida Lima, o hercúleo e desabusado Francisco de Paula Coelho Valmont, mineiro de Pouso Alto, com alguns romances trágicos na vida e por fim José de Barros Duarte. Êste último de quem viria a ser cunhado o Dr. Bernardino de Campos, ao tempo em que residiu em Campinas, deixou fama pelo talento e por memoráveis estrepolias noturnas, promovidas por êle e por dois tios que, quando ali apareciam a cavalo, vindos de fazenda próxima, punham mêdo no próprio exíguo destacamento de "provisórios", aquartelados na cadeia local.

A "colônia mineira" era assídua nas visitas à "república" de Paranhos, sendo ali representada por Virgílio Martins de Melo Franco,

Levindo Ferreira Lopes, colegas de ano, e André Martins de Andrade, outro mineiro da Cãmpanha, amigo chegado de Francisco Luís da Veiga. O velho Xavier de Toledo, que fôra também estudante dessa turma, e faleceu em São Paulo na presidência do Tribunal de Justiça, gostava de rememorar algumas dessas façanhas, atribuindo-as modestamente aos demais colegas e eximindo-se, como era natural a homem em cargo tão conspícuo, de confessar a participação que nelas tivera e que Almeida Nogueira asseverava não ser das menores...

Ao tempo em que cursou os bancos acadêmicos em São Paulo, era Rio Branco — segundo o testemunho de Almeida Nogueira, “alto, magro e mesmo esbelto; tez alva, cutis fina e um tènue buço a sombrear-lhe de leve a linha dos futuros e bastos bigodes; feições puras, perfil correto — conjunto de uma estética algo feminino, tanto assim que, no dizer dos colegas, se assemelhava a uma formosa dama paulista que lhe tinha ardente amor”...

Do perfil de linhas nítidas de alta nobreza que distinguiam o Barão diria Eduardo Prado, em 1898, na “Revista Moderna”, num artigo que depois reproduziu no I volume das Coletâneas:

“..... a sua bela figura, onde a natureza traçou linhas corretas e solenes, como que destinadas a perpetuar-se no cunho das medalhas

Numa dessas “repúblicas” servia aos moradores um criado preto, o Clemente José de Carvalho, por antonomásia, “o preto Leôncio” que, mais tarde, alcançaria enorme notoriedade. Vinha-lhe êsse novo batismo do fato de ter sido criado na casa do Conselheiro Leôncio de Carvalho, de quem foi pagem, pôsto que se confiava aos moleques espertos filhos de antigas escravas de estimação. Habituaado com o regime democrático daquelas “repúblicas” estudantinas, o Leôncio se permitia desregramentos excessivos no consumo de bebidas, merecendo de alguns “gerentes” censuras, reprimendas e demissões, a “bem do serviço público”, mas de outros, entre os quais, o Juca Paranhos, tôdas as escusas e complacências. Alfredo Pujol, numa conferência aqui realizada em 1906, narrou façanhas engraçadíssimas do preto Leôncio, que em 1890 fôra criado de sua “república”. O certo é que, com a queda da Monarquia, em 1889, começaram a desaparecer também, paulatinamente, as “repúblicas de estudantes”, que prosaicamente se diluíram em casas de pensão — e o Leôncio desapareceu nesse torvelinho, devido talvez ao racionamento do álcool dos fogareiros e sua gradual substituição pelo gás e pelo coque. Andou depois por aí, aos boléus, até que morreu em setembro de 1908, ao voltar de um tríduo na festa da Penha, pela qual — dizia êle — tinha grande devoção...

A sua finura de maneiras acrescentava Paranhos uma permanente disposição para a camaradagem com os colegas e amigos, sem sacrifício das horas consagradas aos estudos: sua roda era das mais animadas, e êle, como centro dessa roda, e já então um conversador cheio de encantos, era dos mais queridos. Os costumes de São Paulo, por aquelas eras, quando a cidade não teria mais de 30.000 habitantes esparsos por uma extensíssima área, autorizavam hábitos que seriam hoje escandalosos, como aquêles dos estudantes da sua e de outras "repúblicas" irem tomar banho no Tamanduateí, em grupos de quatro, cinco e mais colegas nos pontos chamados "Figueiras", "Ingêleses" e "Fortunata Lopes". Chegavam com pouca roupa e, nus em pêlo atiravam-se à água, sem maior escândalo das lavadeiras que ali faziam ponto, já habituadas àquelas exibições de nudismo integral.

No quarto ano, concluído o curso, passou-se Silva Paranhos para a Faculdade de Direito de Recife e ali colou grau em 1866.

NO JORNALISMO POLÍTICO

Mas o curso de ciências jurídicas e sociais foi para êle apenas um complemento e um reforço das especializações a que desde verdes anos se votava. Sua paixão eram os estudos da geografia e da história militar e política do Brasil, aplicados às suas questões, às suas necessidades, aos seus problemas. Praticou o jornalismo doutrinário, quando fazia o curso acadêmico em São Paulo, mas era a política que o seduzia com os problemas que então começavam a empolgar os espíritos — a libertação gradual do elemento servil para a gradual melhoria das nossas condições sociais, a que a escravatura dos negros deveria causar males longos e difficilmente sanáveis. Dos assuntos históricos de maior repercussão política, os que primeiro atraíram sua atenção foram as guerras do Prata, a fronteira meridional do Brasil que uma natural evolução, estimulada por elementos estranhos, por cochilos de govêrno e dissídios de partidos, converteu numa entidade autônoma, cada vez mais distante da nossa órbita política. Eis porque, atraído para o palco dos seus dois trabalhos iniciais (as biografias de Luís Barroso Pereira e do Barão de Serro Largo, em cujos fundos vinham traçados episódios de lutas da Cisplatina), Rio Branco acompanhou o pai ao Rio da Prata em diversas viagens e, como seu secretário, em 1869, na primeira missão diplomática de que o Visconde fôra nomeado chefe.

De volta do Rio da Prata, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, distinção assinalada, sabido, como era, que aquêles Instituto só acolhia no seu quadro pessoas de alta gradação científica, constituindo o título de sócio uma credencial de ido-

neidade pessoal da maior valia. Mas, nos anos seguintes, dando apoio ao Visconde na propagação da libertação gradual da escravidão, voltou à atividade jornalística fundando, com Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo e o padre João Manoel, o matutino "A Nação" no qual colaborou intensamente. Essa campanha preparou o ambiente em que foi possível promulgar-se a lei de 28 de setembro de 1871, a chamada "lei do Ventre Livre", que foi a mais assinalada conquista do Gabinete de 7 de março presidido pelo Visconde do Rio Branco.

NA CARREIRA CONSULAR

Depois de uma ativa campanha jornalística e de uma passagem breve, de duas legislaturas, pelo Parlamento, como deputado por Mato Grosso, obteve um posto no estrangeiro como cônsul geral em Liverpool. Suas tendências, seu feitio não se acomodavam com as forçadas transigências de caráter político-partidário — e a carreira consular lhe oferecia um atalho — um posto distante, em serviço público, cujos vagares lhe permitiriam consagrar-se a fundo à História do Brasil e ao estudo das campanhas de mais incisiva influência na hegemonia sul-americana. E começou então a série dos seus trabalhos fundamentais. Em 1875 as Anotações aos dois primeiros volumes da "História da Guerra da Tríplice Aliança", anotações que, pela sua seriedade e precisão, valorizaram a obra de Schneider, traduzida do alemão por Manoel Tomás Alves Nogueira. Essa obra, há muito tempo esgotada e raríssima, está sendo agora reeditada em São Paulo pelas "Edições Cultura", tendo saído o 1.º volume há menos de um mês.

Em 1880, por convite do sábio francês Emile Levasseur, do Instituto de França, dirigiu a organização do capítulo da "Grande Encyclopedie" referente ao Brasil, que deu do nosso país à Europa uma notícia autorizada e exata. A geografia política e a história tiveram um capítulo especial, escrito pelo próprio Barão do Rio Branco, sendo os demais distribuídos por ele à competência magistral de Eduardo Prado, do Barão de Ourem, de Henry Gorceix (geologia), Paul Maury (botânica), Trouessart (zoologia), cabendo a Levasseur a geografia física e econômica. Dêsse trabalho disse Capistrano de Abreu, que era o mais perfeito e probo de quantos, sobre o nosso país, haviam sido até então publicados no estrangeiro.

Na exposição de Moscou e de S. Petersburgo de 1884, apresentou, como propaganda das coisas e homens brasileiros, uma Memória baseada na sua então recente "História Militar do Brasil" e nela incluiu, nisso ajudado pelo seu amigo, Comandante Dumontier, um ca-

pítulo sobre o nosso café, em francês e russo, o qual atraiu para o nosso país a atenção do governo e do povo moscovita, a principiar pelo Czar Alexandre III e dali ganhou ampla irradiação sobre toda a Europa.

Em 1889, por sua iniciativa, constituiu-se em Paris uma comissão da qual fizeram parte — o Visconde de Cavalcanti (Diogo Velho), o conde de Araguaia, os Barões de Albuquerque e da Estrêla, e alguns negociantes com interesse no Brasil — e com eles, sem ajuda do Tesouro, organizou um pavilhão que, na Exposição Universal de Paris, representou digna e eficazmente o Brasil.

Logo após, solicitado pelo Barão de Santana Néri, escreveu no exíguo espaço de 17 dias uma síntese da História do Brasil, destinada ao livro esboçado por aquêlê patriota em propaganda do nosso país.

Deu Rio Branco à sua contribuição o nome de "Esquisse de l'histoire du Brésil" e nela aproveitou alguma coisa do que havia escrito antes para a Enciclopédia de Levasseur. E' um resumo fiel dos mais incisivos fatos da nossa história, e que ficou servindo de suporte e fonte informativa a muitos historiadores que depois dêle apareceram.

Mas a República era proclamada em 1889 e Rio Branco, fiel à tradição monárquica, ainda mais se isolou de qualquer contato que pudesse parecer uma abjuração de princípios; por isso se concentrou, talvez muito mais do que fizera antes, nos estudos da História do Brasil, das suas campanhas militares e da defesa do seu conceito no estrangeiro.

A veneração que nutria por D. Pedro II levou o Barão do Rio Branco a cogitar do abandono do pôsto de nosso representante consular. Foi, porém, o próprio ex-imperante quem, por intermédio do Visconde de Nioac então no exercício daquele notabilíssimo pôsto que Raul do Rio Branco definiu como de "cortesão da desgraça" — dissuadiu Paranhos dêsse afastamento com uma elevada advertência: "Diga ao Rio Branco que continue a trabalhar pelo Brasil. Eu passo, o Brasil fica".

Foi com essa mesma alta concepção dos seus deveres que o Barão, mais tarde, repetiria ao filho: "Um diplomata não serve a um governo. Êle serve, através dos governos que se sucedem, e às vêzes se contradizem, ao país, que é, para o patriota, uma entidade permanente e sagrada". Permaneceu por isso na carreira consular, no regime republicano, com a mesma dignidade, inteireza e devotamento com que a servira na época imperial. Senhor de inteligência peregrina, apoiada em prodigiosa memória, ia o Barão recolhendo nas suas leituras e pesquisas um manancial imenso de fatos, datas, conheci-

mentos, minúcias, que o habilitariam, mais tarde, a corrigir confusões seculares de limites e perturbações conseqüentes de tratados e convênios que os descasos de alguns governos, de uma parte, e a esperteza astuciosa de governos contrários de outra, constituíam para o Brasil fonte permanente de inquietação e aborrecimentos.

Disse dêle Eduardo Prado, com a autoridade que lhe advinha de velha intimidade e dos idênticos pendores por êsses estudos:

“O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como foram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos seus marinheiros e os nomes das plantas vulgares na praia de Pôrto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fez copiar, todos os manuscritos, fez dêles extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, emendou, ampliou todos êsses livros: e com o mundo das suas notas, poderá êle um dia publicar uma História e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento”.

Aliás, na mesma divisa que adotara para fanal de todos os seus estudos, sentia-se a permanente preocupação de bem servir a sua terra: — “*Ubique Patriae Memor*” — a lembrança da Pátria em tôda a parte, por onde quer que andasse. Era como se carregasse a imagem do Brasil no próprio coração.

Assim, quando, em Paris, da Superintendência dos Serviços de Imigração do Brasil, que exercia, substituindo o Conselheiro Antônio Prado, foi chamado pelo Dr. Carlos Augusto de Carvalho, para substituir, em Washington, o Barão de Aguiar de Andrada, ali falecido, no pôsto de representante do Brasil perante o presidente americano, que era o árbitro da questão de limites entre o nosso país e a República Argentina, a escolha apaziguou a inquietação dos patriotas, que já ouviam falar do Barão do Rio Branco como figura prestigiosa e capaz de desempenhar as funções de patrono do Brasil naquele litígio. A indicação do seu nome devemo-la a Souza Correia, então Ministro do Brasil em Londres que, sondado para o cargo por Floriano Peixoto, opinou imediatamente — “temos homem para o cargo e êle não é senão o Barão do Rio Branco”.

Corria o ano de 1894, e o Brasil ainda se via sacudido pelas últimas emoções da luta civil no Rio Grande do Sul, cujas campinas se ensojavam do sangue de republicanos e maragatos, numa dissensão que se refletira em tôda a vida nacional, trazendo inquietação ao

povo, agitações apaixonadas na imprensa, insegurança nos atos da administração pública, retração de negócios e desprestígio externo manifestado em vexames que tivemos de sofrer calados, para evitar males maiores.

A PRIMEIRA VITÓRIA: MISSÕES

A questão com a Argentina, conhecida com o nome de Questão da Missões, ou mais propriamente, do território de Palmas — visava dar desfecho amistoso a uma dúvida irritante que os anos não faziam senão tornar mais acirrada e aguda. Pela República vizinha comparecera a Washington uma das suas grandes figuras que, mais tarde, pela vida fora, iria topar o nosso Rio Branco pela frente como seu opositor maior e sempre vitorioso: era Estanislau Zeballos, historiador, jurista, advogado emérito e jornalista de largos recursos dialéticos, de uma consumada malícia.

Em 1890 Zeballos conseguiu, positivamente, engazopar Quintino Bocaiuva que, homem de boa fé, imbuído de idéias filosóficas positivistas que pregavam o desinteresse e o altruísmo entre nações, se deixou convencer por uma astuta e manhosa argumentação e aceitou um convênio de partilha, antes esboçado pelo ilustre Henrique Moreno. Mas o congresso constituinte aprovou o parecer redigido pelo general Dionísio Cerqueira, que conhecia a palmo o território litigioso, sobretudo a vertente brasileira, e, pelas conclusões do parecer era rejeitado aquêle convênio, sem dúvida com desprestígio mortal da autoridade de Quintino e do próprio Governo, mas com vantagem para os direitos do Brasil que, por êsse caminho, apelou, juntamente com a Argentina, para a decisão de um juiz árbitro, que foi o presidente Harrison dos Estados Unidos. Rio Branco, chamado das funções na Europa para delegado do Brasil, enfrentou, então, Estanislau Zeballos. Foi um prélio de gigantes: Zeballos era dos homens de maior eminência intelectual e política na Argentina e parecia poder levar a dianteira em conhecimentos a Rio Branco, porque vinha estudando a questão desde alguns anos antes. Mas a opulenta Memória oferecida pelo nosso delegado trouxe luzes novas para a questão e elementos até então não invocados, que reforçaram decisivamente o documento básico apontado pelo general Dionísio Cerqueira, chamado "mapa das Côrtes". Nessa profunda coletânea de provas que Rio Branco levava para Washington e fôra por êle pessoalmente colhida ou mandada colhêr nos arquivos de Lisboa, de Madrid, Salamanca e Alcalá de Henares, e que opulentavam seis maciços volumes de razões, restaurou êle roteiros antigos, cartas e mapas para identificar as nas-

centes, o curso, a foz e os nomes de dois rios pouquíssimo conhecidos do sistema hidrográfico platino. Como observou Eduardo Prado:

“A importância da identificação desses rios era capital para o Brasil, pois, se prevalecesse a teoria argentina sobre a matéria, perderíamos nós um grande território, e ficaria comprometida a nossa segurança, pois os argentinos teriam uma porta sempre aberta para o centro do Brasil”.

Quando foi proferido o laudo, ocupava a Casa Branca Grover Cleveland, que na sua segunda presidência sucedera a Harrison.

Oliveira Lima, nas suas “Memórias” — livro venenoso e amargo que seria preferível nunca tivesse vindo à luz da publicidade e que em nada aumenta os foros e créditos do autor, já antes plenamente assegurados com obras honestas e meditadas como o “D. João VI”, “O Reconhecimento do Império”, “O Japão”, “A Argentina”, “D. Miguel”, e outros, sem contar as conferências realizadas na Sorbonne e em universidades americanas — Oliveira Lima tentou apoucar a vitória de Rio Branco, qualificando-a de fácil, ante os documentos oferecidos e procurando reduzi-los a um só documento indicado por Dionísio Cerqueira, envenenando, mesmo, o fundamento da decisão — e até a imparcialidade do árbitro.

Ora como superiormente observou Eduardo Prado:

“Não é com estudos de ocasião, feitos para ocorrer a necessidades momentâneas, que um homem pode produzir trabalhos da importância daquele. A demonstração clara, lúcida, exauriente que o Barão do Rio Branco fez dos nossos direitos, à sagacidade do seu exame de documentos, deve o Brasil o ter ganho a sua causa perante o árbitro”.

Outro qualquer delegado, que não levasse para o prélio, para enfrentar a inteligência diabólica de Zeballos, a armadura de conhecimentos do nosso, teria fracassado, como antes fracassara Quintino Bocaiuva, não obstante o alto teor da sua inteligência e sua aguda penetração de pessoas e coisas. Por isso, quando o presidente Cleveland, a 5 de fevereiro de 1895, proferiu o seu laudo, reconhecendo os direitos do Brasil sobre 30.622 quilômetros quadrados do território de Palmas, o Barão do Rio Branco não só recebeu cumprimentos das autoridades americanas e as próprias respeitadas saudações do adversário argentino, que nobremente reconhecera a superior enver-

gadura do advogado "ex adverso", mas um clamor de bênçãos de brasileiros de todos os rincões que viam, assim, acrescido o território de uma área não pequena, e afastada e liquidada, em prélio de desfecho amigável, uma divergência irritante que, com o tempo, se converteria, quiçá, em semente de perigosas dissensões.

O próprio Barão, com a sua natural nobreza, referiu-se ao trabalho de Zeballos com os maiores encômios, acentuando que, com os documentos que o Brasil oferecera, outra não podia ser a decisão de um árbitro honesto, como era o presidente Cleveland. Essa galhardia do nosso delegado, em face do adversário, deixou, porém, um germezinho de malquerença: Zeballos, grande espírito e grande autoridade sul-americana, sentiu diminuída, provavelmente, a sua situação e, no íntimo, não perdeu a Rio Branco a superioridade com que este conduzira o prélio e vencera de forma tão cabal. Mais tarde esse germe com os fertilizantes da malevolência e das intrigas — intrigas de lá, malevolência e invejas daqui — medrou e chegou a frondejar, como essas árvores malignas, das quais a própria sombra é perigosa, árvores que misturam as insídias com a seiva até que ventos benéficos saneiem o ambiente e mandem para longe essas exalações, perigosas e letais como os miasmas de certas águas paradas que escondem matéria em putrefação.

Mas, deixemos esse atalho sombrio por onde depois enveredou Zeballos e voltemos ao Barão.

A SEGUNDA VITÓRIA: O AMAPÁ

A vitória na questão de limites com a Argentina projetou o nome de Rio Branco, de chôfre, numa claridade esplêndida entre as nossas figuras estelares.

Era, pois, natural consequência da primeira, que Prudente de Moraes, na presidência da República, lhe confiasse, a 22 de novembro de 1897, a representação do Brasil na dissensão de limites chamada do Amapá, com a França, isto é, a fixação da linha divisória entre a Guiana Francesa e o território extremo do Estado do Pará. Essas dúvidas tinham dois séculos de fermentação e chegavam ao Tratado de Utrecht; nas guerras napoleônicas, Portugal ocupara parte da Guiana, mas devolvera a parte ocupada após a queda do Corso. Começaram depois os conflitos entre fronteiriços do lado brasileiro e uma pequena guarnição do lado pretendido pela França. Num desses choques os mineradores e tabaréus paranaenses dizimaram a guarnição, sofrendo também enormes perdas. E toda a região se conflagrou.

A dúvida consistia em saber se o Oyapock era o Japoc, ou Vicente Pinzon do art. 8.º do Tratado de Utrecht. Pretendia a França que o rio Japoc era o mesmo Araguari, que tinha a foz ao Sul do Cabo Norte, indo pelo rio, terra a dentro paralelamente ao Amazonas, até alcançar a margem esquerda do Rio Branco. Assinado no Rio, a 10 de abril de 1897, o compromisso, representado o Brasil pelo seu ministro das Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira, e a França pelo ministro plenipotenciário, Emile Pichon, foi escolhido para árbitro o Conselho da República Helvética e Rio Branco nomeado nosso advogado.

Seu trabalho foi talvez mais árduo do que o anterior, e concluído com a mesma prodigiosa profundidade. As Memórias, numa exposição de 840 páginas, enriquecidas por mapas, cartas e documentos por êle colhidos nos seus arquivos e nos outros que andou esmiuçando, deixaram amplamente escudado o direito do Brasil.

O Conselho Federal Suíço, com a circunspecção tradicional com que cuida de tôdas as questões, após estudos exaustivos proferiu, afinal, o laudo a 1.º de dezembro de 1900, reconhecendo como legítimas as divisas pleiteadas pelo Brasil e assegurando-nos a posse e o domínio sobre 260.000 quilômetros quadrados. Com isso foi a Guiana Francesa contida na penetração da bacia amazônica, fixando-se a linha divisória no rio Oyapock. O juiz prolator foi Eduardo Muller, que com o presidente Forrer estudara o volumoso processo.

Soube-se depois no Brasil — e o então-major hoje general Liberato Bitencourt narrou o fato em folheto publicado em 1913 — que o Barão do Rio Branco para ver assegurada a composição e impressão das suas razões, na tipografia Lahure, de Paris, tendo prazo curto para a entrega e sentindo que o estabelecimento manhosamente retardava a organização das várias partes e mapas que êle, mesmo, fizera desenhar e reproduzir de autênticos originais — instalou-se na tipografia com cama e uma pequena mala de roupas e pôs em movimento as turmas de tipógrafos, paginadores e impressores que se revejavam, dia e noite, no intenso trabalho, espicaçados pela sua presença, e estimulados por um cafezinho de bom tipo e boa torração que ali era distribuído pela noite a dentro, espantando o sono e dando maior rendimento àquelas vigílias. Apesar disso, as razões foram terminadas parte em Paris e parte em Berna, na Imprimerie Staempli, pouco antes da data prefixada para sua entrega.

A notícia da decisão do Conselho Federal Suíço foi transmitida pelo sr. Graffina, secretário do Departamento Federal, ao Barão do Rio Branco que então se achava instalado na Vila Trautheim com suas filhas e seu filho Raul e os auxiliares da missão. Um grupo de brasileiros ali se reunira na expectativa da decisão: Domí-

cio da Gama, vindo de Londres; Carlos de Carvalho, vindo de Bruxelas, onde era ministro Plenipotenciário e onde escrevera aquêle monumento jurídico com que brindou o nosso direito — a “Nova Consolidação das Leis Civis”, que modernizou e pôs Teixeira de Freitas em dia, dando um grande passo para o futuro Código Civil; Hipólito de Araujo, que fizera parte da missão, e Roberto Mesquita, correspondente do “Jornal do Comércio”, vindos de Paris. Entregues os preciosos volumes com a sentença relatada pelo juiz Eduardo Muller, o secretário do Conselho felicitou, com efusão, o advogado do Brasil pela sua esplêndida vitória. Pode-se bem imaginar com que intensidade a alegria desceu sôbre aquêle punhado de brasileiros que circundavam o Barão; redigiram-se às pressas os primeiros despachos para o Governo e os mensageiros dispararam para a estação telegráfica. Dizia o Barão que os brasileiros deveriam guardar bem na memória os nomes daqueles homens honestos e esclarecidos que proferiram o laudo. Acatemos o conselho, recordando êsses nomes: Walther Hauser, presidente; Ernest Brenner, vice-presidente; Adolf Deucher; Eduard Muller, juiz relator; Max Emile Ruchet, Robert Contesse e Joseph Zemp.

A notícia chegou ao Brasil e provocou, principalmente no Rio de Janeiro, manifestações estrondosas. Em São Paulo, pela deficiência que então se notava nas comunicações telegráficas, o despacho de Berna pelo seu laconismo não provocou a explosão imediata da alegria popular como no Rio. Fora manifestações de órgãos oficiais e de uma passeata realizada pela banda da Brigada Policial, nada houve até o domingo seguinte, a não ser uma ruidosa “marche aux flambeaux” promovida pelos estudantes de direito, aos quais se associaram estudantes de outras escolas. Na Europa, ao que se sabe, a decisão não tivera maior repercussão.

E explica-se: andavam as grandes potências agitadas pela colisão de interesses maiores e não podiam perder tempo com uma decisão arbitral que beneficiava um vago país sul-americano que só então principiaria a dar que falar de si. A guerra do Transvaal estava finda, lord Roberts de retôrno à sua pátria, lord Kitchner a perseguir o general “boer” Dewet e tropas esparsas de guerrilheiros sem poder prendê-los; a China em rebelião com o levante dos patriotas “boxers” que puseram em choque as forças européias, até serem esmagados por tropas internacionais numa expedição punitiva; a França abespinhada com a Grã-Bretanha por causa de interesses africanos e a Alemanha à espera do momento azado para também tentar a sua penetração na África, se possível em Marrocos; o velho presidente do Transvaal, Paulo Kruger, vindo à Europa para tentar obter condições amenas na liquidação da guerra, não era recebido por

Guilherme II da Alemanha, nem pelo imperador da Áustria-Hungria, embora o fôsse, logo após, pela rainha da Holanda — e tudo isso empolgava as atenções e provocava debates nos parlamentos e notícias rubras nos jornais, extravasando para as agências telegráficas. Não era, pois, para admirar que o “Journal des Débats”, de Paris, noticiando a decisão, declarasse que “ela não causava abalo à França, nem molestava o seu prestígio, sabido como era, que os seus grandes interesses estavam na África e na Ásia, não na América do Sul”. Devemos aliás louvar a lealdade com que o Governo Francês acatou a decisão do árbitro e a proibidade com que promoveu a retificação da linha fronteiriça com a comissão brasileira.

O Barão, afora as comunicações oficiais ao Governo, certamente completas, nada falava de si; a ninguém, a não ser aos seus íntimos, expandiu o imenso júbilo de que devera estar tomado.

Mas deu prova de sentimentos de alta delicadeza, enviando a Prudente de Morais, que então residia no seu recolhimento voluntário de Piracicaba, depois dum atormentado quadriênio, um telegrama muito breve expedido no mesmo dia 1.º de dezembro e publicado nos jornais de São Paulo, 10 dias depois — despacho que diz tudo em sua extraordinária singeleza:

“Berna, 1.º de dezembro de 1900

Dr. Prudente de Morais — São Paulo

O resultado de hoje é devido em grande parte a V. Excia. Permita-me que o abraçe com vivo afeto e reconhecimento.

Rio Branco.”

Em 1901 passou o Brasil a tratar da fixação de suas divisas territoriais com a Guiana Inglesa, a fim de deixar bem delimitados os lindes perimétricos do extremo norte do território.

Rio Branco, que também conhecia a fundo a origem dessa pendência, pois já a havia estudado em Paris, paralelamente com a do Amapá, foi convidado a patrociná-la, mas declinou da escolha sugerindo o nome de seu velho amigo Joaquim Nabuco que, em julho de 1900, assumira o posto de Plenipotenciário junto ao Governo da Grã-Bretanha, então o mais importante dos nossos centros de representação diplomática. O eixo da nossa gravitação política externa ainda não se deslocara — como depois se deslocou — para Washington, o que se deveu, principalmente, ao trabalho de Rio Branco, com seu americanismo franco, depois, incontestavelmente, ampliado por Joaquim Nabuco, que se tornou americanista veemente. A

identidade de aspirações já se sentia, aliás, ao tempo do Império e foi reatada eficazmente por Salvador de Mendonça no primeiro lustro da República.

Em novembro de 1901 foi, finalmente, após marchas e contra-marchas, assinado em Londres, com o Marquês de Landsdowne, o tratado de arbitramento, tendo sido escolhido para árbitro o rei da Itália, Vítor Manuel III, depois de pôsto à margem o Grão-Duque de Saxe, indicado pelo Brasil (por sugestão de Rio Branco ao Ministro das Relações Exteriores Olinto de Magalhães).

Em fevereiro de 1902 Nabuco apresentava ao rei-árbitro a sua primeira "Memória", vasada num francês que fazia pensar em Rénan. Em 1904 deveria estar resolvida a pendência — e, ao que todos esperávamos — com outra vitória do Brasil. Eis porque Rio Branco, em carta dirigida a Nabuco, pressagiava a volta dêste ao Brasil para assumir mais tarde a direção da pasta do Exterior. Mas o laudo decidiu o litígio como Salomão pretendeu fazer com o filho disputado por duas mães: partiú ao meio o território.

Nabuco sofreu um abalo enorme com o injusto "veredictum" cujo fundamento, aliás, Rui Barbosa aconselhava que fôssemos procurar não em ditames da justiça, mas em influências estranhas ligadas à política do Mediterrâneo.

NO ITAMARATI — LIQUIDAÇÃO DAS OUTRAS DÚVIDAS DE FRONTEIRAS

Com as suas vitórias o nome de Rio Branco era forçosamente apontado para pôsto mais ativo no govêrno do nosso país. O quadriênio Rodrigues Alves ia ter início a 15 de novembro de 1902 e Rio Branco foi convidado para Ministro das Relações Exteriores, sendo tirado da nossa representação diplomática em Berlim, que ocupava desde 1901.

Muito relutou para aceitar o novo cargo. Na correspondência então trocada com Joaquim Nabuco há trechos sugestivos, que definem bem êsses temores. Numa delas, de 13 de agosto, escreve:

"Receio muito fazer, aceitando o convite, um sacrifício estéril: perder de perto, o que tenho podido ganhar de longe".

No livro "Vida de Joaquim Nabuco", escrito por sua filha Carolina Nabuco — livro de alto estalão literário e histórico, em que a exatidão dos fatos vem acrescida, no seu interêsse pela doçura que

nêles pôs a sua autora — muitos trechos se contam (e a correspondência deveria ter sido copiosa), para atestarem as vacilações, as dúvidas e os temores do Barão. Um dos fatos que mais contribuíam para êsses temores era a crise originada dos conflitos de fronteiras entre bolivianos e brasileiros do Acre. Êle as confessa num estilo telegráfico:

“Muito abatido, indeciso, quase certo pouco ou nada poderei fazer de útil. Vejo... Acre muito embrulhado”.

Mas afinal se decide, dando a Rodrigues Alves a resposta que reproduz textualmente numa outra carta a Nabuco:

“Acabo de responder: Farei sacrificio que V. Excia. julga necessário, contente de o fazer pelo que devo à nossa terra e a V. Excia.

Guarde essa notícia para si e transmita-a só ao Raul com a recomendação da maior reserva.”

Nas linhas finais vem êste fecho soberbo, que demonstra o pensamento do Barão pelo futuro destino político do segundo Nabuco:

“Não sou um voluntário; sou um recrutado. Espero conseguir minha baixa quando você, que nasceu para a política, acabar em 1904 sua tarefa em Roma”.

A escolha de Rio Branco para titular da pasta das Relações Exteriores foi dos atos de maior sabedoria política do Conselheiro Rodrigues Alves, que, aliás, se tornou notável pela escolha de grandes nomes para composição do seu ministério, conseguindo reunir capacidades que deram ao seu quadriênio um lustre incomparável: foi o período áureo da nossa Primeira República.

As nossas relações com a Argentina haviam entrado numa era de cordialidade no final do quadriênio de Campos Sales, após a visita dêste a Buenos Aires, ao tempo do governo do general Julio Roca, em companhia de vistosa embaixada, na qual figuravam algumas das nossas mais brilhantes culminâncias intelectuais e políticas.

Mas uma crise séria, em torno do território do Acre, tinhã surgido e nelã nos chocávamos com a Bolívia e o Peru.

No exercício da sua pasta o primeiro gesto do Barão do Rio Branco foi sustar a agitação que no território contestado então se ini-

ciava, e na qual alguns batalhões bolivianos — ao que se dizia comandados pelo próprio presidente, general Pando — toparam pela frente colunas volantes de patriotas logo engrossadas pelas do caboclo Plácido de Castro, atrevido cavaleiro das selvas que, com os seus seringueiros, montou guarda à linha brasileira e repeliu a tiro os primeiros invasores. Após a ocupação militar do território por forças do nosso exército, por inspiração de Rio Branco, houve uma trégua e os plenipotenciários puderam, no Rio, debater e ajustar tranqüilamente os direitos de seus países e entrar num regime de concessões recíprocas, inspirados pelo desejo de uma paz sem eiva de malquerenças.

Devemos lembrar os que, a êsse tempo, éramos moços, as agitações patrióticas que sacudiram nossas cidades grandes e pequenas em todos os Estados: em São Paulo, a Faculdade de Direito tomou, de súbito, a dianteira do movimento e chegou a reclamar como providência imediata a remessa de tropas regulares para escorraçarem os batalhões invasores que tentaram trucidar os seringueiros de Plácido de Castro — tendo-se, mesmo, proposto a formação de batalhões de voluntários, a exemplo do que fôra feito em 1893, sob o Governo de Floriano Peixoto. Quando, porém, essas sugestões eram feitas, já Rio Branco pressentira a gravidade da tormenta e os batalhões de Taumaturgo de Azevedo eram embarcados às pressas, em navios do Loide Brasileiro, rumo às cabeceiras do Madeira e do Purus.

A situação era espinhosa porquanto, além de interesses bolivianos (que eram territoriais), e dos interesses brasileiros (que eram territoriais e políticos defensivos da população, cuja maioria era brasileira em propôrção, segundo se dizia, de 30 cearenses para um boliviano), havia os interesses pecuniários do "Bolivian Syndicate," de capital americano para ali atraído pelo governo de Manoel Pando e favorecido por um contrato de arrendamento de longo prazo. Rio Branco, com clarividência e o seu inalterável sentimento de justiça, reconheceu e proclamou que — sobre uma parte o Brasil tinha direitos incontestáveis, dos quais não abria mão; sobre a outra (que era maior), direitos duvidosos que seriam apurados para base da transação; e sobre os contratos do Sindicato não tinha direito algum, porque não fôra parte nêles, mas devia respeitá-los promovendo a sua rescisão por intermédio da Bolívia mediante pagamento de uma indenização, e com isso circunscrevendo-se o debate de divisas entre os países limítrofes. Fez-se, por isso, sob a sua visão ampla o acôrdo, em bases muito claras, consignadas no Tratado de Petrópolis, de 21 de novembro de 1903. Liquidou-se a questão com a Bolívia e

ficou o Brasil de acertar a outra parte com o Peru, que também tinha pretensões sobre a parte maior dessa área.

O Brasil cedeu à Bolívia 2.296 quilômetros quadrados entre o Madeira e o Abunã, e 723 quilômetros quadrados sobre a margem direita das nascentes do Paraguai, nos alagados conhecidos pelo nome de Baía Negra e parte das Lagoas de Cáceres e outras que davam à Bolívia comunicação com o rio Paraguai. A Bolívia, por seu turno, abandonou as pretensões sobre 142.800 quilômetros quadrados litigiosos e cedeu uma faixa complementar de 48.100 quilômetros quadrados ou, em números redondos, 191.000 quilômetros quadrados. Recebeu 2 milhões de esterlinos para liquidar o contrato com o Sindicato e obteve o compromisso, por parte do Brasil, da construção de uma via férrea ligando Santo Antônio a Vila Bela.

A êsses acordos ficaram ligados, ineludivelmente, os nomes de Rio Branco e Assis Brasil, que representaram o Brasil, Fernando Guachalla e Claudio Pinilla, que representaram a Bolívia.

Em suma, e reproduzindo o que o próprio Barão declarava, para conhecimento de alguns críticos apressados que pretendiam lançar nuvens de confusa acrimônia sobre o acôrdo: "o que era nosso, reivindicamos; o que era habitado pelos nossos, adquirimos; o que não era cedemos; e os interesses particulares pagamos". Todos saíram satisfeitos com a solução. "Já em 1909, — escrevia Fernando Raja Gabaglia — apura-se que a renda colhida pela União no território do Acre, descontadas tôdas as despesas, acusava um saldo de mais de 23 mil contos". Com o Peru em 1909 era concluído outro acôrdo e reconhecidas as linhas limítrofes do Tratado de Petrópolis em bases definitivas e inspiradas pela maior cordialidade, pon-do-se têrmo, para sempre, a choques, alguns dêles desgraçadamente sangrentos, entre moradores brasileiros e peruanos do Alto Juruá e do Alto Purus — do Beni e do Cataí.

Pelo acôrdo celebrado com o Peru, cujas cláusulas constam da exposição apresentada pelo Barão do Rio Branco ao Presidente da República, acompanhando o instrumento original datado de 8 de setembro de 1909, obteve o Brasil o reconhecimento dos seus direitos sobre 442.000 quilômetros quadrados e cedeu 39.000 quilômetros quadrados da parte anteriormente obtida da Bolívia, em 1903; os 191.000 quilômetros dêsse acôrdo foram reduzidos, assim, a 152.000 quilômetros.

Em resumo: pelo trabalho do Barão foram reajustadas as nossas linhas limítrofes nas várias zonas litigiosas (sem, mesmo, contar a fixação feita com a Venezuela e Colômbia) e obtivemos o reconhecimento pleno e definitivo sobre as seguintes áreas, em quilômetros quadrados:

Com a Argentina — Missões	32.622
Com a França — Amapá	260.000
Com a Bolívia — Acre	191.000
Com o Peru — Acre	442.000
	<hr/>
	925.622
Cessão feita ao Peru	39.000
	<hr/>
	886.622

A OBRA DE RIO BRANCO NO ITAMARATI

Sua atividade, à frente da pasta do Exterior, continuou, pelos anos seguintes — sob os governos de Rodrigues Alves de 1902 a 1906, Afonso Pena, de 1906 a 1910, e Hermes da Fonseca, de 1910 a 10 de fevereiro de 1912, data da sua morte.

Nesse decênio, o Itamarati deu ao Brasil um prestígio até então jamais atingido: provinha êle da circunspecção com que a nossa política externa era conduzida e a influência que, sobre a própria política interna, exercia o grande chanceler. Era o Itamarati, em política partidária, uma espécie de território neutro, e as tempestades, algumas agravadas pela insófrida veemência dos nossos discursadores, só se aplacavam com a palavra do Barão, diretamente proferida ou manifestada por alguns dos seus autorizados intérpretes, entre êles o magnífico Gastão da Cunha, que Oliveira Lima, com consumada perfídia, não podendo dizer pior, se contentou em apelidar de “defensor “ex-officio” das bravatas do Barão”.

Basta, porém, enumerar alguns atos e cometimentos dos governos aos quais servira o 2.º Rio Branco, para se aquilatar do volume e da qualidade dos seus trabalhos: promoveu e concluiu convenções sanitárias com a Argentina, Uruguai e Paraguai; tratados de arbitramento com a Argentina, Chile, Estados Unidos, Portugal, França, Espanha, México, Honduras, Venezuela, Panamá, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e outras muitas nações, num total de 31; convênios de comércio e marcas de fábrica com a Argentina e Uruguai, Itália e outras nações européias; deu a adesão do Brasil à Convenção da Cruz Vermelha Internacional de Genebra; eliminou tôdas as dúvidas que ainda pudessem restar nas nossas relações de vizinhança com as demais nações sul-americanas e interveio para apaziguar dissensões que entre elas ocorreram. Empenhou a fundo o Brasil nessas relações, em dois Congressos Pan-Americanos, um dos quais, o de 1906, realizado no Rio de Janeiro, e nos levou ao Con-

gresso Internacional de Haia, confiando a nossa representação a uma Embaixada com Rui Barbosa à frente, tendo o Brasil, pela pertinácia dos seus representantes, conseguido, a justo título, o pôsto de líder americano e defensor da igualdade entre as nações do mundo, aproximando, congregando e irmanando as nações dêste Continente até então quase sempre desavindas, em rixas periódicas que, às vêzes, degeneravam em choques truculentos, que se refletiam, imediatamente, no mau nome de tôdas elas, apontadas, então, como agrupamentos exaltados de gente propensa ao reboliço e à confusão.

Deu, o Barão, à diplomacia na América a sua primordial função, a de evitar, quanto possível, lutas armadas entre nações cultas. E para isso promoveu, incansável, ininterruptamente a maior aproximação com os Estados Unidos da América — aproximação que, para nossa felicidade, e para a tranqüilidade dêste hemisfério, foi conduzida pelos seus sucessores, com a maior lealdade e a maior firmeza. Hoje essa união estreita de interesses não sofre mais restrições de caso pensado — e a todos se afigura como o regime normal da nossa vida de relação. Ao seu tempo, porém, apareciam essas aproximações sombreadas por dúvidas, em que muitos escritores e políticos, na imprensa e no parlamento, propagavam nossa volta à órbita européia e menores intimidades com os Estados Unidos, para o que apontavam (essa imagem andou explorada até em caricaturas) a jocosa lição da fábula da panela de ferro com a panela de barro, apenas modificada pelas circunstâncias — em que, na atualidade de então, a panela de ferro era uma, a dos Estados Unidos, cheia de arestas de sua imperfeita fusão em fornos de emergência, e “nós otros” do sul, descendentes de lusitanos e de espanhóis, seríamos uma prateleira de panelas de barro, produto de oleiros pachorrentos que só cuidavam do arrebique dos seus contornos esquecidos da boa coesão e dureza da massa...

A 3.^a CONFERENCIA INTERNACIONAL PAN-AMERICANA

No III Congresso Pan-Americano, instalado no Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1906, e do qual foi êle presidente, esteve o Brasil representado por uma plêiade de altos expoentes da sua cultura — como Joaquim Nabuco, Gastão da Cunha, Assis Brasil, Domício da Gama — que ombrearam dignamente com as maiores figuras americanas, do sul e do norte.

A êle compareceu um enviado dos Estados Unidos, Elihu Root, Secretário de Estado Americano, cujo nome deverá ser entre nós

perpétuamente lembrado pela probidade com que serviu na Secretaria de Estado de Washington às nossas tendências fraternais, convertendo-se depois em figura proeminente dessa política que, mais tarde, — vinte e cinco anos mais tarde — se condensaria, sob a visão do pranteado Franklin Roosevelt, e seu grande secretário Cordell Hull, num verdadeiro lema de bandeira das Américas, que é a política por ele chamada de “boa vizinhança”, vizinhança ideal de povos, vizinhança real de corações, porque beneficiava os que eram vizinhos e também os que eram distantes.

No magistral discurso com que abriu a conferência de 1906 falando a um auditório que era, realmente, o das Nações Americanas, definiu o Barão do Rio Branco a sadia orientação das nações da América que, vivendo sob outros céus e com aspirações tão largas e tão variadas, se reuniam para cultuar a maior cordialidade nas suas relações, e intensificá-las sem entretanto se esquecerem dos laços de tradição cultural que as ligavam à Europa, a qual continuava a ser — “um inesgotável viveiro de homens e uma fonte prodigiosa de energias”.

“Os nossos votos — disse êle — são porque desta 3.^a conferência resulte, confirmada e definida, em atos e medidas de caráter prático e de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade universal.

Dessa segurança resultará, sem dúvida, o propósito geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contraditórios, guiando-os para o mesmo fim do ideal do progresso dentro da paz.”

E mais adiante:

“Em outros tempos reuniam-se os chamados Congressos da Paz para assentar as conseqüências das guerras e os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome de uma futura amizade fundada apenas no direito do mais forte.

Os modernos Congressos são quase sempre convocados em plena paz, sem opressão alguma, graças a uma bem entendida providência, para regular a pacífica atividade das nações; e nêles, por igual maneira, se atende ao direito do mais fraco, como ao do mais poderoso. Esses Congressos dão corpo, forma e autoridade à lei

internacional, felizmente cada dia mais acatada, o que significa um grande passo na história da civilização.

.....

Nessas conferências as concessões representam conquistas da razão, transações amistosas e compensações aconselhadas por interesses recíprocos. Nelas não há senão gestos amigos.

Dessa maneira, em vez de diminuir a dignidade nacional, resulta engrandecê-la depois desses torneios diplomáticos, em que não há vencedores nem vencidos.

E', pois, desnecessário afirmar que, formal e implicitamente, todos os interesses serão aqui respeitados; que, ao discutirem-se os problemas políticos e comerciais, submetidos a esta conferência, não se trabalhará contra entidade alguma e que só se terá em mira o estreitamento de relações entre povos americanos, o bem estar e rápido progresso desta, com o que a Europa e as demais partes do mundo só terão que ganhar. Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que temos entrado na concorrência social."

Com a autoridade engrandecida pelos resultados dessa Conferência, o Brasil pôde, mais tarde, apresentar-se perante as nações européias, em Haia, e ali defender com ardor os mesmos princípios de igualdade internacional pelos quais já vinha pugnando. A Europa principiava a interessar-se pelos países americanos e, em particular, pelos três maiores que Rio Branco, com visão assinalada, pretendia aglomerar sob um só rumo, para ensinar aos demais irmãos, pelo exemplo, as regras comezinhas do bem viver internacional. Seria, assim, uma espécie de cartilha para soletrarmos o alfabeto da paz continental — a cartilha do A - B - C -: Argentina - Brasil - Chile.

A CONVENÇÃO DE HAIA — RUI BARBOSA E RIO BRANCO

A 2.^a reunião da Convenção de Haia, promovida pelo Czar da Rússia Nicolau II, havia sido convocada, em 1905, para o ano de 1906. Como, porém, neste ano se realizasse o 3.^o Congresso Pan-Americano, foi aquela Convenção adiada para 1907. Esse fato provocou de William Stead, grande jornalista britânico, diretor da "Review of Reviews" e uma das maiores potências de opinião naquele conclave de

potências políticas, esta apreciação sugestiva — “ficou o Velho Mundo, por espaço de 12 meses, à espera da palavra do Mundo Novo” — o que já atestava a importância que se principiava a dar às nações latino-americanas e o interesse com que eram acompanhados os seus convênios e tratados. O mundo principiava, então, a ser “Um mundo só”...

Se as Américas saíram do 3.º Congresso do Rio de Janeiro credenciadas para se fazerem ouvir na 2.ª Conferência Internacional de Haia, o Brasil ganhou um prestígio enorme e, com êle, pôde prestar serviços inolvidáveis que até hoje produzem seus frutos: Rio Branco em ambos exerceu influência considerável — no Rio esmaltando os trabalhos das comissões com o seu ato de presença, isto é, contribuindo para aplinar pequenas dúvidas e corrigir rumos perigosos com aquilo que nêle era inato, a sua magia pessoal, o poder de sedução que dêle irradiava com eflúvios invisíveis mas sensíveis — e em Haia desenvolvendo à distância uma atividade imensa, que coordenou e harmonizou as aspirações pan-americanas e forneceu o indispensável apoio ao nosso Embaixador para a sua vitória magistral.

Assim, quando, em junho de 1907, se instalou a Conferência, o delegado chefe da missão brasileira, Rui Barbosa, participava do prestígio pessoal do Chanceler que o indicara e do país que o escolhera. Não se dava maior atenção às pequenas repúblicas americanas, como não se dava pôsto de destaque a algumas nações européias modelares que não ofereciam o abono de grandes exércitos e numerosa frota de guerra. Todavia, perante o presidente da Conferência, que foi o internacionalista russo De Martens, já o antigo ministro russo no Rio de Janeiro, Conde Proser, que era secretário da Conferência, havia feito recomendação especial do renome do embaixador brasileiro e notícia benévola de nossa Pátria. Dos demais países sul-americanos, a Argentina tinha um embaixador de notável cultura, o Dr. Luiz Maria Drago, o Uruguai o seu antigo presidente, Battle y Ordóñez e os demais representantes, que ficaram em segundo plano. A maior figura do conclave, pelo prestígio das armas e pelo volume corpóreo de mais de 100 quilos, era o representante alemão, o Barão Marshal von Bieberstein, autoritário, arrogante e imbuído dos velhos conceitos de desigualdade de direitos entre as nações fortes e as fracas, ou mal armadas, e conseqüente inferioridade de situação destas perante aquelas. Essa concepção era, aliás, partilhada por muitos outros. Deve-se a Rui Barbosa ter provocado, ao menos em parte, o repúdio dêsse conceito; conta-nos Stead que, quando falavam oradores americanos, Marshal não lhes dava atenção, e entabolava conversa com outros representantes do seu teor mental. Rui foi assim

tratado, até o incidente com De Martens, mas daí em diante firmou a sua autoridade e a voz do Brasil perante a notável assembléia.

Quando, a 12 de julho de 1907, na 4.^a Comissão, o delegado brasileiro discutia a conversão de navios mercantes em vasos de guerra, e a abolição do Corso, firmada em 1856, chamando para exemplos casos antigos e recentes, de que eram partícipes algumas das grandes potências, numa exposição apoiada em argumentos irretorquíveis — que o presidente De Martens, tanto como os outros, ouvia com um ar de enfado nada diplomático, — a uma observação do presidente, que era censura ao nosso delegado, explodiu Rui Barbosa numa réplica imediata, em cujos períodos se sentia a indignação do jurista e do patriota que os “bigeigt” desabusadamente pretendiam espezinhar. E deu-se o milagre: renderam-se à palavra do orador. Ouviram-no, estupefatos, não tanto pelo poder da sua dialética, como dos assomos da sua audácia.

Mas caindo em si, o próprio De Martens depois se escusou perante Rui e corrigiu o mau efeito do anterior estabamento.

Enquanto isso se passava em Haia, Rio Branco desenvolvia no Itamarati uma atividade ininterrupta, verdadeiramente prodigiosa: correspondia-se com as nossas representações em tôdas as repúblicas, do sul e do norte da América; trabalhava, com os nossos representantes diplomáticos, os governos junto aos quais serviam; apoiava e estimulava o delegado brasileiro e o trazia ao par de tudo quanto se passava; sugeria, aconselhava, esclarecia, compartilhava das agruras de Rui que assim sentia que não estava só, mas escorado pelo Barão e ao abrigo de outros golpes tortuosos por aquêle grande pálio que o Chanceler brasileiro, das salas do Itamarati, ia estendendo em tôrno da sua cabeça.

Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, seu secretário auxiliar na delegação, contou-nos pormenorizadamente êsse incidente num artigo que depois reproduziu no volume “Figuras do Império e outros ensaios”, na série V da *Brasiliána* (vol. I). Senhor de um estilo incisivo e esbelto, de raro encanto, eis como êle narra a assistência dada a Rui pelo Barão, e como aprecia as qualidades dominantes do Chanceler e o feito trancado, encolhido, arredo e anti-diplomático do nosso Embaixador.

“O INCIDENTE DE MARTENS”

“Choviscava”. Dia brusco e mal humorado, êsse 12 de julho de 1907.

“Saímos do Palace-Hotel de Scheveningen, o embaixador Rui Barbosa e eu, no automóvel a seu serviço men-

sal, inferior a qualquer táxi de Paris, mas em todo o caso apreciável visto como em Haia só havia' mais dois de aluguel.

Dobbert, seu sobrinho, e secretário-particular, ficara em casa, *assoberbado pela maré de telegramas do Barão, que tinha de decifrar.*

Rui não almoçara. Ficara-se no chá da manhã. Estava de mãos geladas. Calçou as luvas — taciturno. Uma' ou outra reflexão de desalento. A Conferência começara com o pé esquerdo.

.....

A posição do Brasil era difícil. A hostilidade do ambiente contra o seu embaixador, indissimulável. Principalmente de grande parte dos latino-americanos. Muitos destes, quando Rui começava a falar, abriam jornais, ostensivamente. William Stead mudara-lhe o nome para' dr. Verbosa. Queriam emudecê-lo. O ceticismo dominava.

.....

As simpatias de que gozava na Conferência podiam-se contar, e eram de caráter pessoal.

Não podíamos contar, quanto aos nossos vizinhos do Prata, senão com deferente reserva e esta, honra seja feita, tanto a Saenz Peña e a Larreta, como a Battle y Ordóñez, nunca nos faltou nos dias tormentosos, transformando-se ao fim da Conferência numa leal amizade.

.....

Eu não acreditava em Rui. Nem êle mesmo acreditava em si próprio. A conspiração de interesses era tão grande que estava além de qualquer previsão razoável pensar em vencê-la. Todo o pessoal da Embaixada participava da mesma impressão.

Lamentávamos a ausência de Rio Branco. Êste, sim, pensávamos, com a sua fascinação, o seu prestígio, o seu dom de proselitismo não deixaria o Brasil em desaire.

Censurávamos a Rui o viver isolado, o não angariar simpatias, o não fazer alianças, o não sacrificar sistematicamente as horas de estudo à tirania dos hábitos sociais.

Esta é a verdade."

Sente-se pelo que aí fica dito e pelo mais que emerge de tantas outras fontes, que o êxito esplêndido de Haia se deve, em partes iguais, a Rui e a Rio Branco. Quando, após a rápida e fulminante resposta a de Martens, o Brasil tomou pé, para sempre, naquele concílio de semi-deuses orgulhosos, capitaneados pelo Wotan renano, o que levou o internacionalista Brown Scott, consultor técnico da Embaixada americana, a proclamar em alta voz ao professor Drago — “Voi-là le Nouveau Monde qui ce fait entendre du Vieux” — o júbilo de Rui não foi maior do que o do nosso Chanceler. Este continuava um trabalho silencioso, mas pertinaz e metódico junto às chancelarias americanas, trabalho de retaguarda de uma força que êle, do Rio, abastecia com elementos materiais e morais, e até com suprimento de idéias e de planos, enquanto, na linha de frente, Rui conduzia o combate com o seu nunca desmentido denôdo e sua insuperável mestria. De 12 de julho em diante colhemos — e conosco tôdas as nações americanas — o fruto daquele porfiado e confuso “entrevero”.

O que veio depois foi a acomodação final, e nessa o Barão também colaborou decisivamente, com êxito para os princípios que defendia. De então para cá, a mutação foi grande e grandes as melhoras — valha-nos Deus.

Numa assembléia de hoje seria, certamente, apupado, um representante de qualquer govêrno que tivesse a petulância de repetir o que, em Haia, e conforme o testemunho de William Stead, disse o arrogante Barão Marshal von Bieberstein: “Tenho um grande respeito ao Poder e a quanto êle representa no mundo. E nunca consentirei que uma grande encarnação do Poder, como a Alemanha, seja julgada por um juiz representante da Guatemala!...”

A VISITA A SÃO PAULO EM 1907

Da passagem pela Academia de Direito ficaria em seu espírito — talvez ainda mais em seu coração — uma abundante reserva de simpatia pelos estudantes de direito, em particular os de São Paulo, propenso, como sempre se mostrou, a acolher suas pretensões, incitá-los em seus movimentos, acudir-lhes em suas aperturas e perdoar-lhes com complacência e cara risonha, algumas tropelias e excessos.

E é fato que, quando no exercício da pasta de ministro do Exterior, que assumiu em dezembro de 1902, no govêrno do Conselheiro Rodrigues Alves, recebeu com deferências especiais os convites, as embaixadas, as manifestações que daqui partissem, com a chancela da velha casa de ensino do direito. As atribuições da pasta, numa época.

de fermentações anti-brasileiras que lavravam na América do Sul e que êle, aos poucos, dissipou e venceu convertendo-as em auras bonancosas, de concórdia e de paz, forçaram-no, durante anos seguidos, a adiar a visita que nos prometera.

Sabia êle que em 1901, logo após a sua estupenda vitória na questão do Amapá, pela qual alcançou, num trabalho de advogado emérito, a reivindicação de 260.000 quilômetros quadrados de território que a França nos disputava, escudada num monstruoso "grilo" que se apoiava na confusão de nomes de dois rios mencionados numa cláusula do Tratado de Utrecht — a exemplo desses "grilos" menores, ainda em moda, que levam o seu cordão umbilical a antigos registros paroquiais — os estudantes de direito haviam mandado esculpir a sua efígie num belo mármore, que foi colocado no salão nobre, tendo por parceiro o busto de Victor Hugo, dominados ambos pelo enorme retrato do Imperador D. Pedro II, com a farda dos grandes dias de gala, as longas barbas brancas a atestarem a anciania que, entretanto, era posta em dúvida pelo traço juvenil do rosto que o pintor se julgou obrigado a remoçar. Era uma homenagem rara que se prestava a um grande nome e êle foi o primeiro cidadão vivo que mereceu nas Arcadas essa consagração: e, sentindo, com as antenas do coração, que nunca mentem, a espontânea sinceridade daquela honraria, que não foi sugerida por ninguém, por nenhum apaniguado do Chanceler, mas brotou, num impulso irresistível, dos assomos de entusiasmo que a todos inflamavam, após a vitória contida no laudo de 1.º de dezembro de 1900, — redobrou de carinho no atender aos nossos pedidos e apoiar os movimentos e gestos dos nossos estudantes.

Foi nessa atmosfera de cordialidade e simpatia, pelo prestígio da sua figura que não cessava de crescer perante as nações americanas, que êle acedeu em vir a São Paulo, em 1907, para inaugurar a herma de Álvares de Azevedo, colocada num recanto bucólico da Praça da República, à sombra de alecrins e plátanos, como símbolo do estudante sonhador que foi, desde muito, elevado à condição de patrono dos acadêmicos de São Paulo.

* * *

Em 1906 tínhamos recebido e festejado, com as naturais exuberâncias, algumas das nossas grandes figuras que tomaram parte na 3.ª Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro: aqui tinham vindo matar saúdaes, e matar a nossa curiosidade dando-nos ensejo para gastarmos as nossas reservas de entusiasmo e eloquência, Joaquim Nabuco, o grande, claro e belo Nabuco, e Assis Brasil, seguidos por alguns outros congressistas. Mas Rio Branco não viera, prêso ao Rio pelos encargos do Ministério e pela árdua superin-

tendência de outros trabalhos, entre os quais a composição da futura representação brasileira em Haia e o reajustamento da cordialidade sul-americana que o diabólico Estanislau Zeballos principiava a perturbar.

Mas, em 1907, afinal, veio êle a São Paulo sem levar em conta moléstias que já o afligiam, pela desorganização da sua vida, que era tão intensa na produção intelectual, quanto descomedida no repouso, nos métodos de trabalho e nos horários de refeições.

Tinham sido feitos grandes preparativos para uma semana de festas estrepitosas, com banquetes, luminárias e homenagens oficiais: a um pedido do Barão, entretanto, circunscreveu-se o programa ao estritamente necessário, tendo sido cancelados os banquetes.

A parte central do programa — assim declarada expressamente a seu pedido — era a inauguração da herma de Álvares de Azevedo, trabalho do escultor Amadeu Zani, sendo a visita a São Paulo “o cumprimento de antiga promessa feita aos seus amigos acadêmicos de direito”.

Recordemos agora — porque êstes fatos passam a ser esquecidos depois de algum tempo e, com o correr de quatro decênios, quase completamente ignorados, que a idéia da herma a Álvares de Azevedo partiu do quartanista José Adriano Marrey Júnior, e foi apresentada numa sessão do “Centro XI de Agosto”, realizada em 2 de setembro de 1905, sob a presidência do bacharelado José Carlos de Macedo Soares, secretariado por Pedro Soares de Sampaio Doria e Antônio Ribeiro de Souza Bandeira.

Aprovada a idéia de se erigir a herma, foram dados, nesse e no ano seguinte, os primeiros passos a fim de obter a importância necessária para o seu custo: e foram bailes de gala, partidas de futebol, conferências literárias que os estudantes, na diretoria do Centro, iam promovendo num trabalho que passou a ser controlado e incrementado, decisivamente, por César Lacerda de Vergueiro que, em 1906, assumiu, realmente, a presidência do Centro, pela ausência quase ininterrupta de Joaquim de Souza Pinheiro, o Pinheirão, de grande bigodeira à minhota.

Com os fundos que arrecadou — e durante dois anos não pensou noutra coisa — César Vergueiro, secundado por bons companheiros, conseguiu colocar a primeira pedra da herma em cerimônia que se realizou a 31 de julho de 1907. Pretendia-se inaugurá-la a 11 de agosto; não sendo isso possível transferiu-se a cerimônia para 28 de setembro, data da lei Rio Branco, homenagem comum ao Visconde e ao Barão, seu filho.

Mas, não sendo ainda possível ao Barão vir a São Paulo, adiou-se a cerimônia para outubro.

A 4 de outubro de 1907 aqui chegava Rio Branco. Trazia comitiva numerosa, na qual brilhavam sua filha Hortênsia, seus filhos Raul e Paulo e um corpo de auxiliares do Itamarati que, em São Paulo, nos intervalos das festas, arrumavam a avultada correspondência que não cessava de chegar da Europa e das capitais americanas. Hospedado pelo Conde Álvares Penteado, na sua opulenta Vila de Higienópolis, aqui passou três dias, disputado pelos estudantes de direito, confraternizando gostosamente com eles e procurando uma outra espécie de lenitivo e conforto nas visitas que pôde fazer, livre das exigências protocolares, aos Conselheiros Antônio Prado e Duarte de Azevedo, à veneranda D. Veridiana Prado, ao ex-Presidente Campos Sales e alguns velhos amigos.

Nesse mesmo dia, à tarde, inaugurou-se a herma na Praça da República. Lá estávamos nós, da diretoria do XI de Agosto — o presidente César Vergueiro, o vice-presidente Lino Moreira, os 1.º e 2.º secretários Heitor Morais e Pelágio Lobo, os 1.º e 2.º oradores Ricardo Gonçalves e Carlos Silveira Martins Leão, os tesoureiros Paulo Quartim de Morais e Eugênio Lefevre, os bibliotecários Romualdo Horta de Araujo Feio e Jaime Soares Chaubet, os redatores do “XI de Agosto” Adolfo Konder, Afonso M. Oliveira Penteado, Alfredo Eugênio de Paula Assis e Cândido Junqueira de Andrade, os membros da Comissão de Sindicância Antônio Henrique Flores, Antônio Martins Franco e Leopoldo Teixeira Leite Filho (Leo Tex), isto é, a diretoria toda do “Centro”. Em torno uma compacta multidão, na qual os acadêmicos de todos os anos punham a sua nota risonha e barulhenta de vivacidade e de graça. Falou, pela Congregação, o lente, que continuava a ser acadêmico, na sua vibração e nos seus ímpetos tribunícios, Reinaldo Porchat, que proferiu um dos seus arrebatadores discursos, pondo em cotejo Álvares de Azevedo, símbolo da velha Academia, o símbolo eterno dos estudantes, das suas aspirações sonhadoras, dos seus ideais de beleza; e Rio Branco, símbolo do Brasil novo e da sua grandeza — “cidadão benemérito, já assim proclamado pelo povo, antes de o ser pelo Congresso, e tão identificado com a Pátria que, de cada vez que alcança um triunfo é a mesma Pátria que se engrinalda com a vitória!” A multidão fremiu depois, ao ouvir o discurso de Lino Moreira, ainda mais cheio de arroubos e com a verbosidade enfunada que fazia parte dos estilos do tempo; evocou a era de Álvares de Azevedo e os seus pendores para o modelo byroniano, com todos os seus excessos, as suas explosões e até as suas deliquescências sentimentais. A multidão estudantina trovejava entusiasmada: era bem o tipo acadêmico do discurso cheio de arroubos e de expressões cantantes. E, como acréscimo, Arnaldo Porchat, nosso condiscípulo, talento de primeira água, também ora-

dor e poeta, sobrinho do lente que o precedera na tribuna, recitou uma poesia de sua lavra, com invocações hiperbólicas "Ao bronze de um poeta!"

O agradecimento de Rio Branco foi breve. Era imponente a sua figura, pela efígie agigantada, de mais de 1 metro e 80, a grande e bela cabeça com a calva reluzente e os traços fortes e viris, que tanto impressionavam Eduardo Prado, a contrastar com o sorriso acolhedor e doce de um bom gigante — que o tom desataviado e simples de falar ainda tornava mais sugestivo. Disse o Chanceler, modestamente, que na sua vida não fora mais do que um simples advogado e, se havia logrado algumas vitórias e louros, era simplesmente porque estes não poderiam faltar a causas que tinham por si o direito e a justiça. Em dois ou três períodos claros e chãos agradeceu aquela manifestação estrondosa e concitou a mocidade a que, em tôdas as lutas em que se envolvesse, pelas suas belas causas, nunca deixasse desfalecer a chama dos seus ideais.

Na noite desse dia, ao que depois soube, o Barão esteve até alta hora, com Domicio da Gama e Pecegueiro do Amaral, a formular telegramas para Rui Barbosa e decifrar os que da Embaixada em Haia havia recebido sobre a resposta ao discurso proferido por Luis Maria Drago, representante argentino, em torno do relatório do representante francês Louis Renault sobre a extensão dos deveres dos países neutros em casos de guerra. A sua atividade era, como se vê, onímoda, dividida entre festas e trabalhos, aqui, e a defesa vigilante do Brasil, no estrangeiro.

A SESSÃO SOLENE DA FACULDADE DE DIREITO

A 5 de outubro realizou-se a sessão em sua homenagem na Faculdade de Direito. Foi das mais belas, das mais brilhantes e entusiásticas sessões que ali jamais se realizaram, mais cheia de vibrações, talvez, do que a do ano anterior prestada a Joaquim Nabuco e a de dois anos após, prestada a Rui Barbosa. A congregação, com grande efetivo, enchia as poltronas altas, notando-se ao lado do diretor Vicente Mamede, os professores Pedro Lessa, Reinaldo Porchat, Oliveira Coutinho, Cândido Mota, Pinto Ferraz, Brasília Machado, Alcântara Machado, João Arruda, Veiga Filho, Ernesto Moura, Manuel Pedro Vilaboim, Gabriel de Rezende, João Mendes Júnior, Almeida Nogueira, Frederico Steidel, José Ulpiano e Dario Ribeiro.

Aberta a sessão pelo presidente do "Centro XI de Agosto", César Vergueiro, foi dada a palavra a Pedro Lessa, que orou pela Congregação. Proferiu êle um discurso notável, que andou depois correndo

jornais, de norte a sul do país e reproduzido aos pedaços como trechos que melhor acentuavam os méritos de Rio Branco. O mais alto elogio que lhe fez, colocando-o no mesmo plano do pai, foi dizer que "na casa dos Rio Branco as datas nacionais freqüentemente se confundiam com as festas de família" tão integralmente associadas andavam as alegrias dos Rio Branco com os triunfos de sua pátria. A sala nobre estremecia com os aplausos da massa que ali se comprimia. Ao discurso de Pedro Lessa seguiu-se o de Adolfo Konder, em nome dos alunos. O Barão acompanhava aquelas expansões de eloquência acadêmica imensamente comovido, com um sorriso a aflorar-lhe aos lábios, sorriso no qual se poderia, talvez, sentir a satisfação de se ver endeusado por uma classe que nunca fingiu e sempre soube dar-se, inteira, aos vultos da sua preferência. Parecia, às vezes, alheio ao ambiente, como que engolfado num sonho. Certamente mergulhava, com a memória, no seu passado acadêmico, volvia ao quadriênio de 1862-1865, cheio, para êle, de tão doces evocações embora já diluído na névoa da sua bulhenta juventude.

Sua resposta foi breve. Não teria resistência para um grande discurso. O tom de doçura que pôs nas palavras assegurou-lhe, todavia, o êxito da pequenina oração e deu-lhe o fulgor que só as vozes dos oradores perfeitos logravam conseguir, nos seus dias de maior triunfo. Mas a massa estudantina, depois de minutos de intensa e extensa expansão entusiástica, divisando no canto da doutoral a figura de Gastão da Cunha, de belo porte, com a fronte clara e alta, em que uma "pastinha" de cabelos ostentava os primeiros fios brancos, reclamou a sua palavra, que sabia ser, como foi sempre, impetuosa e cintilante. E Gastão, tal a insistência — "fala o Dr. Gastão da Cunha! Fala! Fala o Gastão!..." infringiu o protocolo e, rompendo o círculo de gente que circundava a parte fronteira do gradil, assomou à tribuna, elegante, ereto, com um sorriso aberto e uns ares francos de bom camarada; e com isso também conquistou a turba que se agitava e fremia numa temperatura suficiente para estourar a escala termométrica, se houvesse termômetro para medir aquela exaltação irrefreável.

Cintilou no improviso. Falou das três gerações acadêmicas: a do Barão, de 1860, que preparara o primeiro movimento, movimento subterrâneo para a libertação dos nascituros e dos sexagenários pretos, geração que agitou as ruas da Paulicéia nos anos trevosos da campanha do Paraguai. A geração seguinte, de 1880, que foi a sua e a do eminente mestre de direito Pedro Lessa — geração turbulenta e desabusada que preparou o ambiente para o 13 de Maio e a sua conseqüência irremediável — a proclamação da República, geração que marcou uma nova era em todos os movimentos nacio-

nais, com os exemplos e os estímulos que partiam de São Paulo, isto é, "do coração de São Paulo que era o seu velho convento de São Francisco". Finalmente, aquela geração de 1907, tão vibrante e generosa como as outras, que prosseguia a tradição, movendo-se sempre pelas nobres inspirações de proclamar o valor dos que o possuíam, verdadeiro, e apurar os falsos valores apeando-os do tablado de fundo falso em que se instalam, para atirar à socapa impropérios às grandes figuras tutelares do Brasil.

A referência era visível aos escrevinhadores e tribunos insensatos que pretendiam amesquinhar a obra de Rio Branco, pondo-se em consonância com a atoarda que se levantava em alguns países sul-americanos. Estrugiram novos aplausos numa ovação colossal — e Gastão da Cunha abandonou a tribuna entre palmas e gritos, que continuaram até que a comitiva, congregação, os representantes do Governo, convidados e estudantes desocuparam, aos poucos, o recinto, descendo para o pátio.

REAPARECE O PRETO LEÔNCIO

Ao atravessar o pátio, sob as velhas Arcadas, notou-se um reboleio e, da massa, partiu uma voz gutural e rouca, emergindo logo após a figura de um preto coxo, recurvo e notoriamente devastado pelos abusos do álcool: era o preto Leôncio, que berrou, estentóricamente: — "Viva o dr. Juca Paranhos — Barão do Rio Branco!"

Aquêle "Juca Paranhos", atestador de intimidades, fez o Barão deter-se e ir ao encontro do preto: reconheceu-o, certamente lastimou aquela decadência, mas chamou-o pelo nome antigo — "Este não é o Clemente?" Sim, era o Clemente da antiga "república" da Rua do Meio", mais tarde convertido em Leôncio. Rio Branco estendeu a mão ao Leôncio, êste avançou para beijá-la, mas o Barão o atraiu e abraçou, ali, na nossa frente, na frente de todo o corpo acadêmico. O Leôncio chorava...

Novos aplausos e gritos e vivas — que talvez chegassem até os quatro cantos. E o cortejo, com a Congregação na solenidade das suas becas, retomou o caminho.

À noite houve ainda desfile pelo Centro, ovação ao Barão que se encontrou com o cortejo na Rua 15 de Novembro, em frente ao antigo Internacional. Ali falou, pelos estudantes, de uma sacada fronteira, o gaúcho Eurípides Brasil Milano, e Gastão da Cunha também falou depois do Barão, que tinha a voz quase sumida. E no dia seguinte, regressava o Chanceler ao Rio, levando em sua companhia um bloco do XI de Agosto — César Vergueiro, Eduardo Lorena,

Paulo Quartim de Moraes, Vilalva Júnior, Casper Líbero, Antônio Pinheiro Chagas, Alfredo Gomes Pinto, Lino Moreira, Fernando Lara Palmeiro e Manuel Tapajoz Gomes.

A êsse grupo dispensou o Barão, durante a estada no Rio, um acolhimento afetuoso e paternal. No grupo homenageava o corpo discente da velha casa — e retribuía, com abundância de coração, que foi sempre um dos seus traços, a efusão com que nós o homenageáramos, tributando-lhe as vênias que são devidas a vultos como o seu, capazes de darem lustre a uma nação e nome a um século.

NÓS E A ARGENTINA — ZEBALLOS E SUA MALEVOLÊNCIA CONTRA O BARÃO

No ano seguinte, a atividade do Dr. Estanislau Zeballos, então reinstalado na pasta das Relações Exteriores, expandiu-se em novas e mais violentas críticas contra Rio Branco e sua política sul-americana. Ao tempo em que o nosso Chanceler, com firmeza de orientação, e sem jamais se desviar das tendências amistosas que sempre demonstrara pelas nações irmãs, procurava assegurar ao Brasil uma posição tranqüila de grande nação, sem irritar naturais melindres, Zeballos, na Argentina, a serviço de um govêrno que também nos era adverso, abria uma campanha de desusada, até então desconhecida acrimônia, que criou um ambiente saturado de suspeitas, inquietações e malquerenças. De quase nada valeram as palavras amigas renovadas pelo Barão. A campanha de Zeballos aproveitava um saldo antigo de má vontade e se insinuava pèrfidamente na consciência de argentinos de boa fé, despertando uma nuvem cheia de maus presságios e venenosas diatribes, contra as quais em vão clamavam as nobres vozes de Júlio Roca, Emílio Mitre, Laines, Vitorica, Quirno Costa, Ramon Cárcano, Gorostiaga, Piñero, Uribururu e muitos outros, velhos e consagrados estadistas, que conheciam bem o Brasil e os brasileiros e estavam em situação de ajuizar dos móveis sibilinos que inspiravam o nosso detrator.

Zeballos, com seu incontestável talento político e o grande prestígio que lhe davam, "La Prensa" por êle orientada, e alguns outros jornais que lhe faziam eco e onda — explorava a má semente que já medrava desde o tempo do Império. Nas "Memorias Diplomáticas", de Vicente G. Quesada, historiador probo e literato eminente, que exercera de 1883 a 1885 o cargo de ministro diplomático da Argentina junto ao Govêrno brasileiro, vêm narrados fatos atestadores dessa prevenção. O próprio general Roca, depois tão nosso amigo e amicíssimo de Campos Sales, se deixara levar, na sua primeira presidência, por essa corrente malsã.

Havia — não há que contestá-lo — pessoas exaltadas, de lá e de cá, que semeavam prevenções injustas, e não eram apenas jornalistas, mas políticos e homens com visão imperfeita das coisas americanas. Faltava-lhes penetração severa das tendências naturais dos países e compreensão exata das necessidades e peculiaridades de cada um. Motivo para tais desconfianças era sempre a questão armamentista — atribuindo-se a encomenda de armamentos, as reformas dos quadros militares e o aumento das esquadras à preocupação de exercer uma hegemonia incontrastável no hemisfério.

Rio Branco era, sabidamente, partidário do reforço do nosso aparelho militar, para fins defensivos, porque, tendo servido na Alemanha, durante dois anos e na Europa, durante mais de 20, sentia a influência que uma boa estrutura militar emprestava a tantas outras nações e proclamava a necessidade de estarmos um pouco, muito pouco, aliás, aparelhados para guarnecer a nossa extensa orla marítima e, com a consciência cívica estimulada pelo serviço militar, infundirmos um mais severo senso de disciplina à nossa vida e às nossas atividades. Mas essa convicção, que sempre visara a fortaleza interna sem cogitar de hostilidade externa, vinha servindo de pretexto para intrigas tecidas contra o Brasil e nesse trama entrou, em grande dose, a própria campanha política de oposição que, dentro do nosso país, se desfechava contra o ministro, por ser parte de governos que aqui estavam sendo cruamente hostilizados.

Zeballos não podia perder o ensejo, contando, no nosso parlamento e na nossa imprensa, com agitadores perniciosos, mas do poder verbal de um Barbosa Lima e de um Irineu Machado, e tendo no nosso corpo diplomático, um aliado como Oliveira Lima que hostilizava o Barão e temperava o valor histórico de muitos dos seus trabalhos com uma perfídia incansável, condimentando a graça das narrativas com o veneno dos doestos. Oliveira Lima era, talvez por isso, admirador fervente de Zeballos e — “arcades ambo, ambo florentes aetatibus” — fizeram juntos e de braços dados esse ingrato trecho do caminho. Zeballos possuía uma inesgotável víscerata combativa e um acre espírito de querela, e não pudera esquecer a derrota sofrida no caso das Missões. Essa derrota lhe afetara o prestígio na política da pátria deixando aquela brasa incandescente como fogo de borralho, que as cinzas não abafam, mas conservam sem chama, prontas a atear um lume mais vivo, com o vento ou com o sopro humano, de umas amplas bochechas.

Essa má vontade, aliás, vinha de trás. Quando, em 1908, Zeballos publicou, para se justificar da sua derrota na questão das Missões, uma parte da correspondência enviada ao governo argentino, com imputações claras de uma pretensa deslealdade do governo

brasileiro da época imperial, foi o próprio Vicente Quesada quem tomou, espontaneamente, a nossa defesa, expondo à luz do conhecimento público a sua correspondência privada com o chanceler Ortiz que fôra, mais ainda de que Zeballos, vaidoso, desastrado e intrigante. Desfazendo as imputações da velhacaria e dobrez irrogadas à diplomacia do Itamarati, então guiada pela vigilância do Visconde de Cabo Frio, escreve Quesada: —

“No hubo esa doblez imaginaria y esa mala fe que se indica..... El gobierno imperial cambió su proceder, pero diciendomelo con toda franqueza. Lo expuesto oficialmente en la Memoria del ministerio es completamente erroneo, y se explica por *la preocupacion de creer en la doblez de una intriga desleal*”.

V. Quesada — “Mis Memorias Diplomaticas” 2.^a parte — pag. 427.

Quando, dez anos mais tarde, em 1919, de volta da Argentina, em época em que as nossas relações já haviam entrado numa era de mútuo e cordial entendimento, com o triunfo cabal dos altos rumos propugnados pelos estadistas de ampla visão que foram — Roca, Saenz Peña, de la Plaza e outros, de lá, Campos Sales, Rio Branco, Lauro Muller e Nilo Peçanha, daqui — Oliveira Lima escreveu um excelente livro com impressões da grande nação platina, e nêle colocou Zeballos entre os primeiros vultos do país, aliás o primeiro, precedendo mesmo a Ernesto Quesada, filho do inolvidável Vicente Quesada, a Norberto Piñero, Rodolfo Rivarola e Ramon Cárcano. Descreve-o, embora já septuagenário, como homem ágil de corpo, de mediana estatura, espírito desenvolvido e lúcido, conversador sagaz e com ditos jocosos de grande mordacidade, bom parlamentar, bom professor, bom jornalista e bom garfo. Isso em 1919.

Mas em 1908 a situação era diversa. A atmosfera estava impregnada de maus eflúvios e as duas nações se moviam entre vapores de perigosas toxinas.

O A-B-C propugnado pelo Barão, tão bem acolhido no Chile e em parte vencedor na Argentina, sofreu um colapso por efeito da insidiosa campanha que nos apresentava como manipuladores de um “arreglo” que daria ao Brasil a hegemonia à custa de uma cisão entre Argentina e Chile. Rio Branco procurou aparar os primeiros golpes e apelou para os atos do seu passado, desde a juventude e para a tradição dos grandes estadistas do Império, entre os quais seu pai, todos invariavelmente amigos dos portenhos. E lembrou que, em 1905, ao despedir-se do ministro Manoel Gorostiaga que deixara o Rio

após uma estada de quase dez anos na representação argentina, lhe escrevera uma carta da qual podiam ser destacados períodos incisivos que o próprio Quesada reproduzira:

“A minha mocidade passou-se no tempo de efetiva aliança entre o Brasil e a República Argentina.

“Sou filho de um homem que foi sincero amigo da Nação Argentina, dando muitas provas disso na sua carreira política. Desejaria que de mim se pudesse também dizer que, durante minha passagem pelo govêrno, fiz o que pude para dissipar erros e estreitar relações de boa harmonia entre os dois povos.

“Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande proveito para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora de suas fronteiras. São êsses igualmente os sentimentos do nosso atual presidente, como foram os dos seus predecessores e os dos estadistas do segundo reinado.....”

Não era possível ser mais leal, nem mais claro.

O TELEGRAMA NÚMERO 9

Mas a investida zeballista adquirira tal ímpeto que fez turvar o céu continental, e se desencadeou sobre a figura de Rio Branco, apontado como o grande fautor dessa discórdia. O govêrno brasileiro, com o apoio fremente da opinião pública, deu ao Barão integral solidariedade e o efeito imediato foi a queda de Zeballos. Passou êste, então, da Chancelaria para as colunas da “Revista de Derecho”, e nesta publicou um artigo, com a sua assinatura, no qual dava a Rio Branco o papel de fomentador da discórdia sul-americana, atribuindo-lhe a redação de um telegrama cifrado no qual essa instigação estaria condensada.

E' êsse o caso que depois ficou conhecido como do “telegrama n.º 9”.

O Barão havia dirigido um telegrama reservado e cifrado ao Dr. Henrique Lisboa, nosso ministro junto ao govêrno chileno, para que êste o decifrasse e lesse com Domicio da Gama, ministro do Brasil removido de Lima para Buenos Aires e, naquela data, de passagem em Santiago.

Interceptando o despacho nos telégrafos argentinos e procurando decifrá-lo com uma chave imaginária, Zeballos urdiu, para maior efeito dessa maquinação, um outro despacho e o atribuiu ao Barão. Ante a impugnação deste, sobre a autenticidade do telegrama n.º 9, fez Zeballos um repto público, pelas colunas de "La Prensa", de 20 de outubro, propondo que o Barão submetesse o caso a um tribunal de três plenipotenciários europeus, com sede em Buenos Aires, para que, tendo à vista as cópias que Zeballos forneceria, dissessem, embora em caráter confidencial, como tribunal de honra, se o telegrama incriminado fôra, ou não, transmitido do Rio para Santiago, ao representante brasileiro.

Ora, essas comunicações cifradas contêm, às vêzes, instruções que, mesmo não constituindo intrigas, podem molestar sentimentos e susceptibilidades de terceiros: Zeballos contava com isso. Provada que fôsse a existência, a simples existência do telegrama, sem a divulgação do seu contexto, ficaria de pé a dúvida, a desconfiança mortificante e era isso que interessava à sua campanha.

À primeira investida, feita através da "Revista de Derecho", que êle, seu redator, convertera em vazadouro de antigos ódios nunca sopitados, respondeu Rio Branco pelo "Diário Oficial" de 19 de setembro:

"Tudo quanto afirmou o sr. Dr. Zeballos nas linhas transcritas só pode ter por base a informação de algum homem da mais requintada má fé".

"O atual ministro das Relações Exteriores do Brasil nunca dirigiu aos representantes desta República no estrangeiro, nem em despacho oficial pelo telégrafo ou pelo correio, nem em carta particular ou confidencial, instruções que tenham, sequer, a mais remota semelhança com as que lhe foram atribuídas. A ordem que o sr. Dr. Zeballos apresenta entre aspas e que lhe disseram ter sido dirigida a um dos agentes brasileiros no Pacífico, é um documento falso, no fundo e na forma".

Em outras circunstâncias um incidente destes ficaria encerrado com tão peremptória declaração. Mas Zeballos, afastado do governo argentino, insistiu nos ataques, pelo que voltou o Barão a público e, pelas colunas do "Diário Oficial" e do "Jornal do Comércio", desfechou um golpe decisivo naquela intrigalhada soez. Em vez de aceitar o alvitre da escolha de três diplomatas europeus que respondessem ao quesito único que Zeballos formulara, o Barão declarou que o telegrama tinha sido efetivamente transmitido no dia e hora

apontados, não a Domicio da Gama, mas ao representante do Brasil no Chile, com a assinatura, não de "Baron do Rio Branco", mas simplesmente Rio Branco, e não continha os períodos e termos que os mistificadores haviam urdido, mas outros, inteiramente diversos. Para prova disso, fez publicar o telegrama original na sua íntegra, a chave secreta usada naquelas comunicações e o telegrama falsificado que corraera em Buenos Aires, em cópias datilografadas urdidas pelos mistificadores. São êstes os termos da declaração inserta na segunda página do "Jornal do Comércio" de 15 de novembro de 1908:

"O telegrama número 9, de quarta-feira 17 de junho de 1908, dirigido à Legação brasileira em Santiago do Chile e assinado Rio Branco, existe. Foi entregue na estação central dos telégrafos do Rio de Janeiro às 6 horas e 57 minutos da tarde daquele dia como disse o sr. Dr. Zeballos e expedido para Santiago, via Pôrto Alegre e Buenos Aires.

O Dr. Zeballos, ainda então ministro das Relações Exteriores, tendo obtido cópia dêsse telegrama cifrado, na estação de Buenos Aires, no Telégrafo de la Nación, na mesma noite de 17 de junho o mandou traduzir, sendo-lhe fornecida por alguém que só êle poderá nomear, uma falsa tradução em que foram conservados apenas o número de ordem do telegrama, o dia da semana e o do mês declarados, a numeração dos parágrafos em que estavam divididos e os *pontos* mencionados em claro nesse documento oficial brasileiro".

Com essa publicação integral dos dois telegramas e da chave secreta, o Barão do Rio Branco evidenciou, à luz meridiana, que o seu incansável detrator cometera vários atos de desvairada má fé: interceptara, quando ministro do Estado, um telegrama cifrado de país vizinho e amigo, violando o seu conteúdo; tentara obter a chave adotada para êsse despacho e, não a conseguindo, forjara uma chave imaginária; finalmente, engendrara outro despacho, inteiramente deturpado, atribuindo-o ao signatário do telegrama oficial autêntico.

Quem quer que ainda hoje se dê ao trabalho de ler o despacho original e confrontá-lo com a cópia que foi objeto daquela audaciosa mistificação — e não foram só brasileiros que o fizeram, mas, principalmente, bons, provecos e honrados argentinos — sentirá um misto de revolta e pasmo, verificando de quanto é capaz a malícia de um grande espírito quando trabalhado pelo ciúme político, pela vaidade mal ferida e por um ódio requeitado e mantido, durante mais de

doze anos, num caldo de cultura, espécie de banho-maria, como êsses que se usam em laboratórios de pesquisas para a sobrevivência e proliferação de germes maléficos, destinados a devastações do corpo humano.

Dei-me ao trabalho de copiar, emparelhados, os dois despachos. Não vou lê-los, mas aqui os deixo, com a cópia da chave e sua decifração, para que a qualquer tempo na Revista dêste Instituto sejam lidos pelos que quiserem edificar-se com êsse aspecto desairoso e lamentável de uma querela em que um dos contendores esqueceu completamente o seu decôro pessoal e os próprios deveres da seriedade e circunspecção assumidos com a sua grande pátria.

O FALSO DESPACHO PUBLICADO EM "LA ARGENTINA" e "DIARIO DEL COMERCIO" de 30 de outubro de 1908.

O DESPACHO AUTÊNTICO

"Rio de janeiro 17 de junio de 1908. A Domicio da Gama Santiago de Chile

"Rio, quarta feira, 17 de junho de 1908, 6 h. 57m p. m. N.º 9, quarta, 17.

Apenas haya sido removido Zeballos, proceda:

Queira decifrar com o sr. Gama êste despacho.

1.º — Hacer comprender al Gobierno la conveniencia en suspender temporalmente los tratados en trámite con la Argentina, esperandose para mas adelante grandes ventajas.

1.º — Acabo de ser informado de que, após conferências entre os ministros Zeballos e Cruchaga, foram mandadas instruções ao sr. Anadón de acôrdo com o pensamento do sr. Cruchaga.

2.º — Interesar al Gobierno para que preste su atencion a nuestro proyecto juridico sobre el Plata, en cambio de las negociaciones en trámite que tiene con el Peru para la definitiva possession de la provincia dedemonstrandole que el Brasil será un aliado poderoso en el Atlantico, con Chile

2.º — Sôbre o projeto de tratado político, independente das modificações e acréscimos que teríamos de propor, devo, desde já, declarar, e convém dizê-lo a êsse Govêrno, que não achamos a opinião suficientemente preparada em Buenos Aires para um acôrdo semelhante com o Brasil e o consideramos inconveniente e impossível, enquanto o sr. Ze-

en el Pacifico, asegurando así la paz en las dos márgenes y el dominio seguro contra todo evento.

Esto deve ser tratado confidencialmente, sin dar ni anticipar un caracter oficial en la forma y modo de nuestra diplomacia, como V. Exc. lo sabe hacer, y aparentar indiferencia por la caída del Canciller Argentino, haciendo resaltar de paso nuestra influencia.

3.º — Apuntar la conveniencia de disuadir al Peru y a Bolivia que sigan con la Argentina en contra los intereses chilenos y procurar de la prensa que empiece a mostrar recelo por los grandes proyectos de armamientos del Gobierno Argentino, casi sin causa aparente.

Propalar las pretenciones imperialistas argentinas en los centros politicos y sus pretendidos avances de dominio sobre Bolivia, Uruguay, Paraguay y nuestro Rio Grande. Ademas, hacer comprender que entiende requerir de la Gran-Bretaña la disolucion de las Islas Malvinas, que dicen le pertencer; que el Brasil, a titulo de justicia, ampara al debil, en defensa de sus intereses; que Washington tambien se conforma con la re-
etitud de nuestro proceder humanitario.

4.º — Demostrar bien el hecho de los Argentinos, ellos no tienen, en tiempo alguno, esta-

ballos fôr ministro. Os jornais por êle inspirados têm feito uma campanha de falsas notícias com o fim de despertar, como tem despertado, velhos ódios contra o Brasil. Não podemos figurar como aliados de govêrno de que faz parte um ministro que, temos motivo para saber, é nosso inimigo. O seu propósito, como diz a íntimos, não era promover a tríplice aliança Brasil-Argentina-Chile, mas sim separar o Chile do Brasil.

3.º — Quando subiu ao Govêrno, o Brasil tinha sido solicitado pelo Paraguai para promover a solução, aqui, da questão de limites Paraguai-Bolívia. A Bolívia, desde 1903, pedira os nossos bons ofícios por nota. Lembrei às duas partes a conveniência de ser a questão submetida à arbitragem de representantes do Brasil, Argentina e Chile. A intervenção Zeballos produziu-se logo, mas para excluir o Brasil e Chile, e disso se gabou no jornal "La Prensa". Desde então continuou a procurar indispor-nos com os vizinhos Uruguai e Paraguai atribuindo-nos perfídias e planos de conquista. Seu discurso na Junta de Notables é um tecido de invenções, com o fim de tornar odioso o Brasil.

4.º — Sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre o Brasil, o Chile e a Ar-

bilidad en la política interna y externa, y que la ambición de figurar, los desmoraliza, sacrificando el merito como sucede en la actualidad, con descrédito de sus estadistas, sin reparar los perjuicios que irroga la falta de seriedad que tanto los caracteriza.

Es indispensable aprovechar la oportunidad de este momento.

Baron do Rio Branco.”

gentina e lembrei, por vèzes, a sua conveniência. No apêndice ao 2.º volume da recente obra de Vicente Quesada, “Memorias Diplomaticas”, encontrará carta minha, de 1905, ao ministro Gorostiaga sôbre isso. Mas a idéia não está madura na República Argentina. Houve, até, ali um retrocesso, estando hoje afastados do Govêrno e hostilizados, todos os nossos melhores amigos.

Rio Branco.”

(NOTA) — *A chave e o despacho cifrado seguem em anexo.*)

O confronto evidênciava que houve, nesse caso, não apenas uma modificação de dizeres de um telegrama, mas integral substituição dos seus têrmos e do seu sentido. Em suma, uma falsificação bem caracterizada, uma inominável fraude que, usada que fôsse nas relações privadas, poderia levar o falsário às grades de uma cadeia.

A defesa de Rio Branco pulverizou, e de forma definitiva, essa maléfica campanha, que tantos prejuízos nos acarretou, reavivando ressentimentos e deixando uma sombra de suspeita que, só muitos anos após, viria a ser inteiramente dissipada. A defesa fez eco retumbante na Argentina e, no Govêrno imediato, se restauraram as normas tradicionais da nossa vida de fraterna amizade. Para ela muito contribuiu o govêrno Saenz Peña sob o lema do General Roca que presidiu a êsse reatamento — “tudo nos une, nada nos separa”.

Teve o Barão, nessa angustiosa pendência, a amargura enorme de ver esposados por deputados brasileiros os soezes argumentos engendrados contra a dignidade e compostura dos seus atos ministeriais e contra a própria lealdade com que procedia. Isso deu ensejo a uma defesa, das mais impressionantes, ali produzida a 21 de outubro de 1911 pelo deputado Dunshee de Abranches, presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados e na qual, apoiado pelas belas vozes de Bueno de Andrade, Afrânio de Melo Franco, Pandiá Calógeras e outros de várias bancadas, teve que descer a fatos e minúcias que constituíam lamentáveis mesquinhas dos atacantes.

RIO BRANCO — SEUS ÚLTIMOS ANOS

O Brasil, não só pela voz de seus mais autorizados parlamentares, como pela fervorosa confiança do povo, de todos os recantos, mas, ainda e principalmente, do Exército Nacional, prestava a êsse varão insigne o tributo persistente da maior estima. Nenhum homem público conquistou mais vivamente, mais decisivamente do que Rio Branco, a confiança da Nação e seu integral reconhecimento. Na defesa vigilante dos nossos interesses territoriais, de 1893, quando assumiu a nossa defesa na questão das Missões, até 1909, quando concluiu o acôrdo de limites com o Peru e o das divisas com o Uruguai, completados pelos esclarecimentos demarcatórios com a Argentina e Bolívia, isto é, em menos de 16 anos, êsse homem providencial assegurou ao nosso país, por meios pacíficos e entendimentos hábeis, quase tanta terra como os bandeirantes, aquêles homens duros de calção de couro, haviam conquistado a facão e arcabuz durante dois séculos, naquelas entradas loucas que tiveram a fôrça de deslocar o meridiano de Tordesilhas, aceito por D. João II e empurrar para mais longe os lindes extremos fixados no Tratado de Santo Ildefonso, celebrado entre Portugal e Espanha, por cujas cláusulas foram solenemente repudiados os de Tordesilhas referendados pela bula pontifícia *Ea quae*.

Tendo relutado em aceitar a indicação do seu nome para a presidência da República, fiel ao pensamento de não se imiscuir na política interna, mais tortuosa e ingrata do que a externa, fortaleceu, todavia, dentro do país, e de tal forma, a sua autoridade e o prestígio do seu nome, que solvia conflitos e dissipava crises pelo simples ato de presença. Por isso o Exército o elevou à situação de um dos seus numes tutelares, em pôsto igual ao que reservara para Caxias, pois foram ambos, sob certos aspectos, autênticos pacificadores da Pátria e integradores das sua divisas territoriais.

Seu discurso, em resposta a uma saudação que, poucos meses antes de sua morte, lhe fizera o Exército Brasileiro, na cerimônia da colocação do seu busto no Clube Militar — manifestação que foi, sabidamente, um desagravo às injúrias que começavam a visar o seu nome e a tisanar de protervias a sua obra, é uma síntese de altas idéias de um honesto estadista. Colocado acima dos dissídios partidários e enxergando, nesses debates, como enxergava desde moço, os interesses impessoais de sua pátria, deveria o Barão doer-se e sentir-se consumido de penas e apreensões sempre que as lutas intestinas maculassem o nosso renome.

Enfrentara e vencera as agressões de estrangeiros atrevidos que, visando o Brasil, endereçassem golpes à sua grande figura — pois

tinha fortaleza de ânimo e isoladores morais que lhe davam solidez de um possante para-raios capaz de receber, desviar e neutralizar aquelas descargas malignas. Mas não suportava os golpes que nas agitações partidárias estavam ferindo o nome do Brasil com armas parricidas e maculando o seu prestígio externo de maneira irremediável. O golpe que o prostrou, em 1912, foi o bombardeio da Bahia, decidido em fins de 1911, logo após a intervenção em Pernambuco. A saúde do Barão já era precária e êle procurara Petrópolis para um breve repouso. Ali foi informado por José Marcelino, seu antigo condiscípulo, do plano que, logo após, se convertia em fato, numa das mais desabusadas tropelias contra os foros de civilidade do nosso povo. O Almirante Marques Leão, ministro da Marinhã, para demonstrar sua reprovação ao ato de violência, abandonara a pasta. Rio Branco quis fazer o mesmo, porém, instado pelo marechal Hermes, permaneceu no Govêrno, ante a promessa de não se efetuar o bombardeio. Mas o bombardeio se efetuou e o Barão, já no Rio, e já nos dias de vida angustiada que sentia serem os derradeiros, sofreu, pela terra de seu pai e pelo desprestígio do govêrno, uma agravação mortal. É o que nos conta, com minúcia e o fulgor de um extraordinário colorido, João Mangabeira, no "Rui, Estadista da República".

Narram os que lhe assistiram à morte, e o confirmou recentemente uma de suas filhas numa entrevista concedida a jornais do Rio, aqui reproduzida pelo "Correio Paulistano" de 19 de abril, que o Barão, nos últimos momentos, já arquejante, e com o suor da morte a lhe ensopar o rosto, delirava, exclamando: "o general... a política... o general... a política..." E com essa angústia tenebrosa cerrou os olhos a 10 de fevereiro de 1912.

* * *

Assim, aquêle homem que se entregara, todo, e durante tôda a sua vida, ao serviço da Pátria, extinguiu-se pensando nela, e com angústia de, na hora extrema, não poder servi-la, como sempre serviu, apaziguando sua gente, consolidando seu prestígio, exaltando seu nome. Ficou-lhe, dessa prodigiosa atividade, o título que Rui Barbosa aqui lhe pôs, no memorável discurso proferido na Faculdade de Direito, de 18 de dezembro de 1910 — "O Deus Terminus da nossa integridade territorial", acrescentando, para melhor acentuar as linhas do seu másculo perfil, como projeção da figura do pai: "Quem poderá jamais separar Rio Branco, o filho, de Rio Branco, o pai? São duas existências que se desdobram uma da outra, duas imagens que sobressaem na história em uma só medalha, com as duas faces do mesmo rosto, harmoniosamente semelhantes." E recordemos que

isso foi dito, perante a Academia inteira, numa sala repleta de estudantes, professores, juristas, políticos e o que havia de mais ilustre na sociedade de São Paulo, todos empolgados pelos lampejos oratórios de Rui, quando Rio Branco ainda era vivo e pairava no pleno fastígio da sua carreira.

Os anos decorridos e a morte que o atingiu catorze meses mais tarde, não fizeram senão reafirmar, ratificar e eternizar esse juízo.

"Non omnis moriar, multa que pars mei vitabit Libitinam" — escreveu Horácio, pensando na própria obra poética em que deixava muito de si mesmo, — *"multaque pars mei"* — muito das suas fibras efetivas, muito do lume da sua inteligência.

Os séculos lhe deram razão: sua obra é imperecível.

— E Rio Branco?

Sua obra é imensa e aí está, nas extensões de terra que acrescentou às nossas fronteiras, na vida pacífica que assegurou aos milhares de brasileiros que as povoam e aos outros milhões que com êle se consolidaram no solo pátrio. Nessa obra empenhou coração e inteligência e por isso deixou confundido o seu nome e o seu próprio ser com êste chão que hoje é nosso, por títulos legítimos, sem a eiva da precariedade que macula os maus direitos, sem a mancha de sangue de uma só conquista e isento da maldição que acompanha eternamente os usurpadores.

CHAVE DAS COMUNICAÇÕES SECRETAS ENTRE O GOVÉRNO BRASILEIRO E A SUA LEGAÇÃO DO CHILE

— De 15 a 20 de junho de 1908)

(Vide clichê anexo)

Telegrama de Rio App. às 6,57 p.m. de 17 de junho de 1908

N. 11.000

com 357 — 463 Pls Legacion Brasileira Santiago Chile

Numero 9 quarta 17 ponto

— Yjscwn - Lt - Kxtlfe - Kdaal - Up - Mhhyira - Xpqht - ponto
Queira de cifrar comGa ma estedes pacho .

1.º) — Iro - Jdgyw - Qct - Wgauib - Iecmhbv - Ntfyspppg -
Aca boser inf ormado aposcon ferencias

	1	2	3	4	5	6	
A	i	p	o	u	f	n	
B	j	q	p	v	g	o	
C	k	r	q	w	h	p	
D	l	s	r	x	i	q	
E	m	t	s	y	j	r	
F	n	u	t	z	k	s	
G	o	v	u	a	l	t	
H	p	w	v	b	m	u	
I	q	x	w	c	n	v	
J	r	y	x	d	o	w	
K	s	z	y	e	p	x	
L	t	a	z	f	q	y	
M	u	b	a	g	r	z	
N	v	c	b	h	s	a	
O	w	d	c	i	t	b	
P	x	e	d	j	u	c	
Q	y	f	e	k	v	d	
R	z	g	f	l	w	e	
S	a	h	g	m	x	f	
T	b	i	h	n	y	g	
U	c	j	i	o	z	h	
V	d	k	j	p	a	i	
W	e	l	k	q	b	j	
X	f	m	l	r	c	k	
Y	g	n	m	s	d	l	
Z	h	o	n	t	e	m	

("Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro de 15
 de novembro de 1908.)

Mchljqz -
entremi

— Vxgnwbht - Jpzftf - Mrfo - Kwoaf - Ndfurzic - Lprux -
nistroZe ballos eCru chaga foramman dadas
Qcgnw -
instr

— Crqjif - Ipbuibv - Ltow - Kdfxt - Xtbmf - Utbntpz - Crvuln -
uccões aAnadon deac cordo pensa mentoCr uchaga
ponto

2.º) — Adpljczd - Rtqntgzp - Bpri - Xdzc - Bxqi - Qcryu -
Sobrepro jectotra tado poli tico indep

Mcrysgm -
endente

— Lpggt - Lxtc - Kpqi - Mh - Mpqw - Ztgwmzwh - Yjsnj -
dasmo difi caço es eacc rescimos quete

Zxogtf -
riamos

— Ltdlt - Xdf - Ltjiira - Ltxuir - Kaolfe - Mrcharu - Lxnyqb -
depro por devodes dejade clarar econvem dizelo

— Itgmjtw - Dtfht - Yjshfz - Irv - Ibem - Iddc - Vxoi - Ajtzn -
aessegó verno quenam ach amos aopi não suffi

— Kxshyru - Mchy - Xgsjf - Zpru - Mbpoj - Vdgunemh - Xpf -
cientem ente prepa rada emBue nosAires par

Ijauh -
aumac

— Kdfxt - Kdavr - Ihwf - Mdqis - Axryw - Ibcm - Qcq - Wejy
cordo comBr asil eocon sider amos inc onve

- Vxshyr -
- niente

— Mxajtf - Axjyqru - Yjoh - Bdhy - Vwchler - Jpzftf - Ndfgn -
aimpos sivelem quan tose nhorZe ballos formi

Vxgn -
nist

— Zd - ponto - Whxiw - Vpsmubztz - Ttwhxcq - Zprixgm -
ro Osjor naesporel leinspi radoste

Mbtyn -
emfei

— Bdigfpib - Xpbbf - Lttuq - Apghp - Bxqsff - Nxajf - Xtfne -
toumacam panha defal sasno ticias fimdes pertar

— Kdaiy - Mta - Ltgjje - Bpri - Dt - Twcmtqqdgd - Kdb -
comot eem desper tado ve lhosodios con

Bgovwnaxz -
traBrasil

— ponto - Vpajt - Ltaixsq - Ojfuw - Kdaify.-Txoxtf - Ltuiarz -
Nampo demosfi girar comoal liados degover

— Vdryvhn - Npnjfe - Btacs - Qhhlt - Yjsnj - Udggt - Bxjix -
nodeque fazpar temin istro quete mosmo tivos

— Xpfuxn - Jtfbj - Vdgmvtv - Qbwat - ponto - Whsouew -
parasa berhe nossoin imigo Oseupro

Xdgyb -
posito

— Kdaiiva - Atocs - Bxaix - Vpaywn - Xgcg - Wksl - Bgwjq -
comodis seain timos namera prom over tripl

Qrsuq
iceal

— Txoh - Kpplf - Axzuwtmc - Bxbuhu - Qas - Upgm - Qbgy -
lian çabra silArgen tinaCh ile mass imse

Xpfuw -
parar

- 3.º) — Yjoh - Ldgog - Oj - Idui - Dtfht - Wqfu - Axznn -
 Quan dosub io aogo verno oBra silti
- Vwomn - Ldgiq -
 nhasi dosol -
- Qrwnfqw - Xdfjfe - Iviud - Xgog - Wksl - Adz - Croi -
 icitado porPar aguay prom over sol ução
- Ificin - Yjsm -
 aquida ques
- Bpafn - Uxhyxi - Zpuo - Inpi - Txjcf - ponto - Iqcf -
 tamli mitesPa ragu ayBo livia aBol
- Okwu Ltg -
 ivia des
- Ltbiar - Kltbntfbgsm - Xtr - Qgohtf - Adgvtaadt - Nxqctf -
 denove centostres ped iranos sosbonsof ficios
- Xdfhtgi -
 pornota
- ponto - Ttav - Ztw - Ihroffx - Ighyx - Kdbp - Mcwysppp -
 Lemb rei asduasp artes conv eniencia
- Atfkz - Mhhur ..
 serqu estan
- Ajp - Uthnqi - Ipf - Jxhlf - Otaxjem - Xgs - Altbnfa -
 sub mettida aar bitra gemdere pre sentan
- Btgvw - Ihwffe -
 tesBr asilAr
- Otbn - Vpqbnym - ponto - Ixbnje - Dtb - Kpctj - Jpzftfxgo -
 genti naChile Ainter ven çãoZe ballospro
- Lincz -
 duziu -
- Atzilb - Upgjf - Zpsr - Kaicw - Wqfu - Axzyhuq - Tt -
 selogo maspa raex cluir oBra sileChi le

Mswmxb - Atuu -
edisso sega

— Jdi - Vdxiw - Vpzffc - Ztbmf - ponto - Ltg - Ltsh - Bpc -
bou nojor nalLaP rensa Des deen tam

Kdbnm - Vjco -
conti nuou

— Iefi - Kjfuwvv - Lxgj - Wgbix - Kdapn - Axbbtfog - Cviudci
apro curarin disp ornos comvi sinhosUr uguayPa

Zpuofl -
raguay

— Iihln - Jjwh - Idbixcmg - Nxrcff - Mezusba - Ltqis - Yjwmyn
attri buin donosper fidias eplanos decon quista

- ponto -

— Atixnf - Kjf - Adbuohv - Bpnyab - Bppfjf - Ptig - Btqc -
Seudis cur sonaJun tadeNo tables heum teci

Ldry - Qcj -
dode inv

— Mcqijf - Nxante - Vpfii - Qdgi - Wqfu - Axz - ponto -
enções fimtor narod ioso oBra sil

4.º) — Atajwr - Dx - Dpb - Bpuysf - Vjau - Ktf - Bpwhyr -
Sempre vi van tagens numa cer tainte

Txuys - Kxo -
ligen cia

— Xdz - Qiwwf - Mchljo - Zpgcqp - Qasuw - Otb - Bxbu -
pol itica entreB rasilCh ileAr gen tina

Masg - Jgsc -
elem brei

— Xdfpj - Htg - Ajowta - D t b - Qtbwnn - ponto - V do j -
porve zes suacon ven iencia . No ap

Xtbxnpm - Atu -
pendice seg

— Ccri - Ddz - Cbs - Ztqy - Vis - Wqfuirdx - Ktbnjdetg - Iso -
undo vol ume rece nte obradeVi centeQues ada

Uta -
Mem

— Wgwux - Lx - Xacg - Ii - Qrom - Mcqis - Bgolf - Kpf - Bp
orias di plom at icas encon trará car ta

- Uxbbf -
minha

— Ltbi - Dtqysgwh - Kxb - Kd - Ivc - Zdg - Bxoaf - Adplj -
deno vecentos . cin co aGo ros tiaga sobre

Qhgi - Upg -
isso mas

— Ixryf - Vpaixgi - Upr - Cgo - Vpol - Otb - Bxbu - ponto -
aideia nemesta mad ura naAr gen tina

Pdi - Dt - Iis -
Hou ve até

— Iazc - Cbfy - Bgcw - Mhgi - Mhh - Icri - P dxy - Ioum -
ali umre troc esso est ando hoje afas

Bprix - Ldui -
tados dogo

— Dtfht - Mwemyv - Txguiba - Bdrixba - Vdg - Adgur - Qvcn -
verno chosti lizados todosos nos sosam igos

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- J.L. DE ALMEIDA NOGUEIRA — A Academia de S. Paulo — Tradições e Reminiscências — Séries II/175-298; IV/157; VIII/197.
- SPENCER VAMPRÉ — Memórias para a História da Academia de S. Paulo — Saraiva & C^o — 1924. (II e VIII).
- A. d'ESPANET — Barão do Rio Branco — Imp. Nacional, 1911
- LIBERATO BITENCOURT — Psicologia do Barão do Rio Branco — Imp. Nacional — 1913.
- WILLIAM STEAD — O Brasil em Haia — Trad. de Artur Bomilcar — Rio — 1909.
- BATISTA PEREIRA (A.R.) — Figuras do Império e Outros Ensaíos. Brasileira — Série V — 1.^o — 1931.
- JOAQUIM NABUCO — O direito do Brasil — 1929
- CAROLINA NABUCO — A vida de Joaquim Nabuco — C. Editora Nacional — 1928
- ALFREDO GOMES — Capítulos de História Nacional — Brasil Edit. — 1944
- EDUARDO PRADO — Coletâneas — I vol. Esc. Tipograf. Salesianas — 1904
- M. DE OLIVEIRA LIMA — Na Argentina (Weiszflog Irmãos — 1920) Memórias — (José Olímpio — 1937).
- VICENTE G. QUESADA — Mis Memorias Diplomaticas — 2.^a parte. Imprenta Cori Hermanos — B. Aires — 1908.

- DUNSHEE DE ABRANCHES — Rio Branco — Defesa de seus atos. Impr. Nacional — 1911
- JOÃO MANGABEIRA — Rui, Estadista da República
- REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO — São Paulo
- JORNAL DO COMÉRCIO — Rio de Janeiro — número de 15-12-1908
- O ESTADO DE S. PAULO — Vários números — de 1906 — 1907 — 1908.
- ALBUM IMPERIAL — S. Paulo — Ed. de 11 de agosto de 1907
- O XI DE AGÔSTO — S. Paulo — Vários números de 1905 — 1906 — 1907.
- RAUL DO RIO BRANCO — Reminiscências do Barão do Rio Branco — José Olímpio — 1942
-

Relação do Pilôto Anônimo

Tomás Oscar Marcondes de Souza

Em 1812, a Academia das Ciências de Lisboa publicou na "Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas", a descrição da viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia, segundo tradução feita da obra de Giovanni B. Ramusio intitulada "Navigazioni e Viaggi", estampada em Veneza em 1550.

Louvando-se em Ramusio, afirmou a Academia das Ciências de Lisboa que a narração de tal viagem era obra de um piloto anônimo português, de modo que resultou ser ela denominada "Relação do Pilôto Anônimo". Hoje está provado que a descrição dessa viagem de Cabral é da autoria do nuncio de Veneza em Lisboa, de nome Giovanni Matteo Cretico, mas a linguagem dessa narração faz supor que teve como base, pelo menos, um documento português. O trabalho de Cretico foi publicado pela primeira vez em Vicência, Itália, em 1507, na coletânea de Fracanzano de Montalboddo — "Paesi Novamente Retrovati e Novo Mondo de Alberico Vesputio florentino intitolato."

A referida tradução feita pela Academia das Ciências de Lisboa, contém vários erros, porque foi ela feita da obra de Ramusio, quando devia ter sido da de Montalboddo. Ramusio além de ter por sua própria conta inserto notas no texto, não recorreu ao trabalho de Montalboddo, mas, ao que parece, à tradução latina feita em Milão em 1508 e publicada sob o título "Itinerarium Portugalense", ou ao "Novus Orbis" de Grineo, também em latim, estampado em Paris em 1532. Dêsse modo, ficam justificados os erros que se notam na tradução feita em 1812, pela Academia das Ciências de Lisboa.

Tendo-nos oferecido o erudito professor de Chicago, Dr. William B. Greenlee, um exemplar fac-similar da segunda edição feita em Milão em 1508 da coletânea de Montalboddo a que nos referimos, resolvemos traduzir dêsse livro para o português a descrição da via-

gem de Cabral ao Brasil e à Índia, que, como já foi dito, é conhecida por "Relação do Pilôto Anônimo."

E', portanto, a primeira vez que a narração de tal viagem é traduzida para a língua portugüesa, recorrendo-se ao texto original italiano. A nossa tradução que foi feita quanto possível ao pé da letra, sacrificando-se mesmo a forma literária pelo amor à fidelidade ao texto original, é a seguinte:

RELAÇÃO DO PILÔTO ANÔNIMO

Capítulo LXIII — Onde em pessoa o Rei Manuel consignou o estandarte real ao capitão.

No ano de MCCCC mandou o sereníssimo Rei de Portugal por nome chamado Dom Manuel, uma armada sua composta de naus e navios a qual tinha por capitão geral Pedro Aliares Cabrile (Pedro Alvares Cabral), fidalgo. Estas naus e navios partiram bem aprestadas e providas de tudo o de que precisassem por ano e meio. Dessas XII naus ordenou que X descarregassem em Calicut e que as outras duas fôsem à Arábia, ficando estabelecido que fôsem a um lugar chamado Zaffalle (Sofala) porque queriam contratar mercadorias no dito lugar; e aquêlê lugar de Sofala crê-se estar no caminho de Calicut. E assim as outras X naus levassem mercadorias que para a dita viagem lhes fôsse necessário.

E aos VIII do mês de Março do dito milésimo ficaram prontas e naquele dia de domingo saíram fora desta cidade duas milhas distante para um lugar chamado Rastello, onde há uma igreja chamada Santa Maria de Baller (Belém), no qual lugar o Sereníssimo Rei foi êle mesmo em pessoa consignar ao Capitão o estandarte real para a dita armada.

Item. Na segunda-feira que foi IX dias de Março partiu a dita armada para a sua viagem, com bom tempo.

Item. Aos XIV do dito mês passou a dita armada pela ilha das Canárias.

Item. Aos XXII passou pela ilha de Cabo Verde.

Item. Aos XXIII desgarrou uma nau da dita armada de modo que desta nunca se soube notícia até o presente, nem se pode saber.

Capítulo LXIV — Como discorriam as naus com a tempestade.

Aos XXIV de Abril que foi a quarta-feira da oitava da Páscoa, teve a dita armada vista de uma terra, com o que houve grande prazer. E chegaram a terra para ver que terra era, a qual terra

acharam muito abundante de árvores e gente que por ali andava pela praia do mar. E lançaram âncora na foz de um pequeno rio. E depois de lançadas ditas âncoras o Capitão mandou arriar um batel ao mar no qual mandou ver que gente era aquela. E acharam que era gente de côr parda, entre o branco e o preto, bem disposta, com os cabelos corredios. Andam nus, como nasceram, sem vergonha alguma. E cada um dêles trazia seu arco com flechas, como homens que estavam em defesa do dito rio. Na dita armada não havia ninguém que entendesse sua língua e, visto isso, os do batel voltaram ao Capitão. E nesse instante se fez noite, na qual noite houve tempestade. Item. O dia seguinte pela manhã levantamos âncora com grande tempestade e andamos discorrendo a costa para o Norte, para vermos se encontrávamos algum pôrto onde ficasse dita armada. O vento era sueste. Finalmente acharam um pôrto onde lançaram âncora no qual encontraram daqueles nativos que andavam nos seus barquinhos pescando. E um dos nossos batéis foi onde êstes tais homens estavam e aprisionaram dois dêles e trouxeram ao Capitão para saber que gente eram. E, como foi dito, não se entendiam por fala e menos por acenos. E naquela noite o Capitão os reteve consigo. No dia seguinte os mandou vestir com uma camisa, uma roupa e um barrete vermelho. E por aquêles vestir, ficaram muito contentes e maravilhados das coisas que lhes foram mostradas. Depois daquilo mandou deitá-los à terra.

Capítulo LXV — Raiz de que fazem pão, seus outros costumes.

Item. Naquele mesmo dia que era a oitava da Páscoa, a XXVI de Abril, determinou o Capitão-mor ouvir missa e mandou armar uma tenda naquele espaço, onde mandou armar um altar e todos aquêles da dita armada foram ouvir missa e pregação, onde se ajuntaram muitos homens daqueles bailando e cantando com seus cornos. E logo que foi dita a missa, todos partiram para as suas naus, e aquêles homens da terra entravam no mar até debaixo dos braços cantando e fazendo-lhes prazer e festa. E depois de ter o Capitão jantado, tornou à terra a gente da dita armada, tomando recreio e prazer com aquêles homens da terra. E começaram a negociar com os da armada e davam de seus arcos e flechas por guizos e fôlhas de papel e pedaços de pano. Estiveram todo aquêles dias tendo prazer com êles. Achamos neste lugar um rio de água doce e de tarde voltamos às naus.

Item. No outro dia determinou o Capitão-mor de tomar água e lenha e todos aquêles da dita armada foram à terra e aquêles homens daquele lugar vinham ajudar a tomar água e lenha. Alguns dos nossos foram à terra donde êstes homens são, que era três mi-

lhas afastada do mar e trocaram papagaios e uma raiz chamada inhame (1) que é o pão dêles que comem os árabes. Aquêles da armada lhes davam guizos e fôlhas de papel em pagamento das coisas, no qual lugar estivemos V ou antes VI dias. O costume desta gente: êles são homens, pardos e vão nus sem vergonha e os cabelos dêles são longos e trazem a barba pelada. As pálpebras dos olhos e os sobrecílios eram pintados com figuras de côres branca, preta, azul e vermelha. Trazem os lábios da bôca, isto é, o de baixo furado e nos buracos põem um osso grande como prego e outros trazem aí uma pedra azul ou verde e comprida, que pendem dos ditos buracos. Mulheres e semelhantes vão sem vergonha e são belas mulheres de corpo; os cabelos longos. Suas casas são de pau cobertas de fôlhas e ramos de árvores com muitos esteios de pau. No meio das ditas casas e dos ditos esteios põem à parede uma rêde de algodão pendurada, na qual fica um homem e entre uma rêde e outra fazem fogo, de modo que em uma só casa estão XL e L leitos armados à moda de teares.

Capítulo LXVI — Papagaios na terra recentemente descoberta

Naquela terra não vimos ferro nem também outros metais. Cortam a madeira com pedra. Há muitas aves de várias espécies, pássaros mui bonitos, especialmente papagaios de muitas côres, entre os quais existem grandes como galinha. Das penas das ditas aves fazem chapéus e barretes que êles usam. A terra é muito abundante de árvores e tem água muito bôa, inhames e algodão (2). Nestes lugares não vimos nenhum animal. A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme. Antes, acreditamos que pela sua grandeza seja terra firme. Tem muito bom ar e êstes homens têm rêdes e são grandes pescadores, de modo que entre êles vimos um peixe grande que apanharam que era como um tonel e mais comprido e redondo. Tinha a cabeça como porco e os olhos pequenos. Não tinha dentes e tinha orelhas longas como um braço e largas meio

(1) Os selvagens da tribo dos Tupinambás, que habitavam o litoral do Brasil onde Cabral aportou em 1500, não faziam uso do inhame. Trata-se da raiz da mandioca mansa ou doce (*Manihot palmata*, Muell. Arg.), também chamada aipim que, uma vez bem cozida, é bom e saboroso alimento. A mandioca brava ou amarga (*Manihot utilissima*, Pohl), por ser venenosa, só é empregada no fabrico da farinha. O veneno (ácido cianídrico) que está no suco, é em parte retirado da mandioca ralada por meio de prensa e o resto é destruído pelo calor ao ser a farinha torrada.

(2) O algodoeiro encontrado no Brasil quando do seu descobrimento era o arbóreo (*Gossypium arboreum*, Linn.), ainda hoje em dia cultivado no nordeste brasileiro, onde atinge de 5 a 7 metros de altura e dura de 8 a 10 anos.

braço. De baixo do corpo tinha dois furos. A cauda era comprida um braço e outrotanto larga. Não tinha pés em nenhum lugar. Tinha pele como porco. O couro era grosso um dedo e sua carne era branca e gorda como a de porco.

Item. Nestes dias que aí estivemos, determinou o Capitão fazer saber ao nosso Sereníssimo Rei "o encontro desta terra" e deixar nela dois homens bandidos e condenados à morte que tínhamos na dita armada para tal efeito. E logo o dito Capitão despachou um navio que êles tinham com mantimentos, isto além das XII naus sobreditas, o qual navio levou cartas ao Rei nas quais se continha quanto haviam visto e descoberto. E despachado o dito navio, o Capitão foi à terra e mandou fazer uma cruz muito grande de madeira e mandou cantar no solo, e como foi dito, deixou dois homens bandidos no dito lugar, os quais começaram a chorar e os homens daquela terra os confortavam e mostravam ter dêles piedade.

Capítulo LXVII — Tempestade tão grande que VI naus se perderam.

Item. No outro dia que foi II de Maio do dito ano a armada fez-se de vela pelo caminho para fazer a volta do cabo da Boa Esperança, o qual caminho seria no gôlfo de mar, mais de MCC léguas, que é IV milhas por léguas. E aos XII dias do dito mês andando por nosso caminho nos apareceu um cometa em direção à Arábia, com uma cauda muito comprida, o qual apareceu de continuo VIII ou melhor X noites.

Item. Um domingo que era XXIV dias do dito mês de Maio, indo tôda a armada junta com bom vento e com as velas em meia árvore sem moneta, por causa de uma chuva que tivemos o dia anterior, e assim andando veio um vento tão forte pela frente e tão depressa que não vimos a não ser quando as velas ficaram atravessadas nos mastros. E naquele instante perdemos quatro naus com tôda a gente sem poder dar a ela socorro algum. As outras VII que escaparam estiveram também quase por perder-se. E assim tomamos o vento em pôpa com os mastros e velas rôtas, implorando a Deus misericordioso e dêsse modo andámos todo aquêlle dia. O mar cresceu de tal modo que parecia que fôssemos ao céu. O vento de repente mudou, mas ainda era tanta a tempestade que não tínhamos vontade de dar vela ao vento. E, andando assim com esta tempestade sem vela, perdemos de vista uma das outras, de modo que a nau do Capitão com duas outras, tomaram outro caminho, e outra nau chamada "O Rei" com duas outras tomaram outro (caminho), e outra também só, por outro caminho, e assim passamos esta tempestade, XX dias sem dar ao vento uma vela.

Capítulo LXVIII — Sofala mina de ouro.

Item. A XVI de Junho tivemos vista de terra da Arábia e deitamos âncora junto dessa terra e apanhamos bastantes peixes e ninguém desceu em terra.

Esta terra é muito povoada e nela vimos muita sêda. Então levantamos âncora e andamos ao longo da terra com bom tempo e vimos grandes rios, muitos animais, de modo que tudo era habitado. Item. Avançamos tanto que chegamos a Sofala, que é uma mina de ouro. Encontramos gente em duas ilhas e vimos duas naus de mouros que vinham desta mina de ouro e iam para Melinde. Quando os das duas naus avistaram as nossas, começaram a fugir, indo dar em terra. Jogaram-se todos ao mar para atingir a terra e jogaram o que tinham ao mar para que nós não lhes tomássemos. O nosso Capitão mandou ver primeiro e sendo já capturadas por nós as ditas duas naus, começou a perguntar a um dos tripulantes de que lugar era. Ele respondeu que era mouro, primo do rei de Melinde, e que as naus eram suas e que vinham de Sofala com aquêlo ouro, e que levava consigo sua mulher, e que querendo fugir para terra se tinha afogado e seguramente um seu filho. O Capitão da nossa armada quando soube que era primo do rei de Melinde, o qual rei temos por muito nosso grande amigo, lhe pediu muitas desculpas, prestou-lhe muita honra, e mandou-lhe entregar as suas naus com todo ouro que ele havia tomado. O capitão mouro perguntou ao nosso Capitão se tinha consigo algum encantador que tirasse aquêlo ouro que havia jogado ao mar. O nosso Capitão lhe respondeu que nós éramos cristãos, que entre nós não se costumava tal coisa. Então perguntou o nosso Capitão das coisas de Sofala que ainda não eram conhecidas senão por fama. O mouro lhe noticiou que Sofala era uma mina de muito ouro, e que um rei mouro a possuía, o qual rei mouro está em uma ilha que se chama Chilloa (Quiloa), a qual estava no caminho por onde havíamos de passar, e que Sofala ficava atrás. O Capitão fê-lo partir e seguimos o nosso caminho.

Item. A XX do mês de Julho chegamos a uma ilha pequena que é do mesmo rei de Sofala, Mozonbige (Moçambique). Ela tem uma pequena população com mercadores ricos. Nesta ilha tomamos refrescos e um piloto para que nos levasse a Quiloa. Esta ilha é muito bom porto e está perto de terra firme. Daqui partimos para Quiloa ao longo da costa onde encontramos muitas ilhas povoadas, que são dêste próprio rei.

Item. Chegamos a Quiloa a XXVI dias do dito mês no qual lugar reunimos seis velas. A outra jamais se encontrou. Esta ilha é pequena, perto de terra firme, é uma bela terra. As casas são altas como as de Espanha. Nesta terra existem ricos mercadores e êles

têm muito ouro, prata, âmbar, almíscar e pérolas. Os da terra vão vestidos de tecido de algodão fino e de sêda, e de coisas muito finas. São homens negros.

Capitulo LXIX — Como o Capitão recebeu o salvo-conduto, e conversou com o rei.

Logo que aqui chegamos, mandou o Capitão pedir um salvo-conduto ao rei, o qual sem demora lho mandou dar. O Capitão depois de ter o salvo-conduto, mandou à terra Afonso Furtado com VII ou VIII homens bem vestidos, como embaixada, com a qual lhe mandou dizer que estas naus eram do rei de Portugal, e que iam ali para negociar com êle, e que tinham muitas mercadorias de várias qualidades. E mais, lhe mandou dizer que tinha prazer de encontrar-se com êle. O dito rei lhe respondeu que estava muito contente, e que no dia seguinte se avistaria com o Capitão, querendo êste descer em terra. Afonso Furtado lhe respondeu que o Capitão tinha recomendação do seu rei de não descer em terra, e concordando êle que falariam nos batéis. E assim ficaram de acôrdo para outro dia. E no outro dia o Capitão se pôs em ordem com tôda a sua gente, naus, batéis com tôdas as bandeiras fora e seus arautos: a artilharia em ordem. O rei da dita terra mandou também pôr em ordem suas almadias, isto é, batéis com muita festa e sons à moda dêles. O Capitão com as suas trombetas e pífaros. Avistaram um ao outro e aproximando-se um do outro, as bombardas das naus foram prestes com seus fogos e dispararam, pelo qual disparar foi o barulho tão grande que o dito rei ficou com tôda a sua gente estupefacto e assustado. E depois estiveram falando bastante e logo terminada a conversa, pediram licença um ao outro. O Capitão se retirou à nau. No outro dia tornou a mandar Afonso Furtado à terra para começar a negociar, o qual encontrou o Rei muito fora do propósito em que antes tinha estado com o Capitão, escusando-se que não tinham necessidade das mercadorias e parecia ao dito rei que nós seríamos corsários. E assim com isto voltou Afonso Furtado ao Capitão e assim ficamos II ou III dias, sem que por bem pudéssemos fazer nada. Durante o tempo que nós estivemos ali, não fizeram outra cousa que mandar gente da terra firme à ilha, desconfiando que nós lhes tomássemos por força a dita ilha. E quando o Capitão viu isso, determinou partir e mandou que se fizesse vela pelo caminho de Melinde e encontraram ao longo da costa muitas ilhas povoadas de mouros, onde está uma outra cidade que se chama Móbaza (Mombaça), rei mouro.

Item. Tôdas estas costas da Arábia são povoadas de mouros e a ilha está entre a terra e dizem êles que são cristãos e que a êles fazem muita guerra. Isto nós não vimos.

Capítulo LXX — Como foram apresentados o presente e a carta do rei de Portugal, ao rei de Melinde.

Item. Chegamos a Melinde a dois dias do mês de Agôsto do dito milésimo, no qual lugar estavam surtas III naus de Gôbaia (Cambaia) e estas naus cada uma faria de capacidade duzentos tonéis. (3). Os cascos são bem feitos e de boa madeira, amarrados com cordas, pois não têm pregos, e impermeabilizados com uma mistura que tem muito incenso. Não têm castelos, senão na pôpa. Estas naus vinham negociar da parte da Índia. E como ali chegamos, o rei mandou nos visitar com muitos carneiros, galinhas, gansos, limões, laranjas, as melhores que existem no mundo. Nas nossas naus tínhamos alguns homens doentes da boca (4) e aquelas laranjas os puseram sãos. Logo que tivemos deitado âncora em frente à terra, o Capitão mandou dar fogo a tôdas as bombardas e embandeirou as naus e mandou à terra dois feitores ao rei, um dos quais sabia falar mouro, isto é, arábico, a indagar como estava o rei e fazê-lo saber para que vinham, e que no outro dia mandaria sua embaixada com carta que o rei de Portugal lhe mandava. O rei teve grande prazer da nossa chegada. A pedido do rei, aquêlê feitor que sabia falar arábico ficou em terra. O dia seguinte mandou o rei à nau dois mouros muito honrados, os quais sabiam falar arábico, a visitar o Capitão. Mandou-lhe dizer que tinha grande prazer da sua chegada, e solicitou que ordenasse tudo aquilo de que tivesse necessidade, como faria no seu país, em Portugal, pois êle e todo o seu reino estavam às ordens do rei de Portugal. E logo o Capitão ordenou mandar à terra a carta e o presente que o rei de Portugal lhe mandava. O presente era êste, isto é: uma sela rica; um par de cabeçadas de esmalte para um cavalo; um par de estribos e suas esporas, tudo de prata esmaltada e dourada; um peitoral da mesma qualidade para a dita sela com as correias e guarnições carmesim muito ricas; um cabresto trabalhado de fio de ouro para o dito cavalo; duas almofadas de brocado e outras duas de veludo carmesim; um tapête fino; uma peça de tapeçaria e duas peças de pano escarlate (o qual presente valia em Portugal mais de mil ducados) e também uma peça de cetim carmesim e uma peça de tafetá vermelho. Tiveram por conselho que Aires Correa, que era feitor-mor, levasse êste presente, o qual Aires Correa foi à terra com a carta e dito

(3) A capacidade de carga de um navio era considerada de acôrdo com o número de tonéis que êle podia carregar. O espaço ocupado a bordo por um tonel era denominado tonelada. O tonel português correspondia a um e meio metro cúbico.

(4) Trata-se do escorbuto, moléstia muito comum na época dos descobrimentos marítimos, porque os alimentos eram pobres em vitamina C.

presente e iam com êle muitos homens dos principais e trombetas. E, finalmente, o dito rei mandou todos os seus principais receber o dito feitor. A casa do dito rei estava na praia do pôrto. Antes que chegassem à casa do rei, vieram ao encontro muitas mulheres com vasos cheios de fogo e nêle punham tantos perfumes que espalhavam os odores por tôda a terra. E assim entraram na casa do dito rei que estava sentado em um trono e muitos mouros dos principais com êle. O rei teve grande prazer e lhe deram o presente e a carta escrita, de um lado em arábico e do outro lado em português. O rei leu a dita carta, falou com os ditos mouros e tiveram grande prazer entre êles e todos juntamente deram um grito no meio da sala rendendo graças a Deus por terem por amigo tão grande rei e senhor, como o rei de Portugal. Imediatamente mandou trazer armas e peças de sêda e mandou dar àqueles que tinham levado o presente e disse a Aires Correa que pedia que ficasse em terra enquanto as naus não partiam, porque tinha muito prazer em conversar com êle. Aires Correa respondeu que não podia fazer (o que pedia) sem licença do Capitão-mór. O rei mandou um seu cunhado com um anel seu, pedir ao Capitão que deixasse ficar Aires Correa e que mandasse buscar na terra tôdas as cousas que tivesse necessidade e água. O Capitão ficou com isso contente. Logo o rei mandou dar a Aires Correa alojamento muito honroso, mandando dar-lhe tudo aquilo que lhe fôsse necessário, isto é, carneiro, galinha, arroz, leite, manteiga, tâmaras, mel e frutas de tôdas as qualidades, salvo pão que êles não comem. E assim esteve o dito Aires Correa III dias em terra falando o rei a todo o momento com êles das cousas do rei nosso senhor e das cousas de Portugal, dizendo-lhe que muito prazer teria em avistar-se com o Capitão. Aires Correa lhe disse que o Capitão não tinha permissão de desembarcar em terra, mas que podiam avistar-se nos batéis, como fez o rei de Quiloa. O dito rei isso recusava e Aires Correa tanto fez, que lhe pôs na cabeça. Logo mandou (o rei) dizer ao Capitão, o qual se pôs em perfeita ordem com seus batéis, deixando as naus em bom recado. O bétel em que ia com seu tôlido, tinha gente armada por baixo e por cima uma roupa escarlata de fino tecido. O rei mandou preparar dois batéis semelhantes com seus toldos e assim mandou arrear um cavalo à moda de Portugal. Os seus não sabiam fazer isso, tanto que os nossos tiveram que o arrear, o qual rei desceu por uma escada e ao pé da escada o estava esperando tôda a gente mais rica e honrada. Tinha êles um carneiro, e montando o rei a cavalo, mataram o dito carneiro e passou o rei a cavalo por cima do dito carneiro e tôda a gente gritou muito forte com voz muito alta. E isto faziam por cerimônia e encantamento, e assim se fez em Zambochob (Zanzibar). Então teve uma conversa com o Capitão e no fim lhe disse (o Ca-

pitão) que queria partir, porém tinha necessidade de um piloto que o conduzisse a Chalichut (Calicut). O rei lhe disse que logo lho mandaria dar e assim se despediram. E uma vez em terra, o dito rei mandou logo Aires Correa às naus com muita carne e frutas para o Capitão e ainda lhe mandou um piloto Gusarete daquelas naus de Chombaia (Cambaia) que estavam no pôrto. O Capitão deixou assim dois homens bandidos de Portugal para que ficassem em Melinde, isto é, um dêles, e outro para ir com a nau a Cambaia. Outro dia que foram VII dias de Agôsto, partiram e começaram a atravessar o gôlfo para Calicut.

Capítulo LXXI — Do mar Vermelho e Pérsico e a ilha de Agradida (Anchediva).

Item. Deixamos nesta travessia por tôda a costa de Melinde, uma cidade de mouros que se chama Magadasio (Magadaxo), muito rica e bela. Mais adiante desta, há uma grande ilha com uma outra cidade muito bonita e cercada de muro. E' ilha com uma ponte em terra, e se chama Zognotorre (Socotora). Andando mais além pela costa, existe a bôca do estreito de Meca que tem de largura uma légua e meia, isto é, o dito estreito. E lá dentro estava o mar Vermelho e assim a casa de Meca e de Santa Catarina do Monte Sinai. Daí levam especiarias e pedras preciosas ao Cairo e Alexandria por um deserto em dromedários que são camelos *capadi* (5). Dêsse mar têm cousas muito grandes para contar. Passando a bôca do estreito, do outro lado está o mar da Pérsia, no qual existem grandes províncias e muitos reinos, pelos quais vão ao Grão-Sultão e Babilônia. No meio dêste mar Pérsico, está uma ilha pequena que se chama Gulfal, na qual existem muitas pérolas. Na bôca dêste mar Pérsico há uma grande ilha que se chama Agremus (Ormuz), na qual mora o rei, que é senhor de Gulfal. Nesta Ormuz existem muitos cavalos com os quais vão por tôda a Índia a vendê-los: valem grandes preços. Em tôda esta terra há grande tráfego de naus e passando êste mar da Pérsia, existe uma província que se chama Combaia (Cambaia), na qual há um rei que é grande e poderoso. Esta terra é a mais frutífera e fértil do mundo. Há nela trigo, *biava* (6), arroz, cêra, açúcar e aqui nasce o incenso e existem muitos tecidos de sêda e algodão. Existem muitos cavalos e elefantes. O rei foi idólatra e há pouco foi coroado um mouro, por causa dos poderosos mouros que neste reino existem. Assim entre êles ainda há muitos idólatras. Entre esta

(5) **Capadi.** Não nos foi possível traduzir para o português esta palavra, que não foi encontrada nos melhores dicionários italianos.

(6) **Biava.** Idem, idem.

gente há grandes mercadores, os quais de um lado negociam com a Arábia e de outro com a Índia, e isso começa onde êles estão. Dêsse modo vão por esta costa até o reino de Calicut, na qual costa existem grandes províncias e reinos de mouros e de idólatras. Tudo isto que está neste capítulo, não foi visto por nós.

Item. Chegamos à vista da Índia a XXII de Agosto, a qual era uma terra no reino de Goga e quando chegamos, fomos de longo até que atingimos uma pequena ilha que se chama Agradida, a qual é de um mouro. Tem no meio um grande lago de água doce, é desabitada, dista da terra firme duas milhas e foi habitada por gentios. Por isso os mouros de Meca fazem por ela o seu caminho para irem a Calicut, e assim procedem por necessidade de água e lenha. E, tanto que aí chegamos, lançamos âncora ao mar, descemos em terra e estivemos tomando água e lenha, bem XV dias, olhando se vinham as naus de Meca as quais queríamos aprisionar, se nos fôsse possível. A gente dessa terra vinha também conversar conosco e nos dizia muitas cousas. O nosso Capitão lhe mandou prestar muita honra. Nesta ilha está uma *armata* (7) pequena, na qual naqueles dias que ali estivemos, foi dita muita missa pelos padres, os quais estavam com o feitor de Calicut, e assim nós todos confessamos e comungamos. Tomada a dita água e lenha, e visto que as naus dos ditos mouros de Meca não vinham, partimos para Calicut que dista LXX léguas desta ilha.

Capítulo LXXII — Como o Capitão foi ao rei de Calicut.

Item. Chegamos a Calicut aos XIII dias de Setembro do dito ano. A uma légua da cidade saiu uma frota de batéis a receber-nos na qual vinha o governador da dita cidade e um mercador de Gussarete muito rico e os principais residentes nesta cidade de Calicut, os quais entraram na nau do Capitão dizendo que o rei tinha grande prazer de nossa chegada. E assim, em frente à cidade deitamos nossas âncoras ao mar e a nossa artilharia começou a disparar fortemente, de modo que os indus se maravilharam grandemente, dizendo que contra nós ninguém tinha poder senão Deus. E assim estivemos aquela noite. No dia seguinte, pela manhã, determinou o Capitão mandar a terra os indus que de Portugal trazíamos nas nossas naus, os quais eram cinco, isto é, um mouro que entre nós se fez cristão, e quatro gentios pescadores, os quais falavam todos muito bem o português. O dito Capitão os mandou a terra muito bem

(7) *Armata*. Deve ser erro tipográfico, porque em italiano tal palavra não é empregada no sentido de templo, igreja ou cousa semelhante. Parece-nos que a melhor tradução é ermida.

Capítulo LXXIV — O presente que foi dado ao rei e a desordem que se seguiu.

Para começar, uma bacia de prata muito grande para lavar as mãos, com figuras em relêvo, tudo dourado; um gomil de prata dourada e sua tampa, trabalhado com figuras em relêvo; duas maçãs de prata com as suas cadeias de prata para os maceiros; quatro almofadas grandes, isto é, duas de brocado e duas de veludo carmesim; um baldaquim de brocado carmesim com a sua franja de ouro; um tapete grande e duas peças de tapeçaria muito ricas, uma com figuras e outra com arvoredos; um jarro para dar água às mãos, da mesma qualidade que a bacia. E quando o rei teve recebido êste presente, a carta e a embaixada, mostrou-se muito alegre e disse ao Capitão que fôsse à casa que tinha mandado pôr à sua ordem, e que mandasse para ali os homens que tinha entregue como penhor às suas mãos, porque eram gentis-homens e não podiam comer, beber e dormir no mar. Todavia, se êle queria ir à nau, no dia seguinte tornaria a mandá-los e êle viria a terra a cuidar de tudo aquilo que lhe fôsse necessário. O Capitão foi à nau e deixou Afonso Furtado com VII ou VIII homens para atender a sua casa. Partindo o Capitão da praia, um sambuco daqueles de Calicut foi na sua frente dizer àquelles que estavam na nau como penhor, que o Capitão voltava. Êstes lançaram-se ao mar. Aires Correa, feitor principal, imediatamente embarcou num batel e apanhou II dos principais e II ou III domésticos e assim os outros fugiram nadando para terra. Neste instante o Capitão chegou à nau e mandou pôr aquêles dois principais debaixo da coberta e depois mandou dizer ao rei que chegando (à nau) havia encontrado esta desordem que um seu escrivão havia praticado, e que em seguida havia mandado reter aquêles dois, porquanto em terra estavam muitos homens dos seus e ainda muita mercadoria. Caso Sua Serenidade lhos mandasse, êle mandaria os seus, os quais tratava muito bem. Com esta embaixada foram ao rei dois daqueles que tinham tomado e foram por embaixadores. Tôda aquela noite o Capitão esteve esperando resposta. No outro dia o rei veio à praia com mais de X ou XII mil homens e a nossa gente que estava em terra foi prêsa a fim de mandá-la com suas almadias para poder dêste modo trocar com aquêles que o Capitão tinha retido. E, assim, vieram XX ou XXX almadias e os nossos batéis saíram com os ditos homens que estavam em penhor. As almadias não tinham ânimo de aproximar-se dos nossos batéis, do mesmo modo que os nossos batéis das suas almadias. E assim estiveram todo aquêle dia sem fazer cousa alguma. Voltaram à terra com os nossos e começaram a fazer-lhes grande descortesia, pondo-lhes mêdo, dizendo que queriam matá-los e os nossos passaram aquela noite com grande tribulação.

No dia seguinte o rei tornou a mandar dizer ao Capitão que lhe mandava seus homens e suas mercadorias nas almadias sem levar arma alguma, e que assim mandasse os seus batéis e logo lhe mandou. Com êles Sancho Tovar chegou onde estavam as almadias e começaram a receber tôda a prataria e tôdas as outras mercadorias que tinham em terra, de modo que nada ficou, salvo um almofreixe, isto é, uma mala na qual estava a cama e seus preparos; e quase todos os homens. Estando assim um daqueles gentis-homens que estavam nos nossos batéis que Sancho de Tovar tinha prêso pelo braço, se lançou ao mar. Os nossos que estavam na almadia vendo isso, começaram a ensoberbecer-se e indignar-se, de modo que jogaram todos os homens da almadia ao mar e ficaram só na almadia. Nos nossos batéis ficou um velho que era gentil-homem, penhor dos nossos. Dois rapazes dos nossos que não puderam fugir ficaram nas almadias. No outro dia tendo o Capitão piedade daquele velho que estava por penhor e que fazia três dias não comia, o mandou à terra e lhe deu tôdas as armas que tinham ficado nas naus e que eram daqueles que se lançaram no mar, e mandou dizer ao rei que mandasse aquêles dois rapazes e o rei lhos mandou. Depois disso, como III ou IV dias que ninguém ia à terra e nem da terra nenhuma pessoa vinha a nós, o Capitão conferenciou com outros (capitães) e o feitor-mor propôs que se mandasse dizer ao rei de Calicut que se mandasse dois homens por segurança, êle iria a terra. Ao Capitão e aos outros, pareceu bem o que dizia o feitor, porém não sabiam se havia alguém que se oferecesse a ir a terra. Imediatamente um cavaleiro chamado Francisco Correa disse que iria a terra falar ao rei e assim partiu e lhe disse como Aires Correa ordenava de ir a terra firmar o contrato com Sua Serenidade e que mandasse por penhor dois mercadores, entre êles Guzarate, mercador mui rico. Respondeu o dito mouro chamado Guzarate, ao rei, que mandaria dois sobrinhos, pelo que o rei ficou muito contente. No outro dia Francisco Correa mandou a resposta ao Capitão e logo Aires Correa se pôs em ordem e o rei mandou à nau os homens de penhor. Aires Correa foi a terra e em sua companhia VIII ou X homens e naquela tarde Aires Correa voltou à nau para dormir e no outro dia voltou a terra para realizar o que era ordenado. Os homens de penhor todavia ficaram na nau. O rei mandou dar (a Aires Correa) a melhor casa que era do mercador Guzarate e deu a êste o encargo de ensinar ao feitor os usos e costumes do país. E assim Aires Correa começou a negociar e vendeu mercadorias. A língua que falavam conosco era a arábica, de modo que não se podia falar ao rei sem pôr os mouros no meio, os quais são gente má e muito contra nós, assim que a tôda hora usavam de embustes e nos impediam que enviássemos alguém às naus. Quando o Capitão assim ouviu que cada dia mandavam homens a terra e nenhum

não voltava com resposta, resolveu partir e mandou fazer vela. Estando nós assim presos em terra numa casa bastante guardada por muita gente, vimos que as naus se iam, e o Guzarate por respeito dos seus sobrinhos, que estavam nas naus, deu motivo a Aires Correa para que mandasse um rapaz em uma almadia às naus, o qual rapaz foi levar o protesto ao Capitão e vendo o Capitão o protesto de Aires Correa, voltou ao pôrto e assim começou Aires Correa a tratar com o dito rei e acertou o contrato pouco a pouco como êle queria, visto que Guzarate diligenciava por causa dos seus homens das naus, dados como penhor. O rei encarregou um grande mercador turco a que fizesse os nossos negócios e nos fez logo sair daquela casa para uma outra mais perto da do mouro; e logo começamos a ver algumas mercadorias das quais compramos parte; e assim estivemos dois meses e meio antes que o dito contrato se acabasse de assentar; o qual terminou com muito trabalho de Aires Correa e daqueles que com êle estavam. Terminado o contrato, o qual foi com muito regateamento, lhe deu o dito rei uma casa junto do mar, que tinha um jardim, na qual pôs Aires Correa uma bandeira com as armas do rei (de Portugal). Dêste contrato o dito rei deu duas cartas assinadas por sua mão, as quais uma era de cobre com o seu sinal esculpido em latão, a qual devia ficar na casa da feitoria; e outra de prata com o seu sinal esculpido em ouro, a qual devíamos levar conosco e entregar ao nosso rei de Portugal. A carta de prata, Aires Correa levou imediatamente à nau e a entregou ao Capitão e trouxe para terra os dois homens que estavam por penhor. Daí em diante começaram a confiar nêles, de modo que parecia que estivéssemos em nosso país. Estando assim, um dia veio uma nau a qual ia de um reino ao outro, na qual nau havia V elefantes, entre os quais um muito grande e de elevado preço porque era prático na guerra. A nau que os transportava era muito grande e tinha muita gente bem armada. Quando o rei soube da chegada da dita nau, mandou dizer ao Capitão que solicitava que fôsse aprisionar aquela nau, a qual levava um elefante pelo qual êle queria dar muito dinheiro e não o queriam dar. O Capitão lhe mandou dizer que o faria, mas que os mataria se não se rendessem. O rei ficou contente com isso e mandou um mouro que fôsse ver de que modo tomariam a nau e para falar com êles para que se rendessem. Em seguida o Capitão mandou uma caravela de grossa bombardas e bem armada com LX ou LXX homens, a qual foi duas noites direita a essa nau, sem a poder capturar. No dia seguinte, investiu contra ela, dizendo-lhes que se rendessem e os mouros puseram-se a rir porque eram muitos e a nau muito grande, começando a atirar flechas. Quando o capitão da caravela viu, mandou disparar a artilharia de modo que desbaratou a dita nau e imediatamente êles renderam-se e assim a levaram a Calicut com tôda a gente. O rei foi até a marinha para

vê-los e assim foi o capitão da caravela entregar o capitão da nau e finalmente a nau ao rei, o qual ficou muito maravilhado de como uma caravela tão pequena e com tão pouca gente, pudesse aprisionar uma nau assim grande, na qual havia CCC homens de batalha, o qual rei recebeu a nau e os elefantes com grande prazer e alívio, e a caravela voltou para as naus.

Capítulo LXXV — Cousas e Costumes de Calicut.

A cidade é grande e não tem muro a cercá-la; em alguns lugares há muito espaço e as casas são afastadas uma da outra. São de pedra e cal com subterrâneo. A parte de cima é coberta de palmas e as portas são grandes e bem trabalhadas. Ao redor das casas tem um muro dentro do qual há muitas árvores e tanques de água em que se lavam, bem como poços de água da qual bebem. Pela cidade existem outros grandes tanques de água onde o povo vai amiudadamente lavar-se, porque cada um lava II, III e IV vêzes tódo o corpo. O rei é idólatra, ainda que outros tenham acreditado que seja cristão, os quais não tinham compreendido bastante os seus costumes quanto nós que bastante temos negociado mercadorias em Calicut. Aquele rei chamam-no Gnaffer e todos os seus gentis-homens e gente que o servem são homens pardos como os mouros. São homens bem dispostos e andam da cintura para cima e por de baixo, nus. Trazem em torno de si panos de algodão fino, branco e de outras côres. Andam descalços, sem barrete, salvo os grandes senhores que levam barrete aveludado de brocado, alguns dos quais são muito altos. Trazem as orelhas furadas com muitas jóias naqueles buracos e nos braços levam braceletes de ouro. Estes gentis-homens trazem espada e adarga nas mãos, e as espadas nuas, são na ponta mais largas que no resto. As adargas são redondas como a rodela da Itália e muito leves, das quais existem pretas e vermelhas. Assim são os melhores manejadores do mundo de espada e rodela e não cuidam de outro officio. Dêstes tais, na côrte existem inúmeros. Casam-se com uma espôsa ou com V ou VI mulheres, e recompensam aquêles que são os seus melhores amigos para que durmam com suas mulheres, de modo que entre êles não há castidade nem vergonha. As raparigas quando são de VIII anos começam a ganhar no officio. Estas mulheres andam nuas assim como os homens e trazem sôbre si grande riqueza. Têm os cabelos cumpridos e maravilhosos e são muito belas. Pedem aos homens que lhes tirem a virgindade, porque estando virgens não encontram marido. Esta gente come III vêzes ao dia. Não comem pão nem bebem vinho, nem comem carne nem peixe, se não arroz, manteiga, leite, açúcar ou frutas. Antes que comam lavam-se, e depois de lavados, se alguém que não se lavou os tocasse,

não comeriam até que se tornassem a lavar. De modo que nisto fazem grande cerimônia. Todo o dia, assim homens como mulheres, comem uma fôlha que se chama betel, a qual deixa a boca vermelha e os dentes negros, e aquêles que isto não fazem são homens de baixa qualidade. Quando alguém morre, em vez de levar luto, escurecem os dentes e não comem desta (fôlha) por alguns meses. O rei tem duas mulheres e cada uma delas é acompanhada de X padres e cada um dêles dorme com ela carnalmente para honrar o rei. Por esta razão, os seus filhos não herdão o reino, salvo os sobrinhos filhos de irmã do rei. Habitam na casa (palácio) mil ou MCCCCC mulheres para mais magnificência do estado, as quais não têm outra ocupação senão a de varrer e aguar a casa adiante do rei, por onde quer que vá e aguem com água misturada com fezes de vaca. As casas do dito rei são muito grandes e há nas ditas casas muitas fontes de água onde o rei se lava. Quando o rei sai fora, vai num andor muito rico e o levam dois homens e assim vão com êsses muitos tocadores de instrumentos, muitos gentis-homens com espada e rodela, muitos arqueiros, adiante sua guarda e porteiros, e um dossel em cima dêle. Prestam-lhe tanta honra como a nenhum rei do mundo, porque ninguém se aproxima dêle a III ou IV passos. Quando lhe dão alguma cousa lha dão em um ramo, porque não ousam tocá-lo. Assim quando falam com êle, falam com a cabeça baixa e as mãos em frente à boca. Nenhum gentil-homem se apresenta diante sem espada e rodela. Quando fazem reverência põem as mãos acima da cabeça como quem dá graças a Nosso Senhor e nenhum oficial nem homem de baixa qualidade não deve ver o rei nem com êle falar, especialmente os pescadores. Se um gentil-homem fôsse por uma rua e os pescadores lhe viessem ao encontro pela dita rua, os ditos pescadores ou fugiriam ou receberiam muitas bastonadas. Êstes gentis-homens quando morre o rei e suas mulheres, queimam o rei com lenha de sândalo por honra. A gente de baixa classe enterram e polvilham a cabeça e os ombros com cinza. Trazem a barba comprida, são grandes contadores (de histórias) e escritores. Escrevem em uma fôlha de palmeira com uma pena de ferro e sem tinta, e assim outra classe de homens que são grandes mercadores e que se chamam Guserantes, que são de uma província que se chama Combaia. Êstes naturalmente são idólatras e adoram o sol, a lua e a vaca. Caso alguém matasse uma vaca, o matariam por isso. Êstes mercadores Guserantes não comem nenhuma cousa que seja morta: nem pão, não bebem vinho. Se algum rapaz come carne por engano, o mandam fora, pelo mundo, a pedir pelo amor de Deus, mesmo que descendesse e fôsse filho de grande senhor e de mercador. Êstes taís acreditam em encantos e adivinhadores, são homens mais brancos que os naturais de Calicut, trazem os cabelos muito compridos e assim a barba. Andam vestidos de roupa de al-

godão fino, trazem véu, os cabelos enrolados como mulher e usam sandálias. Casam êles com uma só mulher como nós, são muito ciumentos e resguardam as suas mulheres que são muito bonitas e castas. São mercadores de tecidos, adornos e jóias.

Capítulo LXXVI — Dos mercadores e o transporte das especiarias para o Cairo e Alexandria.

Existem outros mercadores que se chamam Zetiestes de uma outra província. São muito idólatras e grandes mercadores de jóias, pérolas, ouro e prata. São homens mais negros, andam nus e usam toucados pequenos e de baixo dos toucados trazem cabelos como cauda de boi e de cavalo. Êstes indivíduos são os maiores encantadores que existem no mundo, pois cada um fala invisivelmente com o diabo, e as suas mulheres são muito corruptas e luxuriosas, como os naturais da terra. Nesta cidade existem mouros de Meca, da Turquia, da Babilônia, da Pérsia e de muitas outras províncias. São grandes mercadores e homens ricos, os quais têm de tôdas as mercadorias que chegam a esta cidade de Calicut, isto é, jóias de muitas qualidades e cousas muito ricas: almíscar, âmbar, benjoim, incenso, pau de aloés, ruibarbo, porcelana, cravo, canela, pau-brasil, sândalo, laca, noz-moscada e maçã. Tudo isto vem de fora a não ser gengibre, pimenta, tamarindos, mirabolãos, cássia-fístula e alguma canela selvagem, que nascem na terra de Calicut. Êstes mouros são tão poderosos e ricos que quase governam todo o país de Calicut. Nas montanhas dêste reino existe um rei muito poderoso que se chama Naremega. São idólatras e o rei tem CC ou CCC mulheres: no dia em que êste morre o queimam e, com êle, tôdas as mulheres. Do mesmo modo, todos os que são casados quando morrem, fazem-lhes uma fossa na qual os queimam. Então sua mulher se veste o mais ricamente que pode e todos os seus parentes com muitos instrumentos e festa, jogam-na à fossa e ela vai bailando pela fossa como fazem os carangueijos. Na fossa está aceso o fogo e assim a deixam cair; os parentes estão aparelhados e atentos com panelas de óleo e manteiga; e logo que ela cai dentro, êles lançam as ditas panelas sôbre ela para que queime mais depressa. Neste reino existem muitos cavalos e elefantes, porque fazem guerra. Êles os têm tão ensinados e amestrados, que não lhes falta senão falar e todos entendem como ser humano. Isto vimos nós outros em Calicut. Os elefantes que o rei possui e cavalga, são os mais fortes e ferozes animais do mundo, pois dois dêles arrasam uma nau à terra. As naus dêste país não navegam senão em Outubro, Novembro até todo Março. Nestes meses é o seu verão e nos outros meses é o inverno durante o qual não navegam as suas naus e as têm em terra. No mês de Novembro partem de Calicut as naus de

Meca com especiarias que levam a Vida (Jidda) que é pôrto de Meca. Daí partem para o Cairo e por terra para Alexandria.

Capítulo LXXVII — Grande mortandade de mouros e cristãos em Calicut.

Havendo cêrca de III meses que estávamos em terra e o contrato já assinado e duas das nossas naus carregadas de especiarias, mandou o Capitão um dia a terra dizer ao rei que há três meses estavam em seu país e que não haviam carregado senão duas naus; que os mouros lhe escondiam as mercadorias; que as naus de Meca carregavam ocultamente e assim partiam; que o dito Capitão lhe ficaria muito obrigado se mandasse dar bom despacho, porque o tempo de sua partida já se aproximava. O rei lhe respondeu que faria dar tôdas as mercadorias que quisesse e que nenhuma nau dos mouros carregaria enquanto as nossas naus não estivessem carregadas, e se alguma nau dos mouros partisse, que o Capitão a aprisionasse para ver se a nau tinha alguma mercadoria, e que a faria dar pelo preço por que os ditos mouros tivessem comprado. Aos XVI dias de Dezembro do dito ano, estando Aires Correa a fazer contas com dois feitores e escrivães de duas das nossas naus, as quais já estavam carregadas para partir, saiu uma nau dos mouros com muitas mercadorias e o Capitão a aprisionou. O Capitão daquela nau dos mouros e os mais importantes dêles, desceram em terra e fizeram grandes lamentos e rumores, de modo que todos os mouros começaram a falar ao rei, dizendo que nós tínhamos em terra mais riqueza do que havíamos trazido ao seu reino, que éramos homens ladrões e roubadores do mundo, que tínhamos aprisionado aquela sua nau em seu pôrto, que daí em diante êles se obrigavam de matar todos e que Sua Alteza roubasse a casa do feitor. O rei, como homem sedicioso disse logo que (assim) se fizesse. Nós não sabíamos disso cousa alguma. Andávam alguns dos nossos em terra a tratar de seus negócios pela cidade e vendo ir todo o povo contra nós matando-os e ferindo-os, fomos nós outros para dar-lhes socorro, de modo que nessa praia matamos sete ou oito dêles e de nós (mataram) três. Nós éramos cêrca de setenta homens com espada e capa e êles eram inúmeros com lanças, espadas, rodelas, arcos e flechas, e nos apertaram tanto que foi necessário recolhemo-nos à casa e assim fazendo V ou VI homens foram feridos. Assim que fechamos a porta com muito trabalho, êles atacaram a casa apesar de ser cercada de um muro da altura de um homem a cavallo. Nós tínhamos sete ou oito bêstas com que matamos um monte de gente, de modo que se juntaram dêles mais de três mil homens de guerra. Levantamos uma bandeira para que das naus nos enviassem socorro. Os batéis vieram junto à praia. Daí atiravam

com suas bombardas e não faziam nada. Então os mouros começaram a romper o muro da casa, de modo que no espaço de meia hora o pusêram todo em terra. Soam trombetas e tambores com gritaria e muito prazer parecendo por um seu criado que vimos, que o rei estivesse com êles. Aires Correa vendo que não tínhamos nenhum remédio e que havia duas horas que combatiam tão fortemente de modo que nós não podíamos mais aguentar, determinou que fôssemos fora, para a praia, rompendo por (meio) dêles para ver se os batéis nos podiam salvar. Assim fizemos e assim chegamos a maior parte de nós a entrar na água. Os batéis não ousavam aproximar-se para nos receber e assim por pouco socorro mataram Aires Correa e com êle cinqüenta e tantos homens. Nós escapamos a nado em número de XX pessoas, todos muito feridos, entre os quais escapou um filho do dito Aires Correa que tinha XI anos, e assim entramos nos batéis quase afogados. O capitão dos ditos batéis era Sancho, porque o Capitão-mor estava doente e assim nos conduziram às naus. Quando o Capitão-mor viu esta dissensão e mau tratamento, mandou aprisionar X naus dos mouros que estavam no pôrto e ordenou que matassem tôda a gente que encontrassem nas ditas naus, e assim mataram até a soma de CCCCC ou DC homens e prenderam XX ou XXX que estavam escondidos no porão da nau e tôda a mercadoria, e assim roubamos as naus e tomamos aquilo que tinham dentro. Uma tinha dentro III elefantes os quais matamos e comemos, e queimamos tôdas as X naus descarregadas. No dia seguinte às nossas naus se aproximaram mais de terra e bombardearam a cidade, de modo que matamos infinita gente e lhes fizemos muito dano. Êles atiravam de terra com bombardas muito fraca. Estando assim, passavam II naus ao mar e iam então até Pandarada que dista daqui V léguas. As naus foram ter em terra onde estavam outras VII naus grandes em sêco e carregavam muita gente e não as podíamos aprisionar porque estavam muito em sêco. Imediatamente o Capitão determinou que fôssemos a Chochino (Cochim) onde carregariamos as naus.

Capítulo LXXVIII — Como as naus foram carregadas em Cochim.

Partimos para Cuchino (Cochim) que dista de Calicut XXX léguas e é reino independente. São idólatras da mesma língua de Calicut. E seguindo assim o nosso caminho encontramos III naus de Calicut carregadas de arroz e fomos direitos a elas e a gente fugiu nos batéis para terra e nós tomamos as naus. Vendo o Capitão que não traziam mercadorias, mandou queimá-las e chegamos a Cochim aos XXIV dias de Dezembro e deitamos âncora na bôca de um rio. O Capitão mandou a terra um pobre homem de nação Gusarate que de vontade partiu de Calicut para vir a Portugal, e

foi dizer ao rei quanto nós tinha acontecido em Calicut e que o Capitão lhe mandava dizer que queria carregar as suas naus no seu reino e para pagamento disso trazia dinheiro e mercadorias. O rei respondeu que muito lhe doía terem lhe feito tanta injúria e que tinha grande prazer de terem êles chegado ao seu país, porque sabia quanto boa gente éramos e que faria tudo aquilo que nós quiséssemos. O Gusarate que foi a terra disse ao dito rei que era preciso alguma garantia, a qual se fazia homem por homem e que mandasse por penhor qualquer um dos seus homens e que logo os nossos das naus iriam a terra. O rei mandou imediatamente dois homens dos seus principais com outros mercadores, amostras de mercadorias e reféns para que fôsem às naus e que dissessem ao Capitão que fizesse tudo aquilo que desejasse. O Capitão mandou depressa o feitor a terra com IV ou V homens, com ordem que comprassem mercadorias, todavia retendo consigo os homens por penhor, tratando-os mui honradamente. E cada dia se trocavam porque os gentis-homens daquela parte não comem no mar. E, se porventura comem no mar, não podem mais ver o rei. E assim estivemos XII ou XV dias carregando as naus, longe de Cochim em um lugar chamado Carangallo (Carangolor), no qual lugar existem cristãos, judeus, mouros, e cáfres. Neste lugar encontramos uma judia de Sevilha a qual veio pelo Cairo e Meca e aqui vieram à nós dois cristãos os quais diziam que queriam ir a Roma e Jerusalém. O Capitão teve grande prazer destes dois homens. Estando já tôdas as naus quase carregadas, veio uma armada de Calicut, a qual era de LXXX ou LXXXV velas entre as quais XXV muito grandes. O rei como teve notícia desta armada que vinha, mandou dizer ao Capitão se queria combater com êles, lhe mandaria naus e gente. O Capitão lhe respondeu que não era necessário. E a dita armada por ser já de noite, surgiu longe de nós uma légua e meia. O Capitão, como fôsse noite, mandou dar outra vela, levando consigo os homens que tinha em penhor pelos que ficaram em terra, que eram VII homens. Ao Capitão pareceu que a desbarataria sem outra ajuda. À noite não fez vento para ir sobre a armada de Calicut. No dia seguinte que foi X de Janeiro de MCCCCI, andávamos ao encontro dêles e êles vinham ao nosso, de modo que chegamos muito perto uma da outra, tendo o Capitão determinado combater com essa. E estando já tão perto, isto é, a tiro duma bombarda, Sancho de Tovar, capitão com a sua nau e um navio ficaram atrás, de modo que o Capitão vendo não existir ordem entre os seus, determinou fazer seu caminho para Portugal para onde tinha vento em pôpa. Não obstante a armada de Calicut perseguiu-nos todo aquêlle dia até uma hora da noite e assim aquella noite a perdemos de vista. Dêsse modo o Capitão determinou virmos para Portugal, deixando ali seus ho-

mens com o feitor em terra e levando os dois de Cochim conosco, os quais começou a acariciar pedindo-lhes que comessem porque eram já III dias que não tinham comido. E assim comeram com grande prazer e paixão e nós seguimos o nosso caminho.

Capítulo LXXIX — Reino de Cananor amigo de nossas naus.

Aos XV de Janeiro chegamos a um reino aquém de Calicut que se chama Chanonô (Cananor) que é de cafres, de língua à moda de Calicut. E passando pelo dito reino, o rei mandou dizer ao Capitão que tinha grande desprazer de que êle não fôsse ao seu reino e que lhe pedia que lançasse âncora e que se não estivéssemos carregados, que êle nos daria carga. O Capitão visto isso, ancorou e mandou o Gusarate a terra a dizer como as naus eram já carregadas e que não tinham necessidade, salvo de cem *bacar* de canela que são CCCC quintais. Imediatamente o rei lhe mandou às naus com muita diligência a dita canela, fiando-se muito de nós. O Capitão lhe mandou pagar em cruzados e depois veio muita canela às naus e não havia lugar onde pô-la. O rei mandou dizer ao Capitão que se era por não ter dinheiro: por isso não deixássemos de carregar à nossa vontade e que na volta da viagem lhe pagássemos, porque bem havia sabido como o rei de Calicut nos havia roubado e quanto boa gente e honesta éramos. O Capitão lhe agradeceu muito e mostrou ao mensageiro, isto é, ao embaixador, III ou IV mil cruzados que restavam. Assim o rei mandou dizer se queria mais alguma cousa e o Capitão lhe respondeu que não, salvo que Sua Alteza mandasse um homem para ver as cousas de Portugal. O rei mandou logo que um gentil-homem viesse conosco a Portugal. Os homens de Cochim que tinham ficado nas naus escreveram ao rei como vinham para Portugal e assim do mesmo modo escreveu o Capitão ao feitor que lá ficou. Neste lugar não estivemos mais que um dia e assim partimos a atravessar o gôlfo de Melinde. No último dia de Janeiro chegamos ao meio do gôlfo e encontramos uma nau de Cambaia que vinha para Melinde, e sem indagar, parecendo que era nau de Meca, apriacionamo-la: vinha muito carregada com riquezas e com mais de CC homens e mulheres. Quando o Capitão soube que era de Cambaia, deixou prosseguir a sua viagem, salvo um pilôto que tirou, e assim partiram e nós outros pelo nosso caminho.

Capítulo LXXX — Naufrágio no gôlfo de Melinde.

Aos XII dias de Fevereiro quase fazendo noite, todos os pilotos e bem assim todos os outros que tinham cartas, acreditavam estar próximo de terra. Disse Sancho de Tovar, que era capitão de uma nau grande, que queria ir adiante com sua nau e mandou pôr tôdas as velas e assim se pôs adiante das outras. Quando foi meia-noite

bateu em sêco e começou a fazer fogo. Quando o Capitão viu, mandou ferrar. À noite cresceu tanto o vento que não o podiam aguentar, por tudo lhes ser contrário. O Capitão mandou logo os batéis à nau para ver se podia salvá-la: senão que a queimassem e que viesse a gente. A nau era já aberta e posta em lugar donde não podia safar. O vento crescia tanto que as outras naus estavam em grande perigo, de modo que foi necessário governar-se a mão, não se salvando nada, salvo a gente em camisa. A nau era de CC toneladas e carregada de especiarias. Daí partimos com as naus e passamos por Melinde, onde não pudemos entrar, e assim viemos a Monsabichi (Moçambique) onde tomamos água e lenha e pusemos as naus em sêco. Dali mandou o Capitão-mor Sancho de Tovar em uma caravelinha com um piloto que tomamos, à ilha de Sofala, para saber que cousa era, e nós ficamos ali a consertar as naus. Dali partimos IV e andamos a' uma angra onde fizemos uma grande pescaria de *parmi*. Saindo dali, veio sôbre nós uma tempestade que nos fez voltar bastante para trás e desaparecer uma nau, de modo que ficaram III naus.

Capítulo LXXXI — As naus que voltaram a Lisboa

Chegamos ao cabo da Boa Esperança no dia de Páscoa florida e daí fez bom tempo com o qual atravessamos e viemos à primeira terra junta com o Cabo Verde, Imbessenicha (Besenegue) e aí encontramos com III navios os quais nosso rei de Portugal mandava a descobrir a nova terra. De uma nau que perdemos de vista, quando fomos para lá, foi ela ter à bôca do estreito de Meca e esteve numa cidade donde perderam o batel com tôda a gente que tinha. E assim, chegou a nau sômente com seis homens, a maior parte doente e não beberam senão água que colhiam na nau quando chovia. E assim, viemos e chegamos nesta cidade de Lisboa, no fim de Julho. Um dia depois veio a nau que perdemos de vista quando voltávamos e Sancho de Tovar com a caravela que foi a Sofala, o qual disse que Sofala é uma pequena ilha na bôca de um rio, povoada de mouros. O ouro daí vem da montanha, trazido por outra gente que não é moura. Trocam nesta ilha o dito ouro por mercadorias. Sancho de Tovar quando lá chegou, encontrou muitas naus mouras e aprisionou um mouro para sua segurança, por um cristão árabe que mandou a terra. Assim esteve II ou III dias, e não voltando o cristão, não devolveu o dêles. Assim veio com o mouro para Portugal, deixando lá o cristão. De modo que aquelas que vieram da armada que foi a Calicut, foram VI naus, e tôdas as outras se perderam.

Capítulo LXXXII — Os pesos e moedas que usam.

Este é o preço que valem as especiarias e drogas em Calicut e bem assim o sistema de pesos e moedas:

Item. Vale o *bacar* de nós-moscada, o qual pesa 4 quintais, 450 favos, valendo I ducado 20 favos.

Item. Vale a *faracola* de gengibre sêca seis favos: vinte *faracolas* fazem um *bacar*.

Item. Gengibre em conserva de açúcar vale a *faracola* 28 favos.

Item. Um *bacar* de tamarindo vale 30 favos.

Item. Um *bacar* de zerumbeta vale 40 favos.

Item. Um *bacar* de zedoária vale 30 favos.

Item. Um *bacar* de laca vale 260 favos.

Item. Um *bacar* de maçãs vale 430 favos.

Item. Um *bacar* de pimenta vale 360 favos.

Item. Um *bacar* de pimenta comprida vale 400 favos.

Item. Um *bacar* de mirabolano *dal sebuli* em conserva, vale 560 favos.

Item. Um *bacar* de sândalo vermelho vale 80 favos.

Item. Um *bacar* de pau-brasil vale 160 favos.

Item. Uma *faracola* de cânfora vale 160 favos.

Item. Uma *faracola* de incenso vale 5 favos.

Item. Uma *faracola* de benjoim vale 6 favos.

Item. Uma *faracola* de cássia-fístula vale 2 favos.

Item. Um *bacar* de cravo vale 600 favos.

Item. Um *bacar* de sândalo branco vale 700 favos.

Item. Uma *faracola* de madeira de aloé vale 400 favos.

Item. Uma *faracola* de ruibarbo vale 400 favos.

Item. Uma *faracola* de ópio vale 400 favos.

Item. Uma *faracola* de espicanardo vale 800 favos.

Item. Um pêso de almiscar vale 400 favos.

Item. Um *mitricale* de âmbar vale 2 favos (uma onça é 6 *mitricales* e um quarto). Um *bacar* pesa vinte *faracolas* e uma *faracola* 24 e 3 quartos do arratel de Portugal, sendo que 24 arratéis são em Veneza 32 ou 33 libras, conforme o costume. O ducado vale 20 favos.

Estes são os preços das mercadorias que se levam daqui para Calicut, nominalmente:

Item. Uma *faracola* de cobre vale 45 favos.

Item. Uma *faracola* de chumbo vale 18 favos.

Item. Uma *faracola* de prata vale 54 favos.

Item. Uma *faracola* de pedra-ume vale 20 favos.

Item. Uma *faracola* de coral branco vale 1000 favos.

Item. Uma *faracola* de coral ramado vale 700 favos.

Item. Uma *faracola* de coral bastardo vale 300 favos.

Um *almeno* que é outro pêso que, em Portugal, corresponde a 2 e meio arratéis seria 3 libras e um oitavo pouco mais ou menos,

de acôrdo com o uso de Veneza. Com êste pêso, pesam o açafraão que vale 80 favos.

Capítulo LXXXIII — Menção dos lugares donde vêm as especiarias.

Aqui junto se fará menção dos lugares donde vêm as especiarias e drogas para Calicut.

A pimentã vem de uma terra que se chama Chorunchel (Caranganore?). Esta fica além de Calicut 50 léguas, na costa do mar.

A canela vem de Zallon (Ceilão) e não se encontra canela, salvo em êste lugar, além de Calicut 260 léguas.

Os cravos vêm de Meluza (Moluca), mais além de Calicut 740 léguas.

O gengibre cresce em Calicut e algum vem de Cananor que dista de Calicut 12 léguas portuguesas.

A noz-moscada e maçãs vêm de Melucha (Moluca), distante mais além de Calicut 740 léguas.

O almíscar vem de uma terra chamada *Pego* (Pegu) mais adiante de Calicut 500 léguas.

As pérolas grandes vêm de *Armuzo* (Ormuz) mais para cá de Calicut 700 léguas.

O espicanardo e mirabolano vêm de Combaia aquém de Calicut 600 léguas.

A cássia-fístula nasce em Calicut.

O incenso acha-se aquém de Calicut 800 léguas,

A mirra nasce em *Fartico* (Fartak) aquém de Calicut 700 léguas.

A madeira de aloé, ruiubarbo, cânfora e *galinga* vêm de Chini (China) além de Calicut 2000 léguas.

O zerumbete nasce em Calicut.

A canela-mor vem de Cananor aquém 12 léguas de Calicut.

O benjoim vem de *Zana* (Sião), além de Calicut 700 léguas.

A pimenta grande nasce em *Samoter* (Sumatra).

O tamarindo em Calicut.

O zedoária em Calicut.

A laca vem de uma terra chamada Samatorre além de Calicut 400 léguas.

O pau-brasil vem de Tanazar além de Calicut 500 léguas.

O ópio vem de *Ade* (Aden) aquém de Calicut 700 léguas.

Êstes são os pesos e dinheiro que usam em Calicut como nos locais das especiarias.

A vida e as realizações do 1.º Bispo de São Paulo D. Bernardo Rodrigues Nogueira

José Pedro Leite Cordeiro

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemora nesta data o segundo centenário da criação do Bispado de São Paulo. O nosso glorioso sodalício não poderia deixar despercebida tão relevante efeméride. E nem seria possível que a metrópole paulista não diminuísse o ritmo acelerado de seu dinamismo a fim de reverentemente recordar a figura de seu primeiro Bispo, o ilustre prelado D. Bernardo Rodrigues Nogueira.

A cidade de São Paulo ostenta no presente a beleza de um agigantado progresso, maravilhando a todos que dela se acercam. Entretanto muito se orgulham também os paulistanos daquela pequena, mas ativa e heróica Piratininga setecentista, ardente de fé e cheia de gratidão para com o monarca português, ao receber, cento e noventa e três anos após sua fundação, o primeiro antístite da diocese então recém-criada.

Habitados à rudeza do sertão e aos perigos da selva desconhecida, os piratininganos enrijaram o corpo e fortaleceram a vontade, fazendo valer ante as dificuldades da conquista territorial, as características de homens fortes, que apoiados em grande coragem pessoal, em férrea constituição física e em inquebrantável querer, levaram a efeito a epopéia das bandeiras, semeando de cruzeiros, mas também de arraiais, os caminhos percorridos. Foi assim que os bandeirantes empurraram gloriosamente para o oeste a divisa fixada pelo célebre meridiano marcador da fronteira luso-castelhana.

Não temendo o selvícola hostile, nem as febres traiçoeiras, nem os cansaços extremos, aquêles homens, cuja ação tanto admiramos, traziam fortemente encastoados nos corações a fé no Onipotente. Acima de tudo, estava Deus. Vinha depois o culto da honra. Não titubeavam em justicar os próprios filhos quando estes se desviavam

percebendo no íntimo uma tendência irresistível a impulsioná-lo para o serviço de Deus.

No estudo das primeiras letras, feito na terra natal sob os cuidados do reverendo licenciado Manuel Saraiva, de quem recebeu também as noções iniciais de literatura e latim, revelou-se logo grande estudioso. Ingressou aos treze anos no curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, onde, continuando os primeiros triunfos escolares, graduou-se em Cânones, com a justificada admiração dos seus mestres.

Retirou-se em seguida para o local de origem, sendo nomeado arcepreste da Sé de Coimbra, dignidade na qual permaneceu certo tempo. Aos vinte e quatro anos foi criado familiar do Santo Ofício.

Suas qualidades, porém, requeriam algo a mais. A modéstia, um dos traços de sua personalidade, fê-lo recusar duas vezes a cadeira de lente de "Prima Canones", oferecida por Geraldo Pereira Coutinho e depois o cargo de vigário-geral e provisor de D. Frei Manuel Coutinho, bispo de Funchal. Tal foi a insistência, porém, dêste prelado que aceitou ao terceiro convite, dirigindo-se a Lisboa, para receber d'el-rei o canonicato da Sé do Funchal, onde, durante quase decênio e meio, exerceu as funções de cônego, provisor, mestre-escola, arcediogo e comissário do Santo Ofício.

Da atividade desenvolvida nesse período e do bem que espalhou naquela diocese, diz um dos seus biógrafos que seria necessária uma outra narração para descrevê-los.

Em 1740, passou a dirigir, como Governador, o bispado de Lamego, em virtude do afastamento de D. Frei Manuel Coutinho que logo depois veio a falecer.

A retidão do caráter de D. Bernardo e as suas qualidades de sacerdote valeram a homenagem prestada pelo cabido que não anunciou a Sé vaga antes de pedir-lhe o consentimento.

Após a infausta ocorrência que lhe roubava o amigo e orientador, D. Bernardo retirou-se para o colégio de Nossa Senhora da Lapa, e apesar da insistência do cabido e do próprio monarca para continuar na direção do bispado, recusou-a terminantemente. Esgotado pelos trabalhos e chocado com a morte de D. Manuel Coutinho, voltou à Serra da Estrêla tentando mitigar a dor junto às paisagens habituais da infância, longe das quais permanecera tanto tempo. Na tranqüilidade bucólica daquele cenário, revendo os pinheirais e os rebanhos de ovelhas que constituíam a riqueza da região, retomou as forças, sentindo mais vivos os sonhos e os ideais da meninice.

A preciosa ajuda de D. Bernardo continuava muito desejada. Em seu descanso, foi buscá-lo D. José, arcebispo de Braga e primaz das Espanhas, do qual se tornou vigário-geral.

Bastaria como elogio do futuro prelado de São Paulo a afirmação a seu respeito exarada pelo arcebispo de Braga: — "Se eu tiver

na minha relação dois iguais a D. Bernardo, não preciso de mais ninguém”.

Na arquidiocese de Braga, após dez meses de fecundo trabalho, surpreendeu-o a nomeação para Bispo de São Paulo.

No ano seguinte, a 13 de março, sagrou-o, na Catedral de Lisboa, o cardeal Patriarca, sendo consagrantes D. José, arcebispo de Lacedemônia e D. Frei João da Cruz, 5.º bispo do Rio de Janeiro.

Pelo alvará de 6 de maio de 1746, D. João V criou para a nova Sé catorze prebendas assim especificadas: quatro dignidades: arce-diago, arcipreste, chantre e tesoureiro, e dez cônegos, além de doze capelães, um mestre de cerimônia, quatro moços do côro, um sacristão, um mestre de capela, um organista e um porteiro da massa. No mesmo dia, em outro alvará, el-rei permitia a D. Bernardo a faculdade de nomear e instituir canonicamente os cônegos e mais dignidades da nova Sé.

Foi-lhe também concedido para “côngrua e mantimento” um conto de réis cada ano, incluindo oitenta mil réis para esmolas e cento e vinte mil réis para os oficiais da cúria. O pagamento seria feito do rendimento dos dízimos da Capitania de São Paulo, a contar do dia da bula de confirmação. Como ajuda de custo, para viagem, livros e móveis, Sua Majestade lhe fez mercê de quatro mil cruzados.

Em maio já estava D. Bernardo de viagem para o Brasil, enfrentando a longa e atribulada travessia do Atlântico, para trazer à terra dos bandeirantes o seu báculo de boim pastor. A doze de julho, desembarcou no Rio de Janeiro, onde permaneceu alguns meses no colégio da Companhia de Jesus, cuidando do que havia de mais necessário a fazer na diocese, e redigindo pastorais aos fiéis de Santa Catarina, Laguna, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento.

Em seu nome, o vigário da vara, Padre Manuel José Vaz, a 6 de agosto, tomou posse do bispado. Fazendo parte das cerimônias, às nove horas, houve missa cantada à qual compareceram juizes, vereadores e demais membros da edilidade. No dia imediato, a Câmara agradecia em carta a honra que lhes dera o ex-arce-diago de Funchal, ao aceitar a nomeação de Bispo de São Paulo.

A notícia da próxima chegada de Sua Excelência Reverendíssima foi recebida com grande alegria em Piratininga. O mundo oficial movimentou-se para a recepção do prelado, determinando o ouvidor Domingos Luís da Rocha, que os vereadores tomassem as devidas providências. Uma das grandes preocupações era o Caminho do Mar, a exigir muitos reparos. A fim de melhorá-lo, a Câmara requereu verba especial, e os habitantes das proximidades do trajeto a ser percorrido pela comitiva foram intimados a embelezar o caminho com “novas pontes, aterrados, cortando as árvores de lado a lado em

uma extensão de quatro braças e desviando as águas" do leito da estrada.

Cada trecho possuía um responsável ao qual os moradores das imediações prestariam concurso. Na Borda do Campo, por exemplo, era Antônio Soares. Quem se recusasse ao auxílio incorreria na pesada multa de seis mil réis e ficaria sujeito a outras penalidades, ao arbítrio da Câmara.

O próprio capitão-general, D. Luís de Mascarenhas, tomou especial interesse no conserto do caminho de Cubatão, para "maior conforto e segurança do senhor bispo", assinala um documento da época.

Sòmente a 23 de outubro chegou a Santos D. Bernardo que lá permaneceu mais de um mês. Essa prolongada estada foi muito proveitosa. Inteiro-se do estado eclesiástico da Capitania, nomeando alguns reverendos capitulares com os quais fundou a nova Sé e, ainda em Santos, examinou o trabalho dos missionários, dedicando-lhe particular atenção.

Serra acima eram intensos os preparativos para São Paulo receber condignamente seu primeiro Bispo. Com antecedência, indicou a Câmara o trajeto que o cortejo seguiria na cidade: "desde o canto de Manuel Pinto Guedes correndo pela rua abaixo a buscar a rua do reverendo padre Tomé Pinto e buscando a mesma do canto da cadeia correndo aos seus cantos seguindo-se tôda a rua direita em direitura a São Pedro que há de servir de Sé." Tôdas as casas ali compreendidas foram caiadas de novo. As portas e janelas ostentavam colchas, vistosas cortinas e "outros aprestos que a terra permitia". "A tôdas as mais pessoas de qualquer qualidade", foi ordenado que iluminassem suas residências três noites sucessivas a partir da chegada. As quitadeiras espalharam flores e folhagens pelo percurso. Contribuíam para o embelezamento da cidade, vários arcos, "formados com preparativos do melhor que fôra possível achar", oferecidos pelos negociantes, taverneiros e mercadores, e artisticamente elaborados por Bartolomeu Alves da Silva. Quem não contribuisse para sua construção pagaria a multa de 6\$000 e arcaria com "30 dias de cadeia irremediáveis".

Uma semana antes de chegar o ilustre prelado, juizes e vereadores já faziam convites para a missa em ação de graças pelo auspicioso acontecimento.

Escolheu a Câmara seis homens dos mais representativos para carregarem o pódio na entrada solene de D. Bernardo. Foram eles o tenente-coronel Antônio da Cunha Abreu e os capitães José Barbosa Lima, Inácio Xavier César, Estêvão da Cunha Abreu, Pedro da Rocha Pimentel, e Francisco Bueno da Rocha. Escusando-se um dos convidados, substituiu-o Luís Pedroso de Almeida.

Finalmente, representado por “todos republicanos cidadãos e mais pessoas boas”, São Paulo, a 8 de dezembro de 1746, recebeu Sua Excelência Reverendíssima, com tôdas as honras, no sítio dos Meninos, fora dos limites da cidade. Cantaram-se vésperas solenes à Imaculada Conceição, cuja festa se celebrava nesse dia. D. Bernardo, após uma prática “douta e pia”, finalizou com tocante bênção a todo o povo, retirando-se para o Colégio da Companhia de Jesus, onde ficou hospedado.

A 15, o Senado da cidade mandou celebrar missa pelo beneficio da criação do bispado. Estiveram presentes ao officio litúrgico o Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca, os cinco superiores dos conventos existentes na cidade, juizes, vereadores e o que mais havia de representativo em São Paulo. A Câmara fêz questão de assinalar em ata que tôdas as despesas correram às expensas “dos bens do Conselho”.

A primeira festividade religiosa assinalada pelo Registro Geral da Câmara de São Paulo e realizada com a presença de D. Bernardo, foi a de S. Sebastião, em 20 de janeiro de 1747, à qual compareceu todo o povo de São Paulo, acentua o Registro.

Sendo a dignidade episcopal quase desconhecida na capitania, o governo português determinou o comportamento da população diante de Sua Excelência Reverendíssima. Ao som de caixa, o capitão-general fez anunciar: “Sua Majestade é servida que todos observem quando passar o Bispo pela rua, ou por outra qualquer parte tôda a pessoa que o encontrar ponha os joelhos em terra, e espere assim até passar o Bispo, e se êste em algum lugar estiver parado façam o mesmo e recebida a bênção, se levantem e irão seguindo o seu caminho”. Todos os sinos das igrejas e dos conventos à vista dos quais êle passasse deveriam repicar.

Da Metrópole, notificavam ainda que D. Bernardo e seus sucessores tinham precedência sôbre os capitães-generais e mesmo sôbre os vice-reis “e mais pessoas grandes de qualquer distinção que sejam e isto não só em lugares terceiros e em casa dos ditos governadores... mas ainda na própria casa do Bispo”.

* * *

D. Bernardo era muito diligente. Assim que chegou ao Rio de Janeiro, tomou várias providências entre as quais a redação de um edital em latim endereçado aos párocos e confessores e a remessa de sua pastoral de saudação aos diocesanos que foi lida em tôdas as igrejas, durante três dias consecutivos.

Nas pastorais, guardou sempre um estilo sóbrio mas instrutivo, através do qual se nota a cultura daquele que fôra convidado para lente

dã famosa Universidade de Coimbra. A sólida formação intelectual, os predicados morais e o espírito piedoso lhe possibilitaram a execução perfeita da missão terrena de que se incumbira. Na santa docilidade cristã havia plasmado o seu caráter. Quanto desejo de bem cumprir os ditames divinos e quanto conselho nas suas palavras "Saúde e paz em Jesus Cristo Deus Nosso Senhor, por Sua infinita misericórdia e sem mérito algum nosso foi servido elevar-nos a dignidade episcopal assim como nos anima com a esperança de auxílio que supra a nossa fragilidade e nos fortifique para sustentar o pêso e satisfazer a tão incomparáveis encargos assim também nos obriga a fazer de nossa parte por não desmerecer a sua Divina Luz de que tanto necessitamos". "Exortamos no Senhor e pedimos a todos os nossos súditos pelas entranhas de Jesus Cristo, que refletindo sôbre si e sôbre suas vidas e costumes vejam e ponderem bem se cumprem com os mandamentos da lei de Deus e com as obrigações de seu estado. E vendo que a mesma lei de Deus não serve de regra para governarem seus pensamentos, palavras e obras ponham todo cuidado para se reformarem e emendarem. E como não se pode agradar a Deus sem pura fé nem conseguir a salvação sem se saber bem crer, bem pedir e bem obrar e fazer miudamente e nos tempos devidos atos de fé, esperança e caridade, a todos lembramos a estreita obrigação de aprender e saber a doutrina cristã".

Estes sábios conselhos ainda são aplicáveis em nossos dias.

Ao chegar a São Paulo, iniciou logo o difícil e áspero trabalho de organização da diocese. Era o primeiro prelado e tinha tudo a instituir desde a Sé até a própria casa.

Malgrado o trabalho que desenvolveu, infelizmente os seus esforços não foram plenamente coroados, pois por menos de dois anos dirigiu o bispado. No entanto, neste curto espaço de tempo, preparou para o sucessor os alicerces da diocese.

Quanto São Paulo teria lucrado com os empreendimentos de sua inteligência, se tivesse êle permanecido mais tempo na direção espiritual da capitania!

Lutando com tremenda dificuldade de transporte no imenso território que, passando por Paranaguá e Laguna, ia até Rio Grande de S. Pedro, D. Bernardo conservou o reverendo Ângelo da Siqueira, missionário apostólico do bispado, na função de percorrer as várias paróquias, amparando espiritualmente aos fiéis. Havia regiões que passavam anos sem a visita de um sacerdote. O Padre Ângelo da Siqueira reiniciou suas longas peregrinações até Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concedendo dispensas matrimoniais, confessando, pregando, verificando a administração das Igrejas e expondo o Santíssimo Sacramento que derramava bênçãos sôbre os habitantes dos confins da Capitania.

Muita razão tinha el-rei, quando, recomendando D. Bernardo ao capitão-general, salientou o "acêrto, zêlo, amor de Deus e de suas ovelhas", já demonstrados pelo antigo arcepreste da Sé de Coimbra.

Até os recantos mais longínquos, o piedoso D. Bernardo fazia chegar o bálsamo divino para mais confôrto dos sãos e maior alívio dos moribundos.

Não se limitou a isto a sua ação benfazeja. Procedeu ao levantamento geral de tôda a diocese com a descrição minuciosa de cada uma das igrejas e de seus bens. Regularizou os casamentos de escravos e das pessoas pobres. Cuidou das várias paróquias, determinando os limites das mesmas até então confusos. Recentemente, na matriz de Itu ainda se encontravam suas disposições a êsse respeito.

Sua vida particular é tôda cheia de exemplar elevação. O programa diário começava ao despontar do dia. Já de madrugada, fazia oração mental, rezava o rosário em honra da Virgem Maria e cantava a ladainha. Celebrava quotidianamente a santa missa.

No amor às orações, cultuava a doce Mãe Celestial que desde os anos de juventude era seu sustentáculo nas lutas interiores. Cada oito dias confessava, e dava comunhão a todos de sua casa, e mensalmente aos escravos. Tôdas as sextas-feiras do ano, e nas segundas e quartas-feiras da quaresma, usava disciplina.

Caritativo ao extremo, distribuía esmolos, quer pessoalmente quer pelas mãos do pároco da Sé e de seu secretário. Diariamente, fornecia alimento aos pobres. Há dois fatos bem expressivos que patenteiam a caridade do primeiro bispo de São Paulo: — sacrificando o confôrto pessoal, diminuiu os gastos com sua liteira para melhor acudir às necessidades dos indigentes e, após sua morte, chegaram de Portugal peças de baeta, de sarja e de outros panos com os quais tencionava agasalhar os menos favorecidos.

Sua modéstia e humildade transparecem na carta que, antes de chegar a São Paulo, endereçou a D. Luís de Mascarenhas: "a circunstância de V. Exa. governar a mesma capitania, me faz mais estimável a Real Graça e menos pesada a obrigação tanto maior que a minha possibilidade na consideração de que o ditame e o exemplo de V. Exa. terá reduzido tudo ao melhor estado com a imitação de tão prudente e suave regime, serão menos efetivos os meus defeitos e mais constantes a minha veneração e obediência a V. Exa."

Não foram menores aquelas duas qualidades, ao ditar os últimos desejos: "rogo a todos mêm perdoem qualquer falta ou ação em que os pudesse escandalizar ou dar mau exemplo porque nunca foi outra a minha intenção mais que fazer o que fôsse maior serviço de Deus e proveito das almas".

D. Bernardo poderia dizer como S. Francisco de Sales: "Prefiro dar conta a Deus de excessiva brandura que de nímia severidade".

No entanto, quando era necessário ter energia, sabia empregá-la. Em sua primeira pastoral, condenou o procedimento de alguns sacerdotes que, distraídos do seu mister eclesiástico, desobedeciam aos superiores. Não arredou um passo na demanda sobre limites com a diocese de Mariana, e na questão com os oficiais da Câmara a respeito do entêrro de escravos, cujos cadáveres eram na época abandonados sorteiramente nas igrejas, sem que os parentes ou amigos do morto o sepultassem. Essa prática ímpia e desumana foi combatida por D. Bernardo que ordenou aos párocos acompanhassem os corpos e, às expensas da igreja, mandou construir a sepultura dos mortos cujas famílias não tinham meios para fazê-lo.

Na segunda pastoral, D. Bernardo mais uma vez revelou o amor e carinho que dispensava aos esquecidos da sorte. São palavras suas: "Rogamos pelas vísceras de Jesus Cristo, que com a maior prontidão, zelo e cuidado acuda a todos e a cada um dos moribundos e principalmente aos escravos, carijós e pobres como mais amados e favorecidos de Nosso Senhor Jesus Cristo, dispondo a todos e a cada um que dignamente recebam os sacramentos da Igreja, movendo-os e excitando-os aos atos de Fé, Esperança e Caridade".

Muitas das instruções de D. Bernardo e em especial as referentes ao regimento da Catedral foram observadas durante quarenta e seis anos após sua morte. Por êsse fato, bem se avalia o espírito organizador que possuía.

Procurando sempre suavizar as desgraças alheias, dedicou atenção carinhosa ao Recolhimento de Santa Teresa, redigindo-lhe os estatutos e fazendo-o ressurgir da decadência em que estava.

Devotado ao bem público, D. Bernardo encontrou em São Paulo a valiosa cooperação de D. Luís de Mascarenhas. Possuíam ambos ampla visão administrativa, e mutuamente se auxiliavam para o bom desempenho de suas funções. Disso é prova uma carta escrita por D. Luís a Sua Excelência Reverendíssima em março de 1747: "... possa sem impedimento comunicar-me as suas notícias pelo muito que às desejo e as estimo, e distribuir-me as suas ordens que na execução delas terá V. Exa. a minha fiel vontade sempre pronta. Para haver de se concluir o caminho novo na forma que V. Exa. deseja, se carece de muito tempo e grande despesa, e com muito menos se pode remediar o velho e tê-lo capaz de se frequentar fazendo-se-lhe o consêrto de que carece... Acompanha esta a cópia da real ordem de Sua Majestade sobre a divisão do distrito desta Capitania com a das Gerais. Dela se vê onde poderá compreender a jurisdição da mesma e de seu Bispado, e me parece que em alguma parte servirá para desfazer as dúvidas que nestas matérias se oferecem e eu nenhuma terei em dar gosto e satisfazer a V. Exa. Reverendíssima que Deus guarde."

Bispo e Governador tinham idêntico modo de pensar a respeito da questão de limites entre a capitania e diocese paulista e as capitânicas e dioceses vizinhas, sentindo igualmente a necessidade de conservação dos caminhos para maior aproximação das vilas e povoados.

Nessa época a saúde de D. Bernardo já estava combalida por velhos padecimentos, dos quais se queixava constantemente em sua correspondência. No entanto, não abandonou o trabalho, sacrificando-se em benefício da diocese. Pouco tempo resistiu aos ataques da insidiosa afecção que o atormentava, mas até aos últimos dias cumpriu os seus deveres de ministro de Deus, em uma dignificante trajetória terrena.

À uma hora da tarde de 7 de novembro de 1748, aquecido em santificante ardor religioso, entregou a alma ao Supremo Criador. Vivera 55 anos, e dirigira o bispado de São Paulo durante o curto espaço de dois anos. Após quarenta e oito horas de exposição do corpo, foi D. Bernardo enterrado na capela-mor da Igreja do Colégio, sob a lâmpada, junto aos degraus do presbitério, sendo exumado em 3 de dezembro de 1879 e trasladado para a Igreja da Sé, e de lá para a Nova Catedral, onde até hoje repousam os seus restos mortais.

* * *

D. Bernardo, quando em Funchal na Ilha da Madeira, fez testamento que foi remetido para sua aldeia natal. As disposições testamentárias, transcritas no "Tombo dos bens da Igreja da Vila de Santa Marinha", foram cumpridas por D. Ana Maria Batista, sua irmã e herdeira universal, que mandou erigir a capela de S. Bernardo "no cimo da vila de Santa Marinha na casa onde nasceu" o primeiro bispo de São Paulo.

Dez dias antes de falecer ditou ao padre Inácio Ribeiro, da Companhia de Jesus, um codicilo onde se estampam frases dignas de meditação: "Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Eu Dom Bernardo Rodrigues Nogueira por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo de São Paulo....., tenho e creio firmemente quanto ensina a Santa Madre Igreja de Roma na indubitável e santíssima fé em que sempre vivi, protesto que quero morrer e só nela espero de me salvar pelos merecimentos infinitos de Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e Homem em cujas Santíssimas mãos desde já para o último instante de minha vida encomendo meu espírito." Resumem estas linhas tôda a fé daquele que foi chamado o Bispo Santo.

No precioso documento notam-se ainda o cuidado e a preocupação com a sua diocese, salientando-se as recomendações a respeito

dos ofícios divinos e dos trabalhos espirituais. Aos diocesanos, rogava que olhassem sempre “para Deus o bem das suas almas para chegarem ao fim da salvação a que todos devemos chegar”; à confraria do Santíssimo Sacramento da Sé, legou o dossel e as cortinas da capela, e à Santa Casa de Misericórdia, camas, colchões, toda roupa de uso de sua casa além de 100\$000 “para ajuda de se curar algum pobre enfermo”. “O dossel, o sitial e mais cousas da sala de visitas” ordenava que seus herdeiros remetessem para a capela de S. Bernardo.

* * *

Na Cúria Metropolitana de São Paulo, existe uma cópia do codicilo, feita por Manuel José Vaz, o qual termina, declarando que, “até ser sepultado, o corpo de D. Bernardo manteve toda flexibilidade de suas articulações” e que na sepultura “se sangrou e saiu sangue”. Eram os sinais da graça como prêmio do muito que trabalhou pela glória de Deus.

Razão teve quem, ao escrever a vida do arcebispo Joaquim Anselmo de Oliveira, assim se referiu ao insigne prelado de São Paulo: “Por mais ligeiramente que se leia a história do Brasil, e sobretudo a da província de São Paulo, não se pode deixar de admirar o esmero, que empregavam os antigos reis de Portugal, para dotarem, como sempre dotaram, as colônias americanas de ótimos bispos. Abram-se os anais daquela capitania, e ver-se-á logo na vanguarda dessa pléiade brilhante de prelados, que tanto a ilustraram, um D. Bernardo Rodrigues Nogueira, distinto vigário-geral que foi da metrópole de Braga, donde o tiraram para vir a São Paulo, com a missão de fazer efetiva a bula “*Candor lucis aeternae*”, de Benedito XIV, que criara aquela diocese; e tal foi o comportamento com que se houve o digno prelado, que mereceu-lhe uma carta de felicitações, assinada pelo próprio punho do rei que o nomeara, D. João V.”

“O ilustre fundador da igreja paulopolitana viveu muito pouco tempo, mas bastante para que sua memória viva eternamente no coração dos paulistas, que com razão o consideram como o *bispo santo*”.

Meus confrades:

“O verdadeiro peregrino”, diz um personagem de Shakespeare, “não se cansa de medir reinos com seus débeis passos”. Acabo de percorrer convosco o reino de humildade, de fé e de amor ao trabalho que foi a vida edificante de D. Bernardo. Ele não alcançou sedimentar as suas realizações. Pôde apenas iniciá-las, em virtude do seu curto episcopado, mas fez o bastante para trazer até nós a sua marcante personalidade. Quanto afeto às ovelhas entregues à sua

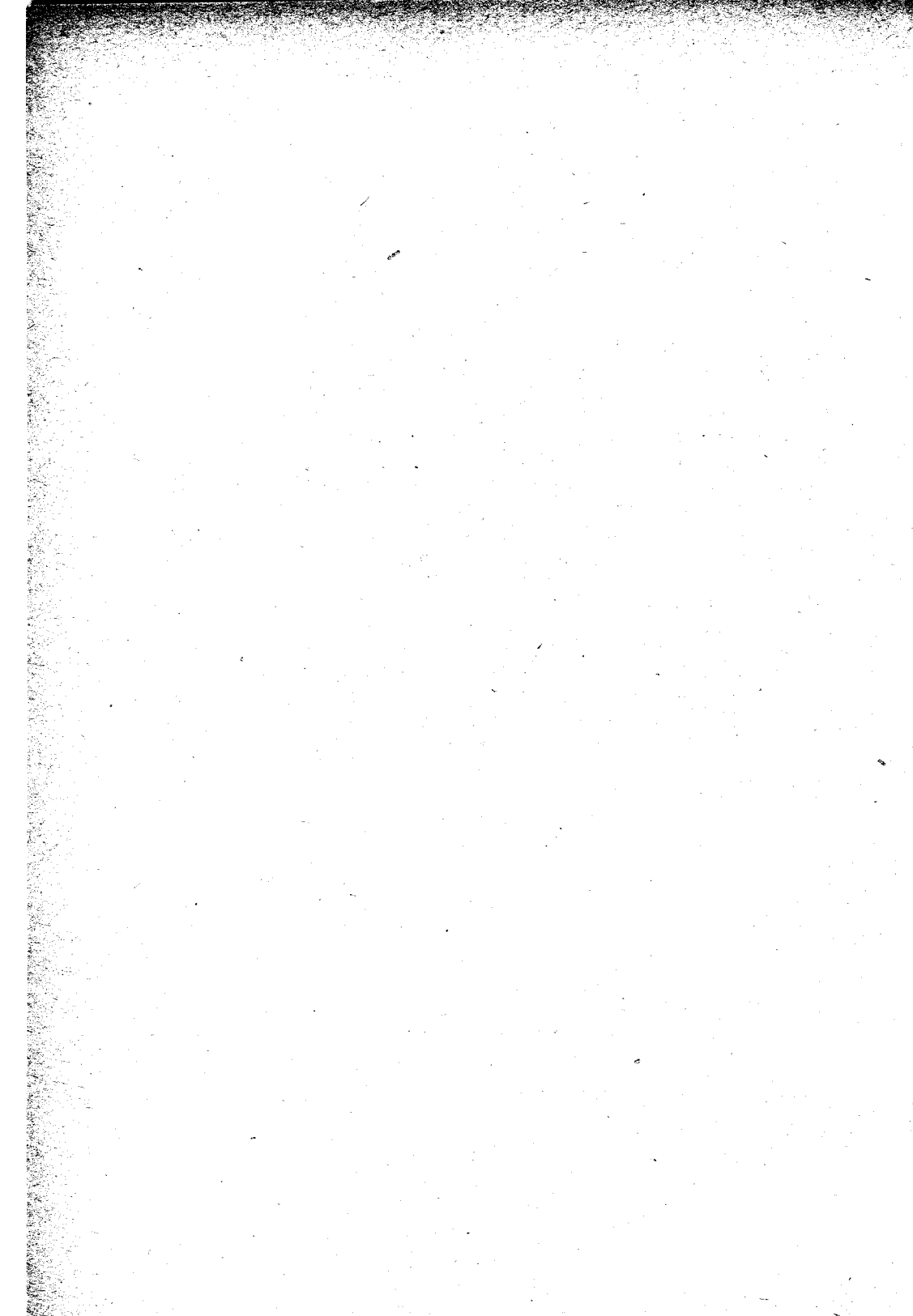
guarda e quanta orientação para os diocesanos trilharem a senda do bem e da verdade.

O exame daquela vida exemplar revela o muito que poderia ter realizado em favor dos paulistas, se a morte não o tivesse levado tão cedo. Mas para nós é suficiente a imperecível glória histórica de ter sido ele o primeiro pastor da diocese bandeirante.

O Brasil reverencia e homenageia não só os vultos militares, políticos ou administrativos que lhe conquistaram ou dirigiram a parte material, mas também os que zelaram pela sua riqueza espiritual. E' o que São Paulo faz hoje com o seu Santo Bispo.

Nestas comemorações, iniciadas na catedral e continuadas nesta sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sinto que a alma piratiningana se posta genuflecta e comovida ante a evocação da veneranda figura de seu primeiro bispo. O coração do Brasil guarda firmemente a consciência religiosa que nos foi trazida pela hóstia sacrossanta elevada ao céu da terra de Vera-Cruz por Frei Henrique Soares de Coimbra.

Os "Atos dos Apóstolos" resumem em duas palavras a vida de Jesus: *facere et docere*. Fazer e ensinar. E D. Bernardo soube, como os maiores santos, praticar e ensinar as virtudes cristãs. Ele viveu e morreu identificado com os princípios ensinados pelo Divino Mestre. Lá no céu, Dom Bernardo continua, estou certo, rogando as bênçãos de Deus para as ovelhas de Piratininga.



Homenagem a Mário de Andrade

Amador Bueno Machado Florence

Conheço perfeitamente as normas desta casa no que toca a homenagens aos companheiros desaparecidos e que, velho hábito, impõe os gabos e honrarias para o dia de Todos os Santos, quando o orador oficial, englobando todos os mortos do ano, numa oração única lhes canta o panegírico e diz das saudades que nos deixaram. Sei disso, perfeitamente, já o disse, e êsse antigo hábito venho de há muito respeitando, num sévero seguimento de disciplina que a mim mesmo me imponho, conquanto dêle tenha sempre discordado, por não saber compreender da razão do costume de todo em todo desacertado.

Permito-me, por isso, sair hoje dessa rotina, aliás como já foi feito quando do passamento de D. José Gaspar de Afonseca e Silva e venho, bem distante ainda do dia oficial, homenagear confrade que desta se foi para a melhor, como consoladoramente se diz. Isto de dizer-se que por lá é melhor parece ter o seu fundamento, principalmente ao verificarmos que por cá tudo vai ficando pior à medida que nos roubam os melhores companheiros, espíritos de classe como êsse de que nos privou tão abruptamente o destino — MÁRIO DE ANDRADE!

Serei redundante repetindo que êsse nome nas letras, nas artes, na sociedade, é um mundo. Notável como poucos neste “deserto de homens e de idéias”, imenso neste acanhado meio indígena, nunca teve apreciação mais acertada do que a do jornalista que primeiro informou ao público estarecido da partida para o Além do grande apaixonado de São Paulo: — “Mário de Andrade é grande demais para caber nos limites de uma pequena nota...”. De fato, o criador de “Macunaima” é grande demais, tão grande que, ante êsse vulto magnífico da cultura de São Paulo eu concluo de minha pequenez e avalio bem de minha ousadia em dêle cuidar aqui. Mas, meus prezados confrades, conto com o perdão de todos, conto com essa

benevolência que constitui o apanágio de meus companheiros, que cristãmente sabem desculpar os pobres de espírito...

O meu arrôjo tem, ao menos, uma explicação e pode ser justificado: — fui grande amigo do autor de “Há uma Gôta de Sangue em Cada Poema” e venero sua memória; ao lado dêle vivi longos anos de benéfico aprendizado; com êle aprendi, e muito, amar o Belo, cultivar as tradições de nossa gente e as grandes coisas de nossa terra, a saber que a mais valiosa e bela condição da dignidade humana é a liberdade. Mário de Andrade, deixem-me dizê-lo bem alto, era um apaixonado do Brasil e um encantado dêste nosso querido São Paulo, que êle viu pela vez primeira do seu querido largo do Paissandu, isto aos 9 de outubro de 1893, dia glorioso em que viu, também, pela primeira vez, a luz, para, por muitos gloriosos dias, além, até o luminoso 25 de fevereiro de 1945, cantar, por mais de 50 anos, as luzes e glórias de Piratininga.

E que inteligência de escol! que cultura multiforme tinha êle para empregar, em filigranas maravilhosas, nas loas e odes à sua gente, aos seus, à sua terra querida! Não será êste o momento apropriado — que ainda estamos sucumbidos — para que se diga do valor, do maravilhoso talento dêste imenso Mário de Andrade, e nem eu sou capaz de tanto. Mas, por bondade ao menos, consintam os meus confrades que eu ponha minha pedrinha no alicerce do monumento que a posteridade há de levantar a êste gigante da cultura e do pensamento paulistas, brasileiros, digamos, porque na era contemporânea ninguém lhe leva a palma no seio da intelectualidade patricia. “Desde os seus primeiros trabalhos, impôs-se como um dos maiores nomes do seu tempo”, afirmou o biógrafo que lhe traçou o perfil nas austeras colunas do “Estado de São Paulo”. Era, não há negar, uma das maiores figuras das letras nacionais da atualidade, honrando sobremodo a intelectualidade bandeirante. Seria ocioso de minha parte repisar sobre a multifária atividade cultural dêsse insigne paulista, mesmo porque a empreitada demandaria longo tempo e exigiria engenho e arte. Ademais, é bastante e sobejamente conhecida de todos nós. Há, contudo, uma ação de Mário de Andrade que muito se destaca — a que teve no Departamento Municipal de Cultura, de que foi o verdadeiro criador e corporificador e onde, em tudo, há o rastro luminoso de sua luminosa inteligência. Disso dou meu testemunho, companheiro seu que fui desde o lançamento da pedra basilar da notável instituição de expansão cultural, até o momento tórvo de nossa história política, mais conhecido por 10 de novembro, dia em que, de par com a tentativa de castração político-social do povo, tentou-se, ainda, derrubar sobre a intelectualidade patricia o escurecimento estandardizado de pseudo-cultura formada com métodos de disciplina nazificadora.

Sentinela alerta da cultura verdadeira, porque esta só existe dentro de princípios liberais e democráticos, foi Mário de Andrade afastado de sua filha dileta, eis que sua imensa luminosidade certamente ofuscaria de todo os quase cegos pregoeiros da nova e caricata doutrina. Vã empreitada a dos iconoclastas do saber! Estulta atitude dos demolidores incultos! Mário de Andrade era grande demais, estava e sempre esteve muito acima de tais arremetidas, distanciando-se quilométricamente de pigmeus e batráquios. Quem o prejudicado, então? O povo, êsse povo bom que êle muito amou e sempre desejou ver progredindo na senda do saber e a quem, para que um dia tenha aculturação razoável, vem de legar, magnanimamente, num desprendimento incomum, tôda a sua preciosa biblioteca de mais de 17.000 volumes, preciosa porque sãbiamente escolhida; a quem vem de deixar, para cultivo estético e espiritual, tôda a sua magnífica galeria de arte, de valor material que supera muitas centenas de milhares de cruzeiros, e isso, assim quis o destino, no momento preciso em que o sol da liberdade parece querer atirar ao nosso lado os raios luminosos que carregam a mais ampla liberdade intelectual. Acentuo êsse desprendimento de Mário de Andrade, frizo-o bem, porque fatos iguais são raríssimos em nossa terra e nêle está a prova evidente de quanto o saudoso morto era do povo, do seu povo, cujos hábitos e costumes modestos e humildes vivia e conhecia como poucos. Creio que, da intimidade com os pequeninos, foi que nasceu uma das mais belas qualidades do pranteado companheiro — o humanismo extraordinário de que era dotado. Só quem com êle conviveu mais direta e intimamente, pode aquilatar e dizer do apêgo que tinha pelos humildes — que queria ver engrandecidos com a riqueza do saber e da instrução, e o que por êles fazia e fez, ao ponto de, para que tivessem inteira liberdade quando com êles tratava, despir-se voluntariamente das galas da inteligência e da cultura, estabelecendo nivelamento e igualdade de que sômente são capazes os donos de grandes espíritos. Tal humanismo, estratificação da alma liberal de Mário de Andrade, que assim procurava engrandecer os pequenos, valeu-lhe, muita vez, de catões de fancaria, a pecha, em sentido deprimente, de deletério comunista!... E' o vêzo dos sobas receosos da perda do ceptro, de confundirem liberalismo com todos os *ismos* que os assustam...!

Já se disse, nestes últimos dias, de característica ímpar de Mário de Andrade: — sua aversão aos postos de mando, contentando-se apenas em trabalhar em prol da cultura nacional, nas pesquisas e nos estudos, nas indagações e perquirições, feitos com excepcional método e grande dedicação. E' mais uma faceta do seu alto espírito democrático. Mesmo nesta casa, que muito honrou por dela ter sido membro ilustre, vimos o constrangimento de que foi possuído quando

eleito seu tesoureiro. Sentiu-se mal, contrafeito, com o cargo de destaque na direção do sodalício. Empossou-se apenas simbolicamente, não entrando na atividade direta do mandato, e dentro de muito pouco deixava o posto nas mãos limpas de Dácio Pires Correia, renunciando para ser tão somente sócio efetivo, humilde, pequenino, evitando projeções no geral ambicionadas... E eu lhes digo, caros colegas, êle tinha em grande apreço a qualidade de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Este extraordinário companheiro que vimos de perder, uma das maiores inteligências que já possuímos, erudito como poucos, talento peregrino, cultor de todos os ramos do saber humano, polígrafo que marcará época no meio intelectual do Brasil, filólogo simplesmente notável, criador de sistema lingüístico inteiramente nosso, etnólogo e folclorista que não tinha competidor, musicólogo de conceito universal, grande historiador, jornalista consumado, crítico dos mais autorizados que já tivemos, disputado pelos mais conceituados jornais do país, deixa bagagem literária das mais notáveis. Além de numerosos artigos e crônicas esparsos, são suas estas obras:

“Há uma Gôta de Sangue em cada Poema”, 1917, (poesia); “Paulicéia Desvairada”, 1922, (poesia); “A Escrava que não é Isaura”, 1925, (poética); “Losango Cáqui”, 1926. (lirismo); “Primeiro Andar”, 1926, (contos); “Amar, verbo intransitivo”, 1927, (idílio); “Clã do Jaboti”, 1927, (poesia); “Macunaima”, 1928, (primeira edição); 1937 (2.ª edição), (rapsódia); “Ensaio sobre Música Brasileira” 1928, (estética e folclore); “Compendio de História da Música”, 1929 (1.ª ed.); 1933 (2.ª ed.) 1936 (3.ª ed.); “Modinhas Imperiais”, 1930. (antologia); “Remate de Males”. 1930, (poesia); “Belazar-te”, 1934, (contos); “Luciano Gallet”, 1934. (Introdução aos “Estudos de Folclore”, de L. Gallet); “Música, Doce Música”, 1934, (estudos musicais); “O Aleijadinho e Álvares de Azevedo”, 1935, (ensaios); “A Música e a Canção Popular no Brasil”, 1936, (ensaio bibliográfico); “Cultura Musical”, 1936, oração de parainfo, separata da “Revista do Arquivo” do Departamento de Cultura, de São Paulo. E mais: “Poesias completas”, “Pequena História da Música”, “Os filhos da Candinha”, “Baile das quatro artes”. Aspectos da literatura brasileira”.

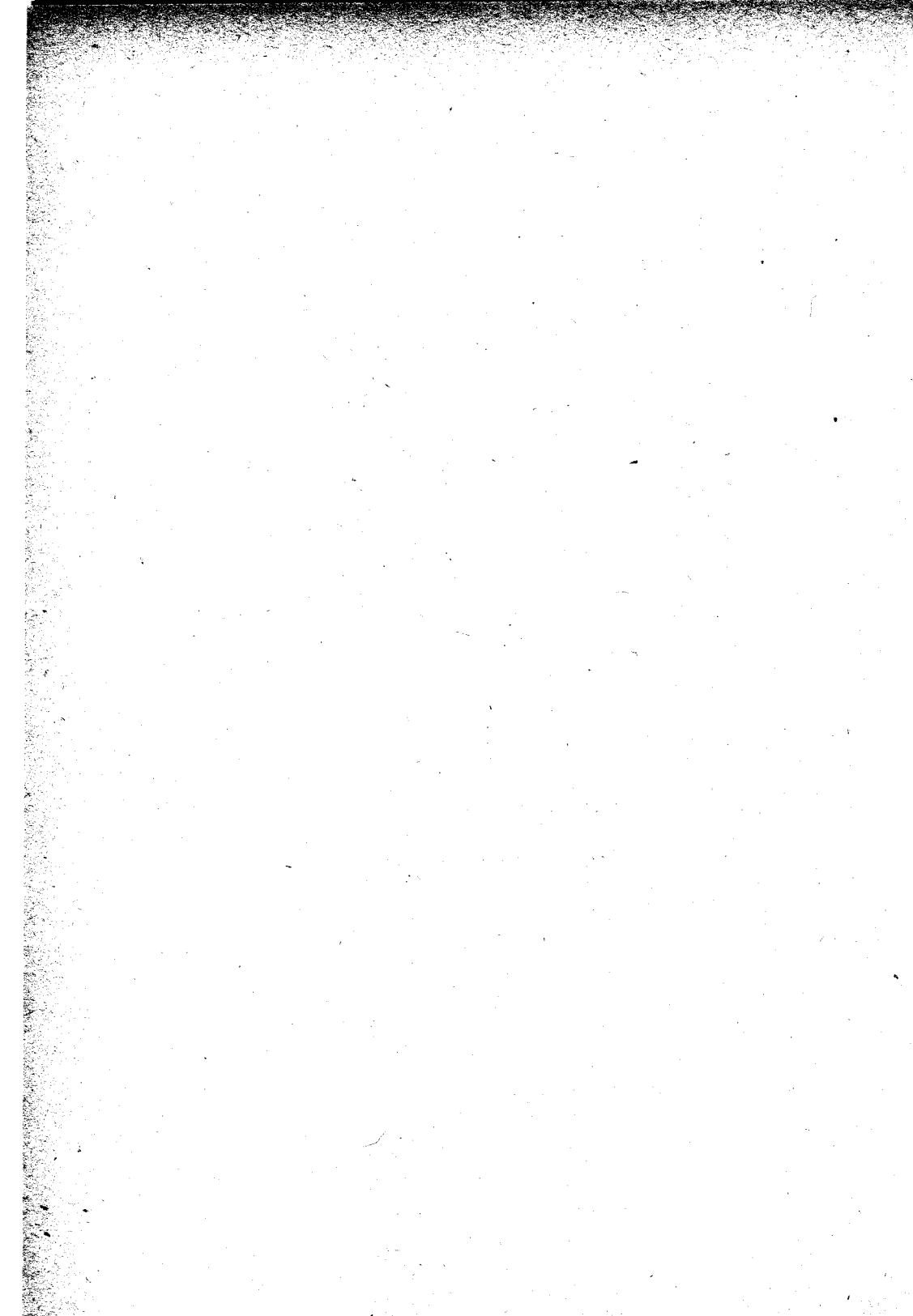
Seu livro “Amar, verbo intransitivo” foi publicado nos Estados Unidos, em versão de Margaret Richardson, sob o título “Fraulein” pela casa Macaulay, de Nova York.

Tinha, em conclusão, não se contando outros trabalhos de vulto, o "Poema do Café" e substanciosa "Biografia do Padre Jesuíno".

Por tôda essa operosidade em bem das letras pátrias, no que se mostrava incansável, foi que o orador da Academia Paulista de Letras, — naquela tarde de muita luz, em que o sol mais e mais se iluminava para pretensiosamente emparelhar a sua com a luz do espírito de Mário de Andrade — ao lhe dar o adeus da cultura paulista disse que o seu lugar era impossível de ser preenchido. Ante isso, que diremos nós? Que mais poderemos acrescentar? Só nos resta a repetição das palavras ajustadas dêsse outro primoroso espírito paulista que é Guilherme de Almeida: Se o que havia de perecível na forma fortuita de Mário de Andrade sumiu, na terra, como luz que se extingue, voz que se apaga, gôta que cai, pétala que rola, nuvem que passa...; o que de impercível havia na sua essência estável continua intato, e mais que nunca e cada vez mais se fará presente, resguardado pelos vidros isolantes e aumentativos de uma redoma de admiração e saudade.

Mário de Andrade, certamente o nosso mais completo polígrafo, parte deixando entregue a um mundo sãdicamente destruidor, uma obra sadiamente construtora. Na poesia, no romance, no conto, na crítica, no comentário, na monografia, na indagação — sôbre duas linhas-mestras paralelas, como sôbre dois trilhos firmes, assentou e evoluiu a obra forte de Mário de Andrade: a absoluta sinceridade e a perfeita honestidade. Por isso, ela e êle — a obra e o autor — ficarão. Se Inteligência é, em última análise, essa balança de dois pratos — percepção exata e ação consequente — nela, pesada a personalidade harmoniosa de Mário de Andrade, mantém-se vertical o fiel. Mário é uma das mais nítidas inteligências capazes de sempre honrar a sua terra e a sua gente e o seu tempo.

Sr. Presidente, meus caros colegas, nestas palavras ficam as nossas saudades, se tanto me permitem.



Primeira visita de Pedro II a São Paulo

Alcindo de Azevedo Sodré

Em fevereiro de 1946, comemorar-se-á o centenário da primeira visita de Pedro II a São Paulo.

Em outubro de 1845, partira o Imperador para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde se extinguiu a chama que durante dez longos anos mantivera a revolução farroupilha. São Paulo não fôra estranho àquele movimento, e com êle teve articulação o levante de Sorocaba.

Dom Pedro II, fator decisivo da pacificação da alma brasileira, cujo ânimo conturbado vinha das Regências e ameaçava dilacerar o Império, de volta da região onde mais agudo fôra o espírito de rebeldia quanto mais pronta e profunda havia sido a sua ação firme e esclarecida de reunir aquêles patricios ao seio da comunhão nacional, não quis volver à Côrte, onde sua presença era reclamada por mais de quatro meses, sem visitar esta próspera Província, já imersa na tranqüilidade da paz, havia três anos.

Sua Majestade não desejaria apenas conhecer o território, com suas riquezas e suas atrações naturais, o progresso de suas cidades e povoações, a cultura e a sedução de sua gente. Trazia sobretudo, na sua disposição, o intuito de manter contato com os espíritos paulistas que se levantaram em armas para trazer-lhes a segurança de seus propósitos, a palavra de fé nas instituições monárquicas, a confiança na pessoa do Imperador.

E não mentiria aos paulistas, o sr. Dom Pedro II. Assim como já era conhecido o seu eficaz e direto papel no apaziguamento do Rio Grande do Sul, seria pouco mais tarde devidamente louvada, a sua sábia política de conciliação, base essencial de seu longo reinado, e fruto feliz e esplêndido do que a posteridade chamaria "o largo remanso do Império"...

Quando, a 18 de fevereiro de 1846, Dom Pedro II pisou terras paulistanas, tinha apenas 20 anos. Mas, como na época bem assina-

lara Caxias, e a História depois registraria, aquêlê rapaz já era um homem. Homem pelo seu feito pessoal, pela educação aprimorada, pela surpreendente maturidade de espírito.

Sua missão a São Paulo teria pois um significado especial.

Sua Majestade, durante quase dois meses, visitou Santos, São Vicente, São Paulo, Cotia, São Roque, Sorocaba, São João de Ipanema. Bom Retiro, Pôrto Feliz, Itu, Indaiatuba, Campinas e Jundiáí.

No dia 18 de fevereiro, desembarca em Santos. Os habitantes da cidade aguardavam com muitos preparativos a visita da côrte. Programas, combinações de bôca em bôca, homens, senhoras, meninos e meninas, sabiam de cor o papel que lhes caberia representar. Enfim, tudo era previsão e transbordamento de emoções.

O jovem Imperador vinha acompanhado de sua espôsa, do ministro do Império, Visconde de Macaé, do almirante Grenfell e de seu médico José Martins da Cruz Jobim, como figuras principais de seu numeroso séquito.

Eis, porém, um imprevisto desagradável e perturbador. A barca "Imperatriz", na qual viajavam os visitantes, chega antecipadamente.

Foi um verdadeiro atordoamento. A fortaleza da barra, surpresa, não reconhece a embarcação, e quando esta passa bem próxima às suas solitárias peças, de lá perguntam — que barca era aquela!

O chefe da esquadra, do alto da roda de estibordo responde a tão ingênua pergunta mostrando o estandarte imperial que no tópo do mastro espaneja risonho à luz de uma linda tarde de sol.

Em terra, verifica-se natural confusão.

O povo aproxima-se rapidamente da praia, enquanto os figurões correm a suas casas para se porem nos trajes devidos.

Uns e outros lastimam a surpresa, praguejando contra a inércia do telégrafo e o desleixo da fortaleza, que nenhum sinal deram da ocorrência.

Dom Pedro manda avisar que desembarcaria imediatamente, e a barca encosta ao cais improvisado.

O pior é que nem o Presidente da Província, nem a deputação da Assembléia provincial, por falta de aviso prévio, estão presentes para receber o Imperador, conforme o protocolo e o programa dos festejos.

Sem embargo, mesmo em atropêlo, chegam as autoridades locais e muito povo, e estrondosas aclamações acolhem os imperiais visitantes. A Guarda Nacional, por coincidência, em exercícios preparatórios, ruma para o local do desembarque onde desfila com garbo. O Imperador sob os aplausos gerais, com flores e música, dirige-se

para o solene "Te-Deum", recolhendo-se depois à residência destinada a hospedá-lo, e decentemente arranjada.

À noite, o povo derrama-se pela cidade, para apreciar as luminárias extraordinárias, nota de alegria decorativa que se casava ao júbilo dos corações santistas.

Na manhã seguinte, os viajantes percorrem a pé as ruas da cidade, precedidos de banda de música, e acompanhados de grande número de pessoas. As janelas estão adornadas de colchas de sêda e damasco, e delas caem pétalas sôbre o préstito. Vidas e foguetes completam o acontecimento.

Na residência cedida pelo cônsul americano realiza-se o baile oferecido a Suas Majestades.

A ceia e o chá são servidos com profusão, sendo louvada a maneira como estão dispostas as mesas. Lamentam os cronistas da época a ausência de algumas famílias, por entenderem não dever fazê-lo quem não estivesse coberto de brilhantes, dando assim pouco aprêço aos dons que trazem nos olhos...

Suas Majestades dignam-se dançar quatro vêzes, a saber: o Imperador com as três filhas do Presidente da Província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, e com a do Chefe de polícia, Dr. Severo Amorim do Valle, e a Imperatriz com os presidentes da Assembléia e da Câmara Municipal, o Chefe de polícia e o vereador José Maria Velho. O baile termina às quatro da madrugada.

As chuvas, tornando intransitável a estrada para a cidade de São Paulo, obrigam a maior permanência do Imperador em Santos, que aproveita o tempo para visitas destinadas à sua passagem de volta.

Assim, vai conhecer São Vicente, considerada a primeira povoação da Província, e depois percorre as igrejas, os conventos de São Bento, Carmo, São Francisco e a Casa da Misericórdia.

No convento dos Beneditinos, onde é recebido com "Te-Deum" e sermão, ocupa-se por algum tempo em apreciar o chafariz situado no tôpo da colina. Parece a água nascer de uma grande pedra, cuja serventia só é reconhecida por três torneiras de latão encravadas na frente.

A Imperatriz recebe com simplicidade e carinho as senhoras que a vão visitar.

Os correspondentes da imprensa da Côte, incorporados à comitiva imperial, registam o fato de não verem em Santos a habitual quantidade de pessoas à porta do Palácio, ao cheiro das esmolas. Pelo contrário, raro era o "amigo de comer sem trabalhar", ali observado.

O Imperador, de manhã cedo, montado a cavalo, faz nova excursão a São Vicente, vila de 500 habitantes, residentes em casinhas térreas, sem fôrro nem soalho. Na fachada da que se chama cadeia, do tamanho de um nicho semelhante àqueles denominados de

Espírito Santo, lê-se a data de 1729, concluindo-se que naqueles bons tempos, ou eram poucos os crimes, ou muita a impunidade.

Na jornada para São Vicente, vê Dom Pedro II os restos do secular engenho levantado por Brás Cubas.

De volta, segue para a barra, assistindo a uma pescaria, e depois, de canoa, vai até à fortaleza. De retôrno, aguarda-o esplêndida merenda em casa de João Otávio Nebias. À tarde, mui queimado de sol, e após haver cavalgado cinco boas léguas, recolhe-se à cidade, onde o esperam novos grandes da terra chegados da Capital.

Datado do Palácio da Cidade de Santos, em 23 de fevereiro, Sua Majestade assina um despacho concedendo várias mercês, entre as quais, de Dama honorária de palácio, a D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, espôsa do Presidente da Província. Nêsse dia, primeiro aniversário do Príncipe Dom Afonso, herdeiro presuntivo do trono, o sr. Dom Pedro II assiste a cerimônias religiosas e dá recepção em Palácio. À noite, inaugura o chafariz da Praça da Misericórdia, do qual jorra vinho tinto por suas quatro torneiras. E do bolsinho imperial são dados auxílios para a construção de condutos que levem água até aos terrenos de marinha, para as embarcações. A Casa da Misericórdia recebe 4 contos como donativo, e fogos de artifício completam o programa festivo.

A comitiva imperial parte para São Paulo no dia 25. Vai a cavalo por não permitir o caminho o uso de seges. Toda a extensão da estrada é cortada por córregos encachoeirados. Junto dessas cascatas estão postados rapazes com sortimentos de refrescos e comestíveis para os viajantes. Almoçam no Cubatão e vão pernoitar no Ponto Alto onde está levantado um arco alegórico com a bandeira nacional. À espera do Imperador ali se encontram, entre outros, o senador Vergueiro e o antigo chefe revolucionário, deputado Rafael Tobias de Aguiar.

Na manhã seguinte chegam à freguesia de São Bernardo, hóspedes de Francisco Martins Bonilha, um dos maiores cultivadores de chá da Província. Assiste o Imperador ao preparo da planta, e muito se interessa por conhecer as condições locais dessa indústria. E é então informado de que o chá ali dá duas e até três colheitas, por ano, sabido como é que na Índia, quando êste fato tem lugar no espaço de um ano, consideram-no como extraordinário.

O referido sr. Bonilha conta que, tendo feito a primeira plantação por experiência, e supondo colher apenas meia dúzia de arrôbas, achou-se com quarenta no fim da safra, o que lhe fez acreditar num resultado para aquêlê ano de oitenta a noventa arrôbas. E quem soubesse que um cavalo leva ao pôrto de embarque 500\$000 em chá, e somente 25\$000 em café, poderia fâcilmente julgar das vantagens que a primeira indústria tem sôbre a segunda, muito mais ainda se se

atendesse a que não é tão dependente das boas estações como o café, pois que a geada não a prejudica e nem precisa de sol para a sua preparação.

Prosseguindo viagem iriam deter-se Suas Majestades no sítio do Ipiranga, mudando de roupa para a entrada na Capital. Ali os acolhem inúmeras outras pessoas distintas e o corpo acadêmico de São Paulo.

Nota curiosa, entretanto, é o fato de, por ocasião da imperial visita a São Paulo, ter sido pintado o pavilhão do Ipiranga, obra que seria o mais antigo documento sobre o local histórico da proclamação da Independência. Sobre esse fato, conta-nos o nosso grande e apreciado sabedor de história Afonso de Taunay, que o autor dessa esplêndida peça iconográfica é o ituano Miguel Arcanjo Benício da Anunciação Dutra, artista modesto, a quem São Paulo deve todavia assinalados serviços, pelos desenhos e aquarelas constituintes dos mais remotos testemunhos da primitiva fisionomia da capital paulistana.

Embarcados nos coches de gala seguem Suas Majestades para São Paulo, vencendo essa meia légua do Ipiranga à Capital através de arcos de triunfo e com o povo cobrindo os cabeços dos montes. Com as ruas apinhadas de gente que não achou lugar nas janelas, e com ruidosas aclamações, chega Dom Pedro II ao último arco no Pátio do Colégio, iluminado de quatro mil luzes, com a imagem do apóstolo S. Paulo, ponto onde é esperado pelo Bispo diocesano e seu cabido, diversas ordens religiosas, Assembléia Provincial, corpo consular, Câmara Municipal e inúmeras outras pessoas gradas. Recebe a chave da cidade, em prata, com relevos de ouro. Realiza-se nessa ocasião o "Te-Deum" na igreja do Colégio, com sermão do Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, lente do curso jurídico.

O arco levantado no Pátio do Colégio, onde fica o Palácio, bem como o da Praça da Sé, merecem reparo. O primeiro, cujo custo foi de oito contos de réis, representa um templo em côro para música, tem um grande altar e é muito iluminado. O segundo é porém mais elegante, apesar de só ter pinturas e alguns relevos.

O Presidente da Província oferece um jantar de mais de setenta talheres, do qual se ouvem as mais lisonjeiras referências.

Na manhã seguinte, é visto o Imperador a pé, pelas ruas centrais da cidade. À tarde, com a espôsa e cêrca de duzentos cavaleiros, dirige-se ao Alto de Santana de onde se descortina belíssima perspectiva de São Paulo. Na volta, entra no Jardim Botânico onde faz merenda à sombra de frondosas oliveiras e ao som dos acordes de uma banda de música militar.

São visitados as recolhidas de Santa Teresa e da Luz, o mosteiro de São Bento e a Ordem Terceira de S. Francisco.

Da igreja de São Francisco recebe a comitiva melhor impressão. Para o cronista, é o templo que mais agrada pela disposição de seus altares, e pela harmonia da decoração. O ouro e o branco de seus ornatos combinam muito bem.

Embora alguns quadros tenham sido estragados pelo pincel que ultimamente os retocou, conserva ainda a igreja de São Francisco alguns outros antigos, de primorosa execução.

O sr. Dom Pedro II, como fizera no Rio Grande e em Santa Catarina, e como haveria de fazer onde quer que estivesse em terras do Brasil, durante o seu longo e benfazejo reinado de meio século, e como nota marcante de sua personalidade, procura as escolas públicas, tomando contato com os alunos, e interesse objetivo pelo aproveitamento do ensino.

Em São Paulo existia já, como é notório, e com a fama que haveria de glorificá-la mais tarde, a Faculdade de Direito.

O adolescente Imperador de 20 anos, mas o homem Dom Pedro II, pela educação, cultura e feitio, dirige-se com especialíssima curiosidade para a então chamada Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, no velho edificio outrora habitado pelos religiosos de São Francisco.

Cêrca de 800 pessoas ali se comprimem, engrossando as fileiras de estudantes que, emocionados, esperam aplaudir o chefe de Estado. A congregação recebe-o à porta do edificio sob uma chuva de flores. Na sala dos atos toca uma orquestra.

O diretor interino, Professor José Maria de Avelar Brotero, pronunciava eloqüente discurso. Poesias são recitadas pelo professor de filosofia, Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior, e por vários estudantes. Faz-se a apresentação dos lentes e a natureza das matérias por êles lecionadas. Percorre-se depois o edificio. O diretor termina por invocar a proteção do Imperador para as instalações da casa, proclamando Sua Majestade protetor da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo.

A senhora D. Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda, em honra de Suas Majestades, dá um grande baile em sua residência.

O sr. Dom Pedro II oferece um esplêndido jantar de 96 talheres, ao qual comparecem o Bispo, os presidentes da Província e da Câmara, autoridades civis e militares, o diretor e professores do curso jurídico.

No tópo da mesa, atrás das cadeiras de Suas Majestades, está armado um dossel protegendo a bandeira nacional, o brasão de armas do Império, e as palavras — Honra — Fidelidade — Justiça.

A Faculdade de Direito atrai novamente o monarca. Três estudantes defendem tese. Dom Pedro II mandava buscar livros onde pudesse colhêr elementos para os assuntos que iam ser debatidos. E'

pois com a maior atenção que Sua Majestade acompanha os exames. Antes de retirar-se volta à biblioteca, manuseando as obras principais. E verifica que ela consta apenas de alguns legados, carece de obras necessárias e nem sequer dispõe de uma coleção completa das leis do Império.

Dom Pedro II, passeando a cavalo, dirige-se para fora do centro urbano, apreciando a beleza de seus arrabaldes. A cidade em si é difícil de ser transitada. Suas ruas, com poucas exceções, são emaranhadas e estreitas. Becos e travessas irregulares em que, em ângulos de 45 graus, vêm a desembocar duas ou três ruas. E', em suma, o fiel retrato das antigas fundações portuguesas.

Em compensação, nenhuma outra do país oferece mais comodidade e barateza de vida. Os viveres de primeira necessidade e o aluguel das casas têm preços tão baixos que surpreendem. Sobrados de seis e oito janelas e sacada, com três grandes salas de frente, fundos correspondentes e quintal, não se alugam ali por mais de 200\$000 e 300\$000 por ano. Uma galinha, mesmo com a presença da corte, custa doze vinténs !

No dia 14 de março, aniversário da Imperatriz, é assinado novo decreto de mercês. Da longa lista, figuram o senador Campos Vergueiro como gentil-homem honorário, Veador, o conselheiro Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, Grã-Cruz de Aviz o Presidente da Província, Comendador de Cristo Francisco Antônio de Souza Queiroz, Cavaleiros Francisco Pinto do Rego Freitas, João Ribeiro dos Santos Camargo, Jaime da Silva Teles, Vicente de Souza Queiroz e Dignitário da Rosa, Rafael Tobias de Aguiar.

A casa de Tomas Luis Alvares é cedida para o grande baile que em homenagem a Dona Teresa Cristina vão dar os maiores da política paulistana. Situacionistas e antigos revolucionários congregam-se para a grande nota social. E é assim que nesse baile se vêem beber no mesmo copo *Cascudos e Lisos*, nomes por que são conhecidos os adversários paulistas.

Um batalhão de guardas nacionais faz as honras da entrada. No saguão e patamar da escada, vêem-se jardins artificiais com viçosas e variadas flores. A iluminação do jardim é deslumbrante. Os caminhos luminosos terminam num belo arco onde uma pira ardente tem por baixo a palavra Monarquia. A ceia servida contém finíssimas iguarias. Calcula-se em 500 o número de convivas. As senhoras estão ricamente vestidas. Suas Majestades dignam-se participar de três contradanças. Dom Pedro II tem como pares a esposa do Presidente da Província e as filhas dos veadores Bernardo Gavião e Leite Lobo, e Dona Teresa Cristina, o Presidente da Província, o deputado Gabriel José Rodrigues dos Santos e o Dr. José Inácio Silveira da

Motta. E, os partidos políticos, confundidos pela alegria da festa, em tórno do Imperador, dançam pela madrugada afora...

Deixando a Imperatriz na Capital, Dom Pedro II, às 4 da madrugada de 16 de março, segue a cavalo para o interior. Apesar da hora, surpreendendo muita gente que o desejava acompanhar, Sua Majestade leva ainda um grande séquito, pois muitos deputados e outras pessoas de realce o acompanham.

Toma as refeições na freguesia de Cotia, habitada por umas 700 almas, e chega à Vila de São Roque às 8 horas da noite, após onze léguas de jornada sob chuva contínua. Arcos de ramagens e manifestações de carinho sucedem-se pelo percurso. De manhã cedo, novamente a cavalo, percorre a Vila. Dirige-se para Sorocaba, e a pouco mais de meio caminho, no lugar Inhoahira, está armado um pavilhão espaçoso com finos comestíveis. O Dr. Vilaça, juiz de direito da comarca e várias outras autoridades o aguardam. Mais adiante, é convidado a passar com o ministro para a sege que lhe enviara o coronel Almeida Leme. Próximo à cidade torna a montar, com o objetivo de esquivar-se às manifestações populares, de vez que mandara anunciar a dispensa do recebimento formal. Veste o Imperador sobrecasaca militar e boné, o que causa certo embaraço à sua identidade por parte do povo, acumulado pelas ruas de Sorocaba. Não se pode todavia furtar às justas expansões populares quando se apeia à porta da residência destinada. Esta pertence ao Capitão Manoel Claudiano de Oliveira. E' um palacete, e acha-se ricamente mobiliado. À tarde, grande multidão acompanha-o ao "Te-Deum" com flores, vivas e música.

Um carro alegórico, levando um menino vestido de anjo, precedido de doze cavaleiros uniformizados e uma banda de música militar, percorre a cidade. Defronte do palácio, e noutros pontos recita o menino versos alusivos às virtudes do monarca e aos sentimentos de fidelidade dos sorocabanos. Realiza-se uma sessão de variedades no teatro. A cidade, dizem os cronistas, tem bons prédios e melhores moças, muitas das quais são agora vistas pela primeira vez, mesmo por moradores da terra, pois as malditas gelosias e mantilhas são as piores muralhas que se possam opor às artes de Cupido.

E' tempo das feiras de mulas e o curioso espetáculo dá movimento à cidade. O Imperador percorre os templos, o convento de Santa Clara e as escolas. À tarde, viaja uma légua para fora da cidade, ansioso por apreciar as maravilhas do belo Salto de Votorantim. De volta, farda-se, para assistir aos fogos de artifício mandados preparar por Inácio Dias de Arruda e Manoel Lopes de Oliveira.

A três léguas de viagem, para São João de Ipanema, vem a seu encontro o diretor da fábrica, Barão de Itapicurumirim, e vários auxiliares.

Ja o Chefe da Nação conhecer, segundo o pensamento da época, a região cuja natureza tudo fizera para tornar aquela parte do Império do Brasil sede ou mãe do mais poderoso instrumento de sua prosperidade: a fábrica e as minas de ferro do Ipanema.

Quando o Imperador entra no estabelecimento, é festivamente saudado pelos empregados de ambos os sexos, uniformizados e munidos com ferramentas das diversas oficinas, formados em alas ao longo dos caminhos.

Os primeiros passos do Imperador, após o jantar, são para o engenho de triturar pedras, a casa das fornalhas, a de moldar, e as de serralheiros e torneiros. Sua Majestade assiste aos trabalhos e vê fundir inúmeros utensílios, inclusive fogões de cozinha. No dia imediato, percorre novamente as oficinas, e olha um grande painel pintado, representando um gigante vestido de cota de malha, apoiando a mão esquerda num escudo com a legenda P.II — e a destra estendida, suplicando ao Imperador que tome sob sua imediata proteção aquêlo grandioso estabelecimento, a fim de que a sua voz chegue até êle, e leve seus ricos produtos por todo o Império, e ainda além.

Próximo à fábrica vê o itinerante a mina de pedra a que os ingleses chamam *Sand-Stone*, com a qual se constróem as fornalhas cujo grau de calor nenhuma outra qualidade de pedra poderia sofrer.

O outro dia é destinado para visitar as minas de ferro. Aqui não é preciso fazer escavações para extrair-se a pedra de ferro. Basta somente separá-la da terra com que está envôlta. O produto é de oitenta por cento.

Como vimos, na comitiva de Dom Pedro II vai o médico de sua Imperial Câmara, José Martins da Cruz Jobim, professor e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esse cientista ligara-se a São Paulo pelo casamento, desposando D. Maria Amália de Toledo Marcondes. Nessa viagem haveria de estabelecer estreitas e longas amizades com dois médicos estrangeiros, que deixariam nome e descendência no Brasil: os Drs. Ricardo Gumbleton Daunt e Teodoro Langaard, o primeiro em Campinas e o segundo em São João de Ipanema. Fêz-se compadre do Dr. Ricardo Daunt, batizando-lhe um filho que seria o futuro Monsenhor Fergus O' Connor de Camargó Daunt, com quem manteve mais tarde abundante correspondência inclusive de natureza política. Com o segundo houve o curioso episódio inicial, narrado por seu saudoso neto, o acatado jurista Rodrigo Otávio de Langaard Menezes, em "Minhas Memórias dos Outros".

Quando se anuncia a visita do Imperador a Ipanema muito se afflige com isso o Dr. Teodoro Langaard. E a afflicção sobe de ponto quando sabe que na comitiva imperial vai o Dr. Jobim. Exercendo ilegalmente a medicina, não queria de modo algum ser encontrado

pelas personalidades viageiras, principalmente pelo médico. Resolve então deixar-se ficar todo o tempo em casa. E' porém informado de que o Dr. Jobim perguntava por êle, queria vê-lo, desejava ir à sua casa. Estranha a insistência e ainda mais receia conseqüências desagradáveis por estar clinicando já em larga escala antes de legitimamente autorizado.

Recebe então de um amigo a explicação do caso. O Dr. Jobim, que em viagem se inteirara do bom nome do jovem médico dinamarquês, resolvera conhecê-lo. Vai afinal ao seu encontro e o Dr. Jobim o recebe paternalmente. A seu conselho iria depois à Côrte, onde haveria de prestar exame vindo a ser o primeiro médico estrangeiro aprovado com distinção nos exames de suficiência.

"Dêse encontro com o Conselheiro Jobim, escreve o memorialista, nasceu uma grande amizade entre os dois que se estendeu pelas famílias".

Prosseguindo viagem para Pôrto Feliz, foi o Imperador, no entanto, obrigado a deter-se na Fazenda do Bom Retiro, para atender ao insistente convite de seu proprietário, o capitão-mor Joaquim Vieira de Moraes. Ali é Sua Majestade recebido fora do portão pela família e amigos da casa.

O capitão-mor é um dos mais opulentos fazendeiros da região, bom e velho servidor do trono, e orgulhoso da honra que o seu illustre hóspede lhe proporciona. Depois de ótimo jantar vai conhecer os engenhos de açúcar e de serrar madeira, e no sarau noturno na confortável sala do casarão, escuta com agrado as execuções de piano da filha mais moça do capitão-mor.

Dom Pedro II entra pela manhã em Pôrto Feliz. De tôdas as janelas chovem flores acompanhadas de estrondosos vivas.

A Vila possui uma alta muralha natural que a defende das inundações do Tietê. Para as despesas com a recepção e homenagens solenes a Dom Pedro II, cotizam-se os mais abastados, e nisto não há divergência de opinião política. Em tudo o mais, são irreconciliáveis os dois partidos em que se dividem os paulistas, notadamente os do interior.

Sobretudo nas senhoras, é tão sensível êsse ânimo que nem mesmo para a atração de casamento se vence a repugnância que têm as moças de um partido, aos rapazes de outro.

Une-os porém o Imperador, na expressão comum com que lhe tributam as mais generosas homenagens. E ainda ao som das girândolas e da música, segue o monarca para a cidade de Itu. Ao seu encontro vão as autoridades e pessoas notáveis, em número de 50 a 60 cavaleiros.

A recepção é vibrante. Uma vista ao Salto do Itu é um espetáculo que muito agrada.

O Imperador participa de uma caçada de veados e tem oportunidade de apreciar a pedreira do ribeirão de Itaim, recolhendo-se por fim à casa do futuro Barão de Piracicaba Antônio Pais de Barros, onde almoça. Após missa e sermão na igreja do Patrocínio, o pregador, que é também professor público de latim e francês, convida o Imperador a examinar seus alunos. Como os meninos cometessem erros, sugere o soberano que o mestre lhes preste ajuda. Mas este não está muito mais adiantado, pois pronunciava o francês de forma tão estranha, que a assistência não contém a hilaridade. Desculpa-se então o mestre dizendo que pronunciava o "*francês apaulistado*"!

À noite, reúnem-se defronte do palácio pessoas de um e outro sexo, sentando-se as senhoras em linha ao longo das casas fronteiras. Começam os poetas a recitar versos, e Sua Majestade manda chamar mais um, que tem nomeada por seu estro natural.

Chegado o vate à sala onde também se encontra Martim Francisco, estabelece Pedro II a cada um que se recolha a salas separadas, toma uma fôlha de papel, e nela escreve o seguinte mote:

"O sincero acolhimento
Do fiel povo ituano
Gravado fica no peito
De seu grato soberano".

Copiado em duas fôlhas, cada um dos poetas glosa-o a seu modo, Martim Francisco em duas colcheias, e o trovador em quatro décimas.

A porfia ocasiona, como era natural, um grande e inédito prazer ao numeroso auditório. Alguns vereadores da Câmara pedem permissão a Sua Majestade para conservarem o precioso documento, e obtida esta, lavram imediatamente uma ata que autenticasse a todo o tempo a veracidade daquele escrito do punho do Imperador, com declaração de hora e local em que foi feito, ata que, para maior força ter, é assinada pelo Ministro do Império, o Presidente da Província e pessoas distintas, testemunhas do ato. O documento seria recebido e arquivado num quadro em sessão magna da Câmara Municipal de Itu.

As 9 léguas que separam Itu de Campinas, Dom Pedro II ascavalgou fazendo apenas uma parada para almoçar na freguesia de

Indaiatuba. No ribeiro de Capivari-mirim encontra o esquadrão de cavalaria de guardas nacionais que ali o esperavam, e a pouco mais de uma légua da cidade é recebido pelo juiz de direito Joaquim Fernandes da Fonseca e diversos outros figurões, em número de 280 a 300 cavaleiros. A acolhida do Imperador em Campinas é muito carinhosa e torna-se desnecessário dar-se pormenores.

Basta assinalar que com o delírio das expansões pirotécnicas o almirante Grenfell ia sendo vítima de uma flecha de foguete, a qual, caíndo-lhe sôbre o peito, atravessa a farda e a camisa, não causando maior dano por se haver embaraçado na dragona. Fazem-se as habituais visitas. Espetáculo novo são porém as cavallhadas.

As três horas da tarde já ninguém pode mexer-se no largo do Rosário: meia hora depois ali entra o Imperador precedido de banda de música e do enorme séquito do que há de mais representativo entre a gente campineira.

Quem tinha dinheiro e espaço para mandar levantar um ou mais camarins, tomou lugar com seus convidados. Os demais se arranjaram como puderam, em cadeiras, bancos e arquibancadas. Fazem-se as evoluções de lanças, espadas e pistolas, tão conhecidas nessa prática.

Tiram-se seis argolinhas: as três primeiras são oferecidas a Dom Pedro II, à Imperatriz e ao Príncipe, a quarta ao Ministro do Império, a quinta ao Presidente da Província, e a sexta a uma senhora.

Combinam as damas acompanhar Sua Majestade até a porta quando se retirasse.

Seria o último dia da estada em Campinas, e até tarde da noite fica a rua do Palácio intransitável tal a massa de povo que ali aclama o monarca. Martin Francisco Ribeiro de Andrada recita poesias, e o Imperador conhece o primeiro indivíduo batizado na freguesia, cuja idade não chega ainda a 70 anos.

Continua todavia dando novos frutos o mote que Dom Pedro II dera aos trovadores de Itu: o senador e gentil-homem Campos Vergueiro também por sua vez invocara as musas, e em Campinas apresenta a Sua Majestade as duas seguintes colcheias:

Mote

O sincero acolhimento
Do fiel povo ituano
Gravado fica no peito
Do seu grato soberano.

Glosa

Do dever o cumprimento
 Que se estende a muito mais,
 Vós, Senhor, por bom chamais
 "O sincero acolhimento".

E' sublime o pensamento
 Na bôca dum soberano!
 Nêle vos mostrais humano,
 E do sólio não desceis,
 Nem os corações prendeis
 "Do fiel povo ituano".

Vosso paternal conceito
 Com que tanto nos honrais,
 Para não esquecer mais,
 "Gravado fica no peito".
 Da gratidão o direito
 Obriga o povo ituano,
 Que, de agradar-vos, ufano
 Vosso favor cantará,
 E nunca se esquecerá
 "Do seu grato soberano".

Madrugada ainda, segue a caravana para a Vila de Jundiá, hospedando-se em casa do ex-chefe de legião Antônio de Queiroz Teles, que tudo fêz para tornar agradável e festiva a imperial permanência naquela risonha localidade.

De jornada para São Paulo, uma légua antes da ponte do Anastácio a comitiva toma o coche e as seges que a aguardam, chegando ao Imperador a Palácio já noite fechada, e muito fatigado. Sem embargo, às 9 horas da manhã seguinte, ei-lo entrando pela terceira vez as portas da Academia de Direito, sequioso de ouvir as aulas. Assiste, em primeiro lugar, à de economia política, pelo Conselheiro Carneiro de Campos, depois a de direito constitucional pelo Dr. Gurgel do Amaral, e por fim a de teoria do processo civil, pelo Dr. Silveira da Motta.

O segundo argüi em lição o estudante do 2.º ano Agostinho José de Almeida, e o terceiro ao quintanista José Caetano de Andrade Pinto.

Nos dias imediatos, — não fôsse êle Pedro II, — volta pela quarta, quinta, sexta, sétima e oitava vez à Academia de Direito, onde se detém das 9 às 13 horas.

Ia assistir à defesa de teses dos bacharelados Francisco Carlos de Araujo Brusque, Eduardo Olímpio Machado e ouvir outras aulas, agora dos professores Cabral, Anacleto, Falcão, Ribas e Pires da Mota.

Registam os cronistas, ser voz corrente entre os acadêmicos, que em presença do Imperador os lentes queriam brilhar, fazendo largas e eruditas preleções, e pena! era não tivessem êles êste permanente estímulo.

A 7 de abril, aniversário da ascensão de Sua Majestade ao trono, é assinada nova mercê de graças a inúmeras personalidades paulistas.

A côrte assiste ao officio de Ramos na igreja do Colégio, servindo na ocasião de capela imperial, e Suas Majestades dignam-se levar à pia baptismal, com tôda solenidade, uma filha do Conselheiro Carneiro de Campos, à qual deram um rico bandó de brilhantes.

O Imperador comparece ao templo para assistir ao officio da Paixão, collocando-se sob o dossel. E à tarde realiza no paço um tocante ato religioso, lavando e beijando o pé a doze pobres e a um sacerdote.

Para esta cerimônia se preparou a sala do trono, foram convidadas muitas das principais famílias, e permitiu-se a entrada às senhoras e homens bem trajados.

Sábado de aleluia a côrte é obsequiada com o magnífico baile de despedida que lhe oferece a sra. Gertrudes Galvão, baile cujo esplendor por muitos anos ficara memorável na Paulicéia.

Várias lembranças distribui o Imperador, cabendo ao Dr. Claudio Luís da Costa uma linda caixa de ouro com cinco grandes brilhantes.

De viagem para Santos, rumo ao Rio de Janeiro, grande comitiva acompanha o Imperador, destacando-se o diretor da Academia de Direito e vários membros da congregação.

No dia 14 de abril de 1846, embarcava a côrte em Santos, e devido aos ventos contrários, que pareciam querer detê-la em terras de São Paulo onde tão grata lhe fôra a estada, levou onze dias para chegar à baía de Guanabara.

O jovem Imperador, nos seis meses e vinte dias que gastou em sua viagem pelas três províncias do sul, percorreu nove cidades, nove vilas e doze povoações. Bateu, a cavalo, 229 léguas, não sendo estimadas as que fez em passeios e caçadas.

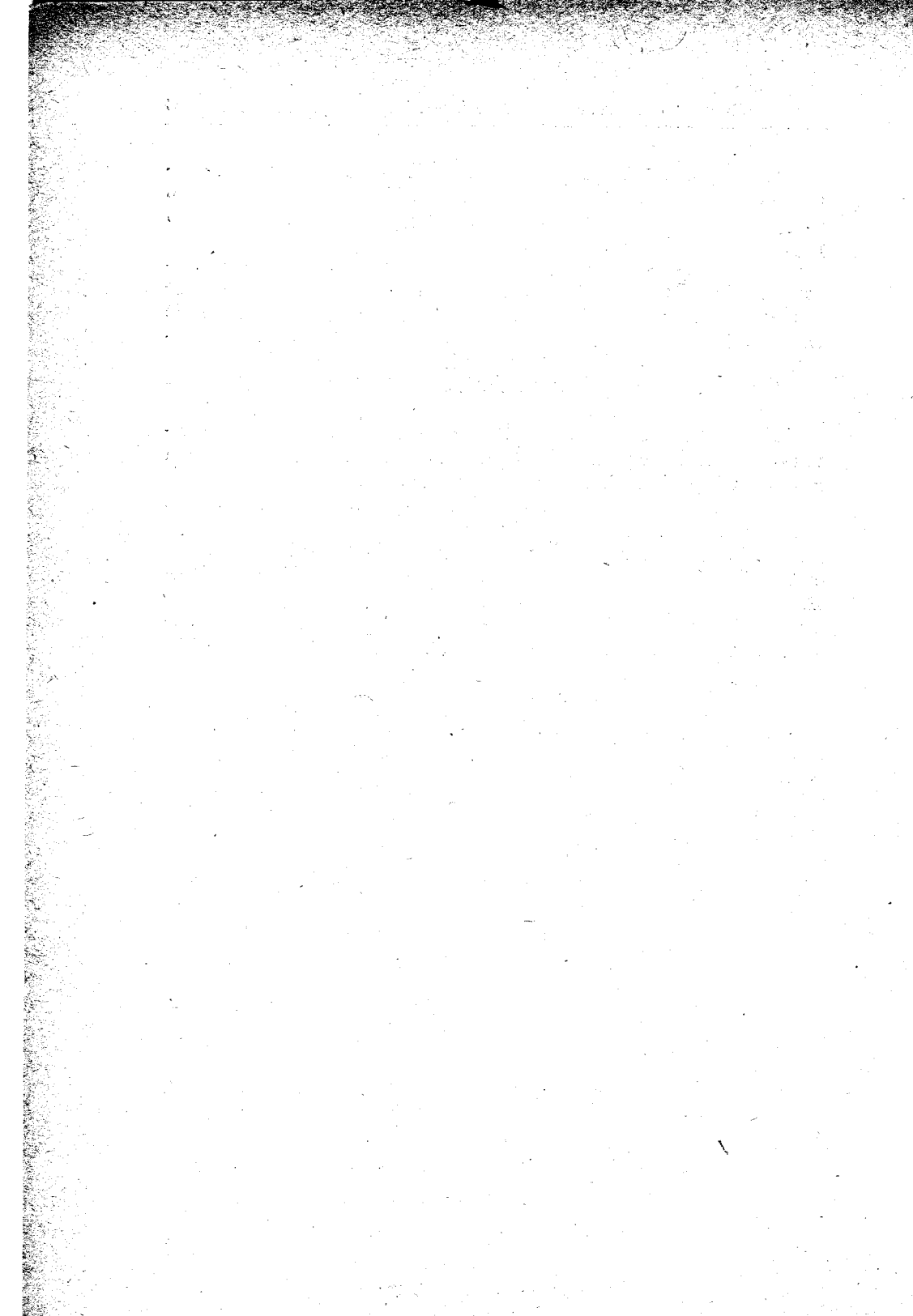
Que a primeira visita de Dom Pedro II a São Paulo fôra proveitosa, dí-lo a palavra do Presidente da Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, Gomes dos Santos, quando, saudando o Imperador no paço imperial, afirmou:

“Entre outras nações príncipes têm havido que abandonavam seus povos para conquistar uma glória efêmera à custa do sangue dos seus soldados; o terror os precedia, eram seguidos por clamores de execração, e em redor de seus triunfos se não escondiam nem as lágrimas da dor nem o silêncio do desespêro.

Quanto não compreende melhor Vossa Majestade Imperial a sagrada missão da realeza!

Deixa a côrte e seu esplendor, percorre grandes distâncias e afronta cansadas fadigas, para mais de perto ouvir a voz de seu povo, para estreitar o laço da concórdia que reúne a todos os Brasileiros, e para conhecer por si mesmo as necessidades do país e seus imensos mas quase ignorados recursos.

Assim, Senhor, vos acompanham como dignos troféus de vossa empresa, assim vos aguardam, como nobre galardão de vossos trabalhos, as bênçãos dos Brasileiros que tão saudosos deixastes nas Províncias e as bênçãos daqueles que com anelo esperavam a tão desejada volta de Vossa Majestade Imperial”.



Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas

Aroldo de Azevedo

Nossa presença, nesta honrosa tribuna, constitui, antes de mais nada, o pagamento de uma dívida há tempos contraída para com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; significa o agradecimento, através de uma contribuição modesta mas bem intencionada, àqueles que, com seus votos, nos escolheram para ocupar um pôsto nesta Casa, por tantos títulos digna da gratidão dos paulistas e dos brasileiros.

Dedicando-nos há mais de três lustros a um dos setores de maior importância no conjunto das atividades dêste Instituto — a Geografia, pareceu-nos que seria de nossa obrigação oferecer aos ilustrados consócios alguma coisa que bem representasse a moderna orientação dêsse ramo do saber humano. Daí havermos preferido um tema de observação e de pesquisa geográfica, primeiro resultado de uma excursão levada a efeito ao Nordeste brasileiro, nos meses de janeiro e fevereiro do ano passado.

A viagem foi realizada na agradável companhia de colegas da Universidade de São Paulo — os professores Pierre Monbeig, João Dias da Silveira, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José Ribeiro de Araujo Filho e Ari França, e do professor Othon Leonardos, da Universidade do Brasil.

I. UMA VIAGEM AO NORDESTE.

Cumprindo um programa previamente traçado, alcançamos de avião as terras afastadas do sertão de Pernambuco, às margens do São Francisco. Usando as vias terrestres, percorremos a' catinga áspera daquele sertão desabitado, transpusemos a chapada do Araripe, conhecemos o verdadeiro "oasis" que é a região do Cariri, admiramos o trabalho gigantesco das obras contra as sêcas, atravessamos a pai-

sagem hostil e desoladora da chapada da Borborema, cortamos a zona do "Brejo" paraibano, o "agreste" e a zona da Mata do litoral. Vimos o oceano verde-claro dos canaviais, a fumaça dos "banguês" e das usinas modernas; olhamos enternecidos as venerandas "casas-grandes" de uma aristocracia que se foi. Percorremos o Recôncavo baiano, com seus engenhos, suas fábricas de charuto, seu petróleo nascente. Pudemos sentir, nesta viagem, a luta titânica do homem contra a natureza ingrata, o angustioso problema da água no sertão. Interpretando as formas do relêvo ou os aspectos da vegetação, pudemos notar as diferenças existentes entre o peneplano gnaissico e as chapadas do cretáceo, ou o contraste entre a catinga pernambucana e a da Paraíba. Vimos brasileiros acobreados pelo Sol causticante, vaqueiros com suas roupagens de couro, negros a manipular a cana ou o fumo, baianas legítimas a vender o acaragê. Percorremos as ruas sonolentas das pequeninas cidades, algumas delas praticamente mortas, outras na vida tranqüila do interior. Pisamos com orgulho as ruas asfaltadas de verdadeiras metrópoles, como Recife ou Salvador, e de pequenas jóias, como João Pessoa, Maceió ou Aracaju.

Quando o avião nos conduziu da Bahia, de volta ao Rio de Janeiro, trazíamos no coração a certeza da unidade brasileira, porque, por maiores que fôssem as diferenças observadas, comoveu-nos e, ao mesmo tempo, exaltou-nos a absoluta compreensão existente entre nós outros e aqueles irmãos de paragens tão afastadas. Um só pensamento, um só modo de sentir. Cimentados por um passado comum e pela identidade da mesma fé católica, falando a mesma língua (cujo encanto vê-se realçado pelas pequeninas diferenças de prosódia ou de terminologia), foi com enternecimento que pudemos verificar que nada existe a separar os brasileiros, apesar da imensidão das distâncias e da variedade do meio físico ou das diferenças étnicas. E' preciso que tenhamos a coragem de chamar a atenção para este ponto, não só porque ainda podem existir os que julgam irrealizável a nossa unidade espiritual, mas também porque constituímos um exemplo realmente confortador, cujo significado precisamos apreciar devidamente, porque só nos pode elevar dentro da comunidade humana.

Foi uma viagem de estudos, feita por professores de Geografia. O acervo de nossas notas, colhidas com o mais vivo interesse, serviu para enriquecer nossas aulas e, antes de tudo, poderá demonstrar aos céticos, que ainda teimam em se manter num ponto de vista anacrônico, que a Geografia deve ocupar um lugar de destaque no conjunto das ciências e que, por isso mesmo, em boa hora, foi incluída entre as matérias a serem estudadas em grau superior.

São algumas dessas notas de viagem que temos a satisfação de, hoje, oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Referem-se a um setor restrito da área percorrida: a região de Juazeiro e Petrolina, no médio rio São Francisco.

II. A REGIÃO DO "COTOVELO" DO RIO SÃO FRANCISCO.

Nosso primeiro contato com a região do "cotovelo" do rio São Francisco deu-se em janeiro de 1944, quando desembarcamos de um avião da "Navegação Aérea Brasileira", na cidade de Petrolina. Pouco passava de meio-dia e o Sol era abrasador.

Diante de nossos olhos abriu-se, sem demora, a paisagem áspera que esperávamos encontrar, se bem que não assim tão depressa: uma região plana, desmedidamente plana, recoberta de cascalhos e com uma vegetação rarefeita a repontar aqui e ali, a mêdo, raquítica e desnuda.

Pisávamos, de chôfre, uma das regiões mais hostis de nossa Pátria, onde o homem vive na luta tremenda contra a sêca. Quem desejar conhecer em poucas horas o que é o sertão do Nordeste, com tôda sua tragédia e com todo o heroísmo de seus filhos, basta visitar a região em que se erguem as cidades gêmeas de Juazeiro e Petrolina.

* * *

Tudo na região em estudo parece indicar a presença de um *peneplano* típico: a planura imensa, a perder-se de vista, numa altitude que se aproxima de 400 metros sôbre o nível do mar, embora 500 km. dêle a separem; o amontoado inacreditável de rochas fragmentadas, pedregulhos de todos os tamanhos, a encobrir o solo, no meio da catinga ou dentro da própria aglomeração urbana; a presença a alguma distância do rio, sobretudo à margem direita, de montanhas residuais, pequenos "monadnocks", com sua forma de cone truncado.

Os terrenos cristalinos dominam ali de maneira absoluta. Em sua maior parte vêem-se representados por gnaisses de idade arqueozóica, que afloram constantemente ou se encontram escondidos por uma delgada camada de material alterado. Mas a seu lado também aparecem terrenos graníticos, de idade proterozóica.

No vale do rio Salitre, já é o calcáreo da série de Lavras a rocha dominante, tendo a cobri-lo a formação cenozóica do chamado "calcáreo das catingas". E, junto à corrente do São Francisco, são os aluviões holocênicos da série das Vasantes, embora ocupem área restrita na região que focalizamos.

Entretanto, o que mais fere a atenção do observador é aquêlo verdadeiro "mar" de pedras, a que atrás fizemos menção. À pri-

meira vista fazem lembrar um amontoado espantoso de seixos rolados, que a fôrça das enxurradas houvesse acumulado na região. Uma observação mais acurada serve para mostrar-nos que tais pedras não são arredondadas, mas sim fragmentadas; daí seus tamanhos os mais variados, suas verdadeiras facetas, cujas arestas foram arredondadas pelo tempo. Os pedregulhos de maior tamanho costumam aparecer justamente nas partes mais elevadas desse peneplano; os menores, levados pelas águas da chuvas, aninham-se nas concavidades do terreno. As variações térmicas devem ser as únicas responsáveis por êsse pequeno "oceano" de rochas fragmentadas.

Quanto às montanhas residuais, elas constituem os "cerros ilhados", de que nos fala OTTO QUELLE, em seu "Relatório das viagens de estudos na Bahia, — solitários como ilhas no meio da grande planura, com suas formas cônicas, com altitudes de 100 a 200 metros em relação à superfície do peneplano. Quem deixa Juazeiro rumo ao vale do Salitre tem logo à vista um desses "monadnocks", nu de vegetação. Na região de Petrolina, porém, não os encontramos senão depois de um percurso de uns 40 km, quando rumávamos para Salgueiro, via Parnamirim.

* * *

O espetáculo que oferece o rio São Francisco, quando visto de avião, tem qualquer cousa de soberbo. Vimo-lo pela primeira vez em seu trecho mineiro, de uma altura de 3.200 metros e a uma velocidade de 300 km por hora; fazia lembrar uma avenida imensa, amarelada e perfeita, com suas margens por vêzes alagadas (através das quais se abriam inúmeras "ipueiras"), com suas ilhas alongadas. Vimo-lo, semanas mais tarde, não longe de sua foz, ao viajarmos de Penedo para Neópolis.

Mas o São Francisco que aqui vamos focalizar é o rio que aparece no seu trecho médio, no ponto exato em que realiza sua brusca e conhecida mudança de direção, rumando para o Atlântico. É exatamente a região do "cotovelo" de captura, testemunho silencioso da transformação por que passou a bacia nos fins do plioceno ou no início do quaternário, de acôrdo com a opinião do prof. MORAIS REGO, em seu trabalho sôbre o "Vale do São Francisco".

Sua direção geral, nesse trecho, é francamente oeste-leste. Sua largura deve ser de uns 750 a 770 metros. Mas, bem a meio-caminho entre as duas cidades irmãs, ergue-se a ilha do Fogo, provavelmente um "neck", em torno do qual se acumularam rochas as mais diversas, o que levou TEODORO SAMPAIO, em seu notável estudo sôbre "O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina", a considerá-la um verdadeiro pequeno museu mineralógico.

O grande rio achava-se, quando o observamos, no início de sua época de cheia, pois é de janeiro a abril que se avolumam suas águas. Março é o mês que, em geral, apresenta a maior descarga, chegando a 6.000 e 7.000 m³ por segundo, só por exceção alcançando cifras maiores; é o tempo em que transborda, invadindo e fertilizando as "vasantes" marginais. Daí o seu aspecto imponente, que deve contrastar bastante com o da época da vasante (maio a dezembro), quando o grande rio, percorrendo regiões flageladas pela sêca, sem receber muitos de seus tributários, vê sua descarga reduzida a 1 metro cúbico por segundo!

E' a grande artéria da região. Navegando por suas águas passam embarcações dos mais diferentes tipos: os "paquetes", pequenos barcos à vela, que fazem a ligação entre Juazeiro e Petrolina; "barcas", veleiros maiores, destinados ao transporte de carga, com suas choças cobertas com fôlhas de carnaúba ("murundús") e estranhas figuras de mostrengos exóticos a enfeitar suas proas, e que são os verdadeiros "sampangs" do rio São Francisco; vapores das duas grandes companhias que exploram o trecho Juazeiro-Pirapora — a "Viação Baiana" e a "Navegação Mineira do São Francisco", ou de outras emprêsas menores.

Além de tudo isso, fornece o grande rio água para a população ribeirinha. Água! — o angustioso problema da região do "cotovelo" sanfranciscano.

* * *

O São Francisco, nesse trecho do seu curso, faz lembrar realmente o rio Nilo, como tantos já o afirmaram. Parece um paradoxo, mas é verdade, assistir-se uma população inteira a lutar com o problema da falta de água, não longe da majestosa caudal do grande rio brasileiro.

O clima apresenta, ali, seus mais baixos índices de pluviosidade de todo o país, pois já se registaram 400 e até 200 mm somente, no espaço de um ano. Daí o espetáculo que nos foi dado observar, em ambas as margens. Em Petrolina, homens e meninos a encher os pipotes com a água do rio, colocando-os sôbre o lombo dos "jêgues", que são os pequenos jumentos tão característicos de todo o sertão nordestino; ou mulheres debruçadas às suas margens, a lavar roupas. Em Juazeiro, o incessante movimento de homens, mulheres e crianças, num impressionante vai-vem, a conduzir água do rio em latas colocadas às costas ou prêsas a uma vara que se apoia sôbre um dos ombros. Nos arredores de ambas as cidades, aparecem tratos de terra irrigados a fim de permitir a produção. Por tôda parte, a obsessão da água, que não existe a não ser no rio, já que a atmosfera é tão pouco pródiga e o subsolo cristalino aflora quase sempre,

Quando percorremos a região, seus habitantes lutavam com as conseqüências de uma sêca que já se prolongava por dois ou três anos. Nesse espaço de tempo, chovera algumas vêzes, é verdade; mas fôra como se não chovesse, tão pequena a quantidade de água caída. Por isso mesmo, compartilhamos da alegria daquela gente conformada, quando desabou por sôbre a região um forte aguaceiro; e era de ver-se a satisfação com que todos observavam a chuva grossa a cair e a displicência e quase prazer com que se deixavam molhar, naquele raro momento da vida regional!

O regime pluviométrico é o mesmo do resto do sertão do Nordeste: à época das chuvas, que se inicia em dezembro-janeiro, dão o nome de "inverno", ao passo que chamam de "verão" o período sêco, que se estende de maio a dezembro.

Faz calor na região e a luminosidade é intensa; mas não se avaliam muito os efeitos daquele, porque não se transpira, graças à secura do ar atmosférico. Temperaturas elevadas já foram ali registadas: 39, 40° à sombra. Todavia, o que melhor caracteriza o clima local (como, aliás, o de todo o médio São Francisco) são as grandes variações diurnas, com bruscas quedas termométricas no decorrer da noite. Realmente, as noites são frescas, quase frias, enquanto brilham esplendorosamente as estrêlas, em virtude do baixo índice higrométrico da atmosfera.

* * *

Não é preciso caminhar muito além das cidades de Juazeiro e Petrolina, para que tenhamos diante dos olhos o panorama impressionante da catinga. Não exageramos se dissermos que esta paisagem vegetal se inicia dentro do perímetro urbano daquelas cidades do São Francisco.

Tivemos a felicidade de conhecer a catinga nos dois "momentos" culminantes de sua vida: antes e depois das chuvas.

Vimos a catinga dos arredores de Juazeiro ainda calcinada pela sêca. Estranha paisagem, difícil de ser descrita com exatidão. Através do penepiano cristalino, desdobra-se uma vegetação arbustiva, ora mais densa, ora rarefeita. Em certos pontos, de solo mais espêsso, a vegetação aglomera-se por tal maneira, que impede a visão para os lados da estrada e dificulta a passagem. Noutros trechos, porém, o cristalino aflora e abrem-se verdadeiros pequenos desertos pedregosos, em que a vegetação rasteira só aparece de quando em quando. A favela ("Cnidocolus sp."), o catingueiro, o facheiro ("Cereus squamosus"), o juazeiro (*Ziziphus* sp.), a umburana ("Torresia cearensis"), o xique-xique ("Pilocerus setosus"), a palma — aparecem de mistura, lado a lado. No meio dêles, a estra-

da caminha quase sempre em linha reta, embora seu leito nem sempre seja bem definido; aliás, parece ser cousa bem fácil alterar o traçado de uma dessas estradas da catinga, pois tanto a topografia como a vegetação não opõem obstáculos de nenhuma espécie. Numerosos leitos secos mostravam uma drenagem, que então não funcionava. Algumas cabeças de gado "sertanejo", uns poucos carneiros de lã reduzida e grossa, surgem de quando em vez no emaranhado da catinga. Atravessam os ares algumas "aves de arribação" ou "avoantes" ("Zenaida auriculata"), de porte mimoso e côr cinza clara, como exemplares de urubutingas ("Cathartes urubutinga"), que muito se assemelham aos gaviões. Também vimos a silhueta de uma ema fugidia.

Dentro da própria cidade de Petrolina, a catinga vê-se representada por alguns de seus vegetais típicos: a favela, o catingueiro, o quipá, o chifre de veado, etc. Mas, quando percorremos seus arredores, após alguns dias de fortes chuvas, a catinga que se desdobrou ante os nossos olhos tinha qualquer cousa de inesperada: fazia lembrar uma extensa e compacta floresta de meia altura, tôda verdejante, diferentíssima daquela paisagem ressequida de poucos dias antes, embora ali estivessem os seus vegetais típicos (favela, umburana, xique-xique). Alguns leitos de rios secos, verdadeiros "uéd's", demonstravam que estiveram em atividade não havia muito tempo. Codornizes, caracará's, "avoantes" apareceram-nos inúmeras vezes.

Nesse trecho do sertão sanfranciscano é a favela, sem dúvida alguma, o vegetal mais característico da catinga, ao contrário de outras zonas por nós visitadas posteriormente; e nisto estamos de acôrdo com o que afirmou ARTUR NEIVA, no seu conhecido relatório sôbre a região.

III. A CIDADE DE JUAZEIRO.

A cidade de Juazeiro acha-se situada à margem direita do rio São Francisco, em território baiano, a uns 372 metros de altitude sôbre o nível do mar.

O aspecto da cidade não difere especialmente das outras muitas que se espalham pelo vasto sertão do Nordeste. A maioria de suas ruas não possui calçamento e as habitações não chamam a atenção nem pelo seu estilo, nem pelo seu confôrto. Dirigem-se aquelas para o rio, que serve assim de base para o plano da cidade. Algumas praças arborizadas completam sua fisionomia. Por tôdas as esquinas de seu núcleo central, pequenas armações de madeira trazem letreiros sugestivos, convidando o povo a colaborar com a Prefeitura local no sentido de assegurar a limpeza da cidade, de corrigir-lhe os

defeitos, de defender os jardins, de cooperar com as autoridades, o que não deixa de ser um traço original dêsse afastado aglomerado urbano.

As enchentes do São Francisco costumam castigar a cidade de Juazeiro. HALFELD, em seu famoso "Relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco" (1852-54), refere-se à de 1792, quando o rio subiu 45 palmos sobre o nível comum, alcançando a igreja matriz (que ficou sob 11 palmos de água) e muitas outras casas. O trecho oriental, mais baixo, é o que mais sofre, chegando as águas do rio a penetrar fundo pelo interior das terras, de modo a isolar boa parte da cidade. Ali se encontra o bairro chamado do Alagadiço, onde tivemos ocasião de ver numerosos exemplos de casas de barrote (ou "casas de taipa", como as denominam), com uma só água, sem janelas laterais e, às vezes, só com uma porta. Um solo pedregulhoso caracteriza tôda a cidade.

Juazeiro foi fundada em fins do século XVII, como conseqüência da expansão pastoril que se processou nesta vasta porção do Nordeste; também conteve um núcleo de missionários franciscanos. Sua posição geográfica favoreceu-lhe o desenvolvimento: teria constituído uma das portas de entrada dos sertões do Piauí e do Maranhão, ao mesmo tempo que era a etapa obrigatória para aquêles que procuravam alcançar o Recôncavo, quando procediam da zona dos coais de babaçu. Aliás, CAPISTRANO DE ABREU, em "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil", é de opinião que o caminho de Juazeiro se incluía entre os menos antigos da Bahia, sendo "antes via de vasão que de penetração", uma vez que, em regra, se evitavam as catingas bravas como a que caracteriza a região em que se encontra. O fato de estar próximo ao ponto em que, na direção de montante, o grande rio se torna navegável, deve ter também concorrido para seu maior desenvolvimento.

De qualquer maneira, parece indiscutível que o crescimento de Juazeiro se deve à sua função de ponto de passagem e, não, a qualquer outra consideração de ordem geográfica.

No início do século passado, sua importância ainda era grande. AIRES DE CASAL, em sua "Corografia Brasilica", refere-se ao arraial do Juazeiro, "mais famoso que considerável", "em uma das passagens mais freqüentadas da Bahia para o Piauí. SPIX e MARTIUS admiraram-se da importância do trânsito do gado que por ali passava com destino ao Recôncavo, na média anual de 20 mil cabeças. Teria, então, umas 50 casas e uns 200 habitantes.

Em meados do século XIX, sua população seria de uns 1.320 habitantes, que viviam em 334 casas. Gozava das regalias de vila desde o ano de 1833 e possuía uma igreja, que substituiria a primitiva capela de Nossa Senhora das Grotas. O comércio do gado já dimi-

naira de intensidade, por ali transitando pouco mais de 10 mil cabeças, anualmente, conforme HALFELD.

TEODORO SAMPAIO, quando a conheceu (1879), teve uma excelente impressão, graças às suas construções com certo gôsto arquitetônico (!), sua nova e boa igreja matriz, seu teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, animado comércio. Chegou, mesmo, a dizer que lhe pareceu uma pequena "côrte" em pleno sertão e considerou-a o foco mais poderoso da riqueza daquela parte do Brasil. Nessa época, sua população, "alegre e ativa", já se elevava a mais ou menos 3 mil habitantes, e sua influência comercial estendia-se desde Cabrobó até Januária, alcançando também os sertões do Piauí e de Goiás. Na opinião do notável geógrafo baiano, Juazeiro podia ser considerada o empório do sertão do São Francisco.

Esse crescimento parece ter sofrido solução de continuidade nos últimos anos. Em 1920, o recenseamento deu para o município a população de 24.255 habitantes, concentrados em sua maior parte na própria cidade. Em 1940, sua população era de 25.907 habitantes.

Nenhuma outra cidade do médio São Francisco consegue ultrapassá-la em importância econômica e no total da população. Apesar de lutar com o angustioso problema da água e não ter luz elétrica senão até às 23 horas, Juazeiro pode ser considerada, sem a menor dúvida, a verdadeira "capital" dessa áspera região, conservando, assim, uma posição que vem usufruindo há mais de um século.

* * *

Hoje, como antigamente, a cidade de Juazeiro continua a ser um importante *ponto de passagem*. Lá se cruzam duas grandes vias de comunicação: a via fluvial e a via férrea.

A navegação sobre o São Francisco tem ali, praticamente, seu ponto inicial, em direção a montante. Os vapores da "Viação Baiana" partem de seu pôrto, abarrotados de gente e de mercadorias, com destino a Pirapora, em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, desta cidade mineira, partem para igual percurso os vapores da "Navegação Mineira". Por outro lado, vapores menores e barcas à vela trafegam de maneira mais ou menos ativa nas águas do grande rio.

O pôrto de Juazeiro não passa de um simples ancoradouro de alvenaria, ao lado do qual atracam as embarcações com facilidade durante as altas águas; na vasante, porém, o embarque e o desembarque fazem-se diretamente sobre o leito do rio.

Além disso, a cidade acha-se ligada, desde 1894, pelos trilhos da atual "Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro" à capital do Estado da Bahia, da qual está separada por 575 km.

A *função comercial* é o traço marcante da fisionomia da cidade. Sentimo-la no movimento de seu pequeno pôrto, na abundância de suas casas de comércio, na importância de seu Mercado.

De Minas Gerais recebe manufaturas diversas (tecidos de algodão, ferragens, etc.), couros e peles, que vão ser redistribuídos para o Piauí e o Ceará, através de Petrolina, e também para o Recôncavo, sobretudo as últimas mercadorias. Do Rio Grande do Norte vêm importantes carregamentos de sal, que são distribuídos rio acima e alcançam Minas e Goiás. Também algodão e mamona aparecem nesse tráfico, sem falar no gado, que ainda transita por ali, embora em menor escala que noutros tempos.

Juazeiro continua a ser "a praça", tal como na época em que por lá passou TEODORO SAMPAIO. É a "cidade dos negócios", no dizer simples do povo, do mesmo modo que Sento Sé o é da nobreza, Carinhanha da fome, São Romão da preguiça...

Esse caráter comercial patenteia-se com muita clareza, quando se faz uma visita ao Mercado, que se ergue logo junto ao pôrto. Seu movimento é constante e não apenas em um dia da semana, conforme costuma acontecer noutras cidades do sertão. O edifício já é insuficiente para conter o grande número de vendedores que ali se reúne; eles aparecem, por isso, dentro e fora do Mercado. O que se oferece à venda é o que há de mais típico na região sertaneja: rapadura, fumo em rôlo, arreios, alpercatas, chapéus de couro, frutas, carne de sol, etc. etc., além de mingau de farinha d'água, café com leite e bolos, que se vêem devorados pelos caboclos em mesas que se estendem pela parte central do edifício. Uma interminável multidão de gente de toda espécie, sobretudo gente humilde, acotovela-se no interior do Mercado, a regatear preços, a comprar com parcimônia o de que necessita, a "namorar" o que não pode levar.

Outros ficam a ouvir as toadas lamuriantes e monótonas do *cego cantador*, figura clássica nesses locais de feira. O que encontramos era um caboclo velho, de barba crescida e rala, que trazia na mão esquerda uma pequena lata para recolher esmolas e na direita um chocalho, que servia para acompanhar suas tristes melopéias. Suas palavras nem sempre são compreensíveis, mas percebe-se que ele reproduz episódios do folclore sanfranciscano. Ao se lhe dar alguma esmola, põe-se a agradecer, cantando sempre e desejando, entre outras cousas, "doze meses de ventura"...

Quando nos recordamos de que Juazeiro se acha colocada no meio de uma região semi-árida, pedregosa e catigua, podemos compreender que tudo quanto se acumula no seu movimentado Mercado vem de fora, de longe muitas vezes, e podemos bem aquilatar a avidez com que sua população percorre os balcões, abastecendo-se de quanto necessita.

Um índice dessa função comercial vamos encontrar na renda municipal. Em 1934, a arrecadação foi de 243.200 cruzeiros, sendo a maior de tôda a região do São Francisco, superior mesmo à de Januária. Em 1940, tal cifra elevava-se para 360.634 cruzeiros, continuando a ocupar um lugar de destaque entre os municípios sanfranciscanos.

IV. A CIDADE DE PETROLINA.

A margem esquerda do rio São Francisco, no chamado "Sertão Baixo" de Pernambuco, bem defronte a Juazeiro, ergue-se a cidade de Petrolina.

Quando se aproxima do local em que se acha êsse núcleo urbano, tem-se logo a atenção chamada para as tôrres altaneiras de sua Catedral, monumento que indiscutivelmente domina a paisagem. Trata-se, com efeito, de um templo de pedra, em estilo gótico, de linhas grandiosas, que custou nada ménos de um milhão de cruzeiros; seus vitrais vieram da Europa e, como ornamento, possui emblemas brasileiros, talhados na cantaria. Diante dela, fica-se a perguntar: quantas outras cidades brasileiras possuem um templo assim portentoso?

O mais chocante é que essa grandiosa Catedral se encontra no meio de uma praça inteiramente nua, tendo ao solo aquele "mar" infinito de seixos fragmentados, de todos os tipos e tamanhos...

Algumas das ruas de Petrolina são calçadas. Geralmente são estreitas, um tanto irregulares no seu plano. Muitas delas possuem "passeios" elevados, que lhe dão uma nota original, produzindo a impressão de pequenos canais secos, a cortar o centro urbano.

Mas o que realmente impressiona nessa cidade sanfranciscana é seu ar "despido" e sonolento, sem apresentar um todo orgânico, como se fôsse formado por porções que se justapusessem, a fim de a constituir. A catinga e a assombrosa quantidade de pedregulhos dão-lhe uma fisionomia esquisitamente agreste. Há trechos em que as habitações, de barrote ou de tijolos e cobertas de telhas (já que a argila é encontrada com facilidade), surgem isoladas, sem obedecer a nenhum alinhamento, como se houvessem surgido a esmo, embora façam parte do perímetro urbano.

Seu passado acha-se estreitamente ligado ao de Juazeiro. Durante anos foi um simples ponto de passagem para os que vinham ou se destinavam à cidade baiana, que se ergue na outra margem. Sua região era conhecida pelo nome de "Sertão de Rodelas". Durante anos foi chamada simplesmente o *Registro* ou a *Passagem do Juazeiro*. SPIX e MARTIUS não mencionam a existência, ali, de

nenhum aglomerado urbano. Mas, ao tempo de HALFELD, já existiam uma capela e 48 casas. TEODORO SAMPAIO considerou-a, quase trinta anos depois, um lugarejo insignificante, com algumas habitações de feia construção, ao longo de umas poucas ruas estreitas, desalinhadas e areientas, com uma igreja de modestíssima aparência; sua população era escassa e seu comércio quase nulo.

A primitiva capela, hoje igreja matriz, foi erguida sob a invocação de Santa Maria Rainha dos Anjos; ainda hoje lá está, não longe da margem do grande rio. A seu lado, existe o antigo bairro do Grude, o mais velho núcleo da cidade.

Discute-se a origem do nome de *Petrolina*, adotado em 1862, quando foi criada a freguesia. Duas versões parecem-nos mais razoáveis: uma a que o considera uma homenagem ao imperador Pedro II, tal como Teresina foi uma homenagem à imperatriz Dona Teresa Cristina; outra a que associa seu nome à quantidade de pedras ali existente. Mas ainda são lembradas outras interpretações: ÉLISÉE RECLUS, em sua "Nouvelle Géographie Universelle", vol. XIX, certamente mal informado ou lamentavelmente equivocado, explica seu nome pelo fato de ali existir "en effet, des sources de pétrole" (!)...; outros preferem uma solução não menos ridícula, afirmando que um oficial de nosso Exército teria subido a uma pedreira, hoje inexistente, e exclamado — "Que pedra linda!"...

Vila em 1879, cidade em 1895, Petrolina não deixou de ser um simples ponto de passagem. No século atual, o comércio do algodão e da maniçoba deu-lhe algum movimento. Mas foi a instalação do Bispado, em 1924, e sobretudo a figura do bispo Dom Antônio Malan que lhe vieram dar um impulso decisivo. Seguiu-se a criação de alguns estabelecimentos de ensino (Escola Normal, Ginásio), que atraíram muitas famílias das redondezas.

Em 1920, a população do município elevava-se a 16.942 habitantes, em grande parte concentrados na cidade, que é o centro do maior município de Pernambuco. Hoje, esta população pode ser avaliada em 22 mil habitantes, dos quais uns 8 mil vivem no centro urbano, em 1.800 habitações.

O habitante de Petrolina representa muito bem o caboclo sertanejo, esbelto e robusto, com seu falar cantado e de sons abertos, trazendo na epiderme uma côr morena avermelhada característica e sinais de forte dose de sangue ameríndio. Impressiona, com efeito, a absoluta homogeneidade do tipo étnico, a par de um baixo padrão de vida, que se patenteia na pobreza do vestuário da população: roupas modestas de algodão, chapéus de palha ou de couro, alpercatas também de couro. O elemento negro é raro; os estrangeiros são inexistentes.

A fisionomia dessa cidade tão original (que fica às escuras a partir das 23 horas, tal como Juazeiro) completa-se por alguns outros elementos. Em primeiro lugar, a quantidade de "jégues", obedientes e sonolentos, que vivem a circular por suas ruas, levando a carga ao lombo (pipotes d'água, tijolos, mercadorias, até mesmo homens). Mas também perambulam pelos arredores do centro urbano carneiros de lã escassa e numerosos cabritos, ali designados pelo nome genérico de bodes.

* * *

Petrolina difere bastante de Juazeiro no que se refere às atividades funcionais. Seu *Mercado*, que só tem movimento às segundas-feiras, é muito pobre; rapaduras, algumas frutas, fumo em rôlo, peixes diversos (surubim, piáu, mandí, pirá, piranha), etc. são oferecidos à venda, num recinto bem menor que o da cidade vizinha. Percebe-se que não é possível vencer a concorrência do centro comercial da outra margem. As importações são necessárias e abundantes: farinha de trigo, cimento, tecidos, ferragens, sal, café, açúcar, manteiga, combustíveis, madeiras, fumo, bebidas, arroz, doces, medicamentos, cigarros, etc. — vêm de fora, porque a região quase nada produz. Uma pequena indústria urbana existe, porém, consistindo na fabricação de objetos de palha (chapéus, bôlsas, esteiras) e de objetos de couro (arreios, alpercatas, curtumes); mas longe está de poder ser comparada com a de Juazeiro. Em 1943, a arrecadação municipal acusou a cifra de 225 mil cruzeiros.

Petrolina é, antes de tudo, uma *cidade gêmea*, verdadeiro prolongamento da vizinha cidade baiana. Vive à sua sombra, a olhá-la com indisfarçável inveja (que se extravaza na conversa de seus habitantes), mas sem poder vencê-la. Isto se explica pela fácil comunicação que existe entre uma e outra, através da pequena frota de veleiros (os chamados "paquetes"), que está sempre a cortar as águas do grande rio, num vai-vem incessante. Por 40 centavos por pessoa (80 réis ao tempo de HALFELD), um desses "paquetes", de nomes quase sempre originais, leva os que desejam ir de uma para outra dessas cidades irmãs; usando a "zinga" ou varejão, nos trechos mais razos, e as velas e a força da corrente fluvial, em plena caudal, tais veleiros bordejam o extremo leste da ilha do Fogo e fazem a travessia em 10 a 20 minutos, de acôrdo com as condições do momento.

Entretanto, se Juazeiro é uma cidade-mercado, sua vizinha pernambucana vem se caracterizando por ser um verdadeiro *nó de comunicações*. Continua a representar, como outrora, um importante centro para as comunicações com o Piauí, ao qual se acha ligada, desde 1930, pelos trilhos da via-férrea iniciada em 1919 e hoje inte-

grada na "Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro". Diversas estradas de terceira categoria põem-na em contato com o Ceará, através de Ouricuri e Exú; e, atualmente, acha-se em comunicação com a importante rêde rodoviária do Nordeste, graças à ligação feita recentemente pelas tropas de nosso Exército às cidades de Parnamirim (ex-Leopoldina) e Salgueiro, admirável iniciativa que há de produzir benéficos resultados.

O futuro da cidade, neste particular, parece condicionado também a duas outras iniciativas de real importância. Queremos referir-nos, primeiramente, ao fato de haver a "Navegação Aérea Brasileira" construído ali um de seus excelentes aeroportos, tornando Petrolina um ponto de pouso obrigatório para todos os aviões que fazem a rota do São Francisco, partindo do Rio de Janeiro em demanda das grandes cidades do Nordeste e do extremo setentrião do país. Por outro lado, já devem estar concluídas as obras de construção do pôrto da cidade, que vinham sendo realizadas pelo 7.º Batalhão de Engenharia, ali aquartelado; constam de uma rampa de acesso de cêrca de 100 metros de comprimento, construída de cantaria, sôbre a qual deverá deslizar um desembarcadouro móvel, rodando sôbre trilhos, a fim de atender às diferenças de nível entre a época da cheia e a da vazante.

São fatos que forçosamente hão de repercutir sôbre o destino dessa pequena cidade do sertão pernambucano, confirmando e robustecendo sua tradicional função de ponto de passagem, já agora num âmbito extraordinariamente mais vasto.

V. CONCLUSÕES.

Pondo um ponto final a êste despretensioso estudo a respeito da região de Juazeiro e Petrolina, queremos ressaltar:

1.º — que a região do "cotovelo" do rio São Francisco é uma das mais ásperas de nosso país, graças à semi-aridez de seu *clima*, responsável único pela sua paisagem natural.

2.º — que as cidades que ali se encontram — Juazeiro e Petrolina, unidas pelo mesmo destino e formando, em última análise, um só aglomerado urbano, representam um grande papel de *nó de comunicações*, pois constituem uma encruzilhada de vias terrestres, fluviais e aéreas.

3.º — que Juazeiro continua a ser, como noutros tempos, uma importante *cidade-mercado*, verdadeiro empório da região.

A questão religiosa no Brasil - D. Vital, Bispo de Olinda

Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo

Desvanecido pela honra insigne que me fizestes, elegendo-me para sócio efetivo dêste venerando e respeitabilíssimo Instituto Histórico e Geográfico, venho agradecer vossa bondade generosa.

A bondade é difusiva, e os que a praticam, aproximam-se de Deus, fonte fecunda de bondade essencial.

Pedirei a' Êle recompense vossa generosidade a meu respeito e faça que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo continue e amplie cada vez mais sua conhecida projeção cultural no Brasil e fora dêle.

Ao Exmo. Snr. Presidente, de modo especial, meus agradecimentos, com votos de longa vida com muita felicidade e nossa integral e espontânea amizade e submissão.

Iniciando minha contribuição despretensiosa e singela aqui vou ler algumas notas sôbre o heróico Bispo de Olinda, cujo centenário natalício comemoramos a 27 de novembro de 1944.

**D. FREI VITAL MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
O.M.C. — REMINISCÊNCIAS DE SUA VIDA NO
CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO.**

Terra natal

Itambé (Pedra de Fogo) é uma cidade nordestina. Está edificada em risonha colina, cuja altitude atinge quatrocentos metros. Favorecida pela amenidade do clima e uberdade de suas terras, foi cognominada o "Éden de Pernambuco." Pertencia de fato ao Esta-

do dêste nome; só mais tarde passou aos limites da Paraíba, incorporada que foi ao município de Pilar.

Ali vivia, no século passado, o Capitão Antônio Gonçalves de Oliveira. De nobre família, povoadora e colonizadora da capitania, era Senhor de Engenho. Esta profissão açucareira difundia-se entre os que possuíam alguma fortuna.

A 19 de fevereiro de 1844 contraíu matrimônio com Dna. Antônia Albina de Albuquerque. Esta ilustre dama descendia, em linha direta, de Duarte Coelho de Albuquerque, donatário de Pernambuco, Marquês de Basta e também Conde do título de sua capitania.

O casal possuía, portanto, esplêndido brasão nobiliárquico. A vida ilibada e genuinamente cristã fê-lo resplandecer com maior fulgor muito apreciado em Itambé.

Nascimento

A 27 de novembro de 1844, no "Engenho Aurora", aparecia o primeiro filho, prenúncio do sol no episcopado brasileiro.

No dizer dos cronistas, o nascimento fôra prematuro, aos sete meses.

Deram-lhe no batismo o nome do pai: Antônio, e por isso mesmo, Júnior.

Foi oficiante o Padre Francisco Santana. Serviram de padrinhos José César de Albuquerque e Dna. Rosa Maria de Melo.

A piedosa vida dos pais indica a educação pura e sobrenaturalizada que ministraram aos filhos. Especialmente o primeiro, raquítico e de grande sensibilidade, mereceu maiores cuidados.

Dna. Albina soube distilar no coração de seu primogênito, em orvalhada eficiente, a devoção salvadora a Maria Santíssima.

Os estudos

Em 1853, iniciou o menino Antônio seus estudos preliminares em Itambé, sob a direção do Padre Generoso Bandeira. Transferiu-se, depois, para o Colégio de Benfica, no Recife, dirigido por Estêvão Xavier da Cunha. Entre os professores, conta-se Joaquim dos Passos que lhe fazia os maiores elogios. Era, realmente, o primeiro aluno da classe, na linguagem estudantil da época, "o Imperador".

Freqüentava a igreja da Penha a cargo dos Religiosos Capuchinhos. Sua mãe lhe havia aconselhado isto, admiradora e dirigida por sacerdote daquela Ordem.

Clérigo

A vocação não tardou a se manifestar porque nêle tudo foi precoce e espantoso. Tanto assim que a própria Dña. Albina o definira: "Homem de espanto".

Em novembro de 1859 freqüentou as aulas de filosofia. Como sempre, foi manifestando a agudeza de seu talento admirável. D. João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Olinda, revestiu-o do hábito talar e lhe conferiu a tonsura clerical a 16 de dezembro de 1860, particularmente, em seu palácio.

Primeiro "espanto" aos alunos do colégio ao perceberem os sinais preparatórios para o estado sacerdotal. Em 1861, já se salientava no curso teológico inicial.

Paris

Correndo o mês de setembro de 1862, apresentou-se aos Frades Menores Capuchinhos do Recife. Estes nada decidiram e o entusiasmaram a levar a efeito seu intento de terminar os estudos no Seminário de S. Sulpício, em Paris. A primeiro de outubro partiu para a Europa. Sua família queria que fôsse padre secular. No Seminário, prestou exame geral de filosofia, após proveitosa recapitulação. Insistiu, novamente, a ingressar em Ordem Religiosa.

Capuchinho

O P. Provincial na França, Frei Lourenço, recusou, a princípio, pela idéia, então divulgada, que um brasileiro não suportaria a vida capuchinha. Terminou, porém, aceitando-o. A 15 agosto de 1863, o clérigo Antônio Gonçalves entrava no Noviciado de Versalhes com o nome de Frei Vital Maria de Pernambuco. O Pe. Mestre Frei Saviniano e o Vice-Mestre Frei Afonso usaram de excessivo rigor na formação do noviço. Julgavam que, desanimado, deixaria o Convento. Isto não aconteceu. A 19 de outubro de 1864, data querida ao coração de Frei Vital, foi admitido à profissão religiosa.

O rigorosíssimo Pe. Mestre ainda o martirizou com esta frase humilhante: "Você nunca prestará para coisa alguma. Não poderá vir a ser sacerdote e terá muito que sofrer". O "espanto" não fugia! Terrível profecia realizada no sofrimento; êste nunca faltou. No primeiro inverno seguinte à profissão, certo dia, enfraquecido demais, não ocultou a enfermidade latente. Fôra enviado a Perpignan.

O Dr. Puig o tratou convenientemente. Observou, no entanto, que se resistisse o inverno daquele ano, no próximo sucumbiria. Novo "espanto". O P. Guardião teve idéia de enviá-lo a São Paulo. Os Capuchinhos de Sabóia, desde 1856, dirigiam o Seminário fun-

de mártírio. Desde os primeiros dias, desenhou-se o panorama "espantoso" do Calvário para os Bispos: A questão religiosa.

A Maçonaria

Começou o movimento no Rio de Janeiro. No Largo do Lavradio, houve uma festa maçônica, a 2 de março de 1872, para comemorar a nomeação de um chefe do Grande Oriente, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, então promovido a presidente do Conselho e Ministro da Fazenda. Tomou parte muito saliente nessa homenagem o Pe. Almeida Martins, como orador. Seu discurso publicado pelos jornais, escandalizou a todos os bons católicos. D. Lacerda, Bispo do Rio, advertiu-o seriamente, lembrando-lhe as penas canônicas. Obstinou-se e foi suspenso do uso de suas ordens sacras. Para defender o irmão castigado, surgiu a campanha maçônica organizada contra os Bispos e a própria Religião Católica.

Em Recife as lojas maçônicas tinham envolvido em seu grupo alguns sacerdotes e vários sodalícios religiosos.

Clero

D. Vital, que prudentemente guardara silêncio, não pôde deixar de protestar contra a onda avassaladora das calúnias e infâmias dos jornais. Chamou ao Palácio da Soledade os padres maçons. Fez-lhes ver o erro gravíssimo em que estavam. Recordou-lhes as penas canônicas. Os padres culpados submeteram-se, porque muitos pensavam que se tratava apenas de uma sociedade beneficente, quando nela se inscreveram; por isso facilmente foram absolvidos, menos dois recalcitrantes. O Clero, desde então, cerrou fileiras ao lado do seu Bispo.

As Irmandades

Furiosos com a vitória do Prelado, arrancando da seita os sacerdotes indigitados, os jornais maçônicos publicaram os nomes dos presidentes, secretários, tesoureiros e vários sócios das Irmandades que pertenciam às "lojas". Era uma provocação, impelindo o Bispo a um dilema: calar-se, vencido e desautorado, ou entregar-se ao fogo da luta preparada e desejada. D. Vital preferiu usar o método já empregado com os sacerdotes. Chamou a palácio os indicados nas folhas para entendimento. Alguns compareceram e foram obedientes às ordens episcopais juntamente com seus respectivos sodalícios. Outros, porém, não ligaram a mínima importância, atacando mesmo a autoridade eclesiástica. Não houve quem os convencesse da obrigação de comparecer, atendendo ao chamado do Bispo. Nem mesmo a intervenção governamental provinciana. D. Vital enviou aos

párcos uma circular reservada, seguida de duas outras, recomendando-lhes intervissem junto das Irmandades e as intimassem para romper com a Maçonaria. Os associados inscritos na seita e que não quisessem abandoná-la que se demitissem dos sodalícios.

O interdito

Não havendo, portanto, meios suasórios eficazes, D. Vital lançou o interdito sobre as capelas dirigidas exclusivamente por confrarias maçônicas. Principalmente as Irmandades das Igrejas de Santo Antônio e do Espírito Santo foram atingidas pela pena canônica. Os confrades maçons, zangados, promoveram ofícios religiosos, sem sacerdotes, e verdadeiros sacrílegos invadiam as igrejas e apreendiam as chaves dos sacários para submeterem os padres às suas ordens. O Bispo autorizou aos Vigários fôsem buscar o Santíssimo em qualquer igreja não interdita, quando tivessem de levá-lo aos doentes.

Para esclarecer ao povo D. Vital publicou a 2 de fevereiro de 1873 a célebre carta pastoral "contra as ciladas maçônicas". Opúsculo de 44 páginas em 8.º, mostrando que as tramas da Maçonaria Brasileira eram as mesmas das suas congêneres da Europa. Diante das infâmias propaladas pelos jornais: "Família Universal", "A Verdade", "O Pelicano" e "Jornal do Comércio", não se poderia calar, nem ficar de braços cruzados. Na quarta parte estudou a teoria do "exequatur" ou "placet" invocada pelas fôlhas maçônicas contra as ordens episcopais e publicações de breves ou bulas pontificais, sem o "placet" imperial. Terminava, proibindo a leitura de "A Verdade", e declarava "ipso facto" excomungados os membros das confrarias filiadas às "lojas". Esta carta pastoral causou, como se pode prever, enorme repercussão. Era a primeira vez que um bispo, em documento público, atacava de frente uma sociedade tão poderosa. Bem compreendeu D. Vital que o Visconde do Rio Branco, primeiro ministro e Grão-mestre do Lavradio, não lhe perdoaria a sua manifestação corajosa, mostrando as maquinações da seita. Não tinha D. Vital em mira, porém, mais do que instruir os fiéis de sua diocese, nem queria lançar o episcopado brasileiro na luta iniciada. E' verdade que o Arcebispo da Bahia, os bispos de Diamantina, de Mariana também publicaram cartas análogas sobre o assunto. D. Antônio de Macedo Costa, sobressaindo aos demais, foi inteiramente solidário e publicou corajosamente a 25 de março de 1873, uma brochura de 102 páginas em 8.º, esplêndida pastoral. Examinou a Franco-Maçonaria sob triplo aspecto: moral, religioso e social.

O Presidente da Província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena, e o Ministro do Interior, João Alfredo Correia de Olivei-

ra, escreveram a D. Vital sôbre as conseqüências da campanha anti-maçônica. Respondeu D. Vital ao Ministro: foram os próprios maçons que lhe impuseram o dilema: ou cumprir o dever de bispo, aceitando a luta e passar por imprudente e sem bom senso, ou fechar os olhos a tudo e transigir com a consciência, tornando-se bispo negligente, pusilânime e culpado. Aceitou a primeira parte, e assim conformaria tôda a sua conduta. Neste sentido também comunicou ao Internúncio Monsenhor Sanguini, dando-lhe minuciosas informações sôbre os acontecimentos do Recife.

Certamente todos os bons católicos, não regalistas, aprovavam a atitude corajosa de D. Vital — O homem de espanto. Os jesuítas foram todos a favor do grande Bispo.

O recurso à Coroa

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo Antônio do Recife interpôs recurso à Coroa, contra o ato do Bispo Diocesano.

A 12 de junho de 1873 o Ministro dos Negócios do Império comunicava a D. Vital pela 4.^a secção que o Governo havia dado provimento ao recurso e que no prazo de trinta dias levantasse o interdito do referido sodalício. D. Vital não obedeceu a êste aviso.

Foi iniciado o processo que o Dr. Antônio Manoel dos Reis, primeiro biógrafo de D. Vital, transcreve na íntegra, no segundo volume de "O Bispo de Olinda perante a História". D. Vital foi pronunciado como incurso no artigo 96 do Código Criminal.

Prisão

Pela portaria de 22 de dezembro de 1873, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Marcelino de Brito, ordenava ao Juiz de Direito da Primeira Vara da Capital da Província de Pernambuco remetesse preso para a Côte a D. Vital, a fim de assistir na forma da lei ao julgamento. Recomendava, porém, "as devidas atenções para com a pessoa do Réu pronunciado".

A 2 de janeiro de 1874, o Juiz mais o escrivão compareciam ao Palácio da Soledade, no Recife, para a intimação e conseqüente aprisionamento. D. Vital respondeu que só sairia à força de seu palácio episcopal.

Foi requerida pelo Juiz a presença do Chefe de Polícia e dos Officiais Superiores: Capitão de fragata Francisco Romano Steple, Inspetor do Arsenal de Marinha, Tenente-Coronel Francisco Carneiro Machado Rios, comandante de Polícia e Major Manoel de Azevedo Nascimento, do 9.^o Batalhão de Infantaria.

Diz o "Jornal do Recife" que "o Snr. Bispo tomou as vestes pontificais, pôs a mitra sôbre a cabeça, e empunhando o báculo, dispôs-se a sair, tendo feito lavar e assinado o seu

Protesto

Era do seguinte teor: "Nós, D. Vital Gonçalves de Oliveira, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Olinda, do Conselho de Sua Majestade o Imperador. Protestamos em face do nosso rebanho muito amado e de toda a Santa Igreja de Jesus Cristo, da qual somos Bispo, pôsto que muito indigno, que só deixamos esta Diocese, que foi confiada à nossa solícitude e vigilância, porque dela somos arrancados pela força do Govêrno. Protestamos, outrossim, com tôdas as forças de nossa alma contra essa violência que em nossa pessoa acaba de ser irrogada à Santa Igreja Católica Apostólica Romana, violência que jamais será capaz de alienar os nossos direitos, privilégios e prerrogativas de supremo e legítimo Pastor desta Diocese. Protestamos, finalmente, o mais ardente amor e a mais profunda dedicação aos nossos queridos diocesanos, cuja guarda a Deus confiamos, e depois, aos governadores por nós nomeados. E para testemunhas dêste protesto invocamos a Deus, ao nosso rebanho muito amado, e aos nossos empregados e oficiais que presentes se acham.

Exarado em nosso Palácio da Soledade, às 2¼ (duas e um quarto) horas da tarde de 2 de janeiro de 1874, uma hora depois da intimação oficial.

Fr. Vital, Bispo de Olinda — Padre Joaquim Graciano de Araujo, Provisor e Vigário Geral — Padre Miguel Américo Pereira de Souza, Secretário do Bispado — Padre Joaquim da Assunção, escrivão da Câmara Episcopal — Padre Valeriano de Almeida Correia, 1.º Oficial da Câmara. — Padre José Afonso de Lima e Sá, 2.º Oficial da Secretaria — Padre Juvêncio Veríssimo dos Anjos, Capelão do Cemitério — Padre Sebastião Constantino de Medeiros, Lente substituto de Moral — Diácono Temístocles G. de Andrade".

Ao receber a ordem de prisão além dêste protesto que então redigiu, nomeou três Governadores do Bispado: Cônego José Joaquim Camelo de Andrade, Chantre da Cathedral de Olinda, Pe. Sebastião Constantino de Medeiros, do Seminário e Mons. Dr. Joaquim Graciano de Araujo, Vigário Geral e Provisor do Bispado.

Pode-se imaginar a sensação causada em Recife por êste fato inaudito na História do Brasil: A prisão de um Bispo em país cuja Religião Oficial, pelo artigo 5.º de sua Constituição, era Católica Apostólica Romana!

O Juiz, receando o levante popular, tomou às pressas um carro e transportou D. Vital ao Arsenal de Marinha.

Realmente todos ficaram indignados com esta violência: associações, aristocracia, a burguesia, 200 senhoras estavam prontas a lutar, trinta maçons arrependidos se converteram a favor do Bispo, o povo alvoroçado; todos prestaram homenagens comovedoras a seu Prelado.

Os pais de D. Vital chegaram apressados de Itambé. O encontro foi uma cena dolorosíssima, e bem se pode compará-la à da rua da Amargura que os Evangelhos descrevem...

O vapor "Recife" conduziu o ilustre prisioneiro até a Bahia donde pelo transporte de guerra "Bonifácio" foi encaminhado à Côte.

No dia 13 de janeiro, à noite, chegou ao destino e a 14 foi recolhido ao Arsenal de Marinha. Dias depois foi-lhe apresentado o libelo para opor, como então se dizia, "a sua contrariedade"...

Foram companheiros voluntários do heróico prisioneiro Padre José Afonso de Lima e Sá e Dr. Antônio Luís de Melo Vieira.

Libelo

Por libelo crime acusatório diz o Desembargador Promotor da Justiça contra o Revmo. Bispo de Olinda D. Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira: E. S. C.

1.º — Provará que o Réu declarou formal e obstinadamente que não cumpria a ordem do Governo Imperial, dando provimento ao recurso à Coroa, interposto pela confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz do Santo Antônio da Cidade do Recife, assim como que a observância da dita ordem, além de ser um pecado gravíssimo, é crime enorme aos olhos do incorruptível Juiz de nossas almas, seria uma vergonhosa traição aos sagrados juramentos que prestaram os Vigários, e uma apostasia da Religião de Jesus Cristo, e que pelo contrário os que não a observassem, longe de cometerem um crime, seriam heróis, credores da admiração do orbe católico, dignos da bênção de seu Pastor. E mais

2.º — Provará que o Réu com o seu exemplo, pela posição elevada em que se acha, e com a faculdade de suspender *ex informata conscientia*, que pôs em prática contra um dos Vigários que se mostrou hesitante, influuiu para que não produzisse o devido efeito, ou antes, foi a verdadeira causa para que não tivesse o devido efeito a ordem do Poder Executivo no exercício de suas atribuições legais.

Nestes Têrmos

3.º — Provará que o Réu com semelhante procedimento infringiu a Constituição Política do Império e a legislação reguladora de tal matéria, e por isto acha-se incurso na disposição do art. 96 do Código Criminal cujas penas lhe devem ser impostas no grau máximo, por se darem as circunstâncias agravantes dos §§ 3.º, 4.º, 8.º e 10.º do art. 16 do mesmo Código sendo também condenado em tôdas as custas. Fiat justitia. — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1874. O Promotor da Justiça, D. Francisco Baltazar da Silveira.

Despacho do Juiz Relator

Recebo o libelo: remeta-se cópia ao Revmo. Bispo, sendo igualmente notificado para, no prazo de 8 dias, apresentar a sua contrariedade. — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1874. — Leão

Contrariedade

Senhor! Jesus autem tacebat (Mat. 26, 63).

Em minha prisão no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, aos 10 de fevereiro de 1874.

Fr. Vital, Bispo de Olinda”.

Durante todo o julgamento o heróico Prelado não pronunciou uma palavra sequer, nem constituiu procurador ou advogado para a sua defesa...

A Missão Penedo

Neste ínterim, chegava de Roma o resultado da missão do Barão de Penedo. Este embaixador em Londres fôra encarregado de ir a Romã em missão especial. Em outubro de 1873 apresentou as credenciais e foi recebido pelo Papa e Cardeal Antonelli. Defendeu o Gôvêrno, como era natural, expondo a seu modo os fatos de Recife. Censurou a precipitação do Bispo em publicar o Breve “Quamquam dolores”, sem o “placet” imperial. Acenou, ligeiramente, que o Gôvêrno mandaria responsabilizar ao Bispo, e que seria de tôda conveniência retirar os interditos. Não se esquecera o Ministro de afirmar que *nada se faria desagradável*, queria, tão sômente, a pacificação do Brasil. Conseguiu convencer o Cardeal Antonelli que D. Vital era imprudente, violento e causador das discórdias reinantes...

Depois de outros preparativos, trocas de apartes sôbre os advogados espontâneos, houve leitura do processo e marcada nova sessão para o dia seguinte às 10 horas da manhã.

Retirou-se então o Snr. Bispo de Olinda do Tribunal, acompanhado pelo Snr. Bispo do Rio de Janeiro e pelos Snrs. defensores.

Na 2.^a sessão, 21 de fevereiro de 1874, D. Vital compareceu acompanhado não só de D. Lacerda, mas também por D. Miege, Bispo Titular de Messênia e Vigário Apostólico de Kansas (Estados Unidos da América do Norte) em trânsito pela Capital de nosso País. A Presidência fôra a mesma da 1.^a sessão.

O recinto do Tribunal e as galerias estavam repletas de curiosos.

Depois de lido o relatório pelo Snr. Messias de Leão, o Snr. Procurador quis dizer alguma cousa "sôbre uma entidade estranha que se achava presente". O Presidente lembrou-lhe que no momento apenas se tratava de discutir o relatório. Perguntou a D. Vital se tinha alguma cousa a dizer. "O Snr. Bispo de Olinda guardou silêncio". O Procurador da Coroa estranhou que tendo o Réu continuado em silêncio, não sabia se as pessoas que o rodeavam eram seus defensores ou intrusos. O Snr. Presidente declarou que foram admitidos pelo Tribunal dois defensores e não pode êste assunto ser objeto de discussão. Após vários apartes neste sentido, o Presidente concedeu a palavra a um defensor.

Defesa

O Conselheiro Zacarias de Gois e Vasconcelos proferiu esplêndida defesa. Depois de refutar a expressão do Promotor da Justiça "que havia *intrusos* no processo", lembrava-lhe que os defensores foram admitidos pelo Presidente do Tribunal em despacho legal a seus requerimentos.

A questão religiosa oferecia vasto campo às meditações dos teólogos, canonistas, filósofos e homens de Estado. Havia, porém, a parte jurídica. Apenas naquele sentido iria ocupar a atenção dos ouvintes.

Refutou o libelo do Desembargador Promotor da Justiça em todos os três itens que reduziu a um só: desobediência ou seja "o não levantamento do interdito impôsto à Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santo Antônio do Recife".

Examinou as disposições relativas ao recurso à Coroa pelo Decreto de 28 de março de 1857. A não observância da ordem do governo neste caso, importava o crime e penalidade prevista pelo art. 128 do Código Criminal: "Desobedecer ao empregado em ato de exercício de suas funções, ou não cumprir as ordens *legais*".

Depois de referir-se que quiseram “domar a audácia episcopal que não se curvava à prepotência do executivo” recorreram ao artigo 96.

“Se prevalecesse, como era de lei, o art. 128, cuja penalidade é de seis dias a dois meses, o digno Prelado de Olinda defender-se-ia sôlto, não teria sido arrancado a seu rebanho, como foi em virtude da pronúncia.

Se prevalecesse o art. 128, não teria sido o digno Prelado metido em um pequeno e incômodo vaso de guerra muito tempo antes de seu julgamento, e transportado de Pernambuco à Corte sem lhe permitir saltar na Bahia, como pedia o Venerando Metropolitano.

Se prevalecesse o art. 128, não teriam os inimigos da Igreja o prazer (satânico) de verem o inclito Bispo de Olinda desde o princípio do corrente ano até hoje encerrado em uma prisão insalubre e imunda, qual o barracão em que o meteram no Arsenal de Marinha”.

Depois de outras considerações tratando do segundo item do libelo, o caso da *ex informata conscientia*, disse: “É sabido que os Prelados a exercem com reserva e segredo. Como é que o Promotor soube? Pelos “jornais anti-católicos? Não dizem a verdade. Seria o *hesitante* quem lho comunicou? Não era digno de crédito”, porque ocultou as razões essenciais. E assim voltaria sempre à desobediência do Bispo e dos párocos, desobediência então coletiva e não individual. Estudou depois o tão decantado art. 96, comentando-o longamente e mostrando a improcedência da pronúncia. Era do seguinte teor: “Desobedecer ou impedir de qualquer maneira o efeito das determinações dos poderes moderador e executivo que forem conformes à Constituição e às leis. Penas de prisão com trabalhos por dois a seis anos”. Eis o tão citado artigo 96! Concluiu: “A defesa do Prelado de Olinda, pois, com relação ao art. 128 do Código Criminal, é completa, o Bispo desobedeceu a uma ordem ilegal. O mesmo cabe dizer-se com respeito ao art. 96, se este, e não o 128, pudesse ser regularmente invocado”.

Aludindo à incompetência do Tribunal declarou: “A incompetência d'êste Tribunal para conhecer do delito imputado ao Bispo de Olinda é manifesta. A lei de 18 de agosto de 1851 tornando o Supremo Tribunal de Justiça competente para conhecer dos crimes dos Arcebispos e Bispos do Brasil expressamente determinou que isso terá lugar nas causas *que não forem puramente espirituais*. Ora a questão de impor e levantar interditos é puramente espiritual, tanto assim que o govêrno depois que praticamente veio ao conhecimento de que nem os seus Presidentes nem os seus Juizes de Direito eram capazes de restabelecer o estado de coisas anterior à imposição dos interditos e de que, em suma, um ministério, que pode tudo, não pode todavia levantar interditos, voltou-se para Roma e *supplicou* ao Pontífice a

só à sociedade religiosa, mas também à civil, visto que, aviltado e desmoralizado o poder da autoridade eclesiástica, não deixará o outro de experimentar todo o dano.

A Igreja, pois, desde os tempos mais remotos declarou os Bispos isentos de toda a jurisdição dos tribunais leigos e o Concílio Ecumênico de Trento completou esta disposição, designando como juiz dos Bispos nos delitos gravíssimos ao Chefe Supremo da Igreja, devendo a sentença, nos casos graves ou menores, ser proferida por outros Bispos reunidos em Concílio provincial. Esta medida do Concílio Tridentino, salutar em si, foi tão bem compreendida e apreciada por todos quantos querem que ao amor da nossa santa religião se junte a felicidade da pátria, que houve a consolação de ser ela adotada por quase todas as nações católicas.

Merecem lugar distinto e os maiores louvores os monarcas lusitanos que a adotaram e observaram sempre como lei e a transmitiram intata a este rico Império ao recuperar êle gloriosamente a sua independência. Provam isto da maneira mais convincente as muitas súplicas dirigidas especialmente por Suas Majestades Felipe II e D. José I aos Sumos Pontífices Gregório XIII e Clemente XIII, pedindo isenções especiais que lhes foram concedidas em relação à respeitada lei da imunidade eclesiástica.

Se estes exemplos, tão luminosos e repetidos, por equívoco, creio eu, ou por outros motivos, se não renovaram nesta tão grave emergência dos Exmos. e Revmos. Bispos de Olinda e do Pará, foi porque não houve o cuidado de consultar o Concílio Ecumênico Tridentino, guia certo e seguro, adotando-se em seu lugar, por não menor equívoco, a disposição da lei n. 109 de 12 de agosto de 1851, que, não obstante, declara os Bispos isentos nas causas puramente espirituais. E ao passo que todos reconhecem ser justo que os militares tenham por juiz um conselho de guerra e os altos magistrados a mais elevada magistratura, só os Bispos são privados de um direito de tantos séculos! De modo que se permitiu que o Prelado de Pernambuco fôsse responsabilizado por crime inafiançável pelo Supremo Tribunal de Justiça, que viesse prêso da sua diocese a esta capital para assistir duas vezes no banco dos réus às sessões e ouvir a irrevogável sentença de quatro anos de prisão com trabalhos, que os jornais referem e todos indistintamente leram com sobressalto. Igual sorte espera dentro de pouco tempo ao distinto Bispo do Pará, cujo processo já se acha em andamento.

Em presença destes fatos dolorosíssimos e da manifesta violação da imunidade eclesiástica, V. Excia. compreenderá que o abaixo assinado, pela estrita obrigação do seu cargo, e como representante da Santa Sé junto a esta imperial côrte, se acha na absoluta necessidade

de protestar como de fato formalmente protesta, contra tóda e qualquer violação dos direitos e leis da Igreja, praticada nesta questão dos Bispos, especialmente em prejuízo da imunidade eclesiástica e de tódas as suas consequências sucessivas, para que sempre em todo tempo fiquem salvos, intatos, íntegros e ilesos os imprescritíveis direitos da Igreja e da Santa Sé.

O abaixo assinado tem a honra de reiterar a V. Excia. os protestos da sua mais perfeita e obsequiosa estima e da sua alta consideração.

A S. Excia o Sr. Visconde de Caravelas

D. Sanguini

Internúncio Apostólico

* * *

RESPOSTA DO GOVÉRNO IMPERIAL À NUNCIATURA APOSTÓLICA

Rio de Janeiro — Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1 de março de 1874

Recebi a 24 do mês próximo passado a nota que a 22 se serviu dirigir-me S. Excia. Monsenhor Dom Sanguini, Internúncio Apostólico e enviado extraordinário pontifício.

Nessa nota trata S. Excia. do julgamento do Revmo. Bispo de Olinda, alude ao processo instaurado contra o do Pará, e, depois de declarar que o tribunal civil é incompetente, conclui, protestando contra qualquer violação dos direitos e leis da Igreja, praticada, nesta questão, especialmente em prejuízo da imunidade eclesiástica.

Os próprios termos essenciais do protesto indicam qual pode e deve ser a resposta do Góvérno Imperial.

Formulo-a em poucas palavras, não porque seja difícil ao mesmo Góvérno sustentar o que S. Excia. nega, mas porque não devo aceitar a discussão daquilo que só pode ser discutido por quem tenha o direito de fazê-lo.

O Tribunal que julgou o Revmo. Bispo de Olinda e que há de julgar o do Pará, é o Supremo Tribunal de Justiça do Império, por nossas leis competente, e esta competência não depende do juízo de nenhuma autoridade estrangeira, seja ela qual fôr.

A fortaleza tornou-se santuário de freqüentes romarias dos católicos. A Santa Sé, quando soube do ocorrido, não deixou de enviar seu protesto, porque D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, pelo idêntico motivo, também estava prêso na Ilha das Cobras. Duas cartas pastorais escreveu D. Vital nesta ocasião: Carta Pastoral dirigida do cárcere, animando aos seus diocesanos e lamentando as funestas perseguições. Carta Pastoral mandando consagrar a sua diocese ao Sagrado Coração de Jesus.

Anistia

A 7 de março de 1875 caiu o gabinete maçônico. O Imperador convidou a Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, para organizar o novo ministério. Este aceitou sob a condição de serem anistiados os bispos aprisionados. Idêntico apêlo fizeram ao Imperador o Conde d'Eu e a Princesa Imperial.

A 17 de setembro daquele ano era publicado o decreto: "Tomando em consideração a proposta que me fez o meu Conselho dos Ministros e tendo sôbre ela ouvido o Conselho do Estado, hei por bem no exercício da atribuição que me confere o art. 101 § 9 da Constituição decretar o seguinte: Art. único — Ficam anistiados os Bispos e outros Eclesiásticos das Dioceses de Olinda e Pará, que se acham envolvidos no conflito suscitado em consequência dos interditos postos a algumas irmandades das referidas Dioceses e em perpétuo silêncio os processos que por êsse motivo tenham sido instaurados."

D. Pedro II.

Logo no dia 18, D. Lacerda foi buscar D. Macedo Costa, na Ilha das Cobras, e, juntos, foram ao encontro de D. Vital na Fortaleza S. João.

Após as visitas, inclusive ao Imperador, e as homenagens recebidas, D. Vital quis partir imediatamente para a Europa. Os Capuchinhos guardaram glacial silêncio no caso de D. Vital...

Roma

A 9 de novembro de 1875 chegava à Itália. O Papa Pio IX o recebeu em audiência particular afetuosíssima. Retribuiu a visita por intermédio de Monsenhor Jacobini, Secretário dos Negocios Eclesiásticos, acompanhado por oficial da Secretaria; prova, disse D. Macedo Costa, reservada aos Bispos mais beneméritos da Igreja.

Em contraste com esta distinção papal, a visita ao Cardeal Antonelli, Secretário de Estado, fôra para ouvir a exprobração de não ter publicado a carta, nem tirado os interditos como lhe ordenara.

No dia seguinte, D. Vital voltou ao Vaticano para explicar ao Sumo Pontífice a impossibilidade e imprudência de, na ocasião, publicar e executar a carta do Cardeal Antonelli, pelas inverídicas informações do Barão de Penedo. Apresentou, depois, minucioso relatório, e fez brilhante exposição diante da nomeada Comissão de Cardeais.

A 1.º de março de 1876, fez pequena excursão pela França, estando a 3 de maio em Roma para receber do Papa a Encíclica que em termos formais condenava a Maçonaria. Despediu-se de Pio IX e regressou à França, de onde a 19 de setembro, acompanhado pelo seu devotado secretário Padre José Afonso de Lima e Sá (depois jesuíta muito conhecido no Colégio de São Luís em Itu) voltou ao Brasil.

Recife

A 6 de outubro de 1876, após quase dois anos de ausência, entrava, novamente, em sua Diocese entre festas e aclamações do povo. Reorganizou o Bispado, cuidou dos Seminários, nomeando Reitor do Menor ao Pe. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (depois Cardeal do Rio de Janeiro), recém-chegado de Roma. Fez as visitas pastorais. Quando tudo estava em prosperidade, insidiosa moléstia (?) o atacou com violência.

França — Morte

Resolveu procurar remédios fora do País. A 21 de maio de 1877 chegava a Bordéus.

Em Paris, de acôrdo com Frei Apolinário, escreveu ao Santo Padre Pio IX, renunciando ao Bispado. Causas: a doença e a tenaz perseguição de poderosos inimigos. Pio IX e Leão XIII, que o sucedeu, não aceitaram a renúncia.

Atacado de faringite aguda, D. Vital definhava, corroído pela moléstia, apesar de tratamentos médicos, estações climatológicas e banhos.

Havia vários dias estava no Convento de La Santé, em Paris e só no dia de Páscoa, 21 de abril de 1878, pôde celebrar missa e foi a última vez, acolitado pelo pernambucano P. Duarte. A 3 de julho mandou chamar Frei Apolinário; fez sua confissão e pediu os últimos Sacramentos. Confiou-lhe, para que entregasse a Frei Exupério, os 800 francos recebidos em diversas pregações. Concluiu com razão: não faço testamento, nada possuo, sou Capuchinho! Às 7 horas e meia da noite solenemente lhe trazem o Viático. Frei Crisóstomo lhe fez edificante exortação para que perdoasse aos inimigos. D. Vital concordou perfeitamente, acrescentando que oferecia sua vida

pela Igreja de Olinda. Ainda passou o dia 4 em sofrimento. Às 11 horas e 20 minutos da noite, faleceu. Estava rodeado pelos irmãos de hábito e acompanhara até o último instante as orações de agonia. Tinha 33 anos, 9 meses e 8 dias de idade, 15 anos de profissão religiosa e 7 de episcopado. Realmente fôra "o homem de espanto" que sua mãe profetizara.

Não atingindo os trinta e quatro anos, causou grande assombro no Brasil e fora dêle! Seu corpo revestido das vestes pontificais ficou no locutório do Convento. Depois de embalsamado, transportaram-no à Capela. A pedido de Mons. Esberard, que arranjou a quantia necessária, os funerais foram pomposíssimos.

Funerais

No dia 8 de julho celebraram-se solenes exéquias; um officio cantado às 8 horas e missa pontifical às 9, por D. Ordonez, Bispo de Riolanda (Equador), com a presença de S. Eminência o Cardeal Guibert. Pronunciou a oração fúnebre Monsenhor de Ségur que ressaltou, com grande eloquência, a coragem heróica do falecido contra a Franco-Maçonaria e saudou o fiel discípulo de São Francisco de Assis.

As três absolvições rituais foram feitas pelos Bispos de Vannes, Galveston e Arcebispo de Paris. Transportado para Versalhes, ficou depositado na Capela, onde havia recebido o hábito capuchinho. Os religiosos cantaram as Vésperas dos defuntos e o sepultaram no Cemitério da cidade em túmulo da Ordem. Anos depois, a pedido de D. José Pereira da Silva Barros, foi exumado a 14 de dezembro de 1882 e transportado para Recife.

Terminemos com D. Francisco do Rego Maia, em sua oração fúnebre na Catedral de Petrópolis:

"Sim, D. Frei Vital, o teu nome pertence à história que nas suas páginas imorredouras será escrito em caracteres indeléveis. A tua memória será sempre viva nas gerações futuras, porque perante a tua consciência serviste a Deus e a Santa Igreja; perante os católicos foste um chefe lutador heróico, e perante os homens imparciais e perante o século provaste a verdade da memoranda sentença do grande Bispo e mártir de Cartago — O sacerdote de Deus escudado no Evangelho, guardando os preceitos de Cristo pode falecer na arena do combate, mas não pode ser vencido — Sacerdos Dei Evangelium tenens et Christi praecepta custodiens occidi potest non vinci (S. Cip. hom. 55).

Bibliografia

- Fr. Louis de Gonzague C. M. C. — “Une page de l’histoire du Brésil — Monseigneur Vital”.
- Frei Félix de Oliva — “Um grande Brasileiro”.
- Dr. Antônio Manuel dos Reis — “O Bispo de Olinda perante a História” — 3 volumes.
- Fr. Fidelis M. de Primerio — “Capuchinhos em Terras de Santa Cruz”.

K A N S A S

Aproveito a oportunidade para comunicar aos meus caros consócios uma ligação histórica.

Quando D. Vital compareceu ao 2.º julgamento, 21 de fevereiro de 1874, fôra acompanhado pelo “Snr. Bispo do Rio de Janeiro e pelo Snr. Bispo de Kansas (Estados Unidos)”. Assim está bem expresso no processo cujas palavras verifiquei.

Os biógrafos do heróico Bispo de Olinda têm escrito com referência ao prelado americano que era “Bispo de Kansas City” e trazem-lhe o nome “D. Meige”. Duas confusões, aliás explicáveis: 1.ª era Vigário Apostólico de Kansas e Bispo Titular de Messênia, como dissemos; 2.ª o nome era D. Miege.

Padre João Batista Miege nasceu na Sabóia a 18 de setembro de 1815, era jesuíta, professor da Universidade de S. Luís. Foi eleito Bispo Titular de Messênia, na Acaia, em 1850 e nomeado Vigário Apostólico de Todo Território Indiano de Kansas. Era homem de grande espírito apostólico e de notável discrição. Suas visitas pastorais, através das montanhas, atingiram as remotas regiões de Denver a Omaha.

Tinha sua residência na missão de Sta. Maria até agosto de 1855, quando se transferiu para Leavenworth que em 1856 foi dividido em 2 vicariatos. Em 1857 o Território de Nebraska foi separado do Vicariato e entregue à jurisdição do Rev. Padre Jaime Miguel O’Gormar, ficando somente o Território de Kansas pertencendo a D. Miege.

Ele compareceu ao Concílio do Vaticano que, como sabemos, teve início em 1869, e foi suspenso em 1870 por causa da guerra franco-germânica, e não foi ainda terminado.

Em 1871, D. Luís Maria Fink, da Ordem de S. Bento, foi sagrado Bispo de Eucárpia, e auxiliar de D. Miege. Este, após o Concílio do Vaticano, fez longa excursão pela América do Sul “on a collecting tour”.

Foi nessa ocasião que, estando de regresso para seu país, passou pelo Rio de Janeiro e teve o alto gesto de fraternidade episcopal

acompanhando seu colega prisioneiro, D. Vital, ao julgamento. Chegando a sua sede, renunciou nesse mesmo ano de 1874 o seu cargo a favor de D. Fink que continuou como Vigário Apostólico de Kansas até que Leavenworth foi elevado a bispo a 2 de maio de 1877, quando foi nomeado 1.º Bispo Diocesano.

Os dois vicariatos de 1856 foram, portanto, elevados a Bispados sendo o último, Kansas City, a 10 de setembro de 1880 (1).

A ligação histórica de que vos falava, era o espírito de solidariedade de D. Miede, a respeito de D. Vital, sagrado na Catedral Paulopolitana e a presença de D. Edwin O'Hara, Bispo de Kansas City, na Catedral da mesma diocese de São Paulo, a 1.º de abril de 1945, abertura das comemorações do bi-centenário da criação do nosso bispado, a convite do Exmo. e Revmo. Snr. Arcebispo D. Carlos de Vasconcelos Mota.

Assim o Território de Kansas e sua subdivisão posterior Kansas City ligaram-se à História Eclesiástica do Brasil.

Aos dois Estados Unidos, do Norte e do Sul, irmanados nas lutas em defesa da civilização, o voto fraternal de completa união nas reivindicações cristãs e nas esplendorosas comemorações de suas vitórias.

1) Vide — The Catholic Encyclopedia — New York — vol. VIII 602 e sgs. Anuário Pontifício — 1879 — 282. Annuaire Pontificale Catholique — 1915 — 329 e 333.

Bartolomeu de Gusmão e os seus direitos à prioridade aerostática

A PROPÓSITO DE UMA OBRA DO PROF. JÚLIO DUHEM,
DE MONTPELLIER, DE UM CASO DE IMPROBIDADE
CIENTÍFICA

Afonso de E. Taunay

Só agora me chegam às mãos dois volumes publicados, em 1943 e 1944, em Paris pelo editor Fernand Soriot, ambos da autoria do Dr. Júlio Duhem, professor na Escola Normal de Montpellier, e um dos encarregados de pesquisas no *Centre National de la Recherche Scientifique*, da França.

Intitulam-se estes volumes *Histoire des idées aéronautiques avant Montgolfier* e *Musée aéronautique avant Montgolfier*.

Em ambos há vultosas referências a Bartolomeu Lourenço de Gusmão e ao seu invento, o balão de ar quente, experimentado em agôsto e outubro de 1709 em Lisboa, no Paço Real, e em presença de D. João V e da rainha D. Maria Ana de Habsburgo, do Cardeal Conti, futuro Papa Inocêncio XIII, do Infante Dom Francisco de Bragança e da Côte de Portugal.

A *História das idéias aeronáuticas* inclui-se no rol destas obras que para a elaboração exigem extraordinário dispêndio de energia e de tempo.

Constitui notável empreendimento realizado com singular pertinência pelo professor de Montpellier que teve de navegar pelo *mare magnum* de uma bibliografia imensa, reclamando o conhecimento de numerosos idiomas a partir do grego e do latim para chegar às grandes línguas ocidentais modernas, latinas e germânicas.

Não sei se o seu autor o realizou por si ou trabalhando *en équipe*. A segunda hipótese se me aventa ao espírito em virtude de caso pessoal que adiante será exposto.

I

Dividiu o Dr. Duhem o seu alentado volume (pp. 458 in 8) em quatorze grandes capítulos: o vôo místico, o vôo mágico, o vôo de transportes, o vôo remado, o vôo mecânico, o vôo a vela, o paraquedas, o helicóptero, o foguete, o magnetismo e a electricidade, o fogo elemento, o ar sutil, o vácuo e o fluido leve.

Cada um destes capítulos se alicerça em considerável bibliografia poliglótica multissecular, pois compreende a exegese de obras da Antiguidade, da Idade Média, das Idades Moderna e Contemporânea. A contribuição impressa ainda se reúne a manuscrita, de certo vulto colhida em vários países europeus.

O assunto estudado pelo Dr. Duhem compreende, como é desnecessário recordar, uma série de problemas que envolvem questões conexas a ciências diversas. Assim principalmente quanto à mecânica, à física, à química, à fisiologia, etc.

Larga contribuição hauriu o A. da literatura mitológica, hagiográfica, de ficção, de numerosos povos; a da descabelada imaginação inventiva de várias gradações, absurda, mitomânica, razoável e até aceitável, de quantos revoltados pretenderam pelos séculos afora desmentir o axioma do ilustre Borelli em fins da era seiscentista: *impossibile est ut homines propri viribus artificiose volare possint*.

Realizou o Dr. Duhem uma como que consolidação daquilo que uma legião de eruditos de diversas nacionalidades reunira, no século XIX e no atual, acêrca da história de um dos problemas que mais impressionaram sempre a Humanidade, desde a era das cavernas, talvez: a posse da locomoção aérea. Ânsia esta nascida da inveja da faculdade concedida pelo Criador às aves e aos insetos.

Anunciou o Dr. Duhem a publicação de uma *Biblioteca Aéronautique* anterior a Montgolfier, mas não sabemos se já a imprimiu. Compreenderá, pelo que suponho, pelo menos grande parte de imensa bibliografia existente sobre o assunto.

Já diversos e notáveis ensaios recentes e afastados se realizaram neste campo, dêles resultando obras cercadas do mais alto aprêço como por exemplo as de Boffito (Giuseppe) *Il volo in Italia* (Florença, 1921), Laufer (Bertoldo) *The prehistory of aviation* 1928, Chicago), Venturini (Galileu) *Da Icaro a Montgolfier* (Roma, 1928), De La Vaulx, Tissandier et Dolfuss *L'aéronautique des origines à 1922*; — Paris, 1922), Hodgson (J.E.) *The history of Aeronautics in Great Britain* (Oxford, 1924), Dolfuss e Bouché *Histoire de l'Aéronautique* (Paris, 1932), Savorgnan di Brazza (F.) *Da Leonardo a Marconi* (Roma 1932). Diaz Arquer (G) y Vindel (P) *Historia bibliografica y iconografica de la aeronautica en España*,

Portugal, Países hispano-americanos y Filipinas desde los origenes hasta 1900 (Madrid, 1930) etc. etc.

Isto para só citarmos obras de menos de trinta anos de publicadas e refertas das mais volumosas e preciosas indicações bibliográficas. O Dr. Duhem procedeu certamente a extraordinária leitura a fim de compor a sua obra. Leitura de livros os mais diversos, como já notamos, abrangendo séculos. E é digna do mais alto aprêço a erudição que presidiu a escolha dos materiais empregados na confecção de sua *História das idéias aeronáuticas*.

Sem cabedal vultoso de estudos preparatórios, sem a inteligência a presidir a fixação dos elementos aproveitáveis, no meio da massa imensa de achêgas reunidas e oferecidas por abundantíssima literatura, não teria conseguido os cerrados apanhados que constituem os diversos capítulos de sua obra.

Nêles a variedade das ligações e das ilações são claro indício de quanto ao elaborar o livro dominava os assuntos em aprêço.

Seria da minha parte a mais descabida pretensão pretender analisar o que, em centenas de páginas, aponta o Dr. Duhem sôbre a maioria das idéias aeronáuticas anteriores a Montgolfier.

Constituiria isto a mais grave infração ao princípio do *ne sutor ultra crepidam*, impostergável aos escritores que praticam a proibidade, e não cultivam o charlatanismo grosseiro, e àqueles que acima de tudo prezam o *suum cuique tribuendî*.

Assim a um só dos quatorze capítulos da obra do professor de Montpellier, farei reparos; ao último, o que se intitula: *O fluido leve*. E aonde procederei restritivamente tratando apenas daquilo que se refere ao invento e às experiências de Bartolomeu de Gusmão.

II

A figura do *Voador* desde muito, talvez desde uma vintena de anos, impressionou o Dr. Duhem. Atribuiu-lhe por diversas vêzes a mais elevada posição no conjunto dos fastos da aerostação.

Desde 1936 com êle entretive relações epistolares assaz seguidas, sôbre o assunto, havendo-lhe eu remetido, a pedido do professor H. Hauser (que então fazia um curso na Universidade do Brasil), os meus dois livros: *A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão* e *Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática*, publicados em 1934 e 1935. Mais tarde remeti-lhe as segundas edições dêstes trabalhos, ampliados consideravelmente e corrigidos.

Em 1938, publicou o Dr. Duhem longo artigo nas páginas de *Thalès*, a grande e prestigiosa revista francesa, órgão oficial do Instituto de História das Ciências e das Técnicas da Universidade de

Paris, e do Centro de Estudos de Filosofia e de História da Filosofia em suas relações com as ciências. Versava sobre a "questão Gusmão", uma espécie de consolidação de quanto se havia escrito sobre a vida do Voador e os seus direitos à prioridade aerostática.

Compreendendo perfeitamente o português realizou o resumo (e resumo ótimamente feito) do que eu escrevera nos volumes das primeiras edições de meus dois livros.

Das segundas edições destas obras não se valeu o Prof. Duhem, pois ainda não haviam saído a lume.

Assim introduziu no corpo de sua memória diversos erros que eu cometera na primeira edição e corrigi na segunda tiragem.

Em 1939 e pelo saudosíssimo amigo Francisco Venâncio Filhote ciência, ocasionalmente, do artigo de *Thalès* que o Prof. Duhem não me fizera, estranhamente, chegar às mãos quando de quase todos os seus trabalhos me presenteara. Levou-me a leitura de tais páginas a uma explicação pelas colunas do *Jornal do Comércio* em que largamente estranhei o afã cuidadoso do Prof. Duhem em não mencionar as fontes a que tão profundamente se abeberara. Estes artigos do *Jornal* reproduzi-os no tomo XI dos *Anais do Museu Paulista* (S. Paulo, 1943, pp. 35-54 da III A parte).

III

Os anos terríveis da Segunda Conflagração haviam tomado o Mundo. E a França, com a ocupação e a dominação nazista, passara a ser em relação ao Brasil compartimento absolutamente estanque. Assim vários milésimos decorreram antes que eu viesse a saber da publicação dos dois novos volumes do Prof. Duhem. Dêles só agora tive conhecimento, remetidos que me foram por ordem do próprio A., segundo informou o editor.

Em relação ao que se lê no artigo de *Thalès* há certa evolução nas idéias do autor francês. Em 1938 declarava-me que a questão Gusmão "era o enigma máximo da história aeronáutica".

Dois vultos, afirmou solenemente, dominam a história da conquista dos ares pelo homem: Leonardo da Vinci, precursor da aviação, Bartolomeu de Gusmão, realizador do aeróstato.

O prestígio de seus trabalhos, o mistério de seus destinos requerem longa pesquisa e rigoroso exame. Para Leonardo realizou-se a obra da ressurreição e Gusmão, o Voador, ainda espera pela justiça e a verdade".

Em 1943 cantando a palinódia e abandonando os elogios de antanho, disse o Prof. Duhem, simplesmente, que Gusmão em 1709 "dera

as primeiras demonstrações autênticas dos pequenos globos de ar quente, invenção aliás abortada”.

“Suas experiências tentadas em Lisboa em 1709 faziam atribuir-se-lhe o renome de inventor do aeróstato”.

Estranha reviravolta de opiniões de cujas causas o leitor terá explicação mais adiante. Continua o professor da Escola Normal de Montpellier:

— “Desperdiçador de invenção que deveria assombrar o Mundo, naufragara Gusmão tão completamente sob a aversão que nada de útil se lhe deve e que sua comparticipação no esforço capitalizado dos precursores é praticamente nula”.

A êste último conceito temos como perfeitamente exato, sob o ponto de vista dos resultados práticos decorridos das experiências do Voador.

Continuando, diz o lente de Montpellier:

“A história das ciências não oferece enigma mais aflitivo do que êsse dêste inventor incompreendido, desconhecido, difamado, louvado por uns, vaiado por outros, martir, charlatão, apóstata de seu gênio ao sabor das prevenções, negado até às vêzes, em sua pessoa, em seu nome, e tão fabulosamente mascarado que, até nos nossos dias, torna-se preciso atenção pertinaz para se saber o que êle foi e o que fez”.

Tudo quanto aí escreveu o Dr. Duhem é perfeitamente exato salvo quanto ao “apóstata de seu gênio”.

A descoberta da narrativa de seus últimos dias realizada por D. Berta Leite contesta formalmente tal asserção.

Pouco antes de fugir de Portugal, por motivos de judaização e temor da Inquisição, e seis meses antes de morrer afirmava o Voador ao irmão, Fr. João Alvares, que aguardava ocasião propícia para executar uma “fábrica aérea” que lhe daria o império do Globo, máquina que lhe permitiria “visitar todo o Mundo quantas vêzes quisesse”.

IV

Depois de lembrar que do Voador houve até quem fizesse dois personagens inteiramente distintos, Guzman e Bartolomeu Lourenço, reconhece o Dr. Duhem que as “pesquisas de vários eruditos conseguiram arruinar as fábulas e restabeleceram a verdade havendo ainda, talvez, coisas a descobrir ao seu respeito”.

E com efeito assim é: até agora, por exemplo, não veio a lume a peça teatral de sua autoria que o Visconde de Pôrto Seguro conheceu. E só há pouco conseguiu D. Berta Leite descobrir a in-

teressantíssima e patética narrativa do trágico final de sua vida, curta e agitada.

Tratando dos que cooperaram para o esclarecimento da verdade, dentre os biógrafos e monografias de Gusmão, cita o autor francês Freire de Carvalho, Augusto Felipe Simões, Brito Rebelo, o marquês de Faria, Boffito, Venturini, João Maria Jalles, o Conde de Klinckwstroem, Baltazar Wilhelm e por último o autor do presente artigo, cujos trabalhos qualificou com generosidade incomparavelmente superior à de 1938 em *Thalès*, seja notado intercorrentemente.

Penso que em sua resenha deveriam figurar outros nomes muito mais dignos de serem lembrados do que, por exemplo, o de Jalles, tais como e sobretudo Gustavo T. Correia Neves, autor de magnífico estudo: "*As experiências aerostáticas de Bartolomeu Lourenço de Gusmão* (Lisboa 1911), Arthur de Magalhães Basto, Carlos Alberto Ferreira, Joaquim de Carvalho, Pinheiro Correia, etc.

Entre os autores antigos o Visconde de São Leopoldo, os Padres Francisco Recreio e Manoel Rebimbas, Manoel Maria Rodrigues, Moedebeck (autor de *Der Erfinder des Luftballons*), Valle Cabral, J. Lúcio d'Azevedo, Vieira Fazenda, etc.

Dá o Dr. Duhem uma súpula da biografia do *Voador* em que pouco há o que observar. Assim se refere à adoção do nome de Gusmão, corrige os biógrafos que lhe atribuíram milésimos errados de nascimento; refere-se à sua inteligência e prodigiosa memória. Fala da imprecisão da data do local de sua ordenação, relata que foi membro da Academia Real Portuguesa de História e fugiu de Portugal acabrunhado pelo desvalimento régio e os ódios cortesãos, desesperado e enfêrmo.

Como lacunas podemos argüir-lhe não se referir à sua qualidade de pregador e capelão da Casa Real, especialmente do Rei; de sua situação no Ministério de Estrangeiros, no departamento de Cifra e outras da mesma importância.

Lacunas sérias as que se referem ao silêncio sobre a situação de Bartolomeu Lourenço na Corte de Portugal como valido de Dom João V; ao período de suas misteriosas viagens pela Holanda, Inglaterra e França durante três ou quatro anos, assinalado que foi em Haia e em Paris e, por meio de referências, na Grã-Bretanha.

Outra deficiência de real importância: a ausência de informes sobre as faculdades inventivas do *Voador* comprovadas na máquina elevatória das águas do Paraguaçu e no interessante projeto da bomba esgotadora dos porões das naus que fizessem água.

Falando do final da curta carreira do *Voador* dá o Prof. Duhem bom apanhado das causas que o forçaram a fugir de Portugal, fazendo

ressaltar que o processo de 1724 em que se envolveu nada tem que ver com as experiências de 1709.

Os autos até agora descobertos, autos meramente policiais, referem-se a um caso de tentativa de embruxamento do Rei, com o fito de o separar de sua favorita, a famosa *Trigueirinha* de Odivelas, caso em que o Voador se viu envolto como íntimo amigo do Infante Dom Francisco (irmão e não tio do Rei como se equivocou o Dr. J. Duhem).

“Os ensaios aerostáticos, escreve o erudito francês, com toda justeza, não aparecem incriminados no documento fundamental de devassa aberta a 27 de setembro de 1724 nem nas demais peças do processo”.

Recorda aí que Gusmão se tornara suspeito à Inquisição por outros motivos, sobretudo em virtude das relações cordiais com cristãos novos judaizantes, ou como tal reputados, dos quais vários eram seus compatriotas e viviam severamente vigiados em Lisboa.

“Talvez, aventa, se houvesse então recordado o Santo Ofício, dos seus extraordinários projetos de 1709, embora estivessem êles abandonados, havia disto quinze anos. Seja como fôr de tal não deu provas de que disto cogitava”.

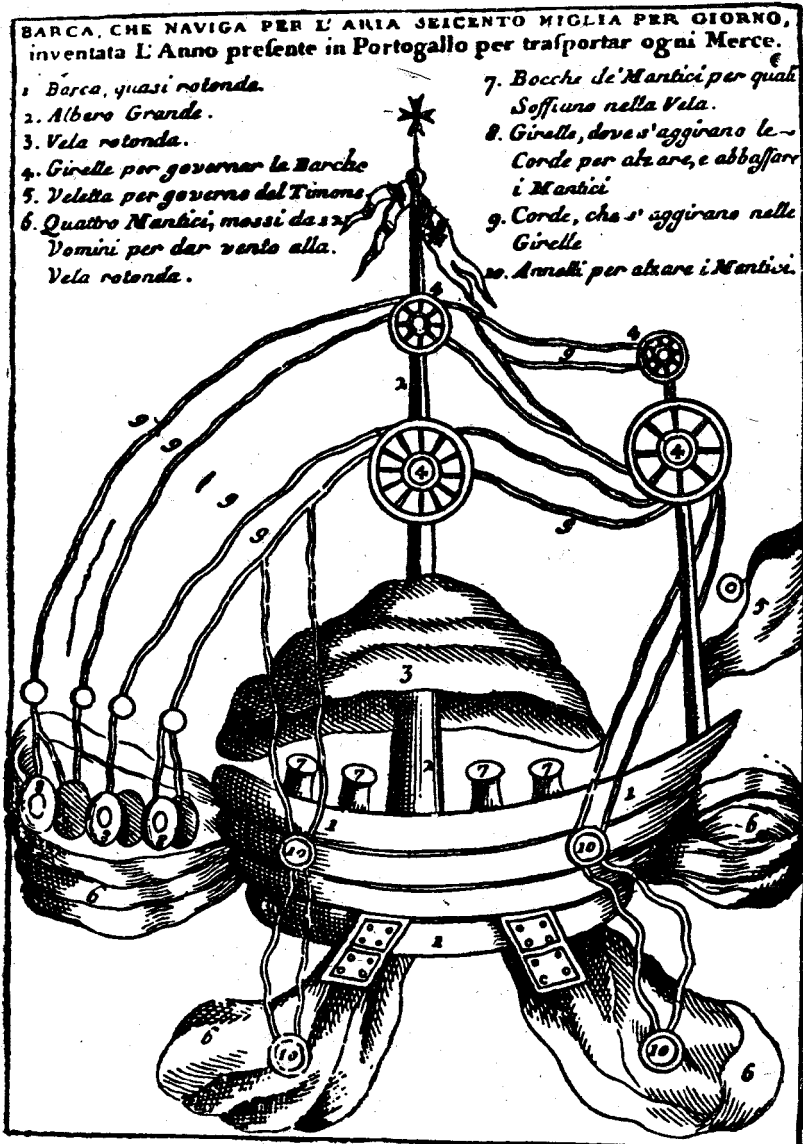
Nada mais exato do que o comentário:

“A Inquisição, tribunal de especialistas, ocupava-se ostensivamente da heresia, feitiçaria e magia, quando a sua verdadeira razão de ser era a preservação da ordem social, fiscal e política superintendida pelo Soberano”.

Escrevendo estas considerações valeu-se o Dr. Duhem dos elementos divulgados até o ano em que imprimiu a sua obra. Ignorava, e não podia deixar de o fazer, o que decorreu da descoberta recente de D. Berta Leite, documento da maior impressividade, atestador de que Gusmão fugiu de Portugal por se achar na iminência de se ver processado como judaizante confesso. Caso tanto mais grave quanto era sacerdote e isto o poderia, facilmente, levar ao relaxamento em carne e à fogueira.

Cada vez mais se nos arraiga a convicção daquilo que J. Lúcio d’Azevedo insinua, a saber: a causa da perdição do santista foi a sua apostasia, denunciada pelo jovem irmão, seu companheiro de fuga, e de modo tão claro e veemente no documento de D. Berta Leite.

Entre os erros do esboço biográfico de Gusmão convém contestar ao Prof. Duhem ainda o que êle avança afirmando que o Voador, desde a adolescência, estudou em Portugal, quando tal não se deu. Estêve em Lisboa, talvez em 1701 ou 1702, mas voltou ao Brasil, à Bahia, atravessando novamente o Oceano em 1709, para jamais voltar à terra natal.



Estampa mistificatória anônima italiana de 1709, procurando dar uma idéia do que então se contava do invento de Gúsmão. Divulgada na Itália por G. Rappaport, e em Portugal pelo Marquês de Faria, o Prof. Duhem tentou fazer crer aos seus leitores que fôra o seu descobridor e divulgador, atribuindo a sua autoria a Bartolomeu de Gúsmão.

V

Analisando o *Manifesto* do Voador endereçado “aos que ignoravam poder se navegar pelo elemento do ar”, entende o Dr. Duhem que tal documento está sobremodo impregnado de peripatetismo não deixando entrever o princípio puramente aerostático que êle ia dentro em breve experimentar.

Nada mais exato. Poderia observar também que tal peça documental, do modo mais frisante, a pequena extensão dos conhecimentos de Gusmão em matéria de física. Demonstra-lhe a ignorância das leis de Galileu sôbre a queda dos graves, a de Newton sôbre a gravitação universal, das experiências de Otto de Gerieke, embora denuncie certa compreensão do Princípio de Arquimedes.

Cunha Rivara, há disto um século, declarava que ao seu ver “as argumentações físicas de Gusmão são verdadeiras razões de cabo de esquadra”.

O Prof. Duhem entende que êste *Manifesto* está referto de denso aristotelismo, contrariando assim Augusto Felipe Simões para quem o documento “nem de longe fez lembrar as demonstrações enredadas e nebulosas dos peripatéticos”.

Para mim o que Gusmão pretendeu foi sobretudo acautelar os seus direitos autorais ante o possível assalto de aproveitadores do seu invento, coisa a mais racional numa época em que nenhuma garantia cercava tais direitos, fôsem de que espécie fôsem.

Êsse *Manifesto* parece-me estritamente ligado ao caso da mistificação da famosa *Passarola* visto como declara: “o nosso invento tem asas formadas à mesma imitação e proporção das da ave.”

“Dir-me-ão que para tão grande pêso hão de ser necessárias muito grandes asas”, etc.

Entretanto, nas experiências de 1709 o que êle apresentou foi pura e simplesmente um balonete de ar quente, invenção original demonstradora da altitude do seu talento.

VI

Analisando o caso da mistificatória e teratológica estampa da *Passarola*, causadora única do descrédito científico do invento de Bartolomeu de Gusmão, começou o Prof. Duhem observando que à *Petição* endereçada a D. João V pelo inventor, a 17 de abril de 1709, e solicitando garantias para o privilégio exclusivo de seu invento, se acostou “a estranha figura de uma gôndola voadora de aspecto e descrição igualmente fantástica”.

“Quem terá composto êste monumento da extravagância? E’ caso de se pensar em especulação de bufarinheiro, feita por algum mascate vendedor de fôliculas ou gazetas, ou em embuste cheio de fel provocado pelo intento de arruinar a reputação científica do Voador”.

Hoje está o caso perfeitamente esclarecido e encerrado documentalmente com o resultado das pesquisas realizadas por Boffito, em 1921.

Demonstrou o erudito barnabita italiano que se a *Petição* é texto autêntico da lavra de Gusmão, a memória descritiva do invento e a estampa anexa são igualmente peças provindas da sua mão para fins mistificatórios. Assim o declarou o Marquês de Fontes, já por volta de 1720 o grande amigo e protetor do próprio Bartolomeu, ao poeta italiano Pier Jacopo Martello, depositário de tal depoimento, no tomo quinto de suas *Opere*, volume publicado em 1729 e em Bolonha (p. 375 et pass.).

O Dr. Duhem a tal propósito assim se exprime: “É-se levado a crer que o próprio Gusmão foi quem favoreceu esta mistificação (se não foi quem a suscitou) a fim de despistar os malevolentes e os intrometidos e resguardar o segredo de seus verdadeiros preparativos”.

Semelhante e inexplicável ceticismo parece-me inteiramente fora de vila e termo, ante as categóricas afirmações do Marquês de Fontes a invocar ainda o testemunho de seu filho, o Conde de Penaguão, apontado como colaborador de Gusmão em tal farsa.

Em todo o caso tal dúvida o Prof. Duhem não declarava, anos atrás, assaltar-lhe o espírito, nos anos em que proclamava a magnitude da posição do Voador nos fastos da História das Ciências e Invenções. Curiosa palinódia. . .

Entende o erudito francês que apesar da descoberta de Boffito ainda não se conseguiu a derrota completa dos partidários da autenticidade e da exequibilidade do vôo da tal *Passarola*.

Não conheço, de todo, qualquer tentativa recente neste sentido. A do Padre Himalaia data de 1909. Em 1911, *peremptório*, declarava Correia Nevês não acreditar que a *Passarola* fôsse mais do que mera fantasia. A descoberta de Boffito, muito pouco se divulgou, em Portugal e no Brasil, apesar de haver Venturini em 1929 lembrado, em seu *Da Icaro a Montgolfier*, a importância do achado. E isto o fez em sua valente contestação ao autor barnabita, ferrenho gusmanóforo.

Os dois eruditos italianos parecem não ter sido lidos como mereciam sê-lo em terras de língua portuguesa. Ainda em 1939 declarava o Dr. Ludovico de Menezes, gusmanólogo português, de pequeno destaque aliás, que jamais soubera da existência de Venturini e do seu livro.

E' visível que o ceticismo do Prof. Duhem vise realçar a valia de uma descoberta que pretende haver realizado ou pelo menos pretendido destacar-lhe a importância e sobre a qual terei de apresentar considerações extensas.

VII

Arrolando os documentos comprobatórios das experiências de Gusmão, escreveu o Prof. Duhem algumas páginas dignas de todo o apreço pelo cuidado com o qual, um por um e detidamente, analisou estes papéis capitais.

“Enquanto proporcionava ao público aquela moxinifada da imagem das informações espantosas, indaga quais eram as experiências a que Gusmão realmente procedia? Construía e experimentava pequenos aeróstatos”.

Assim faz uma sùmula do que relataram Salvador Antônio Ferreira (o mais importante de todos os depoimentos, descoberto em 1898 por Manoel Maria Rodrigues), Francisco Leitão Ferreira, no papel encontrado por José Bonifácio de Andrada e Silva, e divulgado por Freire de Carvalho; o Cardeal Conti, núncio em Lisboa e futuro Papa Inocência XIII, no relato achado pelo Dr. José Herzen no Arquivo Vaticano e divulgado pelo Marquês de Faria em 1913; o acadêmico José Soares da Silva, em *Diário* encontrado e divulgado, em 1934, pelo Coronel Costa Veiga; o anônimo do códice 537 da biblioteca da Universidade de Coimbra, em papel descoberto e divulgado em 1868 por Augusto Felipe Simões; outro anônimo, autor de certo manuscrito da Biblioteca da Ajuda, encontrado e dado a público por Carlos Alberto Ferreira em 1933; e afinal o diplomata José da Cunha Brochado, em cartas, publicadas por Joaquim de Carvalho em 1922.

“Foi preciso perto de um século para trazer à luz do dia estes sete testemunhos, todos contemporâneos das experiências, observa o Dr. Duhem com toda a propriedade e judiciosidade.

E com efeito noventa anos decorreram entre a publicação do relato de Leitão Ferreira e o de Soares da Silva.

“A verdade que eles deixam entrever, continua o autor francês, concorda perfeitamente com a confidência que o embaixador português (Marquês de Fontes) faria, uma dezena de anos mais tarde, a Pier Jacopo Martello, confidência que dormia na edição das obras completas deste poeta onde Boffito a descobriu em 1921”.

“Protetor do Voador estava o marquês bem colocado para visar a verdade neste negócio, havendo seu filho primogênito sido aluno de Gusmão e a única pessoa a quem este permitia o acesso no recinto onde trabalhava. Martello que acreditava na *Passarola*, ao

publicar o seu diálogo *Del Volo*, em 1710, viu-se desabusado pela afirmação de que a figura da aeronave nada mais era do que engraçada mistificação”.

“O marquês retirou das experiências o caráter fabuloso reduzindo-as a um ensaio com pequeno globo de ar quente, experiência da qual não enxergou o fundamento, como também Martello não soube fazê-lo, a nos falar de globo atraído pelo sol”.

“Assim todos estes testemunhos se associam. A máquina experimentada por Gusmão foi, sempre, pequena esfera de lona ou de papel grosso, aberta por baixo e trazendo nesta abertura um recipiente. Este continha alguma essência inflamável onde existia um flutuador leve sustentando uma vela acesa e muito curta, cuja chama descendo pouco a pouco comunicava-se à essência. Este recipiente devia estar pôsto muito para dentro o que explica os incêndios havidos”.

Assim as conclusões do Prof. Duhem concordam ponto por ponto com as que expendi em minhas monografias, interpretando os diversos depoimentos sobre os ensaios de 1709, depoimentos que na íntegra e facilmente reproduzi nas três edições, de 1935, 1939 e 1943, de minha monografia e que o Prof. Duhem resumiu perfeitamente para o seu misterioso artigo de *Thalès*. Misterioso em relação à minha participação, coisa para o probo professor de Montpellier de *stercore AEnnû*.

VIII

Examinando o caso provocado pela descoberta de Augusto F. Simões de uma descrição e desenho, feitos por anônimo, da máquina aerostática, de Gusmão, escreve o Dr. J. Duhem em sua *Histoire des idées préaeronautiques*:

“Dá-se-lhe uma figura piramidal ou tetraédrica, à qual a precisão das medidas ainda torna mais insólita”.

Explica o autor francês o caso de modo racional.

“Para resolver este enigma é preciso não esquecer que o pequeno globo de fogo ígneo, apresentado à Corte de Portugal, não passava de pequeno modelo. Já então trabalhava Gusmão num grande aeróstato que, de acordo com as promessas de sua *Petição*, devia transportar mercadorias e viajantes. Foi este trabalho de construção o alvo da espionagem e o autor da descrição em aprêço verossimilmente tomou algum elemento da carcaça pela máquina toda”.

Interpretado por Simões corresponde o texto a uma espécie de aeronave assaz bem equilibrada, mas absolutamente incapaz de se manter.

Já aliás o demonstrei ao lembrar que o tal balão piramidal, com as dimensões apontadas no memorial, cubaria menos de três e meio

metros cúbicos, volume insignificantiíssimo. Não lhe permitiria força ascensional capaz de elevar aos ares um cão pequeno, dadas, além de tudo, as dificuldades do aquecimento do ar de tal aeróstato.

Da balela de Gusmão aeronauta não cogitou o Dr. Duhem e fez muito bem. Não passa de atoarda inaceitável, sem documentação alguma contemporânea, a até agora desvendada, pelo menos. Seria absurdo perder tempo com este boato até hoje insubsistente.

“As experiências de 1709 foram as únicas realizadas por Gusmão”, escreve com exatidão.

“Pelo menos até agora não se descobriu vestígio da reiteração dos ensaios. Depois deles, as preocupações aeronáuticas erradicaram-se de sua vida”.

Isto não é exato, no dizer do irmão Frei João Álvares de Santa Maria, que assistiu aos seus últimos momentos e de acordo com o documento precioso descoberto por D. Berta Leite.

Em todo o caso o Dr. Duhem não poderia, em 1943, referir-se ao que ainda estava por se divulgar.

“Sábio pregador, acadêmico, capelão régio, brilha pelos talentos, pronuncia sermões, discursos acadêmicos, compõe memórias reveladoras contínuas de seu gosto pelas ciências, sem jamais voltar ao seu grande desígnio”.

“E mais ainda, uma espécie de censura, de reprovação ou de denegação pública parece sufocar a lembrança de sua máquina voadora. A razão exata graças à qual Gusmão em 1709 abandonou os trabalhos aerostáticos, deve ser pesquisada na campanha de difamação e chacota que os Pinto Brandão e outros “degenerados Camões”, poetas, gazeteiros, cronistas, moveram para o desacreditar”.

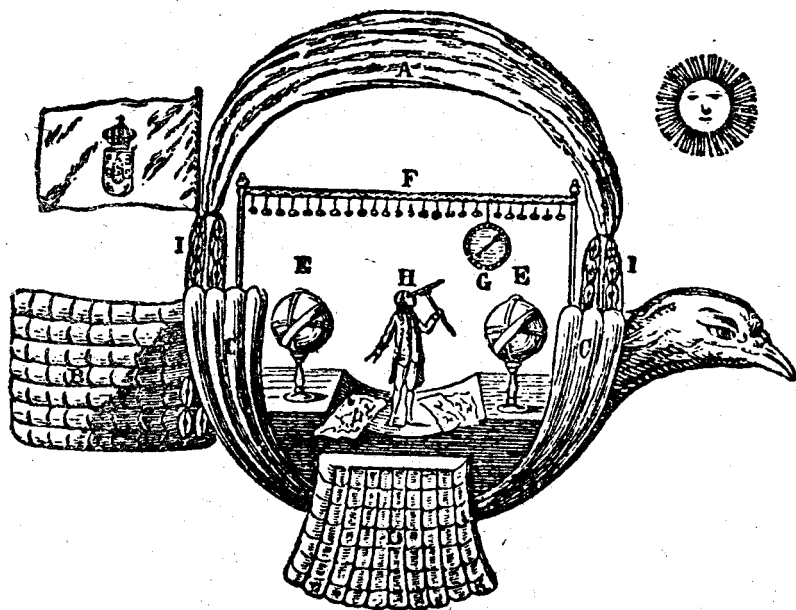
“A desproporção entre os esperados prodígios e a simpleza das suas experiências favoreceram as censuras, refertas do fel dos invejosos. As fantásticas maravilhas anunciadas para a *Passarola*, voltavam-se contra êle. E êle renunciou”.

Tudo isto está muito exato salvo quanto à conclusão final. Mas o que o erudito autor francês nem por sombra soube enxergar foi a causa principal, primordial da suspensão dos ensaios do Voador.

Tudo cessou devido à nulidade científica do ambiente da côrte portuguesa em 1709. Que poderiam deduzir o Rei e a Rainha, os Infantes, os grandes fidalgos, da importância daquela experiência em que haviam visto pequeno globo de papelão subir aos ares duas braças apenas e depois incendiar-se ou descer sem nenhum efeito?

O próprio Cardeal Núncio, mais tarde Papa, não estaria melhor aparelhado do que os soberanos, para divisar o enorme alcance de tão singelo ensaio.

O grande erro de Gusmão foi realizar as provas em salas do palácio real em vez de as fazer ao ar livre, em campo raso. Houvessem



Estampa fantasiosa inventada por Bartolomeu de Gusmão, a fim de despistar os pretendentes a usufruirm de sua invenção aerostática.

os seus balonetes subido a algumas dezenas ou centenas de metros acima do solo de Lisboa, e o seu triunfo, comprovado pelos olhos de milhares de pessoas, teria tido repercussão europeia, conferindo-lhe inapagável celebridade, igual ou quase igual à dos Montgolfier em 1783.

Fôsse o ambiente de Lisboa culto como por exemplo os de Paris, Londres, Amsterdam, Viena, Roma, Florença, Milão e Veneza, e outros ecos teriam acompanhado, estrondosamente, a tentativa do inventor. Haveria olhos que a soubessem enxergar. E não esquecermos ainda que as experiências de 1709 coincidiram com o apogeu da conflagração mundial da Guerra de Sucessão da Espanha que durante doze anos tão terrivelmente flagelou a Europa ocidental, trouxe Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro e perduraria até 1714.

IX

Não havia em Lisboa embaixada francesa nem espanhola. E nem ainda representantes de vários Estados italianos. Com isso as correspondências diplomáticas sofreram imenso.

Tudo faz crer que não fôsse tal circunstância, novos e importantes depoimentos teríamos acêrca dos ensaios obscuros do primeiro inventor nascido na América. Lembremos ainda que em 1709 não havia ainda imprensa na capital portugueza.

Nada mais exato do que estes conceitos, oraculares, de Correia Neves que o Professor Duhem encontrará transcritos em minha biografia do imortal santista:

“No século XVIII era grande, como é sabido, o atraso das ciências físicas em Portugal que permanecia indiferente aos progressos dêste ramo científico. Isto explica o reduzido número de documentos impressos, contemporâneos das experiências de Gusmão. E se o fato se conservou na tradição oral por muito tempo, a ponto de ser ainda mencionado, passados bastantes anos, isto é mais uma prova da importância das experiências. Aliás estas teriam caído para sempre no esquecimento e no ridículo.

Foi num meio destes, o mais desfavorável possível a qualquer invenção nova, que decorreu a existência de Bartolomeu Lourenço”.

Em Espanha o ambiente vinha a ser o mesmo.

Em princípios do século atual escrevia Garcia de Pruneda:

“En el siglo XVIII en la Peninsula todo era atraso”.

Em 1726 estava a cátedra de matemáticas, em Salamanca, vaga havia trinta anos! Em 1733 Torres Villaroel dizia que queriam dar-lhe a mesma cadeira em Coimbra, “vacante muchos años por falta de opositor”.

Escreve o douto autor espanhol e muito criteriosamente:

“Y si en Coimbra, como en Salamanca, no habia professor de Matemáticas que matemáticas pude estudiar Guzman?”

Sobre as conseqüências dos ensaios do Voador emite o Prof. Duhem um conceito que *in totum* subscrevo como repetição daquilo que desde 1934 venho repisando:

“Mascaradas pela Europa afora pela extravagante figura da *Passarola* para nada serviriam as experiências de Gusmão. Seu efeito é nulo e o olvido as cobre, enquanto reaparecem as velhas idéias sobre a fumaça, o vapor, o ar ou indefinível atmosfera. Convém contudo lembrar que até hoje ninguém se lembrou de acusar os Montgolfier de se terem inspirado em Bartolomeu de Gusmão”.

.....

X

Tratando da famosa estampa da *Passarola*, causadora, única e essencial, do descrédito extraordinário em que cairam Gusmão e sua reputação de inventor, declara o Professor Duhem formar ao lado da-

queles que a tão teratológica imagem atribuem o justo valor: o de haver servido de base a uma das maiores e mais nefastas mistificações de que reza a História.

Depois de afirmar que o Cardeal Conti, futuro Inocêncio XIII, conheceu tal estampa em 1709, (circunstância que o autor francês deveria documentar e vai por sua conta) declara que tal figura constitui a fonte única de tôdas as interpretações e descrições da máquina de Gusmão, publicadas em Portugal, Itália, Alemanha, Inglaterra, França, e alhures, de 1709 aos nossos dias.

Passa depois a descrever, com minúcias, o tal mostrengo ornitiforme com os seus tubos, velame, asas ruflantes, pequenas esferas, contendo substâncias atrativas, trilho de latão com renque de bolinhas de âmbar, bússola especial aeronáutica, aeronauta empunhando astrolábio, polias de proa e pôpa, para o desferro da grande vela horizontal. A gravura a que se reporta é a falsamente datada de 1774 quando já se provou que foi impressa em 1784, como aliás frisa o nosso A.

Deixou êle de mencionar a única coisa exata em tão estrambótica e inacreditável imagem teratológica — o pavilhão real português desfraldado à pôpa da falsa aeronave.

Teve esta estampa enorme divulgação pela Europa ocidental, para a desgraça dos créditos de Gusmão perante os pósteros e os contemporâneos, dispondo de dois dedos de bom senso e instrução. O Conde de Klinckwostreen, em 1911 e 1912, realizou magnífica pesquisa sobre a carreira da tal *Passarola* em países germânicos em seus *Die Gusmão-Fleugblätter, Beitrag zur Gusmão* e ainda mais três pequenas monografias denunciadoras da existência de várias edições alemãs da estampa mistificadora.

E ao mesmo tempo encontrou nove referências bibliográficas as mais variadas, interessantes e importantes em língua alemã, de maior e menor tamanho, tôdas tão curiosas quanto preciosas. E ainda mais uma em inglês: a notícia do vôo do Voador, acompanhada da reprodução da malsinada estampa, impressa no *Evening Post* de Londres nas edições dêste jornal de 20 e 22 de dezembro de 1709.

O Marquês de Faria acresceu esta lista com a sua descoberta de um exemplar manuscrito em latim, texto acompanhado de figura, existente no Arquivo do Vaticano.

Em França também se reproduziu a figura da *Passarola* e pelo depoimento de Pier Jacopo Martello sabemos que ela também teve, pelo menos, uma edição holandesa.

O Dr. Duhem arrola-se, veemente, ao lado daqueles que negam, por completo, qualquer verossimilhança a tal burla. Repulsa já mais que secular aliás é representada pelas negações sucessivas de Freire de Carvalho, Augusto Simões, Brito Rebello, Correia Neves entre ou-

tros que escreveram, antes da descoberta por eles presentida e irrequível, de Boffito, em 1921.

Refere-se o autor francês aos desesperados esforços tentados por alguns eruditos de boa fé, desvairados pelo patriotismo, defendendo absolutamente no escuro a indefensável *Passarola*, tais como o Visconde de Vilarinho, os Padres Rebimbas e Himalaia e outros de menor valor.

"Até mesmo o testamento do Marquês de Fontes, descoberto em 1921 por Boffito, não conseguiu arruinar inteiramente tal esperança", avança o Dr. Duhem.

A seu ver quem lançou a última pá de cal sobre a agonizante *Passarola* foi êle, Professor Júlio Duhem, graças à descoberta que teve a ventura de fazer, de certa estampa italiana tão verossímil quanto a sua êmula.

"Daí a importância de tal figura. Contemporânea dos preparativos de Gusmão repugna à ciência e mostra a inanidade dos esforços feitos para traduzir praticamente imagens que põem a razão a padecer".

Veremos se lhe cabe razão...

XI

Esta inocente e cândida presunção do erudito autor da *História das idéias aeronáuticas* tem interessante origem. Merece que dela se fale com minúcia. Em 1934 adquiriu êle em Roma uma estampa italiana intitulada *Barca che naviga per l'Aria seicento miglia per giorno inventata l'Anno presente in Portogallo per trasportar ogni merce*.

E' uma gravura, em altura, de 182 x 126 milímetros. Segundo escreve o seu adquirente até agora só se conhece o exemplar que passou à sua propriedade, tendo-a comprado, por algumas centenas de francos, do conhecido antiquário romano C. S. Rappaport.

Constituíra achado não de primeira mas de primeiríssima ordem e o Dr. Duhem reservou-o para exibi-lo como o resultado de uma das suas mais memoráveis pesquisas.

Mas nesse mesmo ano de 1934 já Rappaport imprimira uma reprodução de tal estampa em seu *Bibliofilo romano* (ano 27º n. 78, pág. 2).

E como mantivesse relações estreitas e seguidas com o Marquês de Faria, seu ótimo cliente, remeteu-lhe uma fotografia da tal gravura. Publicou-a o marquês em Portugal e, com a extraordinária e costumeira generosidade para comigo, mandou-ma havendo-a eu aproveitado na primeira edição de meu *Bartolomeu de Gusmão e sua priori-*

dade aerostática (S. Paulo, 1935, ps. 194-195). Pouco depois a reproduzia e analisava o douto Artur de Mágalhães Basto, em março de 1936, num jornal do Pôrto, chamando a atenção do público português para a raríssima peça.

Em 1935 ao receber o meu volume sobre Gusmão, teve o Dr. Duhem a maior surpresa, e positiva contrariedade, ao ver nele incluída uma reprodução da "sua" estampa.

A 25 de julho dêste ano, escrevia-me: "permita-me perguntar-lhe qual a fonte do grande "fac-simile" da pág. 194 de seu livro *Estampa italiana anônima?* Comprei em Roma em 1934 o original desta estampa realmente curiosa. Talvez o Sr. já a conhecesse antes".

A 12 de janeiro de 1937 continuava preocupado com o caso e repetia: "posuo a estampa anônima italiana do "fac-simile" da página 194 de sua bela obra, peça realmente notável".

Assim com verdadeira surpresa vi no famoso artigo de *Thalès*, de 1938, surgir a *Barca che naviga* numa dubieza de expressões tal que aos leitores de boa fé, da prestigiosa revista, permite e permitirá fazer crer que pela primeira vez fôra ela então apresentada ao público. Contra tal procedimento protestei logo que dela tive ciência.

Agora volta o Dr. Duhem à carga demonstrando quanto ainda não se consolou de haver perdido a prioridade da comunicação de "sua" estampa.

"O antiquário romano que no-la vendeu em 1934 dela comunicara a fotografia a diversos amadores" (sic).

O primeiro dêstes amadores era o Marquês de Faria a quem os estudos sobre o Voador devem a mais considerável e valiosa contribuição, seja lembrado entre parênteses.

"Taunay, após outros, a reproduziu em 1935 (ainda bem!) em sua obra sobre *Bartolomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática*.

"Ela ainda não encontrara explicação satisfatória quando nós a apresentamos em *Thalès* em 1936" (aliás em 1938, pois o número da Revista apareceu atrasado e convém deixá-lo bem claro).

"Ora o seu interesse é extraordinário. Começa por traír as reminiscências clássicas pelas quais Gusmão concebeu a sua mistificação".

"Arruina, em suma, pela disparidade a enorme literatura que o texto descoberto em 1921 por Boffito já destruiu. Põe um ponto final à interpretação da clássica *Passarola*, assunto inesgotável de hipóteses, visando estabelecer a prioridade aerostática de Gusmão, não acerca de seus pequenos globos fracassados, mas sobre uma grande experiência aerostática".

Terminando tal nota prega-me o Dr. Duhem triunfante ferroadada escorpiônica: “De tudo isto nada diz Taunay em suas mil páginas sobre o Voador”.

.....

XII

As minhas “mil páginas sobre o Voador” o Prof. Duhem no decurso de seu trabalho solicitou-as calorosamente, declarando constituir “perfeita interpretação histórica dos documentos”.

Nessa época pedira-me licença para me intitular “Monsieur et cher maitre” em consideração pelo que me devia para o andamento de sua obra, “especialmente para o esclarecimento do maior enigma da história aeronáutica — a questão Gusmão”.

Mais tarde, em outra carta, já a 28 de março de 1939 quando já imprimira o seu para mim misterioso artigo de *Thalès*, portanto, proclamou o seu “grande aprêço pelos meus trabalhos tão atraentes e tão reveladores”.

“É para mim uma obrigação agradecer-lhe, em nome de todos aquêles que lhe são gratos por haver, afinal, feito luz sobre o enigma Gusmão. Quantas vezes invoquei o seu depoimento em discussões relativas ao Voador!”. Ainda no fim da carta, voltou à carga a propósito da *Barca che naviga*, assunto que visivelmente o preocupava e contrariava: “Sabe o Sr. que possui o único original da gravura italiana da qual o Sr. deu boa reprodução? Comprei-a na Itália há quatro anos”.

Agora o Prof. Duhem, em tom de mofa, vem argüir-me porque nas minhas mil páginas nada disse que valha sobre a estampa!

Há aí verdadeira perfidia. As minhas mil páginas, sabe-o de sobra (pois que as leu com extremo cuidado), são realmente 1.068, mas reduzem-se imediatamente a 544 pois 524 se consagram à biografia, pura e simples, de Bartolomeu Lourenço e não à discussão de seus méritos de inventor e precursor do aeróstato.

Bem o sabe o Dr. Duhem! o mais atento dos meus leitores, e que tanto soube resumir a minha obra para o misterioso artigo de *Thalès*.

Das 544 restantes 105 referem-se a complementos da biografia, à bibliografia geral do Voador, à publicação dos documentos, traduzidos em francês, inglês e alemão.

Consagram-se 214 à descrição das experiências aerostáticas e exegese da documentação a elas referentes; 62, à discussão do caso controverso da ascensão do Voador em seu balão, 26 à defesa dos direitos do inventor atacado por alguns gusmanóforos.

feita pelo Marquês de Faria, por mim e Magalhães Basto, seguindo a reprodução inicial de Rappaport. Era o que exigiam a ética e o rigor da exposição histórica quando proibida e alheia aos processos de *sic vos non vobis*...

Vejam agora os argumentos do Prof. Duhem, em 1943. Começa por fazer notar que o antiquário romano Rappaport se achava completamente equivocado, pensando vender-lhe um documento de 1700 e relativo à *Barca volante* de Lana, quando indubitavelmente a *Barca che naviga* se refere ao invento de Gusmão. Nisto lhe assiste toda a razão. Rappaport provavelmente não se deu ao trabalho de ler os dizeres da sua estampa. Tão evidentes são que não poderiam levá-lo a equívoco.

Pretende ainda o Prof. Duhem que o autor de tal moxinifada (que, segundo ele, parece ter sido impressa em Nápoles ou em Roma) deve ter sido o próprio Gusmão!

Quando noviço da Companhia de Jesus deveria o Voador ter visto a obra de Honorato Fabri, jesuíta imaginador de um foguete de ar, sustentáculo de um banco onde o aeronauta comodamente sentado poderia regular a produção e o escapamento do vento motor de sua gigajoga fantástica no gênero da *Passarola*. Hipótese perfeitamente gratuita que até agora nada documentou.

Na *Barca che naviga*, não aparecem nem os ímãs, nem as bolas de âmbar nem as esferas atrativas da *Passarola* gusmânica.

Daí deduz o Dr. Duhem delirantemente: esta máquina é a *Passarola*, mas uma *Passarola* sem parentesco com o tipo comum embora a gravura se date do mesmo ano e talvez lhe seja anterior.

A ausência dos elementos acima citados bem longe de contrariar tal caráter confirma-o absolutamente.

“Em ambos os casos emprega o navegador a força de um vento que deve produzir. Mas enquanto nada se sabia da fonte de tal vento agora o vemos produzido por quatro foles que doze homens manobram, por meio de um sistema de cordagens, anéis e polias. Este ar que se projeta faz pensar na cadeira voadora do Padre Fabri. O tubo de Fabri alça-se por intermédio da reação do fluido que se liberta pelo lado de baixo e é um foguete de ar”.

“Aqui quatro tubos insuflam, de baixo para cima, o ar de encontro à vela do tóldo, em meia laranja, que a tudo resiste e deve arrebatá-lo todo para o alto. Abstraindo do absurdo de tal aplicação mostra-se o parentesco positivo. Fabri comprime o fluido e substitui a sua reação à da pólvora de modo que o seu tubo voa também pelo efeito de uma corrente de ar”.

“Melhor do que isto, esta compressão do fluido, cujo dispêndio é regulado por um êmbolo de parafuso, é também o entretém, ao mesmo tempo, por um sistema de foles”.

“E ainda lhe adapta um leme de direção, Tal correspondência de órgãos autoriza de modo legítimo a que se pense que o autor do desenho conhecia o foguete de ar”.

Reforçando as suas considerações decorrentes da mais veemente demonstração do famoso brocardo do *facile credimus quod volumus* entende o Prof. Duhem atribuir a paternidade do mostrego italiano a Bartolomeu de Gusmão, verdadeira conclusão de costa acima.

“Gusmão, adverte, quando noviço jesuíta, certamente (sic!) viu a obra em que o jesuíta Honorato Fabri descreve tal invenção. Conhecia-lhe o princípio e a construção. Assim o seu vento projetado, de baixo para cima, por quatro tubos, de encontro à vela que vai arrastar o aparelho, êste prodígio do êrro, é com efeito uma extravagância calculada”.

Em matéria de arroubos de imaginação esta é das Arábias! Dá-nos a impressão de que quando o Prof. Duhem escrevia êstes tópicos, pairava-lhe por sôbre a cabeça o espírito de Saviniano Hércules Cyrano de Bergerac, cujos processos de viajar até a Lua êle estudou tão detidamente, ao analisar a obra dêste seu famoso compatriota, autor da *Histoire comique des États et Empires de la Lune* e *Histoire comique des États et Empires du Soleil*.

Em abono de suas suposições ciranescas arquiteta o Prof. Duhem uma série das mais arrojadas hipóteses. “Quando e como a prestante figura da *Passarola* (sic!) apareceu nascida na Itália? indaga. “Nenhum indício permite reconhecer a oficina que a vendia. O trabalho do gravador não é senão a repetição de desenho feito sem malícia”. O fato de que dêle não apareceram reproduções nem imitações faz crer que precedeu o tipo tão conhecido” (da *Passarola* portuguesa).

“Deve ter sido gravado em Nápoles ou em Roma, segundo esquema vindo de Lisboa na primavera de 1709 (?)”.

“Talvez haja o original sido veiculado por alguma carta da rainha da Espanha, ou da rainha de Portugal, que freqüentemente escreviam a seus parentes e amigos de Brunswick e de Viena. Comunicação idêntica deve ter sido feita para a Itália. Por outro lado o desenho estaria certamente (sic!) acompanhado do texto da Petição ao rei D. João”.

“O percurso do aparelho é com efeito de “seicento miglia” que justamente fazem as duzentas léguas anunciadas na Petição. Entretanto a barca do gravador italiano foi especialmente feita “per trasportar ogni merce”. A economia das nações o preocupa, é um antecipador”.

Stupete, gentes!

XIV

Analisemos as alegações ultra-hipotéticas do Prof. Duhem, filhas do delírio da *folle du logis*. Como pode êle convencer que o gravador italiano haja copiado um “desenho feito sem malícia?”

A gravura é de 1709. A distância de Portugal à Itália, em 1709, não era ainda, ao que parece, vencida por aviões. Como admitir-se que tal moxinifada haja precedido o aparecimento da legítima *Passarola* da autoria de Gusmão, segundo esquema enviado a Roma ou a Nápoles (por que não a qualquer outra grande cidade italiana?) entre 21 de março a 21 de junho de 1709, anteriormente à primeira experiência de Gusmão? (em agosto do mesmo ano?).

Que necessidade teria Gusmão de fazer duas estampas em risco de desmoralizar aquela que lançara, exatamente, para fins de despistamento, cuja presença iria fazer desconfiar os despistados de que estavam sendo ludibriados como perfeitos pacóvios?

Pretende o Prof. Duhem que a tal *Barca che naviga* não engendrou reproduções nem imitações. Que fundamento razoável pode ter tal asserção? Quem nos diz que de repente, do fundo de algum arquivo, não nos surja uma batelada de *Barcas* ou pelo menos um segundo exemplar?

Diariamente estão sucedendo coisas destas! O primeiro papel documentador das experiências do Voador foi descoberto em 1844, o segundo em 1898, o sétimo em 1934!

A hipótese de que os veiculadores da *Barca* possam ter sido a rainha de Espanha ou a de Portugal que escreviam para Brunswick e Viena é outra história de costa acima. Em princípios de 1709, além das tremendas dificuldades causadas pela conflagração européia haveria tempo em curto lapso para as cartas irem de Lisboa e de Madrid, em torna-viagem a Lisboa, para Brunswick e Roma ou a Nápoles?

Só se a *Barca che naviga* realmente navegou e foi precursora do nosso correio aéreo, cortando os ares da Europa abrasada pela pugna terrível da Guerra de Sucessão da Espanha. Eis ponto a ser esclarecido!

Muito mais racional seria que o Prof. Duhem em vez de lançar mão das rainhas se houvesse valido do Papa Clemente XII a quem certamente escrevia o seu Núncio em Lisboa, o Cardeal Conti, futuro Inocêncio XIII, contando-lhe as novidades da côrte portuguesa. Pois não noticiou êle ao Cardeal Secretário de Estado, a experiência do Voador, a que assistira?

Ao tal desenho, segundo o nosso autor, acompanharia certamente o texto da Petição. Por que então o não encontrou Rappaport ao

descobrir a *Barca*? Para que procurar soluções difíceis para coisa da mais fácil interpretação?

O Prof. Duhem que tão açodadamente examinou a documentação acompanhadora do seu assunto, *in gurgite vasto*, conhece perfeitamente a estampa que ocorre nos *Versi e prose* de Pier Jacopo Martello, impressa em Roma em 1710. Reproduziu-a até no seu *Museu aeronáutico* (p. 152).

Esta gravura apresenta Demócrito, o filósofo, a grazinar dos vôos da *Passarola* de Gusmão. Duas caranguejolas de tal tipo ocorrem neste curioso e engraçado desenho. Vê-se uma por terra já esbarrandada e a outra a despencar sobre o solo, dela se tendo desprendido uma espécie de homem alado, ou novo Ícaro, que cai de cabeça para baixo embora tenha as asas abertas.

A esta estampa acompanha a tradução do texto da Petição do Voador e umas linhas documentadoras da incredulidade do poeta. Não se estaria em frente de uma "impostura de vendedores de histórias que para apanhar os vinténs alheios vendem notícias com as quais ninguém sonharia"?

Recebera êle, Martello, de Viena, a *Abbilauung eines sonderbahren Luft Schiffes* publicada por um tal Schönwetter. Tivera portanto em mãos, o texto e a estampa da *Passarola* legítima.

O sujeito autor de *Barca che naviga* quando lançou a sua mistificaçãozinha (anterior à de Martello) nada mais fez, muito provavelmente, do que interpretar boatos. Nem lera ainda o texto da Petição. Daí o esquecimento das esferas com as pedras de cevar e as bolas de âmbar. Na sua barca, doze indivíduos eram os propulsores dos quatro foles.

Ora o texto de Gusmão fala-nos que a *Passarola* levaria um máximo de onze pessoas "até dez homens com o seu inventor onze".

Esta referência aos onze homens quase coincide com a informação do Núncio Cardeal Conti ao Cardeal Paolucci, secretário de Estado, a 19 de abril de 1709, quando nos fala do "ordegno per volare con dieci persone dentro".

No memorial da *Passarola* não há uma única referência a foles, convém ainda lembrar.

Qual a conclusão que se impõe? Um gaiato ou melhor um espertalhão qualquer "dêstes que querem apanhar os vinténs alheios" como tão judiciosamente disse Martello, ouvira falar do novo e maravilhoso invento feito em Portugal de uma máquina voadora. Achou o invento excelente, portanto, para tirar uns "cobrinhos" das algibeiras da inumerável turba dos pascácios seus contemporâneos, explorando-lhes a curiosidade.

Chamou quiçá algum comparsa mais ou menos versado, a seu ver, nas fantasias correntes naquele tempo sobre as possibilidades do

vôo humano e dêste conúbio, se é que o houve, nasceu o mostrengo da falsa *Passarola*, da *Passarola número dois* a que o Sr. Prof. Duhem atribui imensa valia, quando ela não passa de pequeno episódio lateral, anedótico e bufo, da grave questão da *delenda Passarola!* definitivamente ultimada com a descoberta de Boffito.

Quanto custa uma desilusão! O Prof. Duhem não se consola de haver perdido o ensejo de avocar a si a prioridade do lançamento da sua famosa *Barca che naviga*.

Várias vezes, em cartas a mim dirigidas, deixou-o transparecer do modo mais veemente. No seu artigo antecipador de *Thalès* em 1938, convém recordar, manobrou de modo a fazer crer ao público francês que a apresentação consciente da gravura, em primeira mão, era a sua. E isto motivou o meu protesto em defesa do Marquês de Faria. Agora volta à carga. Apenas conta que o antiquário romano lhe vendera a gravura e mandara sua fotografia "a diversos amadores. E eu, após outros, a reproduzira".

Não teria sido muito mais correto, ação de historiador probo, que referisse o que sabia sobre a primeira publicação da estampa?

Como coisa de *in cauda venenum* vem agora incriminar-me porque "nas minhas mil páginas não enxerguei" que a tal *Barca* era a *ultima necat* do caso da *Passarola* já ferida de morte por Boffito e por êle Duhem zás! atirada à sepultura definitivamente.

Cabe-me a propósito de tal historieta repetir com redobrada convicção o que afirmei em 1938 ao qualificar o aparelho de "anônimo italiano" simplesmente teratológico sob o ponto de vista aerostático, pelo qual o imaginoso mistificador italiano procurou dar ao público de sua terra uma idéia de que seria a invenção do Voador.

Não deixei porém de então reconhecer "que a estampa representando uma outra passarola de Gusmão, gravura interpretada no próprio ano das experiências de Lisboa, assumia real valor no conjunto da argumentação dos que defendem os direitos do Voador à prioridade aerostática".

Não se consola o Prof. Duhem de lhe haverem o Marquês de Faria e "outros amadores" soprado a glória da prioridade da apresentação de sua *Barca che naviga*, exemplar talvez único, segundo informava C. E. Rappaport em 1934.

XV

Recapitulando o que representam as páginas do Prof. Duhem sobre o Voador aqui deixo a minha impressão da leitura mais atenta: a sua obra é verdadeiramente digna de grande apreço pelo esforço

da pesquisa longa e da coordenação decorrente da bibliografia existente.

Em sua *Introdução* (p. 12) omite o nome de Gusmão entre os daqueles que foram contrapostos aos Montgolfier como capazes de lhe disputar a primazia, o que está em contradição absoluta com aquilo que êle cinco anos antes proclamava *urbi et orbi*: dois nomes dominam a história da conquista do ar: o de Leonardo da Vinci para a aviação, o de Bartolomeu de Gusmão para a aerostação”.

Já em seu capítulo sobre o *Vôo mecânico* refere-se o Prof. Duhem à famosa *Passarola*: “tão freqüentemente reproduzida sob a forma de aeronave ornitoforme, com grandes asas empenadas associadas a foles e à atração magnética”.

“Seja que o desenho provenha do próprio Gusmão a fim de despistar importunos aproveitadores ou de algum mistificador especulando sobre a impaciência pública, ávido de ver os prodígios anunciados, constitui êle a obra-prima da extravagância” (p. 164).

Nesta ordem de idéias expende:

“Gusmão considera bem a resistência do ar, a força dos ventos e possibilidade da sustentação por intermédio de asas e de planos adequados (Manifesto sumário para os que ignoram poder-se navegar pelo elemento do ar). Mas desde os primeiros meses de 1709 êle deixa-se prender exclusivamente pelos seus projetos aerostáticos (pág. 220)”.

E em outro lugar de sua obra:

“A *Passarola* de Gusmão, tão conhecida graças a uma extravagante figura de 1709, seria ainda uma destas máquinas (helicópteros). Vêem-se-lhe duas asas esquisitas às quais, dois séculos mais tarde, Ribas Cadaval atribui um movimento helicoidal, aliás puramente supositivo” (p. 278).

A interpretação de R. Cadaval, aliás, não assiste a menor característica de verossimilhança, sendo êste autor sobremodo fantasista, como de sobra sabemos.

Ainda acrescenta o Prof. Duhem:

“Se o vento dos foles faz todo o esforço ao incidir uma vela de baixo para cima, saudemos o protótipo da famosa *Passarola*, mistificação sem rival na história do vôo (*Delineatis machinae artificiosae*). Documento manuscrito anônimo de 1709 do Arquivo Vaticano *Fondo Bolognetti* n.º 16 e uma das mais antigas apresentações da *Passarola* renovada muitas vêzes”.

Passa depois o Prof. Duhem a tentar a conjugação da legítima *Passarola* com a sua querida *Barca*.

“E’ bem conhecida essa espantosa imagem da aeronave que Gusmão desenhou verossimilmente, êle próprio, em 1709, e que durante tanto tempo desconcertou os pesquisadores (p. 296).

— “Uma grande barca ornitoforme está munida de uma vela em tôdo, sob a qual incide o vento produzido por quatro foles movidos por doze homens.

A barca, realmente, utiliza-se também da atração magnética, mas tôdas as figuras que dela existem conservam, fielmente, o absurdo dêste vento vertical e trata-se do único agente ascensional de uma Passarola cuja figura recentemente estudámos, arquétipo de tôdas as outras (*Barca che naviga per l’aria seicento miglia per giorno*. Figura gravada na Itália em 1709).

Ora, não foi ao trivial Moghing que Gusmão pediu emprestado êste absurdo efeito pneumático e sim ao próprio Fabri cuja teoria ela derroca engraçadamente.

A compressão e a projeção do ar são tomadas de sua máquina mas ao avêso.

A física de Fabri vivia em alta conta entre os jesuítas e Gusmão certamente (sic!) a estudou em seu tempo de noviciado.

Talvez êle não deixe de mofar um pouco do invento. Aliás na aplicação que dêle fez nota-se, além do sôpro vertical, um feixe de tábuas horizontais pelos quais uma parte do ar comprimido é evacuado para trás; efeito gerador de uma reação que propulsando a máquina para a frente coopera para que as suas asas o suportem e sustentem.”

Estas vinte linhas são a mais evidente prova de quanto pretende o Dr. Duhem, por mera e gratuita hipótese e a tôda a força, convencer que a sua querida *Barca* também haja sido inventada por Bartolomeu de Gusmão.

De tal gravura e a da *Passarola* realiza agora conjugação que êle próprio alhures repele.

A página 425 de sua obra contradiz formalmente o que anteriormente avançara à página 297. Vejamos como:

Depois de declarar que a *Barca* é uma *Passarola* sem parentesco com o tipo conhecido apesar de serem ambos do mesmo ano, nela constata a ausência dos ímãs, das bolas de âmbar e das esferas de atração.

Agora vem nos dizer que a *Barca* também se utilizava de atração magnética! Nela coloca quatro grandes foles acionados por doze homens. Mas na legítima *Passarola*, na *Passarola* número um, onde encontra o Dr. Duhem os tais quatro grandes foles?

Em que trecho do memorial de Gusmão se nos depara qualquer referência a foles e algaravizes?

XVI

Não será difícil a um desenhista medianamente hábil realizar a interpretação do texto do Professor Duhem dando-nos a idéia daquilo que intitularemos a *Passarola* número dois, a híbrida.

A proa da *Passarola* n.º 1, por baixo do bico da ave, colocará o primeiro e o terceiro dos quatro foles movidos pelos doze homens da chusma da aeronave. O segundo e o quarto dos tais *mantici* ladearão o leque inferior dos tubos da *Passarola* n.º 1, para perto do leme da estampa gusmânica. A *Passarola* n.º 1, adaptar-se-á o mastro (albero grande) da *Barca* não tendo ela aliás mastreação alguma. Tal mastro, ou mastareu, varará o tóldo, o velame da *Passarola* que lhe servia para fazer cortar os ares podendo-se-lhe dar a forma acogumelada que a estampa da *Barca* preconiza.

“A velleta per governo dele Timone” é de fácil conjugação ao leme da *Passarola*.

Ao casco desta, sôbre o comprido, é fácil arredondar-se porque o inventor da *Barca*, dela diz ser “quasi rotonda”.

O mastro grande bem centrado não perturbará a posição das esferas, com as pedras de cevar, nem a da coberta de arame, a modo de rede, em cujos fios se acham enfiados “muita soma de alambres” (âmbar) que com muita atividade ajudam a sustentar a barca que pela quentura do sol faz. (a dita rede) fôrça para atrair as esteiras do corpo da aeronave.

A única coisa a que a adição do mastro virá perturbar na *Passarola* número um será obrigar a deslocar-se de sua posição o aeronauta, o “artífice que com o astrolábio ou balestilha, compasso e carta de marear toma a altura do sol para ver onde se acha”. Mas não lhe será difícil dar um passo à frente ou atrás do mastro. Isto não lhe perturbará a tomada do ponto “a ver onde se acha”.

As bôcas dos foles naturalmente se colocarão ao nível do costado. Quanto às polias (*girelle*) e as cordas nelas atuando, para moverem os foles, nada mais fácil do que colocá-las quer no mastro grande quer no pequeno, de mezena, inculcado pela estampa da *Barca*.

E assim, com esta conjugação de elementos, julgo haver interpretado o que o Dr. Duhem diz da *Passarola* à pág. 217 da sua monografia.

“Une grande barque à forme d’oiseau équipée d’un voile en dôme sous laquelle vient frapper d’en bas le vent produit par quatre gros soufflets que douze hommes font agir. La barque à la verité s’aide aussi de l’attraction magnetique”.

Só vemos uma colisão nesta conjugação das duas naus aéreas. Afirma Gusmão peremptório que a sua só comportava onze tripulan-

tes; o Prof. Duhem afirma que doze tocadores manobravam os seus quatro foles.

Como conciliar tão grave questão? Teria o comandante, o "artífice", de também passar a tocador de foles? Mas então quem pilotaria a aeronave? Quem lhe estaria ao leme? Quem tomaria o ponto? Quanto problema sério e das mais graves conseqüências!

Assim restariam fatalmente dez homens disponíveis para o serviço dos foles, duas turmas de três e outras duas de dois tocadores. Não decorreria daí o desequilíbrio dos jactos, atirados sobre a vela rotunda? E o volume destes, desfalcados, daria para suspender aquela enorme traquitanda? Eis o que precisa ser esclarecido em outra exegese do texto ultra-nebuloso do Prof. Duhem.

XVII

No seu capítulo *O magnetismo e a electricidade* volta o Prof. Duhem a falar da estampa da *Passarola*, "esta extravagante figura de máquina voadora que, bem provavelmente, foi o próprio Gasmão quem desenhou em Lisboa e em abril de 1709 para embaçar os curiosos e resguardar o segredo dos pequenos aeróstatos de ar quente".

Este "provavelmente" tende a desmoralizar a descoberta de Boffito que o professor de Montpellier alhures entende irretorquível. Mais uma vez tenta embulhar a questão querendo fazer crer aos seus leitores que a estampa italiana é a que o Voador inventou e não a clássica portuguesa.

"Vinte vêzes renovada no decorrer de um século, a estranha figura apresenta sempre a mesma engenhoca". Uma espécie de navio alçado aos ares pelo vento de quatro foles incidindo na página inferior de sua vela em tóldo".

Mas como tal vento não basta, uma força mais constante é fornecida por duas esferas encerrando poderosas substâncias atraentes cujo efeito se combina, para o alto, com o de numerosas bolas de latão, mais ou menos como a Cadeira de Cyrano, atraída pelo ímã esférico.

"O absurdo desta *Passarola* é uma homenagem às possibilidades infinitas do magnetismo".

Recorda então o Dr. Duhem o que na legenda do *Evening Post* de Londres, no número de 20 de dezembro de 1709, se inscreve querendo o jornal explicar aos seus leitores o que era o "navio voador inventado em Portugal por um sacerdote brasileiro".

O noticiárista londrino submeteu a *Passarola* a uma atração verdadeiramente cósmica, captada e regrada por certas substâncias con-

tidas em dois globos, a que chama celeste e terrestre, "globes of Heaven and Earth containing, in them, attractive virtues", reza o texto inglês.

Mais uma vez baralha o Dr. Duhem as duas inconfundíveis estampas nesta descrição. Contradiz-se segunda vez (cf. pp. 313 e 425). Conjuga os foles da *Barca* às esferas imantadas da *Passarola*...

Que tenacidade em pretender pôr em evidência a gaiata e estapafúrdia invenção anônima da *Barca*! Como trai o desapontamento da perda de prioridade! E o Prof. Duhem ainda vem verberar-me não haver tomado a sério tal moxinifada, nas "minhas mil páginas" sôbre o Voador!

A resposta aqui lha dou: lembrando-lhe uns tantos versos que Rostand pôs à bôca de Cyrano de Bergerac quando êle explica os processos graças aos quais se achava em condições de *violier l'azur vierge*.

Para a *Passarola-Barca* do Dr. Duhem, cheia de ímãs, âmbar e foles, manobrados por doze sujeitos, como se adaptam bem uns tantos versos da obra-prima rostandiana!

Diz o violador do firmamento que podia, instalando-se,

Prendre un morceau d'aimant et le lancer en l'air!

Ca c'est un bon moyen: Le fer se précipite

Aussitôt que l'aimant s'envole, à sa poursuite

On relance l'aimant bien vite et cadédis!

On peut monter ainsi indéfiniment...

Falando de outro processo afirma o extraordinário narigudo:

..... *Et je pourrai encore*

Faire engouffrer du vent, pour prendre mon essor,

Eis porque não me interessei pela famosa *Barca che naviga* mais do que ela merece: a saber vale como mero argumento de refôço para o aniquilamento da nefastíssima *Passarola*.

Iconográficamente constitui o *pendant* de uma peça literária acêrca da qual o Dr. Duhem, em suas longas páginas sôbre Gusmão, e seu invento, silenciou por completo: o pequeno panfleto munchauseniano, vienense, que o Conde de Klinckwstroem descobriu em suas esplêndidas pesquisas: A "Notícia relativa à feliz aportada do navio voador que em 24 de junho (de 1709) veio de Portugal a Viena com o seu inventor" (*Nachricht von dem Fliegenden Schiffe so as*

José Soares da Silva, incontestavelmente o mais qualificado, conspícuo e prestigioso de todos os depoentes, sôbre tais ensaios tentou explicar a ascensão do balonete do Voador como efeito do vácuo.

Não tinha a menor idéia de que o agente propulsor fôsse a leveza do ar aquecido contido no envólucro do aeróstato.

Entende que o fogo, havendo esgotado o ar, fizera subir o balão como se fôra uma esfera de Lana.

XIX

Para demonstrar a extrema atenção da leitura de minhas monografias feita pelo Dr. Duhem quero lembrar pequeno fato. Escrevera eu na primeira edição destes livros que o núncio de Lisboa, em 1709, era Mons. Firrao e o Dr. Duhem em seu artigo de *Thalès*, religiosamente o repetiu. Verifiquei mais tarde que me enganara redondamente. O núncio era o Cardeal Conti, futuro Papa Inocência XIII. E corrigi tal erro na segunda edição.

O Dr. Duhem sem maior exame nova e religiosamente aceitou a correção que agora reproduziu na sua *Histoire des idées aeronautiques* (cf. p. 418, 420, 427 etc.).

Faz o Prof. Duhem cabedal de que não tenha eu identificado *El ente dilucidado*, livro de fins do século XVII, que José Soares da Silva declara haver consultado com o fito de conseguir uma opinião razoável sôbre o invento do Voador.

Não me interessou tal esclarecimento que me seria fácilimo realizar pelo constante contato mantido com os mais eruditos gusmanólogos de Portugal como Correia Neves, Carlos Alberto Ferreira, Marquês de Faria, Magalhães Basto, todos cordiais e serviçais, como raros. Tinham eles à mão a obra de Antônio de Fuente La Pena (obra que certamente não escapou ao magnífico arrolamento bibliográfico de Dias Arquer y Vindel) a *Historia bibliografica y iconografica de la aeronautica en España, Portugal, Países hispano-americanos y Filipinas desde los orígenes hasta 1900* (Madrid 1930) livro fora de meu alcance, em S. Paulo.

Segundo quinau: irroga-me o Prof. Duhem haver eu atribuído a Galileu Venturini o tiro de morte na autenticidade da *Passarola*, em 1929, quando esta benemerência se deveu ao erudito barnabita Giuseppe Boffito em 1921. Perfeitamente! Aceito a emenda como absolutamente cabível. Não tive ensejo de poder consultar o que o douto autor italiano publicara em 1920 na *Bibliofilia* de Florença: *Due falsificazioni del settecento nella storia dell'aeronautica e dell'aviazione* (Grimaldi e Gusmão).

Na segunda edição de minhas duas obras sobre o Voador (*Biografia e Prioridade aerostática*) referi-me ao autor barnabita através do livro de Venturini: *Da Icaro a Montgolfier*, expondo quanto este autor e com grande vantagem o refutou.

Na minha terceira edição (1942) tive o ensejo de apontar o erudito religioso como incapaz de resolver o problema da prioridade do Voador por mostrar a mais absoluta ignorância da bibliografia portuguesa e brasileira sobre o assunto. Tão notável a sua autoridade em tal assunto que pretende haverem sido dois os Gusmões e afirma peremptório: "Bartolomeu Lourenço fu dai piu identificato, a torto sembra, con un fisico portoghese di nome Gusman o Gusmão! (sic!).

Assim se lhe coube o feliz acaso de descobrir o documento que liquidou o caso da mistificação representada pela *Passarola*, inclui-se êle na classe desses caçadores que atiram no que vêem e matam o que não vêem. Aliás Venturini arrazou e por completo o arrazoado de Boffito, coisa que o Prof. Duhem não nos conta (ou ignora) em sua extensa série de páginas. Limita-se a dizer que Venturini reconheceu a mistificação "verossimilmente" imaginada por Gusmão.

Outro reparo do Prof. Duhem a que não posso deixar de responder (p. 422). Depois de reconhecer que não foi nada fácil admitir a hipótese da falsidade da *Passarola*, pelos idólatras do Voador, observa: "Taunay, que acrescentou tantas achêgas à glória deste, deuse a real trabalho em face de depoimento tão simples e familiar quanto o do Marquês de Fontes, para enaltecer a grandíssima ilustração do marquês, como se acaso fôsse possível surgir alguma dúvida deste contraste acerca da autenticidade do documento. Ora esta simplicidade amável é exatamente o cunho dos atributos de um grande fidalgo".

Ao referir-me à declaração do marquês, escrevia eu em 1935: "Muito propositadamente nos alongamos a falar dos méritos e da altíssima posição do Marquês de Fontes a fim de prestigiar, aos olhos dos leitores, a valia de seu depoimento".

Esfôrço incomparavelmente maior despendeu o Prof. Duhem querendo, a todo o pano, fazer crer que a *última ratio*, o tiro de morte, na *Passarola* a êle se deve, mercê da estampa de Rappaport, a inenarrável *Barca che naviga!* Não a houvesse descoberto para incômodo e desconsólo seu aliás, e certamente o veríamos dar-lhe a importância que atribuiu, por exemplo, ao vôo ciraneco de Bernier, cúmulo dos cúmulos da impraticabilidade (cf Musée Aéronautique, p. 132).

Aventa ainda o professor de Montpellier a hipótese de que o menino, coroinha, sobre cuja cabeça, na estampa *Vera effigie servi Dei P. Alexandre de Gusmão*, este famoso Provincial pouisa o dedo, seja Bartolomeu de Gusmão, o que nos permitiria ter um retrato do

Voador menino! (Ibid 138). Como arrôjo de imaginação corre-parelhas tal caso com o da *Barca*.

A êste propósito o Prof. Duhem, renegando opiniões formais anteriormente emitidas, expõe: "o interêsse desta estampa se prende ao fato de que não existe figura autêntica representando Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o famoso *Voador*, a quem certas experiências tentadas em Lisboa em 1709 fazem arriscadamente atribuir o renome de inventor dos aeróstatos".

Cinco anos mais cedo em 1938 no seu "honesto" estudo de *Thalès* escrevia: "dois nomes dominam a história da conquista dos ares pelo homem: Leonardo da Vinci, precursor da aviação, Bartolomeu de Gusmão, realizador do aeróstato".

Para esta mutação de sentimentos é mais que provável hajam concorrido, largamente, os meus protestos de esbulhado num caso de *sic vos non vobis*, tipicamente autêntico como raros rezam os anais literários.

Assim mais uma vez, e por minha causa agora, amesquinha-se ou antes tenta-se amesquinhar a glória de Bartolomeu de Gusmão.

Deixa o Voador a companhia (e que companhia!) de Leonardo para passar à categoria de hipotético inventor do aeróstato!

Felizmente que tal *capitis diminutio* lhe provém do probo Prof. Júlio Duhem, da Escola Normal de Montpellier, o generoso atribuidor, ao nosso glorioso patricio, da invenção da segunda *Passarola*, como se lhe não bastasse a primeira!

Quanto dói a recordação de uma descoberta *manquée*, de um ensejo perdido de prioridade!

Deficiência de médicos na era colonial

Professor Ernesto de Souza Campos

A consulta aos arquivos do Conselho Ultramarino cujos manuscritos se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, demonstra a grande deficiência de médicos na era colonial. A documentação é perfeitamente segura, pois é da época e consta da correspondência dos governadores. Recolhemos numerosos dados, neste sentido, em relação às diversas capitânicas brasileiras, para um trabalho futuro.

No momento desejamos apenas focalizar o caso de São Paulo, com alguns elementos capazes de desvendar um panorama geral da situação.

Os documentos que agora nos interessam abrangem o período de 1698 a 1801.

Em 1698 os oficiais da Câmara de São Paulo, alegando grande deficiência de médicos e de boticas fizeram uma representação ao rei (Cons. Cons. Ultram. Vol. 1674-1731. N.º de ordem 82). Pediam uma providência que lhes permitisse “ser curados em suas enfermidades”. O Conselho de Sua Majestade considerou justo o pedido. Sugeriu que na impossibilidade de obter médicos que voluntariamente desejassem exercer a profissão naquelas conquistas, deveria o rei “obrigar alguém” que naquela côrte “tivesse menos embaraço”. Afirmavam os do Conselho que era grande o “partido” prometido pelos vassallos do Brasil. Além disso os profissionais que para ali fôsem poderiam se “sustentar largamente”, tendo mais “com que grangear suas coisas”, principalmente “em terra onde tudo é tão acomodado”. O parecer tem a data de 21 de outubro de 1698 e as assinaturas seguintes: o Conde, Silva, Mesquita e Serrão.

Resolveu o rei que se fizesse tôda diligência possível para encontrar médico que quisesse ir voluntariamente. Em caso negativo o se-

cretário de Estado deveria ser informado. A assinatura do rei foi posta em Lisboa a 3 de novembro de 1698.

Ignoramos qual tenha sido o resultado prático desta iniciativa.

Em 17 de maio de 1700 o governador Artur de Sá e Menezes comunicou ao rei que precisando visitar São Paulo resolvera levar, na sua comitiva, o cirurgião Manoel de Oliveira. Em sua representação esclareceu o governador que na primeira viagem a São Paulo não encontrou cirurgião para o acompanhar. Não o tinha levado do Rio de Janeiro na presunção de encontrar algum em São Paulo. Adoeceram pessoas durante a viagem ao sertão e ficaram sem tratamento.

Voltando novamente a S. Paulo contratou o cirurgião mor e físico Manoel de Oliveira, por 15\$000 mensais, porém somente nos meses em que "andasse" com êle pelo sertão.

O memorial foi ao procurador da Fazenda para opinar.

Em seu parecer o procurador julgou que o problema era da exclusiva alçada de Sua Majestade. Da sua graça dependia a solução.

Lembrava, porém, que os paulistas precisavam de médico e de cirurgião. Pedia que se recomendasse ao Governador para indagar dos moradores de São Paulo se queriam médico que lhes assistisse. Sendo terra "tão rica" não haviam de "ser mal pagas as curas". Os médicos poderiam usufruir um bom "salário" e se acomodariam bem. Evitar-se-ia, destarte, despesa da Fazenda Real.

Voltando os papéis ao Conselho opinou êste para que se autorizasse a despesa com o médico e a que se viesse a fazer

"d'aqui em diante, e que isto se entende não o havendo naquelas partes, porque se ali assistir algum, se deve valer dele para as deligencias de o curar e aos mais que levar consigo para as minas,"

O conselheiro Dr. Miguel Nunes de Mesquita deu voto em separado. Achou que a despesa devia ser paga. Os moradores deveriam porém despende 200\$000 anuais para ter um médico. Acrescentou que naquelas bases certamente "não faltaria algum sujeito que quisesse ir para São Paulo", com "a experiencia que se tinha da riqueza' daquelas terras".

Não havendo médico nem cirurgião devia-se permitir ao Governador contratar um profissional, remunerando-o como lhe parecesse conveniente.

O Conselho Ultramarino tomou sua decisão a 23 de outubro de 1700, com a assinatura do Conde de Alvor, Mesquita, Serrão e Silva. O rei concordou em 26 de outubro de 1700.

Esta questão mostra como era diminuta a autoridade dos governadores. Pelo simples contrato de um médico que o devia acompa-

nhar nas visitas de inspeção houve necessidade de tão longo processo, com vistas ao procurador da Fazenda, parecer do Conselho Ultramarino e decisão do monarca.

Em 1736 travou-se polêmica sobre um acréscimo de vencimentos de um médico que exercia sua profissão entre militares. Dois terços da guarnição dispunha de "cirurgião salariado" e pago pela Fazenda Real. Os artilheiros não logravam os mesmos benefícios. Pediam êstes insistentemente que se resolvesse o seu caso.

O vice-rei e capitão general de terra e mar do Estado do Brasil, Conde das Gálveas, tomou a iniciativa de encarregar o "cirurgião do terço velho" André Martim de "lhes assistir". Êste médico tinha uma remuneração de dez mil réis mensais. Com o aumento do serviço era justo que recebesse uma gratificação. Pediu o vice-rei que além de uma ajuda de custo, em dinheiro, lhe fôsse concedida uma ração de farinha.

O requerimento do vice-rei seguiu o curso legal. Foi ao procurador da Fazenda Real, depois ao provedor mor da mesma; voltou ao primeiro para novo visto; seguiu para o Conselho e justamente dois anos depois da data em que foi redigido chegou à augusta presença de Sua Majestade.

Agosto de 1736 assinalou o início da questão, com o memorial do vice-rei. Agosto de 1738 marcou a aprovação do rei com o clássico "como parece", datado de Lisboa ocidental. Concordeu o rei com o Conselho que mandou pagar 6\$000 por mês, quantia arbitrada pelo provedor mor da Fazenda. Negou, porém, a farinha.

Em 1798 foi Sua Alteza Real servido de determinar por avisos de 21 e 27 de outubro (Ofícios do Governador para a côrte-1801-1803. N. 34. Pág. 116) que as Câmaras de S. Paulo lançassem cada uma, no seu distrito, uma contribuição para que se mandassem algumas pessoas da Capitania cursar em Portugal escolas onde pudessem aprender as profissões de médico, de cirurgião, de engenheiro e de contador.

Referências sobre o problema médico de São Paulo encontram-se ainda na "Memória" em que se mostra o estado econômico, militar e político da capitania geral de São Paulo, quando do govêrno tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Exmo. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, do Conselho de Sua Alteza Real e de sua Real Fazenda. É trabalho da lavra de Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro e consta da Rev. Tri. Inst. Hist. — 2.º trimestre de 1873. T. XXXVI: 1873.

Santos, em 1730, não possuía médico que pudesse "curar os enfermos da dita vila e mais circunvisinhas e em um presidio" ali existente. Os oficiais da Câmara em carta de 12 de agosto daquele ano expuseram a situação, suplicando uma solução para o caso. Alegaram a "grande penuria" em que se achava a povoação sem aquela

assistência médica que atingia até “os pobres do Hospital da Misericórdia”. Acrescentavam que por falta de profissional “aumentavam as doenças e enfermidades”. Não havia “quem aplicasse remédios”. Morriam os doentes ao desamparo porque ali exerciam clínica apenas alguns “cirurgiões” que “não eram peritos, nem experimentados”. Sofriam os moradores “calamidades nas doenças sem remédio”, como acentuava o referido memorial. A Câmara era pobre. Não possuía emolumentos. Os que tivera anteriormente eram os “subsídios das bebidas”. Aquelas rendas Sua Majestade fôra “servido mandar recolher” aos bens da Fazenda Real. A Câmara, destarte, via-se impossibilitada de “constituir partido para ‘curativo da vila’”. Fazendo a sua reclamação os oficiais da vila sugeriram uma solução. Pediam que para lá fôsem enviados médicos diplomados pela Universidade de Coimbra. Naquele centro de estudos Sua Majestade estava “concorrendo” para formar clínicos, que, por essa razão, tinham a obrigação de exercer o seu mister onde fôsse julgada necessária a sua presença.

Opôs-se o procurador da coroa a esta justa pretensão dos santistas. Achava que a vila não concorria, como as do Reino, para o limitado “partido dos médicos” que iam estudar em Coimbra. Não havia, pois, razão para obrigá-los a se transportarem para regiões tão remotas. Como poderia a Câmara contribuir para aquelas despesas se lhe tinham tirado os subsídios? Nenhuma providência foi tomada e só um ano mais tarde, a 18 de julho de 1731, indagou-se do procurador da Fazenda, da praça de Santos, que rendimentos possuía a Câmara e o subsídio de que fôra privado. Confirmou o procurador as reclamações dos edis. Esclareceu terem os subsídios das bebidas sido absorvidos pela Fazenda Real em virtude da “imposição que se lançara àquela vila para o dote da Sereníssima Senhora Rainha da Grã Bretanha”. A soma pedida já fôra satisfeita, informou ainda. A Fazenda Real, entretanto, continuava, tranqüilamente, a canalizar aquelas taxas para o seu cofre central da Metrópole. E..... por isso não concorriam naturalmente os santistas para a formação dos escolápios coimbranos... “Má conta” tinham dado os vassallos daquele pôrto brasileiro no emprêgo do dinheiro, diziam os da Metrópole. Ao invés de punir os culpados e passar a outras mãos a administração local fôra Sua Majestade servido “incorporar” aos seus cofres aquêles seiscentos mil réis arrecadados como impôsto das bebidas.

Não elucida o documento para que rainha da Inglaterra foi o dote dispensado. Não poderia ser outra senão Catarina de Bragança, rainha da Inglaterra, filha e irmã de reis portugueses.

Nas complicadas e absurdas negociações que se seguiram à derrota dos holandeses em 1654, Carlos II, da Inglaterra, desempenhou papel preponderante colocando-se ao lado da Holanda e da Espanha,

contra Portugal, naquela hora quase abandonado pelas grandes potências europeias.

Os vencidos de Recife audaciosamente exigiam a restituição de toda a província conquistada no Brasil, além de indenizações em material de guerra, produtos agrícolas e pastoris, e 600.000 florins a serem pagos no prazo de seis meses. No decorrer das negociações que se processaram com grandes vexames morais para Portugal, a atuação de Carlos II punha em embaraçosa situação a corajosa rainha Luisa de Gusmão que de ânimo forte se insurgia contra as descabidas pretensões das altas potências unidas.

A diplomacia portuguesa em Haia, Versalhes e na Inglaterra foi tecendo, pacientemente, a sua obra de que resultou completa reviravolta nos acontecimentos. Ocorreu, então, a imprevisita aliança da dinastia dos Braganças, tão detestados por Carlos II, com a família real inglesa. Conseqüentemente em 1661 foi assinado o contrato nupcial entre o mesmo Carlos II e Catarina de Bragança, filha de Luisa de Gusmão e D. João IV, irmã de Afonso VI. Os holandeses foram logo prevenidos de que Carlos II tomaria o caso em suas mãos se as Províncias Unidas continuassem em sua atitude de intransigência. Amenizaram-se as exigências e a paz foi, finalmente, assinada em Haia a 6 de agosto de 1661. Foi combinada a indenização de quatro milhões de cruzados, pagáveis em 16 anos, liberdade de comércio e restituição da artilharia que tivesse as armas holandesas.

Na corbelha da portuguesa que se fizera rainha da Inglaterra perdia Portugal Tanger e Bombaim, como parte do dote concedido à noiva. O resto saiu das terras do Brasil em conjugação com a indenização cobrada pelos vencidos holandeses que tinham invadido o nosso território...

Catarinha de Bragança nasceu em Vila Viçosa a 25 de novembro de 1638. Morreu em Lisboa a 31 de dezembro de 1705. Viveu 32 anos na Inglaterra, pois voltou para Portugal, em 1693, construindo para seu uso o palácio da Bemposta. Não teve filhos, andando o rei muito ocupado com suas numerosas amantes. A atriz Nell Gwyn, sua predileta, teve de compartilhar seus carinhos com numerosas damas plebéias e da alta aristocracia inglesa, como as duquesas de Cleveland e de Portsmouth. Foi numerosa a descendência de Carlos II, fora do leito conjugal.

Catarina, voltando ao seio da pátria, duas vezes assumiu a regência do reino português ao tempo de D. Pedro II, de Portugal, em 1704 e 1705.

No Rio de Janeiro a contribuição para o "dote da Inglaterra e paz de Holanda" provocou algumas representações dos oficiais da Câmara daquela capitania. Queriam salvaguardar os interesses dos moradores da cidade que se achavam, como disseram, "no mais misera-

vel estado que se pode considerar, assim com a perda de seus escravos e gados, unicos remedios de suas lavouras, como pela escassez da moeda que por tantos caminhos se tem esgotado." Com êstes têrmos abriram os officiaes da Câmara (Arquivo do Conselho Ultramarino-Consultas do Rio de Janeiro, 1674-1700. Vol. 22. pag. 87 v) a sua carta de 6 de junho de 1680, com uma representação, dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe, solicitando diminuição da taxa ou o seu "alívio". O excesso, sugeriram, deveria ser "carregado nas vilas do sul, que só pagão dois mil cruzados em um ano".

A situação do Rio de Janeiro era péssima pela descrição dos supplicantes: "as cadeias estavam ocupadas com a nobreza daquela Republica, seus bens arrematados e eles impossibilitados a os tornarem possuir, porque sendo feitores de suas fazendas, pelos empenhos serem maiores não podião pagar o que devião". O desembargador syndicante estava executando a cobrança dos "restos" atrasados. Resultava que "se atenuavão as miseraveis lavouras com que se arrematavão a uns as peças, a outros os cobres". Era "miseravel a repetição das suas miserias". "Só da piedade de Sua Alteza esperavam o remedio". O procurador da Fazenda não concordou em onerar as vilas do sul com a dívida, porque a capacidade de pagamento, de cada comarca, fôra prèviamente determinada em conformidade com os procuradores das respectivas câmaras. Se o Rio de Janeiro não podia pagar, ajuntou o procurador, era porque "pela esterilidade dos anos forão em diminuição os cabedades, na mesma forma e com a mesma quantia." Propunha, pois, que fôsem "prologados" os anos do impôsto de modo a não exceder doze mil cruzados por ano.

O Conselho concordou com o parecer do procurador (28 de janeiro de 1681) mas o Príncipe mandou ouvir o desembargador syndicante. Parece que nada se adiantou porque, em junho de 1687, nova representação fizeram os officiaes da Câmara, dizendo que devendo os moradores cêrca de cinqüenta e tres contos, já haviam pago quarenta, em dinheiro. Faltavam, portanto, cêrca de treze contos. Satisfeita a dívida restante queria a população ficar "aliviada da molestia que a oprimia". Esperava isto da "piedade e clemencia" do soberano. Surgiu uma questão sôbre os vencimentos dos tesoureiros. O procurador da Fazenda queria que não se pagassem êstes honorários, ou, no caso afirmativo, fôsem pagos "pelo povo". A Fazenda Real "nunca" pagaria esta despesa.

Mas o impôsto foi continuando... e a Câmara voltou a reclamar, em 1689. Não era razoável que continuasse aquêle "dote da Inglaterra e paz da Holanda". Era "miseravel o estado em que se achavam os moradores com a baixa do assucar". Achavam os do Rio de Janeiro que já tinham pago mais do que os quatrocentos mil cruzados que lhes fôra impôsto. Assim, prostrados com tôda a humil-

dade aos reais pés de Sua Majestade, pediam que, "como rei e senhor", tomasse as contas. Desejavam ficar livres de "uma carga para eles tão penosa".

Afinal a 25 de janeiro de 1693, o rei concedeu a "mercê do levantamento do *donatvo*". No sul continuou, porém, a coleta porque o rei ainda mandou perguntar se os sessenta e quatro mil cruzados que pagavam "os povos de S. Vicente" estavam ou não incluídos nos quatrocentos do Rio de Janeiro. Responderam os do Rio que os sessenta e quatro mil "eram distintos", pois "nunca entraram lá nem sabiam onde se mandavam entregar". A petição dos camaristas de Santos acima referida transitou pela procuradoria da Fazenda, pela da Coroa e passou ao Conselho Ultramarino que opinou se dessem cem mil réis, anualmente, a um médico "com a obrigação de curar os soldados daquela praça". O interêsse voltara-se para os soldados portugueses apenas. Não se falou na população, nem nos pobres da Santa Casa. A "resolução" do rei foi: "como parece". Teve a data de Lisboa Ocidental, a 14 de outubro de 1733. Assinatura do rei.

Escasso era o ordenado concedido. Em 1744 voltaram, por isso, ao assunto, os oficiais da Câmara da vila de Santos. Representaram ao rei solicitando aumento daqueles vencimentos. Era o único meio de se "haver de conservar naquela praça o Doutor José Bonifácio de Andrada". Diplomado em ciências físicas e médicas, irmão de Bonifácio José de Andrada, coronel do regimento de dragões auxiliares, pai do futuro patriarca da Independência, de Tobias Ribeiro de Andrada, tesoureiro-mor da Sé de São Paulo, notável jurisconsulto e canonista, do padre João Floriano Ribeiro de Andrada, poeta e sacerdote, José Bonifácio de Andrada recusava-se a aceitar aquêles pôsto diante de tão minguados salários. Além disso, o cirurgião-mor recebia cento e oitenta mil réis. Por menos de duzentos não ficaria. O médico era precioso e por isso Câmara e Exército se moveram. Dirigiram-se ao rei. Esclareceram que ninguém queria aceitar o encargo, por causa da "tenuidade de verba concedida, de acordo com a decisão de 1733". Naquela ocasião achava-se na praça o bacharel José Bonifácio de Andrada. Era "médico, perito e deligente", mas queria "se ausentar pela pouca utilidade que lhe prometia aquele presidio, oferecendo-se-lhe muito maiores fora dele". Nestas condições pediram ao general de capitania para que ordenasse ao procurador da Fazenda o acréscimo de mais cem mil réis anuais. Era o meio de fazer o bacharel José Bonifácio "subsistir naquela Praça". Aceceu o general, não só por reconhecer a "tenuidade do ordenado", como por ser intenso o trabalho e ter o cirurgião-mor cento e oitenta. Não concordou o rei. Mandou "suspender" a "satisfação" do pagamento. Aprontou-se o bacharel para deixar a praça. Não lhe fazia "comodidade alguma tão "tenue"

vencimento". Os moradores alarmaram-se, "por não haver na vila nem nas suas visinhanças outro medico". Então, o general "movido deste incidente", pediu-lhe que suspendesse a viagem, a fim de "por na presença de Sua Magestade esta materia", tanto mais por não ter a Câmara "rendimentos com que pudesse fazer partiço ao dito medico". "Humildemente" pediam a Sua Magestade que atendesse "pela Sua Real Clemencia", para "bem e conservação daqueles povos". Teriam assim moradores e Infantaria "quem os curasse".

Afinal depois de tanta luta e tanta papelada, concordou o monarca. Decidiu "como parece" aos vinte e um de maio de mil setecentos e quarenta e cinco. O documento recebeu a sua rubrica.

O Dr. José Bonifácio de Andrada tendo enviuvado tomou ordens sacras. Por concessão especial do Santo Padre continuou a exercer medicina em sua terra natal.

Eis a transcrição da cópia manuscrita do primeiro destes documentos (Inst. Hist. e Geog. Bras. — Vol. 3 — pags. 122 e 284).

- "O Provedor da Fazenda Real da Praça de Santos informa na representação da Camara da Villa, em que pretende se lhe mande um medico por curar aquelles Moradores e os Soldados.

Os Officiaes da Camara da Villa de Santos representam a necessidade que tem aquelles povos de Medico, e o quanto se for preciso accrescentar o ordenado pela Fazenda Real do Doutor José Bonifacio de Andrada, para haver de se conservar n'aquella Praça; e vai a Carta do Governador d'aquella Capitania, que se acusa, sobre a mesma materia.

Os officiaes da Camara da Villa de Santos em carta de dez de outubro do anno passado expoem a Vossa Magestade por este Conselho, em como havendo Vossa Magestade por sua Real Grandeza attendido à representação que a mesma Camara fizera em doze de agosto de mil setecentos e trinta sobre a carencia que havia de Medico que curasse aquelle povo, fora Vossa Magestade servido ordenar no anno de mil setecentos e trinta e tres ao Provedor da Fazenda Real dêsse pelos subsidios ao Medico que acceitasse o curar a Infantaria daquella Praça cem mil reis de ordenado em cada um anno e que como pela tenuidade d'elle não houvesse quem acceitasse, requerera segunda ves aquella Camara a "Vossa Magestade que fôra servido mandar informar ao Governador, que informára com effeito, para o racional augmento do

dito ordenado, e por se achar então n'aquella Praça, o Bacharel José Bonifacio de Andrada, Medico perito e deligente, e de querer ausentar pela pouca utilidade que lhe promettia aquelle Presidio, offerecendo-se-lhe muito maiores fóra d'elle, e existindo nos moradores a mesma necessidade. a representaram por aquella Camara ao General da Capitania para que ordenasse ao Provedor da Fazenda Real dêsse mais cem mil reis ao dito Medico para o effeito de subsistir n'aquella Praça, esperando a Resolução de Vossa Magestade sobre a segunda Suplica que tinha feito, que reconhecendo o dito General a tenuidade do ordenado, respeitando o grande trabalho que tinham lhe conferira mais cem mil reis, em attenção tambem a ter o Cirurgião Mor cento e oitenta; porem que dando conta desse accrescimo o Provedor da Fazenda lhe ordenara Vossa Magestade suspendesse a satisfação d'elle, com cuja certeza procurara logo o mesmo Medico ausentar-se d'aquella Praça por lhe não fazer commodidade alguma tão tenue ordenado para tão grande trabalho, porem que attendendo ao desamparo que ficavam expostos os moradores d'aquella Villa, por não haver nella, nem na sua visinhança, outro Medico, o mesmo General movido deste incidente, e de uma representação que os Officiaes Militares lhe fizeram o persuadiu a suspender a sua viagem até com effeito por na presença de Vossa Magestade esta materia, e que como aquella Camara não tem rendimento com que pudesse fazer partido ao dito Medico, pois o que tinha dos Subsídios fora Vossa Magestade servido mandar incorporar na sua Real Fazenda, ficando desta sorte impossibilitado aquelle povo de ter quem o curasse nas suas enfermidades, por cujo motivo humildemente pediam a Vossa Magestade que pela Sua Real Clemencia haja de attender ao bem e conservação d'aquelles povos, ordenando se dê ao Medico maior ordenado da Sua Real Fazenda, visto não ter aquella Camara possibilidade para lh'o poder accrescentar, afim de que não haja de se ausentar d'aquella Praça e ter assim a Infantaria, como aquelles moradores, quem os cure.

E vendo-se nesta mesma ocasião a carta inclusa do Governador d'aquella Capitania Dom Luis de Mascarenhas em que faz presente a Vossa Ma-

gestade a representação que lhe fizeram os Officiaes de Infantaria d'aquella Villa a respeito da necessidade que tem de Medico e da boa intelligencia e caridade do Doutor José Bonifacio de Andrada, se deu vista ao Procurador da Fazenda que respondeu, lhe parecia que a' este Medico se devia dar ao menos o mesmo que se dá ao Cirurgião Mór da mesma praça de Santos, e que para este fim se deviam attender as justas representações dos Soldados, e mais moradores d'ella.

Ao Conselho parece que Vossa Magestade seja servido, attendendo à conta que dá o Governador, representação dos Officiaes militares e da Camara, fazer mercê ao Bacharel José Bonifacio de Andrada de lhe augmentar mais cem mil reis de partido, ficando assim diferenciado do Cirurgião-Mór de Santos, que vence cento e oitenta mil reis por anno.

Lisboa vinte e oito de Abril de mil setecentos e quarenta e cinco. Sem a assinatura dos Conselheiros do Tribunal.

Resolução

Como parece. Lisboa vinte e um de maio de mil setecentos e quarenta e cinco. Com a rubrica de Sua Magestade."

"O Provedor da Fazenda Real da Praça de Santos informa na representação da Camara daquella Villa, em que pretende se lhe mande um Medico por curar aquelles moradores e Soldados.

Os Officiaes da Camara da Villa de Santos em carta de 12 de Agosto do anno de 1730, expuzeram a Vossa Magestade a grande penuria que aquelle povo tem sem a afsistencia de Medico para que possa curar aos enfermos da Villa e mais circunvisinhas e um Presidio de Vossa Magestade n'ella tem e pobres do Hospital da Misericordia, que com a falta d'elle se augmentam as doenças e enfermidades, que por não haver quem applique remedios, ao desamparo se morre, não havendo mais que uns

Cirurgiões que não são peritos, nem experimentados e por sua impericia se padecem calamidades nas doenças sem remedio; e como a dita Camara seja pobre que não tem emolumentos, pois os que tinha eram os subsidios das bebidas que Vofsa Magestade foi servido mandar recolher à Fazenda Real, por cuja causa não pode constituir partido, sendo que o curativo da Villa era muito sufficiente para o seu alimento, e mais Villas vizinhas, e como Vofsa Magestade na Universidade de Coimbra esteja concorrendo para medicos que se formam com a obrigação de irem para onde seja necessario, supplicavam este remedio da proteção de Vofsa Magestade.

E dando-se vista ao Procurador da Corôa respondeu que esta Villa não concorria com as do Reino para o limitado partido dos Medicos que vão estudar à Universidade e não havia razão para obrigar aos que se formam n'ellas a ir curar em parte tão remota, e poderia Vofsa Magestade sendo servido dos subsidios dar certa porção ao Medico, que fôr a ella residir e curar.

E ordenando-se por Provisão de 18 de julho de 1731 ao Provedor da Fazenda Real da dita Praça de Santos informafse com o seu parecer declarando que rendimento tem aquella Camara e que subsidio se lhe tiraram para a Fazenda Real, e a sua importancia, satisfez em carta de 5 de agosto do ano passado, dizendo que tudo quanto a Camara expunha era verdade, e no que respeitava ao subsidio das bebidas fôra uma imposição que se lançára aquella Villa para o dote da Serenissima Senhora Rainha da Grã Bretanha, que satisfeito o lançamento, ficara a Camara continuando com sua cobrança e pela má conta que deram da despeza deste dinheiro fôra Vofsa Magestade servido mandalo incorporar na Fazenda Real e rende cada anno seiscentos mil reis com pouca differença.

E dando vista ao Procurador da Fazenda respondeu que lhe parecia o mesmo que já dissera o procurador da Coroa. Ao Conselho parece o mesmo que aos Procurador da Fazenda e Coroa para que Vofsa Magestade seja servido ordenar se deem cem

mil reis de ordenado a um Medico, com obrigação de curar os Soldados d'aquella Praça.

Lisboa occidental 25 de Agosto de 1733 —
Abreu — Souza — Verges — Galvão.

Resolução — Como parece. Lisboa Occidental 14 de Outubro de 1733 — Rei.

Cons. do Cons. Ultr.

Rio de Janeiro Vol. — 1674-1731

N.º de ordem — 82. Ano — 1698.

Sobre o que escrevem os Officiaes da Camara de São Paulo a cerca da grande falta que tem de medico e botica para serem curadas suas enfermidades, e vae a carta que se acusa.

Os Officiaes da Camara da Villa de São Paulo pela carta inclusa de 4 de Março deste anno representão a Vossa Magestade a grande falta que tem de medico, e Botica para haverem de ser curados em suas enfermidades, a qual sendo vista

Parece ao Conselho fazer presente a V. Mgde. o que escrevem os Officiaes da Camara de S. Paulo, e que este requerimento é justificado, e digno da attenção de Vossa Magestade; pois por este meio se poderão conservar aquelles moradores se tiverem quem trate de os curar nas suas infirmitades, que por falta de quem lhes possa applicar os remedios necessarios morrem muito ao desamparo; e que nesta consideração deve V. Mgde. haver por bem de que não havendo medico que queira ir voluntariamente para aquellas conquistas, se obrigue alguém que nesta corte tenha menos embaraço pois alem do grande partido que promettem fazer-lhe aquelles vassallos tem de mais com que grangearém pelas suas causas, se poderão sustentar muito largamente, principalmente em terra onde tudo é tão accomodado.

Lisboa 21 Out. de 1698

O Conde = Silva = Mesquita = Serrão.

Resolução: O Conselho mandará fazer a deligencia possivel para se achar medico que queira ir voluntariamente e quando não se ache se fará aviso ao Secretario d'Estado. Lisboa em 3 de Novembro de 1698 — Rei.

Cons. do Cons. Ultr.

Consultas do Rio de Janeiro
1674-1700

O Governador Artur de Sá e Menezes dá conta de determinar levar outra vez ao cirurgião Manoel de Oliveira em sua companhia a São Paulo com o soldo de quinze mil réis por mes, por não haver por aquellas villas e sertão quem applicasse remedio aos doentes.

O Governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes em carta de 17 de Maio deste anno dá conta a Vossa Magestade, como a primeira vez que subio a S. Paulo e andou por aquelle sertão, entendendo que n'aquellas partes achasse Cirurgião para o acompanhar o não achou: e que adoeccendo e alguma gente da que o acompanhava; experimentando todos a falta de quem lhes applicasse os remedios, mas que permittira Deos que nenhuma enfermidade fosse mortal por que então todos perecerião ao desamparo por cuja causa levara em sua companhia este anno (1700) ao Cirurgião-mor e Fisico que foi da nova Colonia Manoel de Oliveira com porção de 15\$000 por mez, havendo vencido 16 na dita' colonia, sendo pago sómente dos mezes que andara com elle pelo sertão: e que determinou leval-o este anno quando Vossa Magestade assim o houvesse por bem.

Dando-se vista das cartas ao Procurador da Fazenda, respondeo. Que esta materia' era de graça em qué Vossa Magestade poderia tomar a resolução que fosse servido: e para o futuro como os moradores de São Paulo precisavam de Medico e Cirurgião parecia conveniente se encomendasse ao Governador soubesse dos Paulistas se querião este de que trata para lhes assistir, e que sallario lhe dão, e se elle se accomoda; pois é terra tão rica, não havião de ser mal pagas as curas; e ajustados se ficava evitando esta despeza da fazenda real que tanto se vae gravando com a invenção do ouro".

Ao Conselho pareceo que se devia autorisar a despeza feita com o medico e a que se viesse a fazer "d'aqui em diante, e que isto se entende não o havendo n'aquellas partes, porque se ali assistir alguns, se

deve valer delle para a deligencia de o curar e aos mais que levar consigo para as minas"

"Ao Doutor Miguel Nunes de Mesquita lhe parece que a despeza feita com este Cirurgião que acompanhou ao Governador se deve levar em conta e que se deve fazer deligencia para que vá algum medico"

“Que Vossa Magestade tem resoluta o haja n’aquella conquista a instancia dos seus mesmos moradores, os quaes, offerecerão para o seu sustento duzentos mil reis: que se persuade não faltará algum sujeito que queira ir para São Paulo, principalmente com a experiencia que se tem hoje da riqueza d’aquellas terras: que quando absolutamente não se ache Medico, que vá deste Reino, e não haja Cirurgião em São Paulo: que neste caso se deve permittir leve o Governador aquelle Cirurgião dando-lhe aquelle ordenado, que parecer conveniente. E que sobre a sua satisfação se deve ouvir a Camara de São Paulo, como aponta o Procurador da Fazenda.

Lisboa 22 de Outubro de 1700

O Conde de Alvor = Mesquita = Serrão = Silva.

Resolução: Como parece com o acrescentamento ao Doutor Miguel Nunes de Mesquita.

Lisboa em 26 de Outubro de 1700.

Subsídios Genealógicos

Carlos da Silveira

C

Acredito que todos os Mazagão paulistas antigos se originem da zona litorânea que vai de Ubatuba a São Sebastião e arredores, onde os maís antigos desse cognome falavam e escreviam Marzagão. Na "Genealogia Paulistana", volume II, título "Lemes", página 467, encontra-se Diogo Corrêa Marzagão, casado com Isabel Nunes; e no volume VIII, título "Gayas", páginas 434/436, aparece outra série, iniciada com o sargento-mor Manuel Gomes Marzagão, magnata, irmão de Maria Gomes Corrêa.

De Diogo Corrêa Marzagão e Isabel Nunes, da ilha de São Sebastião, nasceu pelo menos Isabel Nunes Corrêa, que foi espôsa de Francisco Gonçalves Souto, português; e, destes últimos, pelo menos a filha Maria Nunes Corrêa, que casou ainda em São Sebastião com Manuel Leite Pereira, descendente próximo de Isabel Paes da Silva e de Bartolomeu Simões de Abreu. Convém lembrar que Isabel Paes da Silva era irmã de Fernão Dias Paes (Leme), o das esmeraldas.

De Manuel Leite Pereira e Maria Nunes Corrêa, nasceu pelo menos Maria Leite Corrêa, que casou com Pedro Fernandes de Gusmão, batizado em Ubatuba, aos 5 de agosto de 1726, filho de Felipe Fernandes Marão, parece que batizado em São Vicente, mas nascido em Verandelo (?), termo de Chaves, arcebispado de Braga; e de Maria Dias Pereira, batizada em Parati.

De Pedro Fernandes de Gusmão e de Maria Leite Corrêa provieram filhos e, entre eles, o de nome Joaquim José Fernandes Leite, nascido em Ubatuba a 12 e batizado a 22 de julho de 1758, e casado em Taubaté, aos 21 de maio de 1782, com Inês Gonçalves de Oliveira, taubateana, batizada a 23 de fevereiro de 1766, filha de Francisco Rodrigues Moreira e de Joana Dias de Freitas (Tenório), casados estes em Taubaté a 16 de maio de 1763. Francisco Rodrigues

Moreira e Joana Dias de Freitas (Tenório) constam da "Genealogia Paulistana", volume V, título "Alvarengas", página 438, mas o linhagista apenas menciona entre nove filhos do casal, que descobri, os cinco seguintes: Joana Rodrigues; Maria Rodrigues, casada com Antônio José Fernandes da Silva; Francisca, casada com José Francisco Monteiro; Aleixo José de Oliveira, casado com Maria Eufrásia Homem de Mello, e Clara.

Joaquim José Fernandes Leite devia ser homem ativo e de algum preparo e o censo de Lorena, onde residia desde 1800, declarava na lista de 1811, que ele era "advogado de causas dos auditórios". Morreu em 1815 e a viúva continuou a morar na citada localidade de onde os filhos foram irradiando. Já no recenseamento de 1806, bem explícito, é fácil avaliar por onde andou a família. Consta, na primeira Companhia das Ordenanças locais, sob número 83: — Joaquim José Fernandes Leite, de Ubatuba, 49 anos; sua mulher Inês Gonçalves, de Taubaté, 41 anos: filhos do casal — 1 — Francisco, 19 anos, de Taubaté; 2 — Maria, 16 anos, de Taubaté; 3 — Manuel, 15 anos, de Taubaté; 4 — Joaquim, 12 anos, de Taubaté; 5 — José, de São Paulo, com 11 anos; 6 — João, 10 anos, de Taubaté; 7 — Rodrigo, natural de Lorena, 7 anos; 8 — Tristão, de Lorena, 7 anos; 9 — Inês, de Lorena, 4 anos; e 10 — Fernando, de Lorena, de meses. Em 1810 veio o Antônio.

Dois desses rapazes entraram para o clero: Joaquim José Fernandes Leite, que andou pelo Embaú, e faleceu em Lorena aos 12 de abril de 1844 e João Joaquim Fernandes, habilitados em São Paulo e com processos "de genere" no arquivo da Cúria Metropolitana, de onde tirei dados para a reconstituição das linhagens. E dos autos constam os nomes de todos, por extenso: 1 — Joaquim José Fernandes Leite; 2 — Francisco Silvério Leite; 3 — Manuel Joaquim de Oliveira Marzagão; 4 — João Joaquim Fernandes Leite; 5 — Rodrigo Antônio de Oliveira Leite; 6 — Tristão José de Oliveira Leite; 7 — Antônio José de Oliveira Marzagão; 8 — Fernando José de Oliveira Leite; e 9 — José Joaquim Fernandes Leite. Como já foi dito, os quatro primeiros eram taubateanos; os quatro seguintes, lorenenses; e o último paulistano, da freguesia da Sé.

O censo de Lorena, de 1826, menciona apenas a viúva Inês Gonçalves de Oliveira e os filhos Antônio, de 17 anos e Inês, de 20. Em 1813 aparece uma notícia digna de registro: "Falta sua filha Maria que foi casar para Minas e levou o escravo Justino Pardo".

Como se disse, os filhos de Joaquim José Fernandes Leite e Inês Gonçalves de Oliveira cresceram, espalharam-se, e muitos deles, constituíram família. Conseguí encontrar, no recenseamento de Que-luz, sétima companhia, em 1828, José Joaquim Fernandes Leite, de 32 anos, casado com Francisca Honestalda, de 21, e com os filhos

Tristão, de dois anos e Inês de cinco. Teriam casado por 1822 e Francisca Honestalda (da Palma) vinha a ser uma das filhas do taubateano Antônio Ferreira de Castilho e de sua mulher Rita Esméria da Palma, guaratinguetense, e, portanto, irmã germana de Luís, Mariana, Joaquina, Nicolau, Maria e Anastácio Ferreira de Castilho, cuja geração esbocei no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, saído no número vinte e sete da "Revista do Arquivo". O censo de Queluz, de 1836, na zona do Rio Claro, indica a família de José Joaquim Fernandes Leite, de 40 anos, natural de São Paulo, casado com Francisca Honestalda da Palma, de 30 anos, natural de Taubaté, e os filhos (quatro) queluzenses: 1 — Tristão, 1 (deve ser 10, o recenseador esqueceu do zero, pois esse Tristão, em tal era de 1836, alcançara a primeira década); 2 — Inês, 12 anos; 3 — Lúcia, 6 anos; 4 — Amélia, um ano.

Tristão, de 1826, é o que se chamou Tristão de Oliveira Leite, Mazagão, que o era, embora não assinasse este último cognome. Casou em Queluz, em 1851, com Francisca de Freitas Silva e tiveram a filha Maria Vitória, nascida em Queluz, por sua avó paterna uma autêntica Rebouças da Palma — Ferreira de Castilho, e, como tal, deverá entrar no meu trabalho sobre os Rebouças, acima indicado, precisamente na página 117, como subdivisão de 2-3, onde vem o nome de Francisca (Honestalda) Ferreira da Palma, sem indicação de estado civil, que não encontrei, naquela ocasião (1936).

Maria Vitória casou em Queluz, em 1874, com José Cândido de Oliveira e Costa, de São Luís do Paraitinga, filho de Manuel Antônio da Costa Santos, português, e de Mariana Monteiro de Oliveira, de família originária de Cunha. De Maria Vitória e de José Cândido nasceram os doze filhos que indiquei em nota a páginas 124, 125 e 126 do citado volume vinte e sete da "Revista do Arquivo". Esses doze filhos, todos de São Luís do Paraitinga, são os seguintes: 1 — Maria da Conceição; 2 — Antônio de Oliveira e Costa; 3 — Júlia Cândida; 4 — Dr. João Baptista de Oliveira e Costa; 5 — Dr. Luís Tolosa de Oliveira e Costa; 6 — Pedro de Oliveira e Costa; 7 — Virgínia de Oliveira e Costa; 8 — Teresa de Jesus; 9 — José Francisco; 10 — Juvenal; 11 — Luís; e 12 — Mariana.

Ampliando, pois, o meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, do Vale do Paraíba, tenho de nele incluir esse doze Oliveira e Costa, supra-referidos, autênticos Rebouças, como disse, e também autênticos Fernandes Leite Mazagão e Ferreiras de Castilho. Só agora consegui fazer essa ligação genealógica, com elementos colhidos no Arquivo do Estado, em recenseamentos de Ordenanças de Taubaté, Ubatuba, Lorena, Areias e Queluz; no Arquivo da Cúria Metropolitana, nos autos de habilitação "de genere" dos filhos de Joaquim José

Fernandes Leite e Inês Gonçalves de Oliveira, e nos livros parochiais de Queluz.

CI

No meu subsídio anterior, o centésimo da série, dei algumas informações sobre os Fernandes Leite Mazagão, que deixaram descendência em Lorena, Queluz, Areias, Silveiras e algures, ou seja a geração de Joaquim José Fernandes Leite, nascido em Ubatuba, em 1758; casado em Taubaté, em 1782, com Inês Gonçalves de Oliveira, de quem são todos os filhos; e falecido em Lorena, em 1815.

Joaquim José Fernandes Leite tinha outros irmãos, cujo destino ignoro. Já no censo de Ubatuba, de 1765|1766, o primeiro da série do Morgado de Mateus, lê-se: Pedro Ferz de Gusmão, 39 anos, casado com Maria Leite; renda do casal — 100\$, filhos: 1 — Joaquim, de seis anos; 2 — Joseph, de 2; 3 — Sebastião, de dez meses; 4 — Antônia, de dezesseis anos; 5 — Maria, de doze anos; 6 — Mariana, de nove; 7 — Luzia, de quatro; agregada — Maria Nunes, sogra, de sessenta e dois anos. Para quem se tiver impressionado com a renda exígua do casal, então que se impressione deveras, com o saber que é renda anual — cem mil réis por ano! E havia outros que possuíam menos. De alguns até se escrevia: “Não possui nada”.

Mostrei como o filho de Joaquim e Inês, de nome José Joaquim Fernandes Leite, o paulistano da família, passou a residir em Queluz, de São Paulo, onde em 1822 contraiu matrimônio com Francisca Honestalda, filha do taubateano Antônio Ferreira de Castilho, tronco de uns Castilhos de Queluz, e da mulher dêle, Rita Esméria da Palma (melhor seria Rebouças da Palma), guaratinguetaense. E conclui a nota esboçando a geração do filho de José e Francisca, de nome Tristão de Oliveira Leite, nascido em Queluz, em 1826 e aí casado em 1851. Falecendo Tristão, a viúva passou a segundas núpcias com um primo do primeiro marido, o major José Cirino da Silva, nascido em Queluz e falecido aqui na capital, com a geração que publiquei no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, do Vale do Paraíba.

Também encontrei, mas em Areias, na era da Independência, outro filho de Joaquim José e de Inês — um que era lorenense e se assinava Tristão de Oliveira Leite, o qual não deve ser confundido com o sobrinho queluzense, quase homônimo. A homonímia constituiu dificuldade séria para o pesquisador genealogista. Em 1822 Tristão José de Oliveira Leite aparece em Areias, aos 22 anos, tendo sua mulher, lorenense como o marido, 18 anos. Exercia na localida-

de o cargo de segundo tabelião. Haviam casado em Lorena dois anos antes, ou seja em 1820.

Em 1828, agrega-se ao casal Tristão-Fortunata, Antônio de Oliveira Leite, de vinte anos, o irmão mais moço do dono da casa; e em 1836 esse mesmo Antônio surge como secretário da Câmara Municipal. Mas nesse ano, agrega-se por sua vez à casa de Tristão José, o irmão Francisco Silveira Leite, da série taubateana, o primogênito de Joaquim e Inês.

O censo de 1836, de Areias, indica mais três irmãos dos três acima ditos, localizados lá e eram: padre João Joaquim Fernandes Leite, taubateano, que vivia de lavoura; Inês Odória (Eudora?) Leite, lorenense; e Fernando José de Oliveira Leite, igualmente lorenense, o qual, para todos os efeitos, sempre foi, em Areias, Fernando Mazagão.

Faltam os censos de Lorena e Areias, de 1826 e 1827, de modo que só no de 1828 se pode ler, pela primeira vez, o nome de Inês Odória (?) Leite, mas já na qualidade de terceira esposa do capitão José Monteiro da Silva: êle de Cunha, com 53 anos; ela, de Lorena, com 25. Viúva em 1830, tendo consigo o filho Joaquim, de um ano de idade, Inês Odória Leite continua a viver em Areias, pelo menos até 1836.

Quanto a Fernando José de Oliveira Leite (Mazagão), as listas de 1828 dão-no de 23 anos, casado com sua prima Carlota Joaquina, de 17, areiense e já com Inês, de 3 meses. O parentesco provinha de serem os esposos netos de dois irmãos: o capitão João Félix de Oliveira e Francisco Rodrigues Moreira, dois dos nove filhos de Inês Gonçalves Moreira e Eleutério Félix de Oliveira (Silva Leme, volume V, título "Alvarengas", página 438). Do capitão João Félix provinha Eleutério (neto) e, deste, Carlota Joaquina; e de Francisco Rodrigues Moreira provinha Inês Gonçalves de Oliveira e, desta, Fernando José de Oliveira Leite.

Já andei estudando êsses Félix, em trabalho publicado na "Revista do Arquivo", volume XVII, de outubro de 1935, sob o título "Raça de Jacques Félix, por Silveiras". Descendiam do fundador de Taubaté, pelo capitão João Félix de Oliveira, filho de Eleutério Félix de Oliveira e de Inês Gonçalves Moreira, supra-citados. Carlota Joaquina era, portanto, irmã germana do padre Eleutério Félix de Oliveira e do padre Germano Félix de Oliveira, que foi vigário de Queluz, político liberal, envolvido como cabeça da rebelião de 1842 e, depois, deputado provincial e agraciado. E êstes três últimos contavam-se entre os primos do padre Manuel Félix de Oliveira, político liberal, envolvido também na revolução de 1842, vigário de Silveiras e de Ubatuba; e do cônego Antônio de Oliveira Castro, que foi vigário de Silveiras por dezenas de anos e, finalmente, de Lorena.

Carlota Joaquina e Fernando José de Oliveira Leite (Mazagão) tiveram muitos filhos, dos quais descobri os quatorze mencionados na "Revista do Arquivo", volume XVII, indicado: 1 — Fernando; 2 — Joaquim; 3 — Pedro Fernandes Leite (Pedro Mazagão), que residiu uns tempos em Queluz, onde, quando menino, o conheci já com filhos crescidos; 4 — Eleutério; 5 — Antônio; 6 — Teresa; 7 — Inês, que foi a primeira mulher do escritor silveirense Vicente Félix de Castro, seu primo; 8 — Carlota, casada com José Luís Guimarães; 9 — Maria, a segunda esposa de Vicente Félix de Castro; 10 — Cesária, casada com um Belém, de Areias, de quem foi segunda mulher; 11 — Leonor, casada; 12 — Maria, casada com João Velho; 13 — Maria Teresa, solteira; 14 — Mariana, segunda mulher do comendador Domingos Pereira da Silva (ver "Revista do Arquivo", volume XIV, páginas 43 e 44).

O comendador Domingos Pereira da Silva, agraciado pelo governo imperial por serviços prestados em uma epidemia que assolou Silveiras, e sua mulher Mariana Félix de Oliveira Fernandes Leite Mazagão tiveram cinco filhos: 1 — Maria da Conceição, que casou em Silveiras, aos 9 de julho de 1887, com Miguel Ribeiro Mendes. Este casal celebrou bodas de ouro em São João da Bocaina, onde residiam, segundo notícia publicada no "O Estado de São Paulo", edição de 18 de julho de 1937; 2 — Inês Pereira Leite, casada em Silveiras, em 1887, com Eduardo Moreira Sene, irmão de minha mãe, com descendência em Taubaté (ver "Revista do Arquivo", volume sessenta e oito, páginas 120 a 123); 3 — Maria, casada; 4 — Mariana, casada; 5 — Domingos Pereira da Silva, silveirense como as quatro irmãs, casado em Queluz com Ubaldina Campos, com o filho Benedito Erasmo, falecido na infância. Foi por vários anos tabelião e escrivão em Areias, tendo sido antes telegrafista da Central do Brasil e guarda-livros. Bom músico, não na altura da irmã Maria da Conceição, que era uma excelente musicista. Este Domingos, a quem chamavam, desde criança, Bigeu, verdadeiro perdulário do talento, tendo nascido com todos os elementos intelectuais para vencer com êxito na vida, nada fez de útil, afinal, para si e para a sociedade. Bafejado ainda pela fortuna, nos seus últimos tempos, veio a morrer pobremente, e ignorado, em Santo André.

Para encerrar esta nota, duas palavras sobre os dois filhos restantes de Joaquim José e de Inês Gonçalves — Manuel, taubateano, e Rodrigo, lorenense. O alferes Manuel de Oliveira Mazagão aparece recensado em Lorena, como negociante, solteiro. E Rodrigo Antônio de Oliveira Leite, na mesma localidade e com a mesma profissão, achava-se casado com Lúcia Cândida de Gusmão. São informes do censo de 1828.

CII

A coleção de recenseamentos das Ordenanças de Guaratinguetá, pertencente ao Arquivo Público do Estado, apresenta uma solução de continuidade que vai de 1767 a 1776, de maneira que somente no dêsse último ano, datado de 31 de dezembro de 1776, é que se encontra a primeira referência à Povoação de Santana da Paraíba, já freguesia, com vigário, segundo o censo de 1.º de janeiro de 1780. Essa "nova povoação de Santana da Paraíba abaixo" foi o núcleo inicial de Areias, núcleo guaratinguetaense primeiro, em seguida (1788) lorenense e, afinal, independente em 1816.

O censo de 1776, entre os habitantes graduados, indica o alferes Pedro de Almeida Leal, sexagenário, lavrador, casado com Isabel da Silva Leme, mineira, natural de Baependi, a qual enviuvou por 1791 e faleceu por 1802. Já em 1.º de janeiro de 1780, o recenseador declarava: "Alferes, vago, por se mudar para o seu sítio do Caminho Novo muito distante desta vila". De fato, nessa data, as listas do Caminho Novo mencionam o alferes Pedro de Almeida Leal, localizado em zona que mais tarde ficou incluída nos limites da freguesia do Bom Jesus do Livramento do Bananal.

Existe em São Paulo, no primeiro ofício de órfãos (Cartório do Escrivão Saraiva), e disso me deu conhecimento o prezado amigo e consócio sr. João Baptista de Campos Aguirra, o testamento de Isabel da Silva Leme, onde se lê que ela nascera no Arrozal de Baependi, sendo filha de Pedro da Silva e de Catarina Leme do Prado. Não ha mister grande esforço para descobrir, na "Genealogia Paulistana", em título "Bicudos", volume VI, página 433, Catarina Leme do Prado, casada com o capitão Pedro da Silva Góes, e, para êles, o linhagista enumera três filhas, que achou: 1 — Maria Leme da Silva, casada em 1745, em Baependi, com João Ribeiro da Silva; 2 — Rita Leme da Silva, casada em 1749 em Baependi, com José da Silva Leme; e 3 — Quitéria da Silva Leme, casada em 1750, ainda em Baependi, com Jacinto Gomes Ferreira, familiar do Santo Officio. Pois a essas três, que o Dr. Luís Gonzaga da Silva Leme revelou, deve-se acrescentar mais a de nome Isabel da Silva Leme, que casou de certo em Baependi também, talvez por 1750, com o alferes Pedro de Almeida Leal, povoador de terras no extremo leste de São Paulo, em fins do século dezoito.

Através dos informes censitários existentes, vê-se que o casal alferes Pedro de Almeida Leal-Isabel da Silva Leme teve os nove filhos seguintes: 1 — José, de 1757; 2 — Luisa Maria, de 1759; 3 — Mariana, de 1761; 4 — Joana, de 1763; 5 — Maria Madalena, de 1765; 6 — Vicência, de 1767; 7 — João, de 1769; 8 — Luís José de

Almeida, de 1771; e 9 — Domingos Inácio de Almeida, de 1773. Datas aproximadas. Foi a relação mais completa que encontrei, da prole do casal. Pela lista de 1791 Isabel da Silva Leme está já viúva, tendo em sua companhia apenas três filhos: Domingos Inácio de Almeida, Luisa Maria e Maria Madalena. Era a lei natural da dispersão das famílias. Em 1802 estes três irmãos aparecem morando juntos, vindo nas observações a nota do recenseador: "Falta Isabel da Silva, sua mãe, que morreu".

Isabel da Silva Leme, por ser filha de Catarina Leme do Prado, vinha a ser sobrinha afim de Tomé Rodrigues Nogueira do O', madeirense, tronco dos Nogueiras, de Baependi. Ela, entretanto, não era Nogueira, assim como também não o era o alferes Pedro de Almeida Leal. Nessas condições, o cognome Nogueira, em descendentes do casal Pedro-Isabel, não veio por eles.

O censo de Lorena, do Caminho Novo, datado de 15 de dezembro de 1791, refere-se a casal havia pouco constituído, ou seja, Luís José Ferreira, de 28 anos, e Ana Maria, de 20. Está exagerada a idade de Luís, que contava, então, quando muito, seus 23 anos. Mas, Luís José Ferreira? E dêsse modo vem êle também nos censos de dezembro de 1793 e dezembro de 1794, até aparecer, em janeiro de 1798, como Luís José de Almeida, nome que conservou para o resto da existência.

A espôsa de Luís José de Almeida, Ana Maria Rodrigues, tudo me leva a crer fôsse filha de Antônio Rodrigues Pinto, falecido antes de 5 de janeiro de 1798, data em que a mulher, Ana Joaquina da Conceição, consta do censo no estado de viúva. Eram agricultores no Bananal. Ana Joaquina expirou aos 24 de junho de 1814 e, no testamento (Arquivo do Estado), declarou-se filha de João Garcia e de Ana Maria, e nascida em Minas, na freguesia de Nossa Senhora da Glória dos Carijós (Queluz de Minas?). Acrescentou que tivera doze filhos, nove falecidos e três vivos — Máximo, Mariana e Maria; e, ainda, que dos mortos, apenas duas filhas — Ana Maria e Rosa Maria da Conceição haviam casado. Em recenseamentos de Bananal achei onze dos doze gênitos a que se reporta o testamento: Manuel (1770), Antônio (1772), Ana Maria (74), Maria (76), Rosa Maria da Conceição (78), Francisca (80), Luisa (82), Escolástica (84), Luís (88), Mariana (91), e Máximo (1793). Mariana seria a "Tia Mariana" do testamento adiante citado por Luís José de Almeida (homônimo do pai) irmão de Luciano.

Outrossim acredito que Antônio Rodrigues Pinto deva ligar-se ao casal 7-3, página 394, volume VI, título "Bicudos", da "Genealogia Paulistana", e, a ser verdadeira a hipótese que ora formulo, o cognome Nogueira, da descendência de Luís José de Almeida, estaria ple-

namente explicado. Que tal cognome surgiu por Ana Maria Rodrigues é coisa que parece fora de contestação.

É tempo, porém, de falar da prole de Luís José de Almeida, falecido aos quarenta anos, entre março de 1809 e abril de 1810, e de sua única mulher Ana Maria Rodrigues. Tiveram os seguintes filhos: 1 — Claudino (anotado uma vez como Claudiano), de 1792. Datas aproximadas. Deve ter falecido por 1799; 2 — Antônio José Nogueira, de 1793. Casou aos vinte anos, por 1812, com Mariana da Silva. Em pouco, tornou-se importante fazendeiro e disso dá testemunho o censo de 7 de março de 1814. Morava no bairro do Rancho Grande, que, aliás, era o bairro da família. Nesse recenseamento de 1814, há a seguinte nota: "Falta nesta família Ana Maria sua mãe que morreu". Ana Maria, na época referida, assistia em casa do filho Antônio; 3 — Luís José de Almeida, de 1794, fazendeiro na Barra do Turvo, em Rezende, falecido, solteiro, com testamento aberto a 1.º de setembro de 1817 (Arquivo do Estado), onde afirmou ser filho de Luís José de Almeida e de Ana Maria da Conceição. Legou seus bens ao irmão Luciano José de Almeida, e fez uma dádiva a sua "Tia Mariana"; 4 — Esméria, de 1796, que se finou entre maio de 1808 e março de 1809; 5 — Luciano José de Almeida, de 1797, que depois da morte de Ana Maria esteve morando com o irmão Antônio, bem como Luís e Luisa; 6 — Domiciana, de 1799, que casou em Guaratinguetá, em 1812, com José Ramos Nogueira, filho de Roque Bicudo Leme e de Florência Maria Nogueira, de quem já tratei no subsídio cinquenta, desta série. Evidentemente o recenseador bananalense (sexta companhia das Ordenanças de Lorena) implicava com o nome Domiciana, que nunca escreveu certo: Emerenciana (1801 a 1804), Domeliciana (1805 a 1811), Dominciana (1812), Domeniciana (1813); 7 — Claudino, de 1801, falecido no mesmo ano; 8 — Luisa, de 1802. Como já avisei linhas atrás, essas datas são mais ou menos, por haverem sido tiradas de recenseamentos e não de registros paroquiais ou de livros de famílias.

Durante a vida de Luís José de Almeida, a mulher sempre apareceu nas listas censitárias com o nome de Ana Maria Roiz, ou seja Ana Maria Rodrigues. Depois de viúva, chamou-se Ana Joaquina (censo de 16 de abril de 1811); Ana Joaquina Roiz (censo de 27 de janeiro de 1812); Ana Maria da Conceição (censo de 30 de janeiro de 1813). Ela morreu entre esta última data e 7 de março de 1814, o que acima ficou esclarecido. Luís José de Almeida, o moço, também se declara filho de Ana Maria da Conceição. Tais variantes onomáticas é que me levaram a dizer que o nome todo, dessa veneranda senhora, seria Ana Joaquina Maria da Conceição Rodrigues Nogueira (ver subsídio cinquenta, referido). Trata-se, porém, de uma única pessoa, e os oito gênetos do casal (três falecidos e

cinco que sobreviveram) são irmãos germanos ou irmãos inteiros, isto é, de pai e mãe.

Não sei se cometo indiscreção anunciando aqui que, sôbre os Almeidas, do Bananal, família numerosa e importante, o Dr. Geraldo Cardoso de Mello, casado com uma Almeida, está elaborando trabalho genealógico de fôlego.

CIII

E' grande a lista dos padres envolvidos no movimento liberal de 1842. Padre Manuel Teotônio de Castro, de Lorena; padre Germano Félix de Oliveira, de Queluz; padre Manuel Félix de Oliveira, de Silveiras; padre José Alves Leite, de Areias... Não pretendo enumerar todos êles. Quero apenas focalizar o último citado, nascido em Taubaté, em 1794, e aí batizado aos 20 de janeiro dêsse ano, ordenado em São Paulo, em 1818, filho de Joaquim da Silva Leite, batizado em Taubaté, em 18 de maio de 1765 e aí casado, aos 26 de junho de 1791, com Úrsula Maria de Jesus, nascida por 1756. Joaquim da Silva Leite era filho de Junipero Gonçalves Loureiro e de Maria Veridiana Pires, já viúvo em 1790.

Parece que o recenseador taubateano tinha dificuldade em escrever êstes dois últimos nomes. As listas trazem Geniplo, as mais das vêzes, e Maria Bridiana. Eram antigos habitantes de Taubaté, onde lhes nasceram os filhos que, na verificação censitária de 1786, se contavam por meia dúzia: 1 — Joaquim, de 20 anos; 2 — Manuel, de 14; 3 — Salvador, de 10; 4 — João, de 6; 5 — Ana, de 16; e 6 — Maria, de 2 anos.

Úrsula, a espôsa de Joaquim da Silva Leite, vinha a ser filha de Antônio Barretto Moreira, septuagenário em 1774, taubateano, residente no bairro da Paraíba, o qual fôra casado duas vêzes: a primeira com Joana de Oliveira (mãe de Úrsula) e, a segunda com Antônia Luisa Cardoso, quarenta anos mais moça que o marido, havendo vários filhos dêste segundo consórcio de Antônio Barretto Moreira, cujos pais eram, conforme alistamento militar, Manuel Rodrigues Moreira Cabral e Maria Portes d'El-Rey, gente antiga da Capitania de São Paulo.

Quanto a Junipero Gonçalves Loureiro, nos recenseamentos de Taubaté apenas pude encontrar que era filho de Delfina do Nascimento, já viúva em 1774 e com 83 anos nessa época. Tendo, entretanto, recebido uma solicitação de amigo, para pesquisar sôbre Salvador Ferreira de Castilho, de Taubaté, casado com Ana ou Antônia Joaquina de Azevedo, solicitação essa que já vinha do Rio Grande do Sul, feita pelo eminente genealogista sulino Jorge Godófredo Felizardo, pude ainda uma vez conseguir, em papéis de dispensa de impedimentos ma-

trimoniais do Arquivo da Cúria Metropolitana desta Capital, não só os informes desejados por Jorge Godofredo Felizardo, como também os referentes à filiação de Junipero Gonçalves Loureiro. E' o caso que Salvador Ferreira de Castilho vinha a ser filho de Carlos Moreira de Castilho e de Quitéria Loureiro de Jesus, para os quais havia impedimento por via dos Fragoso, em parentesco exposto da seguinte maneira: De Gaspar Lopes Fragoso (em Silva Leme, volume VIII, título "Dias", página 4, lê-se Baltasar Lopes Fragoso) nasceram Violante Cardoso e Maria Fragoso, irmãs germanas. De Maria Fragoso nasceu Isabel Fragoso, que está em título "Alvarengas", volume V, página 434, da "Genealogia Paulistana", e de Isabel nasceu Salvador Moreira de Castilho e, deste, Carlos Moreira de Castilho. E de Violante Cardoso nasceu Mariana Cardoso, a qual foi mãe de João de Barros e, este, pai de João de Barros Pereira, primo de Carlos Moreira de Castilho. Aconteceu que morrendo João de Barros Pereira, a viúva Quitéria de Jesus Loureiro, para se casar com seu parente afim Carlos Moreira de Castilho, precisou esperar as delongas de um processo de dispensa matrimonial, à vista do interessante incidente surgido com a denúncia apresentada, em matéria de impedimentos, pelo Capitão Francisco de Godoy de Almeida Pires ("Genealogia Paulistana", volume VI, título "Godoy", página 5), homem de representação na sua terra natal, e que segundo declarações feitas em Guaratinguetá, aos 18 de outubro de 1745, disse ter 55 anos, ser lavrador e natural de Taubaté.

Do processo supra-mencionado consta a filiação de Quitéria de Jesus Loureiro: — João da Silva Lima e Delfina do Nascimento. Quitéria vinha a ser irmã de Junipero Gonçalves Loureiro.

Nada pude apurar sobre Maria Veridiana Pires e sobre Joana de Oliveira, respectivamente avó paterna e avó materna do padre José Alves Leite, que morou sempre em Areias e era considerado parente próximo pelo casal Fernando de Oliveira Leite Mazagão-Carlota Joaquina Félix de Oliveira, de quem tratei no subsídio cento e um. O neto deles, Domingos Pereira da Silva (Bigeu), sempre que se manifestava a respeito do padre, dizia "Tio padre José Alves Leite". Cabe aqui uma observação oportuna e é a de que os antigos, entre nós, consideravam tios os primos dos pais. Ora, sendo o padre José Alves Leite considerado primo, por Fernando Mazagão e sua mulher Carlota Joaquina Félix de Oliveira, era "ipso-facto" tido e havido como tio, pelos quatorze filhos do casal, em cujo número se contava Mariana, mãe de Bigeu e este, portanto, quando falava "Tio padre José Alves Leite", apenas repetia uma tradição de parentesco, remoto, recebida por via materna.

Na lista de implicados na revolução de 1842, que publiquei no volume XIII, da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", de

junho de 1935, precisamente na página 36, aparece o nome do padre José Alves Leite, número um da relação DOIS. ("Réus que se achavam pronunciados como cabeças da rebelião, e que têm entrado em julgamento, ou tido provimento em recursos"). Vê-se, pela nota das OBSERVAÇÕES, que êle fôra absolvido pelo júri, mas, em virtude de apelação, continuava prêso aqui.

Um quase areiense contava que o padre, fracassada a rebelião, fugiu para seguro abrigo no mato, temendo excessos partidários dos primeiros momentos. Escravo fidelissimo acompanhava-o, em quem poderia confiar sem receio. De vez em quando, movido por justa curiosidade, padre José Alves Leite recomendava, ao servidor, que trepasse à copada de árvore saliente, a fim de perscrutar os horizontes... policiais.

— "Que é que vê, daí do alto?", indagava ofegante o fugitivo. — "Vejo as espingardas dos soldados, branquejando lá em baixo!", respondia o negro. Com êstes sustos todos e, depois, a prisão, o processo, o júri, a apelação... padre José Alves Leite ficou alterado das faculdades mentais, e só isso explica a parte que tomou, conforme o testemunho geral, no caso da dispersão da fortuna do capitão-mor Gabriel Serafim da Silva, o paulistano riquíssimo que elegera Areias por sua terra, desde 1792, aos dez anos de idade. Aliás foi Areias que lhe propiciou a êle Gabriel a acumulação de pecúlio que, de tão vultoso, se tornou tradicional.

Diziam que o padre havia guardado certa porção de valores em papel, do espólio do argentário, e que, bem mais tarde, indo verificar a riqueza, descobriu-lhe, na verdade, a completa desvalorização, pelo decurso do tempo. Também acrescentavam que desilusão tamanha concorrera para acabar com o pouco senso, que ainda restava ao taubateano, que pelo cognome Leite devia, com tôda a certeza, ir-se prender, como os primos areienses, aos velhos e tradicionais Leites, de São Sebastião e Ubatuba, oriundos de Pepino de Heristal, através do povoador Pascoal Leite Furtado, açoreano, aqui falecido em 1614, casado que foi com Isabel do Prado, filha de João do Prado e de Felipa Vicente, casal êste a que quase todo o sul do Brasil se liga.

CIV

O escritor paulista Valdomiro Silveira, falecido em Santos no dia 3 de junho de 1941, consta de trabalhos genealógicos por mim publicados nos volumes trinta e três (páginas 263 e 266) e trinta e cinco (página 122) da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". No primeiro dêsses dois estudos em assentamento feito pelo

pai do escritor, lê-se que Valdomiro nasceu no dia 11 de novembro de 1873, na antiga freguesia do Senhor Bom Jesus da Cachoeira, termo de Lorena, sendo o batismo a 9 de março de 1874, na Vila do Cruzeiro, antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Embaú. Serviram de padrinhos, ao neófito, Zeferino Carlos da Silveira, irmão do pai, e Maria Jardim da Silveira, prima do batizado, treze anos mais velha do que êle, filha de Joaquim Carlos da Silveira (outro irmão do pai), a qual depois casou com o coronel Joaquim Vieira de Souza, que teve representação em Ribeirão Preto e aí deixou descendência. Valdomiro concluiu o curso de Direito, feito todo aqui, em 1895, ano em que recebeu grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

O pai de Valdomiro, Dr. João Batista da Silveira, nasceu em Queluz de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1850, e faleceu nesta capital, em 14 de maio de 1920. Eram seus oito irmãos germanos: 1 — Joaquim, já dito, de 1831; 2 — Zeferino, também já indicado, de 1836; 3 — Galdino Carlos da Silveira, de 1837; 4 — Arlindo, de 1838; 5 — Luisa, de 1840; 6 — Maria, de 1842; 7 — Antônio, de 1845; e 8 — Maria, de 1847. Aqui estudou Direito, o Dr. João Batista da Silveira, recebendo grau em 1880. Casara a 28 de fevereiro de 1870, em São Bom Jesus da Cachoeira, local que foi mencionado linha atrás, com Cristina Carlinda de Olivér, falecida nesta capital, filha do médico espanhol Dr. Fernando Olivér e Alzamora e de Aureliana Ferreira de Magalhães.

Bom Jesus da Cachoeira é uma velha localidade, à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, nascida de uma capela aí levantada por Sebastiana de tal e outros devotos do Senhor Bom Jesus, isto por 1780. Manuel da Silva Caldas e sua mulher Ângela Maria de Jesus, por escritura passada em Guaratinguetá, em 18 de outubro de 1784, fizeram doação de terras, para patrimônio dessa capela. O Bom Jesus da Cachoeira está hoje fazendo parte integrante da atual Cachoeira, pela adjunção ao núcleo muito mais recente, erguido na margem direita do Paraíba, junto à confluência do rio Bocaina, no antigo Santo Antônio do Pôrto da Cachoeira. Este núcleo, elevado também a freguesia, sob a invocação de Santo Antônio, teve a seu favor o importantíssimo fato de nêle ficar situada a estação ferroviária, ali inaugurada em 1875. O nome Cachoeira provém de ficar o Paraíba encachoeirado nesse sítio e aí começa mesmo a forte rampa do curso fluvial, que vai acabar em Rezende. Num trecho de cento e poucos quilômetros, o rio cai cêrca de cem metros.

Tinha o casal Dr. João Batista da Silveira — Cristina Carlinda de Olivér os oito seguintes gênitos: 1 — Joana Batistina da Silveira, de 1871, nascida no Senhor Bom Jesus da Cachoeira, casada em Casa Branca; 2 — Valdomiro, de quem se trata; 3 — Hermínia Jovira da Silveira, nascida em São Paulo, em 1876, casada em Casa

Branca; 4 — Ministro Dr. Alarico Silveira, nascido em São Paulo, em 1878; 5 — Dr. Agenor Silveira, nascido em S. Paulo, em 1880; 6 — Nestor Silveira, nascido em Casa Branca, em 1882; 7 — Breno Silveira, nascido em Casa Branca, em 1885; e 8 — João Silveira Júnior, nascido em Casa Branca, em 1887.

O Dr. João Batista da Silveira era filho do capitão Luís Antônio da Silveira, natural de Cunha, de 1803, falecido em sua fazenda do Itagaçaba de Areias, em novembro de 1871. O capitão Luís havia casado em 1828, com Maria da Conceição de Toledo, filha do guaratinguetaense Joaquim Francisco de Toledo (1780-1843) e de sua mulher Francisca Mariana do Espírito Santo. Joaquim Francisco vinha a ser filho do casal 6—2, volume quinto, título "Cunhas Gagos", da "Genealogia Paulistana", página 21. Silva Leme não menciona Joaquim Francisco, omissão que é relativamente comum na obra citada, onde tanta vez uma lista de irmãos germanos se apresenta incompleta.

Nem sempre um linhagista, mesmo com os recursos excepcionais de fortuna e de posição social, como o de Bragança, encontra à mão documentos perfeitos para as enumerações ideadas. Todos quantos já fizeram pesquisas genealógicas sabem, de experiência própria, que os nossos arquivos são bem falhos: livros inexistentes, fôlhas perdidas, páginas apagadas pela umidade ou roídas por bichos... Só por injustificável leviandade, dobrada de ignorância plena, ir-se-ia concluir que, não aparecendo um nome na "Genealogia", trata-se de bastardia, ou de coisa escandalosa que convém ocultar. Ora, o Dr. Luis Gonzaga da Silva Leme, que escreveu o que se encontra na pág. 508, volume III, título "Pedrosos de Barros", não iria omitir, por escrúpulo, qualquer filho de casal, se, desse filho, saísse geração bastarda. O imenso esforço do Dr. Silva Leme precisa ser inteligentemente compreendido, e, a cada um de nós, que lê e estuda a "Genealogia" (1903-1905), cabe o modesto mas indispensável papel de ir limando as imperfeições fatais da obra monumental e, principalmente, ir-lhe completando as falhas, e lhe preenchendo as lacunas, à luz de documentos que forem sendo encontrados agora, e que o linhagista não descobriu durante seus longos anos de lucubração.

Como é fácil verificar, o cognome Toledo, da mãe do Dr. João Batista da Silveira, provinha de Manuel Pedroso de Toledo, filho de Pantaleão Pedroso de Toledo (volume V, da "Genealogia", em título "Toledos Pizas", página 562). Pantaleão contava-se entre os quatorze filhos do capitão João Vaz Cardoso e sua mulher Ana Ribeiro Rodovalho, batizada em São Paulo, aos 16 de setembro de 1643, filha de dom Simão de Toledo Piza aqui casado em 12 de fevereiro de 1640, com Maria Pedroso.

O capitão Luís Antônio da Silveira, avô paterno de Valdomiro Silveira, fazia política no partido liberal e andou implicado na revolução de 1842. Para evitar aborrecimentos decorrentes da vitória dos contrários, conservadores, empreendeu longas viagens, vendo terras que lhe eram estranhas. Nessas excursões demoradas, há a tradição de que esteve nos sertões da serra de Mambucaba e também nos famosos sertões de Araraquara, de que tanto se falava por aquê tempo.

Ora, no interessantíssimo livro de registro de família, que reproduzi no volume XXXIII da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", lê-se a nota seguinte (página 260), escrita pela mão de Luís Antônio da Silveira (Luís Carlos, de nome familiar e regional): "Comprei as terras no Sertão do Rio Preto a 15 de julho de 1848 — Deus queira seja para bem".

Guaraci da Silveira, filho de Zeferino Carlos da Silveira e, por isso, igualmente neto paterno de Luís Carlos, pretendeu inferir, do assentamento, que foi seu avô quem deu os terrenos onde se construiu a cidade paulista de Rio Preto.

A tese é simpática e digna de análise. Desde logo, porém, se desvenda uma primeira dificuldade: saber a qual Rio Preto se referia o comprador. Além disso, se na região onde se fundou o grande centro urbano do Noroeste paulista, aparece um Luís Antônio da Silveira, doador, é preciso, em minucioso trabalho de pesquisa, identificar perfeitamente essa individualidade, a fim de que seja evitado o perigo da conclusão errada, resultante de homonímia.

Eis a irmandade a que pertencia o capitão Luís Antônio da Silveira: 1 — João Carlos Leonel da Silveira, de 1788; 2 — Antônio Possidônio do Espírito Santo, de 1790; 3 — José Carlos Epifânio da Silveira, de 1794; — 4 — Maria Rita de Viveiros, de 1796; 5 — Manuel Carlos da Silveira, de 1797; 6 — Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, de 1799; 7 — Francisca Rita de Viveiros, de 1801; 8 — Luís Antônio da Silveira, de 1803; e 9 — Jeremias Carlos da Silveira, de 1805. Todos haviam nascido em Cunha e eram filhos do alferes Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher Ana Antônia de Viveiros.

Continuarei a tratar da família de Valdomiro Silveira, ampliando êstes apontamentos.

CV

Prosseguindo nas notas do subsídio anterior, tratarei ainda da ascendência do escritor paulista Valdomiro Silveira, falecido em Santos, a três de junho de 1941.

Como informei, o avô paterno de Valdomiro, capitão Luís Antônio da Silveira, nascera em Cunha e era filho do alferes Carlos Pedroso da Silveira e de Ana Antônia de Viveiros, naturais da mesma localidade e ali residentes até princípios de 1819, data em que se transferiram para a novel freguesia de São João Batista de Queluz, situada no município da Vila de São Miguel das Areias.

Queluz (de São Paulo), é sabido, teve origem em um aldeamento de índios Puris, mandado criar no então município da Vila de Lorena, em 1800, pelo capitão-general governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802), sob a direção espiritual do sacerdote paulista, curitibano, padre Francisco das Chagas Lima, e direção temporal de Januário Nunes da Silva, natural de Cunha, falecido em avançada idade em Queluz, onde tinha grande geração de dois casamentos.

A aldeia de São João Batista de Queluz foi elevada a freguesia por provisão datada de 2 de março de 1803, passada pelo governador capitão-general Antônio José da Franca e Horta (1802-1811). O território de Queluz abrange vários cursos de água que nascem nas abas de Mantiqueira e são tributários da margem esquerda do Paraíba do Sul. Entre esses afluentes conta-se o ribeirão das Cruzes, em cujo leito há abundância de seixos rolados. Precisamente no bairro das Cruzes, ou bairro do ribeirão das Cruzes, localizou-se, em Queluz, em 1819, o alferes Carlos Pedroso da Silveira, recém-mudado de Cunha, sua terra natal.

Em Queluz e arredores, essa família ficou, com o tempo, geralmente conhecida por família Carlos, dada a freqüência dêsse nome entre os membros dela. Dizia-se o alferes Carlos, para o chefe, e, para os filhos, João Carlos, Antônio Carlos, José Carlos, Manuel Carlos, Luís Carlos (Luís Antônio da Silveira), Jeremias Carlos... O próprio Dr. João Batista da Silveira, filho de Luís Carlos, antes de se mudar para aqui, era para todos o Joãozinho Carlos, segundo a maneira tradicional, queluzense, em relação a essa família.

Joãozinho Carlos, insinuante, muito inteligente, folgazão, tornou-se relacionadíssimo em sua terra natal (Queluz), em Areias, Silveiras, Cachoeira e outras localidades circunvizinhas. De Cachoeira mudou para São Paulo, aos vinte e quatro anos, quando se fez estudante de Direito, e, daqui, logo depois de formado, para Casa Branca, pela altura dos trinta e um. Apesar de conhecê-lo muito de nome, vi-o apenas uma vez, em 1901, por haver ido à minha casa, na rua Jesuíno Pascoal, em visita ao seu amigo Dr. Lucas Nogueira da Silva, conhecido clínico nesta capital, ao tempo residente em Franca, mas naquele dia hóspede de meu pai.

Lembro-me muito bem de ter ouvido dêle, visitante, que não assinava Carlos, por assim o haver exigido sua mãe, d. Maria da

Conceição de Toledo. Reproduzo as palavras do Dr. João Batista da Silveira, então político da dissidência em Casa Branca: "Minha mãe me fez prometer nunca usar o nome Carlos, para' mim e para os meus". Estas palavras impressionaram-me bastante, nos meus deztoito anos, pois, quanto a mim, fôra batizado por Carlos, em virtude do desejo expresso de minha mãe. Nunca entendi a repugnância de d. Maria da Conceição, quanto a um nome que era tradicional na família do marido dela e usado pelos filhos mais velhos do casal.

Mas o nome Carlos era mesmo característico da família. Havia em Queluz, nos meus tempos de menino, um sexagenário que residia em amplo sobrado junto ao cemitério. Para' tôda a localidade, êsse ancião tinha o nome de "Tio Carlos". Tratava-se de Carlos Firmino Brandão, filho de João Carlos Leonel da Silveira, irmão de Luís Carlos.

Tôda Queluz também conhecia João Carlos, filho de Antônio Possidônio do Espírito Santo (outro irmão de Luís Carlos), o qual João Carlos usava, de fato e de direito, o nome de João José Lopes de Camargo (sogro de Silvério Ferreira, pai êste do Dr. João Batista Ferreira, político em Cruzeiro).

Êsses Carlos da Silveira, oriundos de Cunha, não formavam pois a família Silveira, e sim a família Carlos.

O alferes Carlos Pedroso da Silvera faleceu em Queluz, aos 13 de dezembro de 1834 e a espôsa Ana Antônia de Viveiros, também em Queluz, aos 27 de dezembro de 1830. Haviã casado em Cunha, terra' natal de ambos, em 1787. Ana Antônia de Viveiros era filha do capitão Antônio Lopes Figueira e primeira mulher Bárbara de Viveiros. Quanto ao alferes Carlos, era filho de José Borges dos Santos e de Maria Miguel da Silveira e, por isso, pertencia à seguinte irmandade: 1 — Capitão João Borges dos Santos, de 1757, que morou em São Luís do Paraitinga; 2 — Inês de Andrade e Silva, de 1758, primeira mulher de José Alves de Oliveira, futuro capitão-mor de Cunha; 3 — José Borges dos Santos, de 1761; 4 — Alferes Carlos Pedroso da Silveira, de 1763; 5 — Helena da Silva Rosa, de 1765, que depois casou, em 1804, com seu cunhado, viúvo, capitão-mor José Alves de Oliveira; 6 — Antônio Borges dos Reis, de 1770. Além dêsses seis filhos legítimos, José Borges dos Santos deixou ainda Matilde Leonor Eufrásia de Moraes, casada, em 1794, com José Xavier Soares; e Joaquim Borges dos Santos, casado por 1812, com Gertrudes Maria da Conceição.

José Borges dos Santos era natural de Vila Rica (Ouro Preto) e filho de João Borges dos Santos e de Inês de Andrade e Silva ou de Andrade e Silva. Acredito que êstes dois tivessem origem paulista ou fluminense. José Borges casou em Cunha, em 1756, com Ma-

ria Miguel da Silveira, filha de Leopoldo da Silveira e Souza e de Helena da Silva Rosa. Eis a lista dos filhos de Leopoldo e Helena: 1 — Rosália, de 1724; 2 — Leovigilda, de 1727; 3 — Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, de 1728; 4 — Júlio Carlos da Silveira, de 1730; 5 — Maria Miguel da Silveira, de 1733; 6 — Ana Moreira de Jesus, de 1736; 7 — José da Silva Reis, de 1739; 8 — Helena Angélica, ou Ângela Helena, de 1742; 9 — Antónia da Silveira de Souza, de 1744.

Leopoldo da Silveira e Souza aparece na "Genealogia Paulistana", volume V, título "Toledos Pizas", página 509. As notas do linhagista estão, porém, muito incompletas, quanto à geração de Leopoldo e Helena da Silva Rosa. Esta Helena consta da "Genealogia", também no volume V, mas em título "Alvarengas", página 433. Ela se ligava, por linha materna, aos numerosíssimos Moreira de Castilho, de Taubaté, grupo genealógico tão importante quanto maltratado, por demasiado incompleto, na obra do Dr. Luís Gonzaga da Silva Leme. Sobre Helena da Silva Rosa convém ler o que publiquei na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico", volume trinta e um, em trabalho sob o título "Carlos Pedroso da Silveira".

Leopoldo da Silveira e Souza era filho de Carlos Pedroso da Silveira, nascido aqui em S. Paulo, em 1664 e falecido em Taubaté, em 1719, e de Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), nascida na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro e falecida talvez em Minas Gerais. Carlos Pedroso da Silveira, provedor dos quintos de Parati; guarda-mor; provedor da fazenda, em Taubaté; mestre de campo do terço das Minas; governador das Vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá; 25.º capitão-mor governador e ouvidor da Capitania de Itanhaen; é figura muito conhecida na história de São Paulo.

Deixou o casal Carlos Pedroso da Silveira — Izabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo) os seguintes filhos: 1 — Gaspar Guterres da Silveira, ignoro de que ano; 2 — Leopoldo da Silveira e Souza, batizado em Taubaté, aos 15 de junho de 1700, casado em Guaratinguetá em 1723 e falecido em Cunha, em 1771; 3 — Leonel Pedroso da Silveira, padre ordenado em São Paulo, estudou com os jesuítas na Bahia e, às vésperas de se ordenar (1749), era mestre de gramática em Minas; 4 — Maria Pedroso da Silveira, batizada em Taubaté, aos 3 de maio de 1692, casada com Francisco Álvares Corrêa. Dêsse casal penso que é bisneta Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira; 5 — Bernarda Pedroso da Silveira, falecida em Taubaté, em 1710, casada com João Pedroso de Castilho; 6 — Tomásia Pedroso da Silveira, casada com o capitão Domingos Alves Ferreira.

CVI

Na história de Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719) há alguns pontos que merecem atenção, da parte dos estudiosos taubateanos, a cuja frente se encontra Félix Guisard Filho. Dei, no subsídio anterior, uma lista dos seis filhos do notável paulista e de sua mulher Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo). O Dr. Luís Gonzaga da Silva Leme, entretanto, leu, em assentamento paróquial de Nazaré de Atibaia, com a data de dois de março de 1762, o casamento de Manuel da Costa Silva com Maria de Lima Escudeira, onde o contraente se declara freguês de São João de Atibaia, filho de Manuel da Costa Guimarães e de Ana Pedroso da Silveira e neto materno de Carlos Pedroso da Silveira e de Isabel de Souza, de Taubaté.

Tal registo matrimonial levou o linhagista de Bragança a escrever na página 513 da sua obra, volume V, título "Toledos Pizas", o nome de Ana Pedroso da Silveira entre os filhos do mestre-de-campo. A propósito, na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volumes trinta e trinta e um, em dois trabalhos sôbre o assunto, estranhei o caso, uma vez que o testamento de Carlos Pedroso da Silveira, ditado do leito de morte a Antônio de Aguiar Ferreira, que o escreveu, nada fala sôbre-essa filha Ana, mencionando apenas Gaspar, Leopoldo, Leonel, Maria, Bernarda e Tomásia.

Seria interessante precisar a data do casamento do mestre-de-campo bem como as do nascimento dos filhos. Nas minhas pesquisas achei apenas duas datas exatas e uma aproximada. Maria Pedroso da Silveira foi batizada em Taubaté aos 3 de maio de 1692 e Leopoldo da Silveira e Souza, igualmente em Taubaté, aos 15 de junho de 1700. Quanto ao padre Leonel Pedroso da Silveira, seria de 1702, data que se infere do depoimento de Andresa de Castilho e Souza (S. L., volume V, título "Alvarengas", página 433). Esta Andresa era irmã germana de Helena da Silva Rosa, que casou em 1723, com Leopoldo (irmão de Leonel), e de Francisco de Moura Ferreira. Ela era mãe do padre Pedro da Fonseca de Carvalho, ordenado em São Paulo, em 1732 e que fôra companheiro de infância de Leonel, em Taubaté, e de estudos, na Bahia, com os jesuítas.

A depoente conhecia intimamente a família de Leonel Pedroso da Silveira e se considerava até pessoa da casa. Tinha, em 1749, data do depoimento, sessenta anos e contava trinta quando a família de Leonel se ausentou de Taubaté. Disse mais que Leonel, por ocasião de ir-se embora, estava com seus dezessete anos. Esses dados preciosos, oriundos de quem tão bem informada andava, dão a Leonel Pedroso da Silveira, que foi clérigo em Minas (São Caetano?), a data de 1702, para o nascimento.

Gaspar Guterres da Silveira, que parece ser o primôgenito de Carlos Pedroso da Silveira, requereu habilitação de *genere et moribus*, em São Paulo, em 1705. Há uns papéis dessa época, no arquivo da Cúria Metropolitana, onde o nome do habilitando está Gaspar Guterres "da Silva". Não entrou para o clero, como Leonel; andou por Pitangui, consta de um mandado de prisão passado pelo conde de Assumar, em Mariana, aos 21 de dezembro de 1719, e morreu paupérrimo em 17 de fevereiro de 1751, sendo enterrado na Capela de São Gonçalo, filial "desta Matriz de Santo Antônio do Rio Verde", segundo o assentamento assinado pelo padre João Bernardo da Costa Estrada, vigário. Já publiquei êsse registo de óbito, no subsídio treze, desta série, por onde se vê que Gaspar tinha o pôsto de sargento-mor, o que significa que havia sido homem importante. Mas o vigário diz que o falecido, casado, natural de Taubaté, andava pelos setenta anos de idade, os quais setenta anos, deduzidos de 1751, dão a era de 1681 para o nascimento do sargento-mor. Mas em 1681 Carlos Pedroso da Silveira estava apenas nos dezessete, sendo, como se sabe, de 1664. Acredito que Gaspar Guterres da Silveira, quando do seu falecimento, não havia ainda atingido os setenta. Seria, talvez, de 1685, dado que tivesse vinte anos, ao tempo em que requereu habilitação para o clero, e, então, Carlos Pedroso haveria de ter casado por 1684, aos vinte anos.

Bernarda Pedroso da Silveira faleceu em Taubaté aos 28 de setembro de 1710, e deixou o filho único Carlos Pedroso da Silveira (neto), o qual casou em Araçariguama, em 25 de outubro de 1734, com Maria Pedroso de Almeida, filha de Pascoal Leite de Miranda e de Isabel de Lara de Mendonça (S. L., volume terceiro, página 130, em título "Prados", onde convém corrigir o nome do marido de Bernarda para João Pedroso de Castilho, como está no registo de Araçariguama). Bernarda também aparece aí nesse registo, como Bernarda de Souza, o que se não deve estranhar, visto como o hábito generalizado de antanho consistia em dar cognomes maternos às filhas, e a mãe de Bernarda era Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo). Supondo-se que Bernarda contasse vinte anos quando morreu, teria nascido por 1609.

Achei, em um livro de batizados de Guaratinguetá, o registo do batismo de Emiliana, filha de Domingos Álvares Ferreira e de Tomásia Pedroso da Silveira, sendo padrinhos Antônio Soares Ferreira e Isabel de Souza, viúva. O assentamento traz a data de oito de junho de 1722. Emiliana, que vem na página 432, volume quinto da "Genealogia Paulistana", em título "Alvarengas", usava o nome de Emiliana Francisca de Moura e casou em 1747, em Pindamonhanga, com Francisco Leite de Faria (Sodré).

Sobre a viúva de Carlos Pedroso da Silveira, vê-se do depoimento referido, prestado em 1749, por Andresa de Castilho e Souza, que Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo) saiu de Taubaté para o Caminho do Mar, em 1719, que é o ano da morte do mestre de campo. Aonde, porém, teria ido? Parati seria um destino imaginável, mas talvez tivesse ficado pela Boa Vista, pouco adiante da atual Cunha, zona de certo já habitada por Luís da Silva Pôrto (S. L., volume V, página 559, título "Toledos Pizas"), fundador, em 1724, e primeiro padroeiro da capela de Jesus, Maria, José. Na Boa Vista também residiu Leopoldo da Silveira e Souza, tanto que nessa capela de J. M. J. foi sepultada Rosália, a primogênita de Leopoldo, batizada em Guaratinguetá em 12 de dezembro de 1724, pelo padre José Alz Vilela. A sesmaria da Serra de Parati, entretanto, somente a 18 de novembro de 1735 é que foi concedida a Leopoldo da Silveira e Souza e a seu sobrinho Carlos Pedroso da Silveira (neto), o filho de Bernarda.

Quanto tempo teria levado a viúva de Carlos Pedroso da Silveira a se retirar definitivamente para a região das Minas? Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos, na "História Antiga das Minas Gerais" fala na ida de Isabel para "o Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambu, concedidas em sesmaria ao mesmo Carlos Pedroso e a seu genro Francisco Alves Correia, por d. Fernando Martins Mascarenhas, por provisão de 30 de setembro de 1706". Por carta de sesmaria, passada em Vila Rica a 27 de março de 1726, d. Lourenço de Almeida concedeu uma légua de terras à viúva do mestre de campo Carlos Pedroso, na região de Baependi, deferindo assim o pedido que ela havia feito, no qual declarou que era moradora em Baependi abaixo caminho velho das Minas, para onde se retirara depois da morte do marido.

Fica-se, do exposto, na certeza de que Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), pobre, com encargo de educação de filhos, mudou para Minas Gerais entre 1719, data em que enviuvou, e talvez 1725, admitindo-se êste ano como sendo o do pedido que o conde de Assumar deferiu. Ela diz que se transferiu para Minas, depois da morte do marido. Sim, depois de agosto de 1719. Deve ter morrido em Baependi, já o afirmei no subsídio quatorze, a que me reporto. Ainda não foi possível precisar quando se deu o falecimento.

A análise da ascendência de Valdomiro Silveira levou-me às considerações que aí ficam, tendentes a elucidar a vida de Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher, ilustres quintos avós do escritor cachoeirense, tão conhecido e apreciado.

CVII

Esta Dona Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), a quem me tenho referido últimamente, nascida no Rio de Janeiro e batizada na freguesia de Irajá; casada em São Vicente, pela altura de 1684, com Carlos Pedroso da Silveira; e, depois de viúva, em 1719, mudada de Taubaté para a região de Baependi, onde deve ter falecido em data que se não pode precisar, mas, na verdade, posteriormente a 1726; era uma interessante figura, sob o ponto de vista genealógico e disso quero ocupar-me na presente nota, não direi ampliando o que já tem sido publicado, a propósito, e sim coordenando dados esparsos, para um resumo mais fácil de ler e guardar.

Em matéria histórica e genealógica, já o tenho observado, muitos equívocos se produzem pela não repetição sistemática de certos pontos, dignos de melhor estudo. Não faz muito, e isso sempre pesa nas minhas cogitações, conforme o referi há tempos, o escritor paulista Paulo Setubal, ao escrever sobre o ouro das Minas Gerais, colocou ao lado de Bartolomeu Bueno de Siqueira (S.L., volume VII, título "Siqueiras Mendonças", páginas 503/504), um indivíduo chamado Carlos Pedroso "de Siqueira", ao qual o fecundo romancista deu os atributos de "raposão e matreiro".

Esse duplo equívoco de Paulo Setubal explica-se facilmente pela ausência de leituras documentadas, postas à mão do romancista que deseje enveredar na trilha agradável do romance histórico, gênero de literatura perigoso, entretanto, quando o autor desfigura o nome e o caráter fundamental dos personagens.

Basilio de Magalhães, na sua "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", afirma que entre fins de 1694 e maio de 1699, Carlos Pedroso da Silveira fez três viagens ao Rio de Janeiro, sendo as duas primeiras as da exibição do primeiro ouro das Gerais. Em 1694, Carlos Pedroso contava trinta anos, estava casado, já tinha filhos e "viviu em Taubaté à lei da nobreza", êle que, quando estudante, aqui nesta sua terra natal, "se tratava com a gravidade com que se tratam as pessoas graves".

Ao conceder sesmaria à viúva, em 1726, Dom Lourenço de Almeida diz a respeito de Carlos Pedroso, que havia servido a Sua Majestade, "no tempo dos governadores gerais meus antecessores, assim na Capitania de São Paulo como nestas Minas, com muita honra e igual zêlo, com que se distinguiu entre seus naturais".

Dona Isabel Ebânos "era da família grave dos Botafogos" e filha de Gibaldo Ebânos Pereira, batizado na cidade do Rio de Janeiro, na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, "ou Sé dela", e de Inês de Moura Lopes, de São Vicente; neta materna de Manuel Lopes de Moura, de São Vicente, e de Maria Gonçalves (em

Silva Leme, volume V, página 509); neta materna de Manuel Lopes de Moura, que outros dizem Moreira de Moura, de São Vicente, e de Inês Gonçalves, da mesma vila (em Pedro Taques, "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume trinta e nove, página 198).

Gibaldo Ebânos Pereira, natural do Rio de Janeiro, seria filho de Heliodoro Ebânos Pereira e de Maria de Souza Brito, igualmente do Rio. Neste ponto, a análise calma e minuciosa leva a admitir qualquer lapso dos linhagistas na ascendência de Gibaldo, porque não se pode aceitar, sem anacronismo, que o pai dêle tivesse vindo para o Rio de Janeiro em companhia de Estácio de Sá, de quem era até primo-irmão, no dizer de Pedro Taques. Supondo-se fôsse d. Isabel da idade do marido, teria nascido por 1664. Para Gibaldo ser filho de um companheiro de Estácio de Sá, fica muito tempo de permeio. Talvez Gibaldo fôsse filho de um Heliodoro Ebânos Pereira e neto de Heliodoro Ebânos ou Heliodoro Eoban, que Hans Staden encontrou no litoral paulista em 1552.

Sobre Heliodoro Ebânos, convém ler com atenção o belo trabalho do Dr. Ermelino A. de Leão, historiador paranaense, publicado no volume treze (1908) da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Heliodoro Ebânos, de Hans Staden, que casou, no Rio de Janeiro, com uma filha de João de Souza Pereira Botafogo, o da sesmaria e que deu o nome à praia, é filho do notável poeta alemão Heliuss Eobanus Hessus. A respeito dêste, há tempos pedi ao Dr. Genésio de Almeida Moura, para quem o alemão não tem dificuldades, que visse, nas enciclopédias alemãs, o que estava escrito. O Dr. Genésio deu-me algumas notas, acrescentando com a sua autoridade: "Parece-me que a fonte principal para o estudo de Hessus é a obra de Krause, que não conheço. E' possível que seja encontrada na Alemanha, em mãos de algum antiquário". A obra referida é a de C. Krause: "Heliuss Eobanus Hessus, sein Leben und seine Werke", dois volumes, Gotha, 1879. Heliuss Eobanus Hessus nasceu aos 6 de janeiro de 1488, em Angelhausen (Hessen) e faleceu aos 4 de outubro de 1540, em Marburg.

Maria de Souza, também Maria de Souza Brito (em Pedro Taques), a que casou com Heliodoro Ebânos, era filha do cap. João de Souza Pereira Botafogo, fidalgo português decaído, em virtude de crimes e desobediências da família, tendo sido êle, João Pereira, participante, com seus parentes, dêsses crimes e resistências, e por isso igualmente perseguido, segundo a informação de Taques, e êste ainda conta que o dito João Pereira passou ao Brasil, porque a senhora rainha D. Catarina deixava passar em paz aos criminosos, que vinham à conquista dos índios bárbaros do Brasil.

com seu primo Carlos Firmino Brandão, atrás referidos; 10 — Ana Antônia de Viveiros (homônima da avó materna), de 14 anos, solteira.

Dos livros paroquiais de Queluz consta, aos três de junho de 1854, o casamento de José Lopes Figueira, filho de Antônio Possidônio do Espírito Santo e de Dona Eufrásia de Camargo (subsídio sétimo), com Ana Antônia de Viveiros, sua prima, o número dez da relação supra. E também constam, dos mesmos livros paroquiais, o casamento de Adriano Lopes de Camargo, aos 4 de abril de 1837; o de Vicente Pires Figueira, aos 23 de janeiro de 1846; o de Carlos Borges dos Santos, aos 25 de novembro de 1847. Este Carlos era de Cunha, tinha 28 anos e se declarou filho de Joaquim Borges dos Santos e de Gertrudes Maria da Conceição (subsídio cento e cinco). Vicente Pires Figueira está, sem estado civil, na página 123 do volume trinta e cinco da "Revista" citada.

Manuel Vicente Pereira da Costa era primo de Joaquim José Pereira da Costa, que deixou grande geração em Queluz do seu casamento com Maria Eufrásia de Oliveira. Dessa família tenho apontamentos que publicarei.

A outra filha do alferes Carlos, de nome Maria Rita de Viveiros, que foi casada com seu primo Mariano Moreira de Alvarenga, deixou geração em Queluz, onde o censo de 1836 apresenta os dados seguintes: Mariano, 49 anos, Maria Rita 40; filhos: 1 — José, de 11 anos; 2 — João, de 10; 3 — Antônio, de 7; 4 — Ermenegildo, de 4; 5 — Carlos, de 2; 6 — Benedito; 7 — Mariano. Os seis haviam nascido em Cunha e ignoro se a família aumentou, em relação a essa estatística de 1836. Encontrei em papéis de Queluz um João Nepomuceno Moreira e um Antônio Moreira de Alvarenga, que me pareceram os filhos João e Antônio, do casal de que se trata. E foi só, a respeito dessa descendência. Gostaria de receber informes relativos à geração de Mariano Moreira de Alvarenga e Maria Rita de Viveiros.

Fui mais feliz quanto ao casal Francisca Rita de Viveiros — Joaquim José de Macedo. Como escrevi no volume trinta e cinco, citado, da "Revista do Instituto", páginas 96 a 98, os Macedo provinham do casamento de Franciscô José de Macedo, de Setubal, com Mariana Francisca de Sampaio, de Cunha (Facão), filha do sargento-mor André de Sampaio, natural de Évora, casado com Maria da Silva, filha do capitão Manuel Lopes Figueira e de sua mulher Joana Tavares da Silva (Bicudo).

Francisco José de Macedo e Mariana Francisca de Sampaio deixaram sete filhos, dos quais ficou muito em evidência o de nome Antônio, que foi o coronel Antônio José de Macedo e Sampaio, comandante do Regimento de Infantaria de Milícias de Cunha, chama-

do geralmente "Regimento do coronel Macedo". Eis a lista dos sete Macedo — Sampaio: 1 — Francisco José de Macedo, inventariado em Guaratinguetá, com geração; 2 — José Francisco de Macedo, nascido em Aiuruoca; 3 — Coronel Antônio, já dito; 4 — Capitão João José de Macedo; 5 — Maria Josefa; 6 — Ana; 7 — Mariana.

O número quatro da relação capitão João José de Macedo, de 1768 mais ou menos, casou em Cunha com Joana Antônia de Jesus e tiveram seis filhos: 1 — Valério José de Macedo, que casou em Areias, com Justina Leme da Boa Morte, conforme se verifica pelo subsídio noventa e seis, desta série; 2 — Maria; 3 — Escolástica; 4 — Zelinda; 5 — Israel José de Macedo, considerado como cabeça da revolução de 1842 e, como tal, processado (ver "Revista do Arquivo Municipal" de S. Paulo, volume treze, página 35); 6 — Joaquim José de Macedo, que é o genro do alferes Carlos e de Ana Antônia de Viveiros.

Joaquim José de Macedo e Francisca Rita de Viveiros tiveram nove filhos, todos queluzenses: 1 — Camilo Sabino de Macedo; 2 — Eduardo de Macedo; 3 — Jeremias José de Macedo; 4 — Coronel Joaquim José de Macedo; 5 — Venâncio de Macedo; 6 — Gertrudes; 7 — Rita; 8 — Francisca; 9 — Maria. Êstes nove Macedo, que também são, por via materna, Carlos da Silveira, estão muito aumentados e espalhados. Há tempos, João Batista Rebouças da Silva ("Rev. do Arquivo Municipal", volume vinte e sete, página 122), casado que era com Maria Teresa de Macedo, filha de Camilo Sabino de Macedo, deu-me umas notas que pretendo publicar. Como já escrevi, êstes Macedo, em fins da Monarquia, transferiram-se para a atual Itaporanga e circunvizinhanças e lá se radicaram, e de certo nem se lembram mais de que descendem do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira...

CIX

No passado subsídio contei que tinha umas notas sôbre os Macedo queluzenses, que se foram para Itaporanga e circunvizinhanças, em fins da Monarquia, notas essas a mim fornecidas por João Batista Rebouças da Silva, casado com uma das Macedo Rebouças, que-luzense também, nascida em 19 de outubro de 1862. Êste João Rebouças foi escrivão e tabelião em Itaporanga, e faleceu nesta capital aos 21 de abril de 1940. Passo a reproduzir os apontamentos que me forneceu o saudoso amigo.

CAMILO SABINO DE MACEDO. — Filhos: 1 — José Pedro de Macedo, 2 — João Pedro de Macedo, 3 — Joaquim de Ma-

Mendes, casado a primeira vez com Honorina Ribas e daí a filha Inês de Macedo; casado a segunda vez com Hermínia Rodrigues, donde outros filhos (Rosa e mais alguns, cujos nomes não vêm escritos); b) — Clara de Macedo Mendes; c) — Joaquim José de Macedo Neto; d) — Maria Augusta de Macedo, casada com Elói Loureiro de Melo; e) — Auta Clara de Macedo, que foi casada com Elói e deixou dois filhos — Napoleão e Noé; f) — João Baptista de Macedo Mendes, casado com Arminda Machado e com sete filhos — Benedita, casada; João Batista de Macedo Mendes Filho; Ester, Rute, Maria de Lourdes, Rúbens e Paulo; g) — Cândida de Macedo Mendes, casada que foi com João Rodrigues de Oliveira e deixou Maria Rodrigues de Macedo, casada em primeiras núpcias com Antônio Casemiro de Oliveira e em segundas com João Batista Gomes, e Maria Mendes; h) — Floriano de Macedo Mendes; i) — Antônio; j) — Manuel; k) — Francisco.

2 — Joaquim Cornélio de Macedo, que foi casado com América Veiga e deixou a filha Maria, casada com Joaquim de Assis Ribeiro.

3 — Cândida de Macedo, casada com Augusto Piedade e com três filhos — Lili, Augusto Macedo Piedade casado com Antônia, e Leonil Piedade.

4 — Francisca Paulina de Macedo, casada com seu tio Venâncio José de Macedo (irmão do pai) e com a geração que depois se mencionará.

5 — Maria Salomé de Macedo, que parece haver falecido solteira.

6 — Maria de Macedo foi casada com José de Macedo e com o filho José Carlos de Macedo.

Continuarei a publicar os apontamentos de João Batista Rebouças da Silva, como subsídio de genealogia e também como homenagem à memória de um queluzense tão delicado e atencioso.

CX

Interrompida, no subsídio passado, a genealogia dos Macedos queluzenses, que se transferiram para São João Batista do Rio Verde, atual Itaporanga, devo hoje concluí-la, de acôrdo com o compromisso tomado. Já falei a respeito de Camilo Sabino de Macedo, Eduardo de Macedo e Joaquim José de Macedo; hoje tratarei dos demais irmãos restantes nos apontamentos de João Batista Rebouças da Silva.

JEREMIAS JOSE' DE MACEDO foi casado e deixou dois filhos cujos nomes não se pôde descobrir.

VENÂNCIO JOSE' DE MACEDO foi casado com sua sobrinha Francisca Paulina Novais de Macedo, já referida no subsídio cento e nove. Tiveram quatro filhos: 1 — Francisca Hermínia, 2 — Joaquim de Macedo, 3 — Lica, 4 — Jeremias José de Macedo. Creio esteja incompleta a geração desses filhos, que possuo, e é a que vai abaixo:

1 — Francisca Hermínia de Macedo, casada com Sebastião de Oliveira Lima, e com quatro gênitos: João Batista de Oliveira Lima, Maria de Macedo, casada com João Cerdeira de Macedo, Antonina, casada com João Batista Gonçalves, e Francisca.

2 — Joaquim de Macedo, falecido.

3 — Lica, consorciada com João de Oliveira Mendes.

4 — Jeremias José de Macedo, casado e com dois filhos cujos nomes não foi possível apurar ao serem escritos os apontamentos aqui reproduzidos. Semelhantes lacunas, freqüentes, não são de molde a causar estranheza, pois que é fato mais ou menos normal a inexistência, nas nossas famílias, do livro de registros, regularmente anotado, com os casamentos, nascimentos e óbitos, contendo indicação de lugares e datas desses importantes acontecimentos. De maneira que quando se lhes solicita um informe qualquer, dessa natureza, ou silenciam cômodamente, ou então fornecem dados incompletos e, às vêzes, errados. Fica tudo confiado à memória, e nada se teria a objetar se não fôsse a lei da desintegração, inexorável como tôdas as outras leis naturais.

GERTRUDES DE MACEDO foi casada com Manuel Gonçalves e deixaram oito filhos: 1 — Francisca, 2 — Mariana, 3 — José Gonçalves de Macedo, 4 — Joaquim Gonçalves de Macedo, 5 — Teresa Gonçalves de Macedo, 6 — Rosária, 7 — Maria do Carmo, e 8 — Manuel Gonçalves de Macedo, os quais tiveram descendência como segue:

1 — Francisca de Macedo ficou solteira.

2 — Mariana de Macedo casou com José Mendes de Oliveira e tiveram o filho Aventino Gonçalves Mendes.

3 — José Gonçalves de Macedo casou com Francisca Rodrigues, com seis filhos: a — Teonila Gonçalves de Macedo, casada com João Evergisto de Almeida; b — Alfredo Lázaro Gonçalves, casado com Maria dos Santos; c — Áurea Gonçalves de Macedo, casada com Paulino Gomes de Oliveira; d — João Batista Gonçalves, casado com Antonina; e — José Celico Gonçalves, casado em primeiras núpcias com Maria Gomes de Oliveira, e com a filha Maria. Casado em segundas núpcias com Etelvina, com filhos deste novo matrimônio; f — Áurea Gonçalves, casada.

Já contei essas coisas, nos subsídios desta série, de numeros nove, treze, sessenta e sete e sessenta e oito, respectivamente saídos nas edições do "Correio Paulistano", de 4 de agosto e 1.º de setembro de 1939, e 20 e 27 de setembro de 1940. Não resta mais dúvida a respeito: Manoel Álvares de Moraes Navarro usava um cognome de origem materna e pertencia à progênie de Baltazar de Moraes de Antas, filho de Pedro de Moraes e de Inês Navarro de Antas, o qual Baltazar ficou sendo, na genealogia destas bandas, o tronco dos Moraes, capitulados em Silva Leme no referido volume sétimo da sua notável obra.

Nos subsídios oitenta e um e oitenta e quatro, de 27 de dezembro de 1940, e de 17 de janeiro de 1941, insisti no fato de que os Moraes Navarro não formam grupo genealógico especial, pois são os próprios Moraes, que todos se originam em Pedro de Moraes e Inês Navarro de Antas. -

Aqui em São Paulo, num ou noutro ponto, certos Moraes assinavam Moraes Navarro e tinham o direito de o fazer, como, aliás, todos nós que descendemos de Baltazar de Moraes de Antas. Fique assentado definitivamente que os Moraes Navarro não formam grupo especial na genealogia paulista, ou em qualquer outra genealogia que se venha entroncar aqui.

Quanto à descendência de Manoel Álvares de Moraes Navarro, ela deriva de três casamentos do bandeirante, sendo suas espôsas, sucessivamente, Maria de Oliveira (em São Paulo), Inês Barbalho Lins (em Pernambuco) e Teresa de Jesus Lins (também em Pernambuco).

Já publiquei a lista dos filhos de Manoel Álvares de Moraes Navarro, no subsídio sessenta e oito, reproduzindo as notas de Taunay, páginas 231 e 232 da "História Geral das Bandeiras Paulistas", tomo sétimo (São Paulo, 1936). São seis êsses filhos: (da primeira mulher) 1 — Manoel Álvares de Moraes Navarro, casado em Pernambuco com Adriana de Almeida Uchôa, irmã de sua primeira madrastra; (da segunda mulher) 2 — Manoel Álvares de Moraes Navarro Lins, que teve cargos em Pernambuco; (da terceira mulher) 3 — Ana Francisca Xavier, que casou com o médico João Luís da Serra Cavalcante; 4 — Isabel Teresa de Moraes Lins, espôsa do Dr. Manoel de Araújo Cavalcante, irmão do Dr. João Luís; 5 — Maria de Moraes Lins, consorciada com Antônio de Araújo Vasconcelos e 6 — Adriana Vanderlei, que casou com seu parente Gonçalo José Cavalcanti de Albuquerque.

No citado subsídio oitenta e quatro referi-me a uns Moraes Navarro que moravam em Araçariguama, pelo século dezoito, filhos de Manuel de Moraes Brito e de Isabel Moreira. Manuel de Moraes Brito era filho do sargento-mor Manuel de Moraes de Siqueira e de Teresa

de Brito. E' gente que aparece na "Genealogia Paulistana", volume sétimo, páginas 54 e 55, título "Morais". Trata-se de descendência de Manuel Rodrigues de Moraes, sargento-mor, filho de Baltazar de Moraes de Antas, o moço. Esses Moraes Navarro, de Araçariguama, estão hoje muito espalhados por Tietê, Piracicaba, Itápolis; ainda há pouco faleceu o tietense Plínio Rodrigues de Moraes, que foi do Conselho Administrativo do Estado, o qual se ligava ao bloco genealógico de que venho falando neste parágrafo. Aparecendo gente com o cognome Moraes Navarro, por estas zonas sulinas, é êrro afirmar, desde logo, só pela semelhança onomática, que se trata da família de Manuel Álvares de Moraes Navarro, a se tomar o termo família com o significado restrito do uso comum. Sim, todo Moraes Navarro é não só da família de Manuel Álvares (filho de Manuel Álvares Murzilho e de Ana Pedroso de Moraes), como igualmente da família de qualquer outro Moraes, descendente de Baltazar de Moraes de Antas, empregando-se, porém, aqui, o termo família com significação ampla, como se dirá, por exemplo: o Dr. Silva Leme tratou da família Moraes, no volume sétimo; da família Camargo, no volume primeiro; da família Godoi, no volume sexto, e assim por diante, usando-se então família no sentido de capítulo da "Genealogia Paulistana". E só nesta acepção larga poder-se-á concluir que todos os Moraes Navarro são da mesma família, ou seja da mesma família dos Moraes.

Dada a projeção dos Moraes Navarro de Cabo Verde e Muzambinho, talvez não seja difícil ligá-los aos seus troncos da "Genealogia Paulistana" e a propósito devo aqui citar interessante trabalho, assinado pelo ilustre advogado Dr. Odilon Navarro, publicado no "Correio Paulistano", em 9 de fevereiro de 1940. Gostei do estudo, sentindo apenas que não explicasse a ligação do Dr. José Gregório de Moraes Navarro Leme (Silva Leme, volume oitavo, página 282, título "Pretos") com Luís Antônio de Moraes Navarro, feito segundo barão de Cabo Verde em 3 de agosto de 1889, e os irmãos dele Elias de Moraes Navarro, Ana Custódia Navarro de Magalhães e Venância Navarro de Paula Assis que o articulista diz ser ascendente (e com satisfação o li) dos meus velhos amigos Dr. Andreilino de Assis, Dr. Alfredo de Assis e Dr. José de Assis, êste último nosso prezado confrade.

O livro do sr. Moacir Bretas Soares alude também a "Manuel Bento de Moraes Navarro", doador de linda imagem à matriz de Jaú. Penso que o autor quer falar de Bento Manuel de Moraes Navarro, recenseado em Piracicaba, em 1828, com 46 anos de idade, natural de Itu, agricultor cuja geração vem na página 198 do "Anuário Genealógico Brasileiro", segundo volume. Esse Bento Manuel aparece na "Genealogia Paulistana", volume segundo, em título "Lemes", página 219, filho que era de Manuel de Moraes Leme, e são da pro-

aí faleceu aos 30 de agosto de 1890. A mulher morreu aos 11 de julho de 1896, em Ipirapuã, distrito de Patrocínio do Sapucaí. Esta senhora, Ana Custódia Ribeiro, era filha de José Máximo Ribeiro de Magalhães e de Maria Custódia da Fonseca, descendente assim de famílias de Aiuruoca, Alagoa, Bocaina. Fôra casada em primeiras núpcias com José de Arruda Carreira, comerciante português em Aiuruoca e nasceram cinco filhos desse consórcio, os quais são: 1 — José Máximo Ribeiro, casado com Delmira, número 4-9, da página 128, da "Revista" citada, filha de Francisco Cirino da Silva, irmão de Joaquim; 2 — Maria Custódia, que foi casada com José da Cunha Nobrega, de Barra Mansa, Estado do Rio, um dos informantes do sr. Vítor Rebouças; 3 — Antônia Cesarina, viúva de Alacrino de Freitas Machado, que residia em Araçatuba em 1936; 4 — João Batista Ribeiro, falecido, era casado com Maria Ramos Freire (de Campo Belo), pais dos senhores Adail Ramos Ribeiro e Haroldo Ribeiro, advogado nesta capital; e finalmente; 5 — Ana Vitória Ribeiro, solteira, residente em Ribeirão Preto (1936).

O sr. Vítor Rebouças Ribeiro fixou residência em Ribeirão Preto e aí casou, aos 19 de junho de 1907, com Maria Amélia, filha do coronel Antônio Furquim Pereira e de Emiliana Torres, que foram fazendeiros em Vila Bonfim, já falecidos, e, desse matrimônio, haviam nascido até a data da carta do sr. Vítor (outubro de 1936) os doze seguintes filhos: 1 — Aurélia Rebouças, professora; 2 — Dr. Acácio Rebouças, magistrado; 3 — Katia Rebouças, normalista e educadora sanitária; 4 — Maurício Rebouças; 5 — Pêrsio Rebouças; 6 — Ana Rebouças, normalista; 7 — Francisco José Rebouças; 8 — Maria Teresinha; 9 — Gema Galgani; 10 — Maria Emiliana; 11 — Maria Aparecida, falecida aos 3-11-1932 e, 12 — Antônio Galvão Rebouças, nascido em 15-12-1935.

O mesmo prestimoso informador, queluzense de nascimento, remeteu-me ainda, pela carta referida, mais uns acréscimos sobre a geração de Deoclécio Roque da Palma, que figura na página 112 da "Revista" acima indicada. São três os filhos de Deoclécio: 1 — Tarcila; 2 — Benedita, as quais residiam em Guaratinguetá em 1936, e 3 — Alcides Roque da Palma, com 48 anos em 1936, casado com Segismunda Rocha, residentes em Penápolis, casal este que tinha sete filhos, pela data da informação; a — Floripes; b — Paulo Rocha da Palma, nascido em 26-1-1915; c — Severo Rocha da Palma, nascido em 27-10-1917 d — Ivan, e Ivete, falecida, f — Carlos, g — Arlete.

Este Deoclécio Roque da Palma é filho de um Felicíssimo de Palma e neto de Antônio Francisco Monteiro e de Maria Josefa de Vasconcelos. Ele usava o nome de Felicíssimo Saraiva da Palma, em atenção ao padraсто de Maria Josefa, e a essa gente já me referi

no subsídio noventa e sete desta série, quando tratei da descendência de uns Antunes Fialho, de Cunha, que se fixaram em Areia's.

A genealogia é matéria difícil, complicada, demorada, e se a considerarmos como uma flor do espírito, de certo que será a flor da roseira, com seu aprumo, seu colorido, seu perfume e... seus acúleos, que tais são os erros e as dificuldades invencíveis.

CXIII

Na verdade, a família Domingos Salgueiro-Pereira de Castro, de Lorena, pelo seu desenvolvimento apresenta hoje sérias dificuldades ao genealogista, que dela queira tratar com carinho. O Dr. Gama Rodrigues, conhecido clínico, atualmente morador em Taubaté, entendeu, em boa hora, de fazer minucioso estudo dessa família e já publicou dois trabalhos relativos ao assunto: "A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência" e "Os Azevedos, de Lorena", saídos nas edições da "Revista Genealógica Brasileira", número um, dois e três.

Em 1789, o censo das Ordenanças de Lorena, num dos seus parágrafos, apresentava o capitão Manuel Domingues Salgueiro, de 41 anos, sua mulher Ana Maria (Pereira de Castro), de 31, e os oito filhos do casal: 1 — Manuel, de 18 anos; 2 — José, de 6; 3 — Antônio, de 4; 4 — Maria, de 18; 5 — Felizarda, de 16; 6 — Ana, de 14; 7 — Luisa, de 10; e 8 — Mariana, de 2. Em 1816, o recenseamento de Lorena indica o capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro, sua mulher Ana, e, agregados à casa, Gertrudes Maria da Piedade, de 44 anos, lorenense; Antônio Nunes de Siqueira, natural de Cunha, com 35 anos, e a espôsa dêste — Mariana Domingues Salgueiro, lorenense, de 29 anos, e os filhos do casal: 1 — Manuel, de 5 anos; 2 — Cesária, de 3; e 3 — Mariana, de quatro meses.

Nos subsídios quatro, onze, quarenta e um e cinqüenta e oito tive ocasião de me referir aos nomes supra-citados, e dei mesmo certo relêvo ao de Cesária, que conheci (neta materna de Manuel Domingues Salgueiro e de Ana Maria Pereira de Castro), a qual era d. Cesária Querubina, casada com o taubateano Vicente Moreira da Costa, e deixaram geração de seis filhos: 1 — César Moreira de Castro, lorenense, voluntário do Paraguai, morto em campanha. Este César deixou uma filha, Faustina, que foi a mulher de Pedro Alexandre Pereira Couto, do qual falei no volume quatorze da "Revista do Arquivo", página 44; 2 — Júlio Moreira de Castro, silveirense, solteiro; 3 — Mariana, casada com Antônio Guedes de Paiva, português, com quatro filhos: a) — Júlia, casada com Alfredo Guedes (subsídio setenta e quatro); b) — Antônio Paiva, que foi da Alfândega de Santos, casado com Dejanira Moreira Lima; c) — Maria, casada com o português Francisco Ma-

galhões Bastos; e d) — Mariana, casada com seu primo Colombano de Carvalho. Este casal Colombano-Mariana reside aqui em São Paulo e tem vários filhos, entre os quais a professora Maria José Paiva de Carvalho, minha distinta ex-aluna na aula de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal da Praça da República (1931-1932); 4 — Vicência, casada com José Bernardino de Carvalho, afamado professor público em Silveiras, por longos anos, bravíssimo no exercício das suas funções didáticas, filho de Bernardino Antônio Coelho e de Ana Maria Ribeiro. José Bernardino e Vicência tiveram: a) — Etelvina, solteira; b) — Raul, casado com Emérita; c) — professor Mário de Castro Carvalho, casado com Carolina Guedes (subsídio setenta e quatro); d) — Lucinda, solteira; e e) — Colombano de Carvalho, casado com Mariana, sua prima, acima ditos; 5 — Augusta, casada com João Ribeiro Montenegro, farmacêutico formado na Espanha, e tiveram seis filhos: a) — João, casado com Carlota Leopoldina de Castro, sua prima; b) — Antônio, solteiro; c) — Paula, casada com Francisco de Paula Santos; d) — Elisa, casada com José Antônio de Paula Santos; e) Gustavo Montenegro, casado com Maria Bicudo; e f) — Augusta, casada com Luís Marcondes dos Santos. Os dois irmãos Paula Santos, guaratinguetaenses, casados com as duas irmãs Montenegro, silveirenses, têm prole assaz conhecida em São Paulo; 6 — Paula, primeira mulher de José Maria de Melo Varajão que depois casou com Emília Ferreira de Avila Rebouças (ver "Revista do Arquivo", volume vinte e sete, página 170).

Manuel e Mariana, irmãos de d. Cesária Querubina e que aparecem no recenseamento de 1816, como acima foi transcrito, de certo não cresceram, pois os três únicos irmãos que se mencionam em idade adulta são: 1 — Nuno Domingues de Siqueira Salgueiro, casado com Francisca Guedes e tiveram a filha única Carolina Leopoldina, que foi casada em Silveiras com Simões, de nacionalidade portuguesa, com geração (subsídio setenta e quatro); 2 — Ana Francisca Pereira de Castro, que foi a segunda mulher do patriarca silveirense Manuel Guedes da Cunha (subsídio setenta e quatro) e tiveram os onze filhos de que já dei notícia; e 3 — Carolina, casada com Francisco Pereira Leite.

O Dr. Gama Rodrigues procura agora completar a genealogia dos descendentes de Manuel, recenseado com 18 anos, em 1789, o qual foi o capitão-mor Manuel Pereira de Castro que, do seu casamento com Ana Maria de S. José, deixou onze filhos: Querubina, Modesto, Isabel, Francisco, padre Manuel Teotônio, Manuela, Ana Justina, Maria da Guia, Joaquim Honorato (Nhô Quim Mor), Carlota Leopoldina e Emília.

Ele gostaria de ter notícias exatas principalmente destes descendentes do capitão-mor Manuel Pereira de Castro:

1.º — Antônia Pereira da Encarnação, filha de Querubina Pereira de Castro e de Domiciano Ferreira da Encarnação, casada que foi com Antônio Camilo de Lelis e que deixou um filho de nome Antônio;

2.º — Francisca Pereira da Encarnação, irmã de Antônia, casada com Bento Barbosa Ortiz, e tiveram a filha Ermelinda, que foi a mulher do Dr. Marcelino Pope da Silva Lopes. Filhos dêste: Mário, Horácio, Hilda;

3.º — Manuel Domiciano da Encarnação, casado com Alexandrina Mota, com os seguintes filhos: Pedro Ferreira da Encarnação; Emília, casada com José Crispim de Castro (pais de Antônio, Francisco, Laudelino, José); Aureliano da Encarnação, casado com Maria (?) (e são os pais de Manuel, João, Rosalina); Franklin, casado com Ana Rosa (?) (e são os pais de Manuel, Alexandrina, Ambrosina, José, Maria); Flaminio, casado com sua prima Maria Balbina de Castro (pais de Balbina, Gregório, Maria, Maria segunda, José, Benedita, Mariana, Flaminia, Manuela, casada com José Fraissat, Pautila, Maria terceira, casada com Maillard);

4.º — José Domiciano da Encarnação, casado com Justina de Godoi Bueno, com uma filha, Brasília, casada com Domingos Pedro Teixeira;

5.º — Manuel Pereira Gomes de Castro, filho de Ana Justina de Castro e de Crispim José Gomes, casado com Balbina Prudência da Palma (pais de José, casado com Adelaide Soares; Cornélio, casado com Conceição Ribeiro de Jesus; Maria Balbina, casada com seu primo acima referido Flaminio Pereira da Encarnação);

6.º — Manuel Honorato Pereira de Castro, filho de Joaquim Honorato (Nhô Quim Mor) e Ana (D. Ana do Campinho), casado com Francisca Lopes (pais de Joaquim, Maria, Clementina, José, Jacques, Pedro Gumerindo, Salomão Salgueiro, Joaquim Honorato Sobrinho, casado com Julieta de Castro, pais de Cora, casada primeiro com o coronel Emídio Piedade Filho, com três filhos — José, Maria e Emídio; casada em segundas núpcias com o Dr. Pedro Camarinha, com dois filhos — Pindaro e César).

Depois da geração de Manuel Pereira de Castro e Ana Maria de São José, a qual só por si representa considerável soma de esforços, de certo o Dr. Gama Rodrigues irá tratar da descendência dos irmãos do capitão-mor, filhos de outro capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e Ana Maria Pereira de Castro. Assim, aos poucos, realizará o seu simpático programa genealógico, referente à GENS LORENENSIS, conforme a si mesmo se propôs.

Cumpra a cada um de nós, leitores e amigos dessa especialidade que é a genealogia, concorrer com a sua pedrinha para a edificação

do templo. E o templo, aqui, no caso, é o estudo das famílias da antiga freguesia de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da terra lorenense e venerada nas suas lindas igrejas.

Eu, de mim, tenho feito o que é possível, embora ainda nada haja conseguido sobre a filiação de Januário da Cunha Gago, de São Paulo, e Maria Correia, sua mulher, de Taubaté, apesar dos reiterados pedidos e das repetidas pesquisas, até agora infrutíferas...

CXIV

Quando o Dr. João Batista da Silveira, pai do escritor paulista Valdomiro Silveira, escreveu, no seu livro de notas de família, as linhas referentes ao seu segundo gênito, de certo o fez com perfeito conhecimento de causa, cuidadoso como era no mister de assentar, com minúcia, o que se relacionava com a prole.

Demais, tinha êle, anotador, o exemplo que vinha de trás, em assentamentos feitos desde 1724, como facilmente se poderá verificar na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume trinta e três, páginas 243 e 272, no trabalho que aí publiquei sob o título "Um precioso manuscrito — Notas de família — Descendência de Carlos Pedroso da Silveira".

Nessa citada "Revista", transcrevi, por inteiro, o que consta do manuscrito em poder do Ministro Dr. Alarico Silveira, ao qual muito grato fiquei pela confiança em mim depositada, ao me emprestar, por tempo indeterminado, o precioso documento que lhe legaram os seus maiores.

Ora o Dr. João Batista da Silveira (que ao tempo não era ainda formado), lançou no seu registo, muito claramente, o seguinte: "Nasceu meu filho Valdomiro Silveira, no dia onze de novembro de mil oitocentos e setenta e três. Foram seus padrinhos meu irmão Zeferino Carlos da Silveira e minha sobrinha Maria Jardim da Silveira. Batizou-o o vigário Pedro José da Veiga, a 9 de março de 1874, na Vila do Cruzeiro, antigo Embaú". Lugar do nascimento: — Senhor Bom Jesus da Cachoeira, Têrmo de Lorena".

Aí está pois o caso, elucidado por quem o podia fazer muito bem, e o fez, de fato. Valdomiro Silveira viu a luz do dia no Bom Jesus da Cachoeira e recebeu o batismo no Embaú, sendo ministro o vigário desta antiga freguesia, padre Pedro José da Veiga. Valdomiro é cachoeirense, definitivamente. Por que, entretanto, viver-se repetindo que êle nasceu no Embaú, lugar onde apenas foi batizado?

Escreva Cachoeira, aos seus fastos, jubilosamente, a data de onze de novembro de mil oitocentos e setenta e três e comemore a efeméride, na altura do mérito, reconhecido e proclamado, do escritor paulista (cachoeirense).

Já andei estudando a genealogia de Valdomiro Silveira, nos subsídios cento e quatro e seguintes e, no primeiro dêesses estudos, ao me referir a São Bom Jesus da Cachoeira, atribui-lhe a categoria paroquial de freguesia. Não era e nunca foi freguesia. Como encontrasse, por aqui, dificuldades de resolver certos pontos relativos à situação da Capela do Bom Jesus da Cachoeira, recorri aos bons officios do Dr. Gama Rodrigues, e êste, com a boa vontade costumeira, remeteu-me logo um interessante folheto, cheio de dados sôbre Cachoeira, Jataí, Embaú, editado em 1929, sob a orientação do virtuoso sacerdote, ora falecido, monsenhor José Soares Machado. Tal folheto intitula-se "A Santa Cabeça", e foi impresso em Cachoeira, na "Casa Gráfica Pedro II".

Além dessa obra, recebi também uma cópia extraída do Livro do Tombo da Matriz de Lorena, página 35, com o "Título da Capela do Senhor Bom Jesus sito no bairro da Cachoeira, filial desta Matriz de Nossa Senhora da Piedade". E' uma declaração lavrada em Lorena, a primeiro de abril de 1795, pelo vigário padre José Gonçalves da Silva. Publicarei essa declaração a qualquer tempo. Tive igualmente em mãos uma carta, assinada pelo sr. José Gomes, antigo morador de Cachoeira, elucidando algumas dúvidas. Do estudo dessas fontes depreende-se que o Bom Jesus da Cachoeira nunca foi paróquia, embora tivesse capela, com padre, às vêzes, conforme encontrei em antigos recenseamentos de Ordenanças de Lorena, existentes no Arquivo Público do Estado.

Na margem direita do Paraíba, em frente quase ao povoado do São Bom Jesus, ficava o pôrto fluvial, com a capela de Santo Antônio, o qual pôrto, por ser também próximo às cachoeiras do rio e à confluência do rio Bocaina (afluente da margem direita do Paraíba), recebeu as denominações sucessivas de Cachoeira (1876), Bocaina (1880), e Cachoeira, novamente (1915).

Em 1875 a Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil, inaugurou, na margem direita, no lado da Capela de Santo Antônio, a estação ferroviária, onde depois se construiu o grande edifício destinado a ponto terminal da linha. E já a 15 de fevereiro de 1876, na Assembléia Provincial, aparecia o projeto número trinta e um, assinado por José Luís de Almeida Nogueira e padre Bento de Almeida, elevando à categoria de freguesia a Capela de Santo Antônio da Cachoeira, na Paróquia de Lorena. Dêsse projeto saiu a Lei Provincial número trinta e sete, de vinte e nove de março de 1876, que efetivou o plano dos sobreditos deputados paulistas, criando freguesia na Capela de Santo Antônio da Cachoeira, no pôrto de Santo Antônio da Bocaina.

Quando li as notas do Dr. João Batista da Silveira, referentes ao nascimento da sua filha Joana Batistina da Silveira, em 1871, e

Valdomiro Silveira, em 1873, ambos naturais do Bom Jesus da Cachoeira, andei procurando informes sobre a atual localidade Cachoeira, onde os pudesse encontrar. Do que li, porém, ficou no meu espírito a convicção de que os que trataram da matéria não levaram em conta que a atual Cachoeira, perto das cachoeiras do rio Paraíba e junto à confluência do rio Bocaina, resulta, afinal, da fusão de dois povoados contíguos dos quais fiz menção: o Bom Jesus da Cachoeira e o Santo Antônio, da Cachoeira ou da Bocaina.

Com o presente régio da estação ferroviária (1875), o Santo Antônio cresceu depressa e, logo depois (1876), ainda ganhava a graduação de freguesia. O Bom Jesus lá ficou perecendo, na margem esquerda, tendo porém os seus fiéis muito presos ao local. Quando nasceu Valdomiro Silveira (11-XI-1873), o Dr. João Batista ("Joãozinho Carlos") fez questão de declarar que o lugar do nascimento era São Bom Jesus da Cachoeira. E, para o sacramento do batismo, em 9 de março de 1874, levou o neófito à igreja paroquial "da Vila do Cruzeiro, antigo Embaú", freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Monsenhor José Soares Machado, sacerdote dinâmico, além de construir na Santa Cabeça a bela igreja, que todos admiram, em 1924 empreendeu a reforma da antiga capela do Bom Jesus da Cachoeira, que já em 1894 havia sido ampliada. Hoje lá está um belo templo, atestado da religiosidade de um povo, e da ação constante de um vigário eminentemente construtor, que tal era o falecido monsenhor Machado.

A genealogia oferece surpresas: certa anotação, achada em papel que faça fé, obriga o pesquisador a sair das linhagens, que são o seu apanágio, para lançar-se a outros terrenos, por vêzes de sondagens difíceis dada a freqüentíssima ausência de documentação apropriada aos casos em estudo.

Joaquim Ferreira Xavier, ex-escrivão e tabelião de Silveiras, grande colecionador de papéis históricos, falou-me, há tempos, sobre a necessidade de uma lei que ordenasse a abertura dos arquivos aos pesquisadores idôneos. Penso que, além disso, a esses estudiosos deveriam ser concedidas outras facilidades, como dispensas de taxas admitidas em regimentos de custas, redução de passagens ferroviárias, e quaisquer medidas valiosas para o incremento de um gênero de trabalho tão abandonado entre nós, mesmo pelos que, em razão do cargo, tenham o dever do manuseio de documentos e o dever da pesquisa. Ouvi falar de um empregado de arquivo, que se vangloriava de nunca ter pôsto as mãos em papéis velhos. Na sua inconsciência, achava bonito afirmar tal coisa. Também quantos, que dormiam no mato, na guerra do Paraguai, depois contavam a proeza, sem acanhamento algum.

Relatório de 1945

Srs. Consócios:

Determinam os nossos Estatutos, em seu artigo vigésimo-primeiro, alínea e, que à Diretoria compete “apresentar, anualmente, na sessão de abertura dos trabalhos, o relatório dos fatos ocorridos durante o ano findo e relativos à sua administração, dando conta do estado financeiro da associação e expondo as medidas que julgar mais acertadas para o seu desenvolvimento e prosperidade”. Passamos, pois, a oferecer-vos um retrospecto de nossa atividade no período decorrido entre 25 de janeiro e 1.º de novembro de 1945.

FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO — Na sessão iaugural de 25 de janeiro, foi a efeméride da fundação desta cidade comemorada com a brilhante conferência que o Sr. Coronel Tenório de Brito, sócio efetivo, em substituição ao orador oficial, Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, proferiu sobre um tema correlato: “O Pátio do Colégio e a Sede do Governo de São Paulo”. A propósito, informa a ata da assembléia, textualmente: “Ocupa a tribuna o Sr. Tenório de Brito, que dá início ao seu trabalho com a leitura de eloqüente trecho de autoria do Sr. Afonso José de Carvalho, sobre a significação do nome “Pátio do Colégio”, dado ao largo central da nossa cidade, que, por sua importância histórica, moral e social, é o mais sagrado local da Capital do Estado de São Paulo, para onde convergiram sempre todo o carinho e todo o amor dos Paulistas investigadores do passado da gente bandeirante. Depois de insurgir-se contra o projeto urbanístico que implica na demolição do antigo Palácio do Governo de São Paulo, onde funciona presentemente a Secretaria da Educação e Saúde Pública, com o fim de ser erigido, nesse local, um minarete de onde os turistas possam contemplar as chaminés das fábricas da baixada do Brás, o Sr. Tenório de Brito concita os presentes a se esforçarem para reintegrar em seu destino histórico a colina sagrada, isto é, na faculdade que ela sempre teve de governar São Paulo, nu-

ma tradição ininterrupta de quatro séculos, desde o tejuapar erguido por Tibiriçá para proteger os filhos da Companhia de Jesus”.

NOVA DIRETORIA — Na mesma sessão de 25 de janeiro, pelo Sr. Presidente Perpétuo, Dr. José Torres de Oliveira, foi empossada a nova Diretoria do Instituto, eleita em 25 de outubro de 1944, para o período de 1945 a 1947 e assim constituída: 1.º Vice-Presidente, Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker; 2.º Vice-Presidente, Dr. Frederico de Barros Brotero; 3.º Vice-Presidente, Sr. Nicolau Duarte Silva; 1.º Secretário, Prof. Tito Lívio Ferreira; 2.º Secretário, Dr. Carlos Alberto Nunes; Suplentes do 2.º Secretário, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Sr. Ciro Tassara de Pádua; Tesoureiro, Prof. Dácio Pires Correia; e Orador Oficial, Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.

COMISSÕES PERMANENTES — Ainda naquela oportunidade, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo vigésimo-oitavo dos Estatutos, nomeou o Sr. Presidente os membros das novas Comissões Permanentes, a saber: Comissão de Regulamentos e Estatutos, e de Avaliação de Ofertas e Donativos — Coronel Pedro Dias de Campos, Sr. Amador Bueno Machado Florence e Dr. Enzo Silveira; Comissão de Sindicância e de Admissão de Sócios — Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos, Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker e Coronel Luís Tenório de Brito; Comissão de Redação da “Revista” — Drs. Afonso de Escagnolle Taunay, Américo Neto do Rêgo Cavalcanti e Álvaro Soares Brandão; Comissão de História — Dr. Afonso de Escagnolle Taunay, Prof. Tito Lívio Ferreira e Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura; Comissão de Geografia — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Dr. José Ribeiro de Sá Carvalho e Prof. Dr. Aroldo Edgar de Azevedo; Comissão de Contas — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Prof. Celestino Eusébio Fázio e Sr. Roberto Carregal Pompílio Taylor; Comissão de Numismática — Dr. Álvaro de Sales Oliveira, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Sr. Nicolau Duarte Silva; Comissão de Filatelia — Drs. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt; Comissão de Genealogia — Drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho; e Comissão de Etnologia — Drs. Herbert Baldus, Plínio Marques da Silva Airosa e Jorge Bertolaso Stella. Em 7 de março de 1945, o Sr. Coronel Luís Tenório de Brito, com fundamento em “motivos de ordem particular”, renunciou o seu cargo na Comissão de Sindicância e de Admissão de Sócios, tendo o Sr. Presidente nomeado o Dr. Carlos Alberto Nunes para substituir o distinto confrade demissionário.

PUBLICAÇÕES — Por acúmulo de serviço nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado, onde se imprimem os nossos trabalhos, não recebeu ainda o Instituto, até esta data, os exemplares de duas importantes publicações cujos originais foram encaminhados àquelas oficinas, respectivamente, em 27 de agosto e em 30 de novembro de 1943: o volume XLIII da "Revista", com um substancioso estudo do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre Diogo Antônio Feijó, e os dois volumes da obra "Moedas do Brasil", de autoria do Dr. Álvaro de Sales Oliveira e comemorativa do nosso jubileu social. A fim de sanar os inconvenientes dêsse atraso em nossas publicações, julga a Diretoria que, sem prejuízo da concessão feita ao Instituto quanto à impressão gratuita de alguns volumes na Imprensa Oficial, poderão outros ser entregues a tipografias particulares, sem grande ônus para os cofres sociais.

ASSEMBLÉIAS — Dezesseis assembléias gerais realizou o Instituto durante o ano social findo, devendo incluir-se nesse número a sessão magna e quatro sessões extraordinárias.

SÓCIOS FALECIDOS — Assinalando o quinquagésimo-primeiro aniversário do Instituto, realizou-se em 1.º de novembro a sessão magna, na qual o orador oficial, Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, fez o elogio histórico dos nossos companheiros cujo falecimento tivemos de lamentar durante o ano: Coronel Luís Lobo, Mário de Andrade, Primitivo de Castro Rodrigues Sette, Almirante Henrique Boiteux, D. Alberto José Gonçalves, José Augusto de Magalhães, Armando de Sales Oliveira, General Emílio Fernandes de Sousa Docca, João Batista Reimão, Sílvio Portugal, João Gomes d'Oliveira Mendonça Cortez e D. Gastão Liberal Pinto.

NOVOS SÓCIOS — Vinte e três novos sócios ingressaram em nosso quadro social, tendo sido eleitos: efetivos, os Srs. Dr. Pelágio Álvares Lobo, Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Américo Maciel de Castro Júnior, Antônio Barreto do Amaral, Prof. Renato Silveira Mendes, Prof. Odilon Nogueira de Matos, Dr. José Quirino Ribeiro, Prof. Ari França, Dr. Pedro Moacir Campos, Dr. Eduardo d'Oliveira França, Prof. José Ribeiro de Araujo Filho, e Dr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho; e correspondentes, os srs. Prof. Jerônimo de Aquino Araujo, Dr. Américo Jacobina Lacombe, Prof. Hilton Frederici, Dr. Heitor Moniz, Dr. Alcindo de Azevedo Sodré, Coronel Herculano Teixeira Assumpção, João Dornas Filho, Dr. Jorge Moreira da Rocha, Luís Marques Poliano e Dr. José da Costa e Silva Sobrinho.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA — Regressaram ao nosso convívio os prezados consócios Prof. Astrogildo Rodrigues de Melo e Padre Alcionílio Bruzzi Alves da Silva, que estiveram na Itália como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, o primeiro com o posto de 1.º Tenente e o segundo com o de 1.º Tenente-Capelão de um contingente. Por ocasião do regresso dos expedicionários paulistas a esta Capital, fez-se o Instituto representar por uma comissão composta dos Srs. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Coronel Pedro Dias de Campos e Dr. Gastão Ferreira de Almeida. Por proposta do Sr. Amador Florence, unânimemente aprovada na assembléia de 6 de agosto, serão oportunamente publicados em nossa "Revista" os nomes de todos os expedicionários do Estado de São Paulo, que com tanta bravura defenderam, nos campos de batalha da Europa, o bom nome da Pátria.

VISITANTES — O livro de visitantes contém 1485 assinaturas, quer de sócios, quer de pessoas estranhas ao quadro social. Queremos aqui destacar as visitas do Dr. Osvaldo Rodrigues Cabral, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, autor de vários trabalhos sobre o seu Estado, e do Sr. Gabriel da Silva Jardim, jornalista, irmão do saudoso republicano Antônio da Silva Jardim,

READMISSÃO DE SÓCIO — Num gesto simpático, que mereceu a aprovação geral da Casa, o nosso distinto consócio Sr. Amador Florence, que, durante a guerra, propusera a eliminação dos sócios estrangeiros ideologicamente ligados à política do "Eixo", pleiteou a readmissão do Sr. Francisco Pettinati, cidadão italiano há muitos anos radicado no Brasil, proprietário, com filhos brasileiros e autor de trabalhos históricos. Nessa mesma ocasião, o Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, sócio benemérito, pediu a palavra e ressaltou o valor do elemento italiano na formação de São Paulo e do Brasil.

AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY — Um fato de extraordinário relêvo cultural, que muito nos orgulha, assinalou o ano social de 1945: a Sociedade Norte-Americana de História elegeu o nome de Afonso de Escragnolle Taunay, nosso grande Presidente Honorário, para figurar em seu quadro de honra, como um dos dez maiores historiadores do mundo. Não menos significativo, no âmbito nacional, foi o recente decreto do Governo Estadual que deu a Afonso de Taunay o título de Servidor Emérito da Pátria.

LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE SÓCIOS — Por proposta do Dr. Carlos da Silveira, aprovada em assembléia geral, estuda a

Diretoria uma reforma dos nossos Estatutos, na qual, entre outros pontos importantes, será adotado novo sistema para a eleição de sócios, cujo número deverá ser limitado. O trabalho está ainda em elaboração e será oportunamente trazido a debate, mas podemos adiantar que o critério escolhido pelos autores do projeto é o de se conferir à assembléia geral a faculdade de fixar para cada ano o limite admissível de candidaturas.

CRIAÇÃO DA DIOCESE DE SÃO PAULO — Em 23 de abril, pela palavra erudita do nosso distinto confrade Dr. José Pedro Leite Cordeiro, comemorou o Instituto a passagem do segundo centenário da criação da diocese de São Paulo, para a qual foi nomeado bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Altas personalidades eclesiásticas estiveram presentes à sessão que então se realizou, destacando-se S. Exas. Revdmas. D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Arcebispo Metropolitano; D. Idílio Soares, Bispo de Santos; e D. Francisco do Amaral, Bispo de Taubaté, que foram saudados, em nome do Instituto, pelo Prof. Ataliba Nogueira.

CENTENÁRIO DO BARÃO DO RIO BRANCO — Segundo Presidente Honorário deste sodalício, historiador e geógrafo de invulgar merecimento, grande patriota e estadista a quem deve o Brasil a justa demarcação científica de suas fronteiras, de modo algum poderia o centenário do nascimento do Barão do Rio Branco passar despercebido entre nós. Tudo fizemos para dar às comemorações o maior brilho possível. A comissão organizadora, composta dos Srs. Dr. José Torres de Oliveira, Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Nicolau Duarte Silva e Prof. Miguel Franchini Neto, desincumbiu-se brilhantemente da missão que lhe foi confiada. Na sessão comemorativa, realizada em 30 de maio, o sr. Dr. Pelágio Lobo pronunciou interessante conferência sobre a vida e a obra do Barão do Rio Branco, destacando-lhe as qualidades de cultura, caráter e inteligência, postas sempre ao serviço da grandeza do Brasil. Uma artística medalha comemorativa foi cunhada por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo o seu Presidente Perpétuo, Embaixador Macedo Soares, oferecido ao nosso Instituto dois exemplares, em prata e em bronze, da peça que tão expressivamente assinala a efeméride.

CENTENÁRIO DE JOÃO MONTEIRO — O dia 16 de maio de 1945 assinalou a ocorrência do centenário do nascimento de João Monteiro, catedrático de Direito e sócio fundador desta casa. No salão "João Mendes", de nossa Academia, realizou-se uma sessão comemorativa, patrocinada pela própria Faculdade de Direito e pela

São Paulo". Por êsse motivo, mereceu o Sr. Áureo Resende que se consignasse no livro de atas dos nossos trabalhos o voto de louvor do Instituto, proposto pelo Coronel Luís Tenório de Brito e unânime-mente aprovado.

CORRESPONDÊNCIA E PUBLICIDADE — Como nos anos anteriores, a imprensa desta Capital deu sempre o maior destaque às notícias e comunicados do Instituto, o que bem exprime o grau de cultura e de compreensão atingido pela nossa gente. Por outro lado, o serviço de correspondência manteve-se em perfeita ordem, como revela o seguinte quadro:

Natureza da correspondência	Correspondên- cia recebida	Correspondên- cia expedida
Cartas	94	81
Ofícios	67	64
Convites	17	—
Cartões	32	—
Circulares	37	—
Telegramas	9	2

TESOURARIA — Melhorou consideravelmente a nossa receita, em virtude de três subvenções que nos foram concedidas pelos poderes públicos para o ano de 1945, a saber: Governo do Estado, Cr\$... 50.000,00; e Prefeitura Municipal, Cr\$ 25.000,00. O balancete relativo ao movimento financeiro será brevemente apresentado pelo Prof. Dácio Pires Correia, nosso estimado e zeloso Diretor-Tesoureiro.

Em linhas gerais, foi essa a atividade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no transcurso do ano social findo.

São Paulo, 25 de janeiro de 1945.

A DIRETORIA.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1945

R E C E I T A		D E S P E S A	
	Cr\$		Cr\$
Saldo do ano de 1944	212.688,30	Secretaria	1.458,90
Juros de Apólices e de Banco	13.625,00	Tesouraria	1.362,70
Subvenção do Estado de São Paulo, concedida no ano de 1944	20.500,00	Biblioteca	1.238,90
Jóias, anuidades e mensalidades de sócios	11.630,00	Publicações	123,20
Remissão de sócio	1.000,00	Ordenados e gratificações	44.365,00
Diplomas, carteiras e distintivos de sócios	115,00	Despesas gerais	5.572,90
Donativo	50,00	Saldo para o ano de 1946	207.918,70
Publicações	942,00		
Aluguel de uma sala	1.490,00		
	Cr\$ 262.040,30		Cr\$ 262.040,30

São Paulo, 31 de dezembro de 1945.

Dácio Pires Correia

Tesoureiro

Ata da sessão inaugural dos trabalhos sociais, em 25-1-1945

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão inaugural do corrente ano, com a presença dos sócios srs. José Torres de Oliveira, Edmundo Krug, Félix Soares de Melo, Tito Lívio Ferreira, Manuel Gândara Mendes, Alvaro da Veiga Coimbra, N. Duarte Silva, Plínio de Barros Monteiro, Ernesto de Souza Campos, A.P. de Aguiar Whitaker, Altino Arantes, Carlos da Silveira, Maria de Lourdes de Paula Martins, Igor Dolgorukij, Afonso José de Carvalho, Américo B.A. de Moura, Amador Bueno Machado Florence, Domingos Laurito, Frederico Brotero, Pedro Dias de Campos, Arrisson de Sousa Ferraz, Alfredo Gomes, M. Pereira Guimarães, Alfredo Ellis Júnior, Geraldo Rúfolo, José Pedro Leite Cordeiro, Carlos Alberto Nunes, Roberto Thut e Tenório de Brito. Justificaram ausência os srs. Afonso de Taunay, Aureliano Leite, Enzo Silveira, Dácio Pires Correia e Melo Nogueira. A Sociedade "Amigos da Cidade" se fez representar pelo sr. Gavião Monteiro e o Instituto Genealógico Brasileiro pelo sr. Carlos da Silveira.

A sessão foi presidida pelo presidente perpétuo do Instituto, sr. José Torres de Oliveira, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, primeiro e segundo secretários. A convite do sr. presidente, vieram sentar-se à mesa os srs. Pereira Guimarães, sócio fundador, e Altino Arantes, ex-presidente do Instituto.

Abrindo a sessão, o sr. Torres de Oliveira declara que a inauguração dos trabalhos coincide com o 391.º aniversário da fundação da cidade de São Paulo, mas que o orador inscrito para falar naquela sessão, o coronel Tenório de Brito, ao invés de tratar da história da fundação da cidade, como de praxe nas sessões inaugurais, iria discorrer sobre o tema "O Pátio do Colégio e a sede do Governo de São Paulo", de grande interesse para a história e a vida da capital do Estado.

Antes, porém, de ocupar a tribuna o conferencista, cumpria dar posse à nova diretoria do Instituto, eleita na sessão de 25 de outubro do ano findo, para o triênio 1945-47. Lida pelo segundo secretário a ata daquela sessão, foi aprovada pelos sócios presentes, tendo o sr. Torres de Oliveira declarado empossada a nova diretoria, de acordo com o art. 21, letra H dos Estatutos da Casa. Para regularidade dos trabalhos do Instituto, o sr. presidente procede à nomeação das comissões permanentes para o mesmo triênio, no espírito do art. 28, § 1.º dos Estatutos, tendo sido feita pelo segundo secretário a leitura dos nomes componentes dessas comissões, de acordo com a relação que segue: *Comissão*

de Regulamentos e Estatutos e de Avaliação de Ofertas e Donativos: cel. Pedro Dias de Campos, sr. Amador Florence e dr. Enzo Silveira; *Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios*: prof. Ernesto de Sousa Campos, dr. A.P. de Aguiar Whitaker e cel. Luís Tenório de Brito; *Comissão de Redação da Revista*: drs. Afonso de E. Taunay, Américo Neto do Rêgo Cavalcanti e Alvaro Soares Brandão; *Comissão de História*: dr. Afonso de Taunay, prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Américo de Moura; *Comissão de Geografia*: embaixador dr. J.C. de Macedo Soares, dr. José Ribeiro de Sá Carvalho e prof. Aroldo de Azevedo; *Comissão de Contas*: sr. João Batista de Campos Aguirra, dr. Celestino Fázio e sr. Roberto Pompílio; *Comissão de Numismática*: drs. Alvaro de Sales Oliveira, Alvaro da Veiga Coimbra e sr. Nicolau Duarte Silva; *Comissão de Filatelia*: drs. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daut; *Comissão de Genealogia*: drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e Bueno de Azevedo Filho; e *Comissão de Etnologia*: drs. Herbert Baldus, Plínio Marques da Silva Airoso e Jorge Bertolaso Stella.

Ao designar o sr. presidente que fôsse lido pelo primeiro secretário o Relatório dos trabalhos do ano, fala o sr. Domingos Laurito para propor adiamento dessa leitura, a fim de que o auditório pudesse ouvir logo o orador inscrito. A sugestão é posta em votação, tendo o sr. presidente declarado que não via inconveniente na leitura do Relatório, por ser de esperar que as pessoas presentes se interessem pelas atividades do Instituto; contudo, tratava-se apenas de sua opinião pessoal. Aprovada a proposta pela maioria dos sócios presentes, ocupa a tribuna o sr. Tenório de Brito, que dá início ao seu trabalho com a leitura de eloqüente trecho de autoria do sr. Afonso José de Carvalho, sobre a significação do nome "Pátio do Colégio", dado ao largo central da nossa cidade, que, por sua importância histórica, moral e social, é o mais sagrado local da capital do Estado de São Paulo, para onde convergiram sempre todo o carinho e todo o amor dos paulistas investigadores do passado da gente bandeirante. Depois de insurgir-se contra o projeto urbanístico que implica na demolição do antigo palácio do Governo de São Paulo, onde funciona presentemente a Secretaria da Educação e Saúde Pública, com o fim de ser erigido, nesse local, um minarete de onde os turistas possam contemplar as chaminés das fábricas da baixada do Brás, o sr. Tenório de Brito concita os presentes a se esforçarem para reintegrar em seu destino histórico a colina sagrada, isto é, na faculdade que ela sempre teve de governar São Paulo, numa tradição ininterrupta de quatro séculos, desde a tejudaba erguida por Tibiriçá para proteger os filhos da Companhia de Jesus. Foi aí a sede da Câmara de São Paulo, nos albores da nossa história, desde 1562, quando se verificou a transferência, para esta cidade, do conselho de Santo André da Borda do Campo. Depois da expulsão dos Jesuítas, passou o Governo a ter sede no próprio Colégio, com o Morgado de Mateus, sem mais interrupção, durante séculos, até ao abandono injustificado, há seis ou oito anos, do prédio do tradicional pátio do Colégio, em plena vigência da segunda República. Melhor fôra, prossegue o conferencista,

Pelo primeiro secretário foi lido o Relatório das atividades do Instituto no ano de 1944, havendo o sr. presidente comunicado que o mesmo ficava sobre a mesa, para exame e sugestões dos sócios, esclarecendo que se tratava de trabalho do sr. Aristides Lobo, bibliotecário e auxiliar da Diretoria.

Pelo primeiro secretário é lida uma indicação, assinada pelo sr. Amador Bueno Machado Florence, que versa sobre a proposta do mesmo, apresentada em sessão anterior e relativa à readmissão para o quadro social do Instituto dos súditos italianos dignos desse patronímico e dele afastados pela assembléa em virtude do estado de guerra do Brasil com a Itália facista, pedindo que a casa mantenha a eliminação dos sócios que se enquadrem naquela categoria e baixe uma resolução no sentido de reintegrar no quadro social do Instituto, sem quaisquer outras formalidades, com pleno uso e gozo de todos os direitos inerentes à sua classe, o sr. Francisco Pettinati, italiano de nascimento mas domiciliado há mais de cinquenta anos no Brasil, onde se educou e constituiu família. Com a palavra, o sr. Macedo Soares apoia entusiasticamente a moção apresentada, tecendo comentários sobre o valor do elemento italiano para o engrandecimento de São Paulo.

Ainda pelo primeiro secretário foi lida outra indicação também da autoria do sr. Amador Florence, no sentido de ser consultada a casa para que conste de seus anais a notícia, já amplamente divulgada pela imprensa, de haver sido considerado o sr. Afonso de E. Taunay, pela Sociedade Norte-Americana de História e Geografia, como um dos dez maiores historiadores do mundo. Com a palavra o sr. Nicolau Duarte Silva, opina que não se discuta a proposta, por desnecessário, no que foi apoiado pela unanimidade dos presentes. Fala o sr. Afonso de Taunay para agradecer a manifestação de simpatia de seus confrades e, especialmente, o gesto de suma delicadeza e generosidade do sr. Amador Florence.

O sr. Geraldo Rúffolo, depois de dissertar sobre a obra literária do acadêmico Filinto de Almeida, último sobrevivente dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, pede que seja consignado na ata um voto de pesar por motivo de seu falecimento e que a casa envie pêsames à Academia, à família do extinto e especialmente ao seu filho, o sr. Afonso Lopes de Almeida. O sr. Macedo Soares apoia a sugestão apresentada, pedindo que as condolências sejam extensivas à notável declamadora patricia, Margarida Lopes de Almeida, filha do extinto, estendendo-se, depois, sobre a personalidade literária de Filinto de Almeida, cuja capacidade de produção se aprimorou com os anos. Fala o sr. Afonso de Taunay para retificar a moção do sr. Geraldo Rúffolo no que respeita à afirmação de ser Filinto de Almeida o último sobrevivente dos sócios fundadores da Academia Brasileira de Letras, lembrando que ainda vive, em Roma, o sr. Carlos Magalhães de Azeredo. Em confirmação às palavras do sr. Macedo Soares, refere que o último livro do acadêmico Filinto de Almeida, dedicado à memória de sua esposa, d. Júlia Lopes de Almeida, contém suas melhores poesias.

Fala o sr. Carlos da Silveira para sugerir a nomeação de uma comissão de três sócios, para estudar a possibilidade de limitar o número de sócios do Instituto, a exemplo do que se dá com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo quadro social é composto de quarenta sócios efetivos e outros tantos correspondentes, número, aliás, o que observa de passagem, que lhe parece reduzido e não em correspondência com a extensão de nosso território. O sr. presidente chama a atenção para a letra do art. 1.º dos Estatutos da casa, em que se lê que o Instituto é composto de número ilimitado de sócios, e para a do art. 72, referente à possibilidade da reforma desses Estatutos, que só poderá ser feita por iniciativa da Diretoria ou mediante proposta assinada por dez sócios e aprovada por maioria de dois terços dos sócios presentes a sessão ou assembleia, razão por que não pode tomar conhecimento da proposta do sr. Carlos da Silveira nos termos em que é apresentada, sugerindo ao consócio que formule a sua proposta sobre bases estatutárias, de acordo com a letra do referido artigo, ou aguarde o resultado das atividades da Diretoria, que se encontra empenhada na reforma dos Estatutos com o fim de remover omissões e falhas, cujas consequências já se fazem sentir. O sr. Afonso de Taunay retifica a asserção do sr. Carlos da Silveira, observando que o número de sócios do Instituto Histórico Brasileiro atinge o total de 150.

Com a palavra, o sr. José Torres de Oliveira lembra a possibilidade de ser criada uma comissão de três sócios para tratar da participação do Instituto nos festejos do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, que ocorrerá no dia 20 de abril. O sr. Bueno de Azevedo Filho observa que já sugerira essa idéia numa das últimas sessões do ano findo. Esclarece o sr. Duarte Silva que se acha informado pelo sr. Macedo Soares de que o sr. Interventor do Estado nomeara uma comissão para tratar desse assunto, da qual faz parte o sr. Franchini Neto, sócio do Instituto, motivo por que julga possível a articulação do Instituto com a referida comissão, para cooperação conjunta no sentido do maior brilho das homenagens a serem prestadas à memória do grande brasileiro. O sr. Macedo Soares não julga necessária a criação de comissão especial, por entender que o próprio presidente poderá ficar com plenos poderes para resolver o que lhe parecer melhor no sentido da colaboração do Instituto junto à comissão nomeada pelo sr. Interventor. O sr. Afonso de Taunay sugere uma exposição comemorativa, no prédio do Instituto, embora reconheça que a casa não dispõe de material abundante. Com a palavra o sr. Torres de Oliveira, agradece os poderes que lhe são conferidos, e designa os srs. Macedo Soares, Afonso Taunay e Duarte Silva para trabalharem ao seu lado, como auxiliares nos planos das comemorações.

O sr. José Pedro Leite Cordeiro participou que a comissão encarregada dos festejos comemorativos do bi-centenário da criação do Bispado de São Paulo solicitou ao sr. Ministro da Viação e Obras Públicas a emissão de um

jetivo, que lhe parecera inadequado nas conexões em que se achava, ignorando se algum outro sócio apresentara qualquer sugestão.

Pelo sr. Carlos da Silveira, foi entregue à mesa uma proposta de sua autoria e subscrita por mais doze sócios, no sentido de ser modificado o texto do artigo 1.º dos Estatutos da casa, na parte referente ao número de sócios. Dada a importância da matéria, o sr. presidente opina que fique para a próxima sessão a discussão da proposta.

Com a palavra, o sr. Amador Florence pede um voto de pesar pelo falecimento do escritor Mário de Andrade, sócio do Instituto, fazendo ressaltar, em linhas incisivas, o perfil moral e intelectual do falecido, para insistir no amor acendrado que sempre demonstrou pela nossa gente, do que é demonstração eloqüente a doação que fez ao nosso povo de sua biblioteca, que orça por mais de 17.000 volumes cuidadosamente selecionados, e de sua galeria de arte, de elevado valor material e artístico. O orador conclui o seu panegírico pedindo que sejam enviados pêsames à família do morto e ao seu irmão, dr. Carlos de Moraes Andrade. Com a palavra, o sr. presidente declara que deixa de submeter a proposta à apreciação da casa, por julgar que o luto do Instituto corresponde à grandeza da perda por que acaba de passar.

A fim de que os presentes pudessem ouvir logo o orador inscrito, o sr. presidente inverte a ordem dos trabalhos, dando a palavra ao sr. Coriolano Roberto Alves, que ocupa a tribuna para dissertar sobre o tema: "O reajustamento étnico-social do negro e do mestiço no após-guerra". Depois de considerações gerais sobre o conflito universal em que se empenham os homens no presente, mostra o conferencista a necessidade de serem os problemas raciais estudados sem preconceitos políticos, para a estruturação harmônica da humanidade de amanhã, que não pode dispensar a cooperação de todos os seus membros, essencialmente iguais, a despeito de diferenças secundárias e designações disparatadas: latinos, semitas, teutônicos, eslavos, africanos e japoneses. No estudo desses problemas, é indispensável a cooperação entre antropólogos e psiquiatras, porque, embora seja um só o objetivo de ambos — o homem, são usados métodos diferentes para a sua consecução. A antropologia de amanhã não procederá com parcialidade tomando o homem branco adulto e civilizado da Europa para padrão e ponto de referência de suas conclusões, mas estudará todos os grupos étnicos em suas características somato-psíquicas, em seu folclore, nas condições ambientais, para depois estabelecer o confronto das culturas que se estendem com suas características materiais e espirituais, porque somente por esse modo poderá ela estudar e compreender a humanidade. Passando a apreciar a contribuição do negro para o patrimônio cultural dos homens, lembra o conferencista sua cooperação valiosa na guerra atual, como elemento integrante dos exércitos das Nações Unidas. A seguir, enumera as características da cultura africana, que, se por força de condições geográficas ficou segregada na bacia do Mediterrâneo, contribuiu, ainda assim, com elementos de valor para o progresso da humanidade. A não ser que a arqueologia venha a desfazer no futuro as suas pró-

prias afirmações, nada poderá arrancar ao negro a glória de haver sido o inventor da fundição do ferro. Na arte, outrossim, os negros têm sido imitados pelos brancos, nos domínios da arquitetura, da coreografia, da decoração, da música e da escultura. Depois de estudar as tendências dos povos negros para a agricultura e a pecuária, passa o conferencista a apreciar o valor do elemento negro na formação da gente brasileira, para culminar com a enumeração de vultos representativos em nossa vida espiritual, mestiços ou de sangue puro africano, numa apresentação irresponsável: Cruz e Sousa, o maior poeta do Brasil, na opinião de Sílvio Romero; Juliano Moreira, o notável psiquiatra; Lima Barreto, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Tobias Barreto, André Rebouças e tantos outros. Conclui o conferencista o seu trabalho com a citação das palavras do presidente Camacho na actual conferência do México: "O homem é homem onde quer que nasça, viva, trabalhe e morra", para afirmar que os desastres da guerra e as grandes crises sociais só desaparecerão quando os elementos étnicos tiverem a mesma equivalência moral e lhes reconhecermos a mesma composição orgânica. Cessada a salva de palmas que se seguiu às últimas palavras do sr. Coriolano Roberto Alves, o sr. presidente felicita o conferencista pela peça de elevado valor que acabara de ser lida, pedindo que fôsem os originaes entregues à mesa, a fim de serem oportunamente publicados na Revista do Instituto.

Após um intervalo de cinco minutos, foram reiniciados os trabalhos, tendo sido votadas e aprovadas as propostas dos srs. Américo Jacobina Lacombe, Jerônimo de Aquino Araújo, Hilton Federici e Heitor Moniz, para sócios correspondentes, e Américo Maciel de Castro Júnior, para sócio efetivo.

Com a palavra, o sr. Dácio Pires Correia desculpa-se por ainda não haver, como tesoureiro, apresentado o balancete do Instituto no ano findo, o que pretendia fazer na próxima sessão. O sr. presidente declara não ver motivos para o gesto de atenção do sr. tesoureiro, cujo devotamento à casa se tem concretizado em muitos anos de trabalho desinteressado e profícuo.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 4.ª sessão ordinária, em 5 de abril de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de abril do ano de 1945, em sua sede social à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geo-

gráfico de São Paulo a quarta sessão anual, tendo comparecido os sócios srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Frederico Brotero, Amador Florence, N. Duarte Silva, Igor Dolgorukij, Aroldo de Azevedo, Carlos da Silveira, Bueno de Azevedo Filho, José Pedro Leite Cordeiro, Luís Tenório de Brito, Joaquim Alfredo da Fonseca, Geraldo Rúffolo, Edmundo Krug, Coriolano Alves e Zuínglio Marcondes Homem de Melo. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Afonso de Taunay, Teodoro Braga, Melo Nogueira, Joaquim Silva, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Álvaro Soares Brandão, Pedro Dias de Campos, Gastão Ferreira de Almeida e Enzo Silveira.

Por ausência do sr. presidente perpétuo, assumiu a direção dos trabalhos o vice-presidente, sr. Aguiar Whitaker, ladeado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, 1.º e 2.º secretários. Aprovada sem debate a ata da sessão anterior, cuja leitura, por sugestão do sr. Amador Florence, deixou de ser feita, em virtude de ter sido a mesma publicada na imprensa local, é igualmente aprovada uma proposta do sr. Carlos da Silveira no sentido de se inverter a ordem dos trabalhos, a fim de ser logo ouvido o orador inscrito, prof. Aroldo de Azevedo, que ocupa a tribuna para discorrer sobre o tema: "Juazeiro e Petrolina — Cidades gêmeas".

Trata-se, conforme explica de início o conferencista, de impressões de viagem realizada no nordeste brasileiro nos meses de janeiro e fevereiro do ano passado, em companhia de colegas das Universidades de São Paulo e do Brasil. Depois de uma introdução geral, em que são descritas a paisagem do nordeste desabitado em toda a sua variedade, a chapada do Araripe, a região do Cariri, verdadeiro oasis naquelas caatingas ásperas, as obras gigantescas contra as secas, a paisagem hostil e desoladora da chapada da Borborema, a zona do "Brejo" paraibano, em apresentação incisiva, de quem está afeito à contemplação objetiva do ambiente, passa o conferencista a tratar com mais particularidade da denominada "região do cotovêlo do São Francisco", num confronto elucidativo de suas observações com o que descreveram cientistas que percorreram aquêlê sertão: Spix e Martius, Teodoro Sampaio, Artur Neiva e outros. A cidade de Juazeiro, situada à margem direita do São Francisco, em território baiano, é estudada às luzes de sua importância topográfica, no papel de "nó de comunicação", o que se explica por sua localização privilegiada, a um tempo porta de entrada dos sertões do Piauí e do Maranhão e etapa obrigatória para aquêles que procuram alcançar o Recôncavo, em que pese a opinião de Capistrano de Abreu, que a considerava "antes via de vazão do que de penetração". De qualquer maneira, parece indiscutível que o crescimento da cidade se deve precipuamente à sua função de ponto de passagem. É eloquente, sob êsse aspecto, o testemunho de Aires de Casal e de Martius, e, mais recentemente, de Teodoro Sampaio. Economicamente, Juazeiro pode ser considerada, sem a menor dúvida, a verdadeira capital do médio São Francisco, posição que vem usufruindo há mais de século. Aí se cruzam duas grandes vias de comunicação: a fluvial e a férrea. À margem

esquerda do São Francisco, no chamado "sertão baixo" de Pernambuco, de frente de Juazeiro, se ergue a cidade de Petrolina, cujos traços são apanhados com facilidade pelo conferencista, que se vale do contraste oferecido pela cidade rival que se estende na margem oposta do rio sagrado do Nordeste. De importância comercial mais reduzida, goza Petrolina do prestígio advindo de suas instituições culturais, porque, além de ser sede de bispado, possui ginásio e escola normal, o que lhe confere a primazia indiscutida, sob esse aspecto, em toda a região. Sua importância, no futuro, parece assegurada por duas grandes iniciativas: a construção do pórtico da cidade e o excelente aeroporto da "Navegação Aérea Brasileira", que torna Petrolina pouso obrigatório para todos os aviões que fazem a rota do São Francisco, partindo do Rio de Janeiro, em demanda das cidades do nordeste e do extremo setentrional do país.

O Sr. Aroldo de Azevedo finaliza a conferência ressaltando os seguintes itens, que sintetizam as suas observações: 1.º) que a região do "cotovelo" do rio São Francisco é uma das mais ásperas do nosso país, graças à semi-aridez de clima, único responsável por sua paisagem natural; 2.º) que as cidades que aí se encontram — Juazeiro e Petrolina — unidas pelo mesmo destino e formando, em última análise, um só aglomerado urbano, representam um grande papel de *nó de comunicações*, pois constituem uma encruzilhada de vias terrestres, fluviais e aéreas; 3.º) que Juazeiro continua a ser, como noutros tempos, uma importante *cidade-mercado*, verdadeiro empório da região.

O sr. presidente, depois de felicitar o conferencista pelo modo por que desenvolveu o tema proposto, pede que sejam os originais entregues à mesa, para oportuna publicação na Revista do Instituto.

Proposto pelo sr. Igor Dolgorukij, é aprovado um voto de congratulação por motivo do restabelecimento do sr. Afonso de Taunay, recentemente submetido a delicada intervenção cirúrgica, em consequência de acidente sofrido na capital do país. O sr. presidente esclarece que já constava dos trabalhos da sessão uma proposta nesse mesmo sentido. Além disso, em vias de completo restabelecimento, o sr. Afonso de Taunay tem sido visitado por numerosos consócios que lhe levaram as congratulações do sodalício.

Pelo 1.º secretário, foi lido um ofício do sr. Félix Guisard Filho, no qual o signatário solicita que seja consultada a casa no sentido de ser nomeada uma comissão para representar o Instituto nas festas comemorativas do tricentenário da fundação de Taubaté. O ofício já se encontra com despacho do sr. Torres de Oliveira, que nomeou para esse fim uma comissão composta dos srs. Afonso de E. Taunay, Félix Guisard Filho, Tito Lívio Ferreira, Dácio Pires Correia e Tenório de Brito.

Prosseguindo na leitura do expediente, o sr. 1.º secretário dá a conhecer os dizeres de um ofício da Comissão organizadora do X Congresso Brasileiro de Esperanto, em que solicita a adesão do Instituto, e um da Academia Literária Sul-Riograndense, em que essa entidade, por intermédio do seu presidente e do secretário-geral, convida o Instituto a tomar parte na primeira Cru-

zada Cultural levada a efeito no Brasil, que por sua iniciativa deverá ser realizada em homenagem ao Dia do Intelectual, que se celebra a 21 de junho de cada ano, e que tem como patrono espiritual o imortal estilista patricio Joaquim Maria Machado de Assis.

O sr. presidente informa que já está sendo elaborada a reforma dos Estatutos, tendo em vista, entre outras medidas, em atenção a uma proposta do sr. Carlos da Silveira subscrita por outros sócios, atribuir à assembléa poderes para limitar, quando fôr julgado necessário e oportuno, o número de sócios do Instituto nas diferentes categorias.

A respeito do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, comunica que em sessão comemorativa do Instituto o sr. Pelágio Lôbo, por ocasião de sua posse, proferirá uma conferência.

Quanto à iniciativa do Instituto relativa à emissão de um selo e à confecção de um carimbo postal alusivo à efeméride do segundo centenário da criação do Bispado de São Paulo, comunica haver sido denegado o pedido pelo Ministério da Viação e a Diretoria Geral dos Correios, sob a alegação de não tratar-se de efeméride de amplitude nacional. O sr. Leite Cordeiro lastima que apesar da relevância histórica da efeméride, não possa ser levada a efeito a iniciativa do Instituto e expõe o programa das comemorações de acôrdo com o determinado pelas comissões organizadas para êsse fim, transmitindo aos sócios do Instituto o convite especial do sr. Arcebispo de São Paulo, para assistirem às comemorações religiosas e à conferência do padre Castro Néri, que devem ser realizadas no dia 22 do corrente na Catedral provisória, Igreja de Santa Ifigênia. Comunica, ainda, que no dia 23 de abril, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizará uma sessão solene durante a qual terá a honra de dissertar sobre a "Vida e as Realizações do Primeiro Bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira". Informa ainda que nessa ocasião serão distribuídos cartões comemorativos com a efígie de D. Bernardo.

O sr. presidente comunica que se acham inscritos para falar nas sessões de 5 de maio e 5 de junho, respectivamente, os srs. Bueno de Azevedo Filho e cônego Paulô Florêncio de Camargo, devendo o primeiro discorrer sobre a vida e a obra do barão de Taquari e o segundo sobre o tema: "Dom Vital Maria de Pernambuco, O. F. C. — Reminiscências de sua vida no centenário de seu nascimento".

Em sessão secreta foram votadas e aprovadas as seguintes propostas para sócios efetivos: srs. Renato Silveira Mendes, José Quirino Ribeiro, Odilon Nogueira de Matos e Antônio Barreto do Amaral.

Com a palavra, o sr. Bueno de Azevedo Filho pede um voto de pesar pelo falecimento, em 5 de janeiro do corrente ano, do coronel Luís Lôbo, sócio do Instituto. Depois de discorrer sobre a vida dêsse militar, ressaltando-lhe o merecimento, pede que, como de praxe, sejam enviados pêsames à família.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi pelo sr. presidente encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Artur P. de Aguiar Whitaker*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 23 de abril de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão solene comemorativa do bicentenário da criação do bispado de São Paulo, com a presença dos sócios srs. Artur P. A. Whitaker, Carlos da Silveira, Carlos Alberto Nunes, Geraldo Rúffolo, José Pedro Leite Cordeiro, N. Duarte Silva, Igor Dolgorukij, Félix Soares de Melo, Américo de Moura, Afonso José de Carvalho, José Carlos de Macedo Soares, Frederico de Barros Brotero, Arrisson de Sousa Ferraz, Tenório de Brito, José Cássio de Macedo Soares, Edvard Carmilo, Amador Bueno Machado Florence, Aureliano Leite, Roberto Thut, Domingos Laurito, Joaquim Alfredo da Fonseca, Dácio Pires Correia, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Tito Lívio Ferreira, Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Ricardo Daunt, José Carlos de Ataliba Nogueira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Afonso de E. Taunay. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Álvaro da Veiga Coimbra, Gastão Vidigal e Marrey Júnior. Fizeram-se representar o sr. Interventor Federal no Estado pelo cap. José Lopes da Silva, o sr. Secretário da Educação, pelo sr. Otávio Machado de Barros, o sr. Secretário da Segurança Pública, pelo tte. Evaldo Pedreschi, a Associação Comercial, pelo sr. José Pires Oliveira Dias, o Diretor do Departamento das Municípios, o Reitor da Universidade de São Paulo, pelo sr. Raimundo Milton Camargo Marchi, o Instituto Geográfico e Geológico, pelo sr. Luís Narciso Gomes, dom Manuel da Silveira d'Elboux, bispo titular de Barca, pelo cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo e a Sociedade Amigos da Cidade pelo seu presidente sr. Ubaldo Caiubi.

Na ausência do sr. Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, assumiu a presidência o sr. A. P. de Aguiar Whitaker, primeiro vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente primeiro e segundo secretários. A convite do sr. presidente, fizeram parte da mesa D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de

São Paulo, D. Idílio Soares, bispo de Santos, D. Francisco do Amaral, bispo de Taubaté, e o cap. José Lopes da Silva, representante do sr. Interventor Federal.

Abrindo a sessão, o sr. presidente, depois de tecer algumas considerações sobre a efeméride e de congratular-se com a presença do sr. Arcebispo de São Paulo e dos bispos de Santos e de Taubaté, dá a palavra ao orador oficial do Instituto, sr. Ataliba Nogueira, a fim de saudar os ilustres visitantes.

Passando a ocupar a tribuna, o sr. Ataliba Nogueira disserta sobre a influência decisiva da Igreja na história do Brasil, no espírito da frase incisiva do Conde de Afonso Celso, quando disse ser a história da Igreja, no Brasil, a própria história do Brasil, que mais não vem sendo do que fruto do esforço dos missionários em 4 séculos de trabalho construtivo. Antes, até, de descoberto o Brasil, continua o orador, já trabalhava a Igreja nesse sentido, que a ciência náutica portuguesa foi buscar ensinamentos nas concepções cosmológicas de São Tomás de Aquino, para não citar o apoio direto de seus membros às idéias de Colombo, quando ainda era o navegador genovês considerado visionário pela ciência oficial do tempo. Nesse sentido, a nossa história se apresenta coerente consigo mesma, havendo perfeita paridade na significação simbólica dos dois atos solenes que demarcam a nossa existência no tempo: a primeira missa celebrada no Brasil por Frei Henrique de Coimbra, nos albos de nossa civilização, e o "Te-Deum" solene com que acabava de ser comemorado o segundo centenário da criação do bispado de São Paulo. A seguir, passa o orador a apreciar a colaboração que o Instituto sempre recebeu dos bispos de São Paulo, salientando-se o interesse de D. Duarte Leopoldo e Silva, o arcebispo sábio, pelas suas atividades, bem como o dos demais membros do clero, que cooperam com suas luzes para o melhor desempenho da finalidade do Instituto. Depois de dirigir-se diretamente aos ilustres visitantes, termina o orador a sua saudação fazendo votos para que continuem a ser opimos os frutos advindos da fusão das duas histórias, a da Igreja no Brasil e a do Brasil no próprio Brasil.

O sr. presidente, após congratular-se com o orador, pela maneira brilhante por que interpretara os sentimentos da diretoria, dá a palavra ao sr. Leite Cordeiro, orador inscrito, que ocupa a tribuna para dissertar sobre a vida e as realizações do primeiro bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira.

Depois de um exórdio em que estuda os fundamentos religiosos da alma dos desbravadores dos nossos sertões e criadores da nacionalidade, entra o orador no tema proposto, apanhando-o desde o pedido encaminhado à metrópole portuguesa, em outubro de 1710, pelo Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para a elevação de São Paulo à categoria de cidade e a criação de um bispado independente do do Rio de Janeiro. A primeira parte desse pedido foi atendida logo no ano seguinte, mas somente a 22 de abril de 1745 foi concedida aos súditos de São Paulo a criação da diocese que compreendia São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Colônia do Sacramento. São

da mesma época o bispado de Mariana e as prelazias de Goiás e de Cuiabá. Passa a ocupar a atenção do orador a figura sugestiva do sacerdote escolhido para a alta dignidade, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, clérigo secular do hábito de São Pedro e que, por suas virtudes e pelo exemplo que deixou no século, recebeu da posteridade o cognome de "o bispo santo".

Demora-se o orador na descrição dos festejos oficiais por ocasião da chegada a esta cidade do seu primeiro bispo, iluminação das ruas, caiamento das principais casas, enfeites, arcos, ramagens, e outros aprestos que a terra permitia, para concluir a descrição vívida com a referência à ameaça formulada pelos membros do Conselho daquela época contra os que se recusassem a contribuir para o embelezamento da cidade: multa de 6\$000 e trinta dias de cadeia, irremediáveis.

Ocupa a atenção do orador, a seguir, a operosidade de D. Bernardo, depois de sua chegada a São Paulo, já na tarefa difícil da organização da diocese, já como guia exemplar das ovelhas que lhe haviam sido confiadas. O antigo arcepreste da Sé de Coimbra confirmava, num cenário mais vasto, as qualidades morais que o haviam recomendado à atenção dos superiores e que foram decisivas na escolha para a nova dignidade: "acérto, zêlo, amor de Deus e de suas ovelhas", segundo a expressão acertada de D. João V em carta em que recomenda D. Bernardo ao capitão-general de São Paulo. Foi curta a gestão de D. Bernardo Rodrigues Nogueira em sua diocese, pois faleceu, em cheiro de santidade, aos 7 de novembro de 1748. Vivera apenas 55 anos. O orador conclui o seu trabalho com uma apreciação geral do valor cívico e religioso da comemoração da efeméride, para sintetizar o seu pensamento a respeito da vida e obra do primeiro bispo de São Paulo com a citação das palavras dos "Atos dos Apóstolos": "facere et docere".

Depois de cessada a salva de palmas que se seguiu à oração do sr. Leite Cordeiro, usa da palavra D. Carlos Carmelo, arcebispo de São Paulo, para agradecer em seu nome e no dos bispos presentes a saudação que pelo Instituto lhes dirigira o sr. Ataliba Nogueira. Não fóra essa alocação direta, explica S. Ex. Revdma., não se sentiria na necessidade de ocupar a atenção dos presentes, que o ato cívico daquela comemoração era, ainda, o fruto da semente fecunda lançada pelo primeiro bispo de São Paulo, e que, transmitida de geração em geração, se manifestava agora por maneira tão expressiva. A comemoração do bicentenário da criação da diocese de São Paulo, levada a cabo pelo Instituto Histórico em sessão solene, era mais uma prova da veracidade do dito do Conde de Afonso Celso, lembrado pelo primeiro orador. Ainda recentemente, continua na mesma ordem de idéias S. Ex. Revdma., ocorrerá-lhe enviar um simples compêndio de história do Brasil a um ilustrado bispo da América do Norte que lhe pedira uma história da Igreja Católica no Brasil, por tal modo se apresentam identificados os princípios cívicos e religiosos que norteiam a formação de nossa nacionalidade. De passagem, protesta S. Ex. Revdma. contra o título de um livro que lhe mereceu recentemente a atenção, "O Último Bandeirante", por lhe parecer que não se pode considerar

extinta a estirpe dos plasmadores da nação brasileira, que, se não mais se atiram denodados na conquista de terras para a propagação da fé, se empenham na conquista de valores espirituais com o mesmo ardor com que enfrentavam no passado obstáculos materiais. Depois de dissertar nessa ordem de idéias, sobre a fraternidade gêmea das duas histórias, confessa-se S. Ex. Revdma. comovido com a comemoração da efeméride, por pertencer ao mesmo tempo às duas dioceses cujo bicentenário ora se festeja: pelo nascimento à diocese de Mariana, e por desposório divino à de São Paulo. Daí, poder afirmar, em verdade, e sem que suas palavras pudessem ser tomadas como simples recurso de retórica, que seu coração podia ser comparado à serra da Mantiqueira: de um lado, Minas Gerais; do outro, o Estado de São Paulo. Nessa altura, a oração foi interrompida por prolongada salva de palmas. Contudo, prossegue S. Ex. Revdma., aquelas palavras de agradecimento não visavam apenas a externar a satisfação que lhe ia na alma pelo que o cativava naquelas comemorações, senão e principalmente por ver homenageados na sessão do Instituto os ilustrados bispos a ela presentes e que pessoalmente e por suas dioceses podem ser considerados vanguardeiros do nosso patrimônio moral e intelectual: D. Francisco do Amaral, bispo de Taubaté, e D. Idílio Soares, bispo de Santos, as duas portas da nacionalidade brasileira, que demarcam, simbolicamente, a nossa grandeza espiritual, uma aberta para o passado, de onde saíram os plasmadores da nossa pátria, e a outra voltada para o exterior, para o futuro, num anseio insatisfeito de maiores valores para o engrandecimento constante do Brasil.

Prolongada salva de palmas seguiu-se às últimas palavras de S. Ex. Revdma.

Com a palavra, o sr. presidente agradece o comparecimento de todos os presentes que vieram abrilhantar as comemorações e dá por encerrada a sessão.

E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Artur P. de Aguiar Whitaker*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 5.^a sessão ordinária, em 5 de maio de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua quinta sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios srs. A.P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos

Alberto Nunes, Álvaro da Veiga Coimbra, Dácio Pires Correia, Carlos da Silveira, Meneses Drummond, Igor Dolgoruki, Edmundo Krug, Domingos Laurito, José Pedro Leite Cordeiro, Roberto Pompílio, Frederico Brotero, Afonso José de Carvalho, Joaquim Alfredo da Fonseca, Geraldo Rúffolo, Zuínglio Homem de Melo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Aureliano Leite, Alfredo Gomes, Amador Florence, cônego Deusdedit de Araújo, Teodoro Braga, Eugênio Egas, Coriolano Roberto Alves e Amílcar Salgado dos Santos. O sr. Secretário da Segurança se fêz representar pelo tenente Evaldo Pedreschi, o sr. Secretário da Educação pelo sr. Otávio A. Machado de Barros, o Abade-Geral do Mosteiro de São Bento por Dom Beda Kruse, o sr. General Comandante da 2.^a Região Militar pelo tenente-coronel Valdemar Pio dos Santos, o Comandante do 38.^o Batalhão de Caçadores pelo tenente Mozart Gaio, o Comandante do C.P.O.R. de São Paulo pelo capitão Ednio de Melo, o Comandante do 4.^o Batalhão de Caçadores pelo tenente Gil Ribeiro de Mendonça, o sr. Presidente do Conselho Administrativo do Estado pelo sr. Procópio Ribeiro dos Santos, o Centro Literário Excelsior pelo sr. Américo Rodrigues, e o Consulado do Peru pelo dr. Andrés Nachmann.

Na ausência do sr. Torres de Oliveira, presidente perpétuo, ocupou a presidência o sr. Artur P. de Aguiar Whitaker, vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.^o e 2.^o secretários. Abrindo a sessão, o sr. presidente consulta a casa a respeito da conveniência de ser invertida a ordem dos trabalhos, para que fôsse ouvido o conferencista.

Aprovada a sugestão, passa a ocupar a tribuna o sr. Bueno de Azevedo Filho, que discorre sobre a vida e os feitos do Barão de Taquari. De início, o conferencista explica que não vai tratar de toda a vida militar de seu biografado, limitando-se à sua operosidade no Brasil, em vez de traçar uma biografia completa, relativa a uma existência de 68 anos, 29 dos quais ligados à nossa história e fecundos de ensinamentos cívicos e realizações. Havendo, assim, circunscrito o tema, detém-se o conferencista na enumeração dos feitos de Manuel Jorge Rodrigues, nas campanhas do Sul, no Uruguai e como comandante-das-armas nas províncias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará, nesta última por ocasião da guerra denominada dos Cabanos. Em 1839, atinge o mais alto posto dos exércitos nacionais e imperiais, o de tenente-general efetivo, tendo seguido no ano imediato para o Rio Grande do Sul, a fim de dar combate aos farroupilhas de Bento Gonçalves, num dos maiores prélíos que o decênio histórico registou, às margens do rio Taquari, perto da cidade do mesmo nome, no local chamado de "Tasso Velho". Sua vida de trabalhos frutuosos regista mais dois escalões de merecimento: em 1842, foi designado para o Comando-das-Armas da Côte; três anos depois, D. Pedro II lhe concedeu o título de 1.^o Barão de Taquari, em reconhecimento

pelos relevantes serviços militares prestados ao Brasil. Faleceu aos 14 de maio do mesmo ano.

Com a palavra, o sr. presidente tece elogios acêrca da peça que acabava de ser ouvida, fazendo ressaltar o valor do Barão de Taquari, cuja figura não se fixara, ainda, na consciência nacional com o relêvo correspondente ao seu merecimento.

Depois de um intervalo de 10 minutos, foi reaberta a sessão. Pelo 2.º secretário é lida a ata da sessão solene do dia 23 de abril p. passado, a qual é aprovada sem debate.

O sr. presidente comunica que a Faculdade de Direito e a Academia de Letras de São Paulo vão comemorar no dia 16 de maio, em sessão congratulatória, que se realizará no salão "João Mendes" daquela Faculdade, o centenário do nascimento de João Monteiro, que foi sócio fundador e orador do Instituto. Deverão falar nessa ocasião o dr. Francisco Morato, pela Faculdade, e o dr. Aureliano Leite, pela Academia.

Ainda pelo sr. presidente, foi determinada a leitura do parecer da Comissão de Contas a respeito do balancete apresentado pelo tesoureiro do Instituto, sr. Dácio Pires Correia, relativo ao movimento do ano de 1944, o qual foi aprovado. Na mesma ordem de idéias, comunica o sr. presidente haverem sido enviados ao Rio de Janeiro os papéis relativos ao pedido de subvenção federal para o exercício de 1945.

O sr. Leite Cordeiro entrega ao sr. presidente um ofício e duas medalhas, uma de prata e outra de bronze, mandadas cunhar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em comemoração do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco e oferecidas pelo sr. José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo daquele Instituto, ao nosso sodalício, por intermédio de seu presidente perpétuo, sr. José Torres de Oliveira. O sr. Aguiar Whitaker agradece comovido o precioso donativo, que será conservado em lugar de destaque na altura do seu valor.

Com a palavra, o sr. Geraldo Rúffolo pede que seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do presidente Franklin Roosevelt.

Fala o sr. cônego Silveira Camargo, para propor que sejam prolongados os poderes da comissão encarregada das comemorações do bicentenário da criação do bispado de São Paulo, a fim de insistir junto ao sr. Ministro da Viação no sentido de ser emitido um selo comemorativo da efeméride. O sr. Leite Cordeiro esclarece que a comissão havia pedido a instalação de uma agência postal no Instituto, com carimbo comemorativo, por ocasião dos festejos do bicentenário, em abril p. passado, o que foi negado pelo então diretor dos Correios e Telégrafos, sr. Landri Gonçalves; quanto à emissão do selo, o sr. Ministro da Viação denegara o pedido, por estar a Casa da Moeda as-sobrecarada com a emissão de bônus de guerra.

Com a palavra, o sr. presidente comunica que está inscrito para falar na próxima sessão o sr. cônego Silveira Camargo, que dissertará sobre o tema:

“Dom Vital Maria de Pernambuco, O.F.C. — Reminiscências de sua vida no centenário de seu nascimento”.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi pelo sr. presidente encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(aa.) *Tito Lívio Ferreira*
Carlos Alberto Nunes
José Ribeiro de Sá Carvalho

Ata da sessão extraordinária, em 30 de maio de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequeróbi de Aguiar Whitaker
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, destinada especialmente a comemorar o centenário do nascimento do Barão do Rio Branco. Compareceram os sócios srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, José Ribeiro de Sá Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Igor Dolgorukij, Zuínglio Homem de Melo, Ernesto Leme, N. Duarte Silva, Afonso José de Carvalho, José Pedro Leite Cordeiro, Celestino Fázio, Pelágio Lobo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Geraldo Rúffolo, Afonso de E. Taunay, Dácio Pires Correia, Amador Bueno Machado Florence, Francisca Rodrigues e Miguel Franchini Neto. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira e Aureliano Leite. O sr. Gofredo da Silva Teles se fez representar pelo sr. Alberto de Almeida Lima.

Ocupou a presidência o sr. Aguiar Whitaker, 1.º vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. Abrindo a sessão, expõe o sr. presidente o objetivo da solenidade — comemorar o centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, antigo presidente honorário do Instituto, cujo panegírico ia ser feito pelo sr. Pelágio Lobo, sócio efetivo recipiendário, que se encontrava na ante-sala. Para introduzi-lo no salão, nomeia uma comissão composta dos srs. Afonso de Carvalho, Ernesto Leme e Carlos da Silveira, tendo a assistência se conservado de pé até que o novo sócio assinasse o livro de presença, sob prolongada salva de palmas.

O sr. Aguiar Whitaker se confessa sensibilizado por ocupar a presidência da sessão em que era empossado o novo sócio, a quem se sente ligado por laços sentimentais, por haver sido amigo e companheiro de trabalho de seu pai, o dr. Antônio Álvares Lobo, não só nas lides da advocacia, como também

na direção dos trabalhos do Congresso, durante os anos de sua atividade na política. Contudo, a saudação oficial do Instituto iria ser feita pelo sr. Tito Lívio Ferreira, a quem cede a palavra.

Em alocução singela, o sr. Tito Lívio traça o perfil intelectual do sr. Pelágio Lobo, já como advogado e jornalista, já e principalmente como historiador que continuava a obra, iniciada por Almeida Nogueira, de fixar para a posteridade a vida da Academia de Direito de São Paulo.

O sr. Pelágio Lobo agradece os conceitos elogiosos que lhe haviam sido dirigidos, e restringe, com modéstia, o âmbito de sua atividade como historiador ao quinquênio em que cursara a Faculdade de Direito, lembrando a frase de Almeida Nogueira, que deu a si mesmo o título de simples "contador de histórias". Confessa-se comovido com a referência ao nome do seu inesquecível pai, feita pelo sr. Aguiar Whitaker, cuja pessoa era sempre exaltada por aquêle como protótipo de correção e sinceridade. Congratula-se, também, com a presença do sr. Tito Lívio Ferreira na mesa da sessão, quando lhe era dada a ventura de ser empossado como sócio do Instituto Histórico de São Paulo e refere-se à conhecida atividade do 1.º secretário do Instituto no jornalismo e na história.

Passando a proferir sua conferência, o sr. Pelágio Lobo acompanha a vida do biografado desde o lar da família Rio Branco, pobre, de início, no que respeita a riquezas materiais, mas rico em virtudes, e onde o ideal da pátria encontrava os mais lídimos cultivadores. Recorda os anos passados em São Paulo, quando cursava a tradicional Faculdade de Direito o acadêmico Juca Paranhos, o futuro Barão do Rio Branco. Descreve, então, a vida das "Repúblicas" da pacata cidade do planalto, que via perturbado o seu ritmo de tranqüilidade com as patuscadas dos moços estudantes, e as tertúlias em que discutiam temas literários e filosóficos os jovens que em futuro próximo iriam ocupar os postos de responsabilidade na vida intelectual e política do país: Martinico Prado, Fagundes Varela, Ezequiel Ramos, e tantos outros que emprestaram relêvo ao decênio de 60.

Após a formatura, tendo cursado o quinto ano em Recife, e com breve passagem pelo jornalismo e pela política, distinguiu-se Rio Branco no Consulado de Liverpool, liberto de injunções políticas e consagrado ao estudo da geografia e da história do Brasil que tanto lhe seduziam o espírito. Foi quando deu início à grande colheita de documentos para a história do Brasil, que, mais tarde, tanto iriam servir para a defesa dos direitos territoriais do nosso país.

Em exposição breve e cheia de vivacidade, recordou o orador os trabalhos do Barão do Rio Branco como advogado do Brasil nos dois pleitos famosos: o do território de Palmas, chamado vulgarmente das Missões, no qual teve como adversário a Estanislau Zeballos, que defendia os interesses da Argentina, e o do Amapá, na linha confinante com o Estado do Pará, em que obteve o reconhecimento dos nossos direitos sobre 260.000 quilômetros quadrados de território

pretendido pela França. A modéstia do Barão do Rio Branco e seus sentimentos de alta delicadeza se patenteiam no telegrama que passou a Prudente de Moraes no dia em que se tornou conhecida a decisão dos árbitros de Berna, dando ganho de causa ao Brasil: "O resultado de hoje é devido em grande parte a V. Ex. Permita-me que o abraçe com vivo afeto e reconhecimento".

Como Chancellor, no Itamarati, em boa hora chamado pelo presidente Rodrigues Alves, a atividade do Barão do Rio Branco não foi menos fecunda, com a colaboração preciosa de Joaquim Nabuco, Assis Brasil, Gastão da Cunha, Domicílio da Gama e de uma plêiade de jovens diplomatas que se iam formando em sua escola. O Congresso Panamericano de 1906 asselou definitivamente o prestígio do Brasil em relação ao Velho Mundo, a ponto de haver sido êle causa de atrasar-se por um ano a conferência internacional de Haia, onde a vitória sem par do nosso representante, Rui Barbosa, foi devida, em partes iguais, ao seu gênio de orador e jurista e à atividade indefessa, junto das chancelarias sul-americanas, do Barão do Rio Branco, que, do Rio, preparou o nosso êxito no conclave mundial, beneficiando com isso tôdas as nações do continente sul da América.

Detém-se o conferencista, depois, em recordar a última visita do Barão a São Paulo e sua recepção pela Faculdade de Direito, sem omitir o abraço democrático dado em público ao prêto Clemente, o "Leôncio" da antiga "República" da Rua do Meio, que, num tom de voz em que traía a sua decadência, levantara um viva ao "Dr. Juca Paranhos", a quem servira há meio século.

Depois de historiar o justamente célebre episódio do telegrama n.º 9, em que o Barão do Rio Branco, desmascarou o espírito de intriga do chanceler argentino, Estanislau Zeballos, contribuindo com o seu desassombro para que a política internacional das demais nações sul-americanas enveredasse, também, pelo caminho da lealdade e da franqueza, trata o conferencista dos últimos meses da vida do grande brasileiro, já consumido pela moléstia a que devia sucumbir a 10 de fevereiro de 1912.

Finalmente, em uma síntese brilhante da obra imperecível do Barão do Rio Branco, conclui o sr. Pelágio Lobo o seu trabalho com a citação da frase lapidar de Rui Barbosa em que se compendia a grandeza da vida do grande brasileiro, tôda ela de trabalhos à pátria: "Deus Términus da nossa integridade territorial".

Vibrante salva de palmas abafou as últimas palavras do orador. Com a palavra, o sr. presidente enaltece o valor da peça que acabava de ser ouvida e dá por encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Tito Lúvio Ferreira*
Carlos Alberto Nunes
José Ribeiro de Sá Carvalho

Ata da 6.^a sessão ordinária, em 5 de junho de 1945

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira

1.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

2.^o Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua sexta sessão ordinária do corrente ano.

Compareceram os seguintes sócios: srs. Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Plínio de Barros Monteiro, Américo B. A. de Moura, Francisca Pereira Rodrigues, Ernesto de Sousa Campos, Afonso José de Carvalho, Celestino Fázio, João B. de Campos Aguirra, Roberto Pompílio, Djalma Forjaz, Zuinglio Homem de Melo, Aureliano Leite, José Pedro Leite Cordeiro, Arrisson de Sousa Ferraz, Luís da Câmara Lopes dos Anjos, Amador Bueno Machado Florence, Pedro Vicente de Azevedo Júnior, Dácio Pires Correia e Pelágio Lobo. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Pedro Dias de Campos, Gastão Ferreira de Almeida, Nicolau Duarte Silva, Joaquim Silva, Artur P. de Aguiar Whitaker e Joaquim Alfredo da Fonseca. O sr. Arcebispo de São Paulo se fêz representar pelo padre Lafaiete Ferreira Álvares.

Na ausência justificada do presidente e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o sr. Tito Lívio Ferreira, secretariado pelos srs. Carlos Alberto Nunes em função de primeiro secretário e Bueno de Azevedo Filho, segundo secretário "ad-hoc". A convite do sr. presidente veio sentar-se à mesa o padre Lafaiete Ferreira Álvares, representante do sr. Arcebispo.

Abri-do a sessão, o sr. presidente comunica que se encontra na ante-sala o sócio recentemente eleito, dr. Luís da Câmara Lopes dos Anjos, motivo por que designa para introduzi-lo no recinto uma comissão composta dos srs. Afonso José de Carvalho, Celestino Fázio e Arrisson de Sousa Ferraz. O sr. Tito Lívio Ferreira em alocação ligeira saúda o sócio recipiendário, fazendo ressaltar o seu merecimento no domínio da história pátria, penhor inequívoco em que confia o Instituto para a mais eficiente consecução de sua finalidade.

Em agradecimento às palavras do sr. presidente, o sr. Luís da Câmara Lopes dos Anjos se refere à influência que exerceu em seu espírito de criança o convívio diuturno com sua avó paterna, a poetisa D. Maria Amália da Costa Carvalho Lopes dos Anjos, cuja memória admirável lhe fazia presente com as menores minúcias os episódios fundamentais da vida nacional. Depois de falar de sua atividade nos domínios da história, conclui o sr. Câmara Lopes a sua alocação com o elogio do presidente perpétuo, sr. Torres de Oliveira, símbolo varonil da grandeza do Instituto, e afirma que envidará esforços para que a

sua dedicação aos trabalhos da casa corresponda ao entusiasmo de que se sente animado ao ingressar para o seu quadro social.

O sr. Tito Lívio Ferreira comunica o falecimento, no mês de maio próximo passado, dos sócios honorários dr. José Augusto de Magalhães e d. Alberto José Gonçalves, dos sócios efetivos dr. Armando de Sales Oliveira e dr. João Batista Reimão, e do sócio correspondente gen. Emilio Fernandes de Sousa Docca, acrescentando que será consignado em ata um voto de pesar e que o elogio oficial dos mesmos deverá ser feito pelo orador oficial do Instituto na sessão de 1.º de novembro de acôrdo com as disposições estatutárias.

Por proposta do sr. presidente, foi invertida a ordem dos trabalhos, tendo subido à tribuna o sr. cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargô, que dissertou sôbre o tema: "Dom Vital Maria de Pernambuco, O. F. C. — Reminiscências de sua Vida no Centenário do seu Nascimento". Acompanha o conferencista a vida do biografado desde os primeiros estudos na cidade natal de Itambé, sob a direção do padre Generoso Bandeira, onde já se delinea a sua vocação sacerdotal, para transportar-se, depois, para a Europa, na França, onde foi admitido à profissão religiosa como Capuchinho. O futuro bispo de Olinda, alguns anos mais tarde, haveria de agitar a vida nacional por sua atitude intemerata na luta em que se viu empenhado contra o Govêrno e os tribunais civis do Império. Detém-se o conferencista na exposição da denominada questão religiosa, com documentação farta e em parte original, que faz aparecer-nos aquêlê processo ruidoso como um dos maiores erros políticos do segundo Império. Merece, ainda, a atenção do conferencista a atitude de D. Vital em Rôma, depois de anistiado, quando foi expor de viva voz ao Sumo Pontífice as particularidades da questão, pouco ou mal conhecida por S. Santidade, em virtude da distância e da capciosidade das informações oficiais. Ruidosa salva de palmas cobriu as últimas palavras do cônego Silveira Camargo.

Com a palavra, o sr. Américo de Moura lê um trabalho sob o título: "Interpretação das bulas de 1493", relativas à linha de demarcação das terras descobertas pelos navegadores portugueses e espanhóis, para discordar da doutrina dos interpretadores modernos. A linha concebida por Cristóvão Colombo, ou pelos cosmógrafos que influíram com suas luzes na redação do texto, seria de fato um meridiano se tivesse de limitar terras "versus occidentem"; teria de ser um paralelo, se tivesse de limitá-las "versus meridiem". Baseado no texto das bulas, conclui o conferencista que ambas as interpretações devem ser rejeitadas, uma vez que a expressão exata "versus occidentem et meridiem" está a indicar com suficiente clareza a direção sudoeste. Partindo dêsse princípio, e tomando como ponto fixo a ilha Brava, do grupo das de Sotavento do arquipélago de Cabo Verde, traça o sr. Américo de Moura, no ponto extremo das léguas determinadas no texto da bula pontifícia, uma linha de rumo noroeste-sueste, seguindo bissetrizes de ângulos formados pelo meridiano e pelo paralelo estabelecidos, para delimitar, assim, o que cairia, de direito, na esfera de navegação de cada uma das duas coroas rivais. Isto, para se deduzir do texto da 1.ª bula, de 3 de maio, uma linha de demarcação. Raia análoga, a 100

léguas a S.O. do arquipélago de Cabo Verde. E, finalmente, como qualquer destas alcançaria território do sul da África, estabeleceu a hipótese de ter surgido a concepção de "370 léguas", de provável tentativa de transferência de semelhante raia oblíqua no prolongamento da distância de 100 léguas até o Equador.

O sr. presidente exalta o merecimento dos trabalhos que acabavam de ser lidos, pedindo que fóssem os originais entregues à mesa para serem publicados na Revista do Instituto. Comunica, ainda, que está inscrito, para falar no próximo dia 5 de julho, o sr. Honório de Silos, que discorrerá sobre o tema "Francisco Glicério e a Proclamação da República em São José do Rio Pardo".

Com a palavra, o sr. Bueno de Azevedo Filho pede um voto de pesar pelo falecimento do General Emilio Fernandes de Sousa Docca, sócio correspondente do Instituto desde 1921.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra foi pelo sr. presidente encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Tito Lívio Ferreira*
Carlos Alberto Nunes
José Ribeiro de Sá Carvalho

Ata da sessão extraordinária, em 25 de junho de 1945

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

2.º Secretário: Dr. José Ribeiro de Sá Carvalho

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária em que o prof. Américo de Moura dissertou sobre o tema: "O domínio do mar nas bulas de Alexandre VI". Compareceram os sócios srs. Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dácio Pires Correia, João B. de Campos Aguirra, Amador Florence, Igor Dolgorukij, Plínio de Barros Monteiro, J. R. de Sá Carvalho, Américo de Moura, Alfredo Gomes e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, A. P. de Aguiar Whitaker, Frederico Brotero, N. Duarte Silva, Carlos da Silveira, Afonso de E. Taunay, Oscar Marcondes, Geraldo Rúffolo e J. P. Leite Cordeiro.

Na ausência do presidente perpétuo e dos vice-presidentes assumiu a direção dos trabalhos o sr. Tito Lívio Ferreira, secretariado pelo sr. Carlos Alberto Nunes em função de 1.º secretário e sr. Sá Carvalho, 2.º secretário "ad-hoc".

Por proposta do sr. Igor Dolgorukij, aprovada pelos demais sócios, ficou dispensada a leitura da ata da sessão anterior, visto haver sido a mesma publicada na imprensa.

Após declarar a finalidade da sessão, o sr. presidente dá a palavra ao sr. Américo de Moura, que passa a dissertar sobre o tema anunciado. Depois de um apanhado histórico da expansão portuguesa, desde o início da nacionalidade até ao período áureo dos descobrimentos marítimos no périplo da África e na rota do ocidente, detém-se o conferencista no estudo das bulas papais que tratam dos direitos das duas nações peninsulares sobre a navegação dos mares e a posse das terras descobertas. Suas conclusões podem ser apresentadas nos seguintes itens:

a) Como justo prêmio dos sacrifícios de Portugal no afã de chegar às Índias e de desfazer as lendas tenebrosas que pesavam sobre a imaginação das nações da Europa, impossibilitando a navegação do Atlântico, desde o pontificado de Martinho V foram concedidos a seus reis, pela Santa Sé, os direitos de posse das terras que iam descobrindo em suas navegações para o sul;

b) na Bula "Dudum cum", de 1436, o Papa Eugénio IV manteve a concessão feita aos portugueses para descobrirem e povoarem as ilhas ocidentais, com a ressalva dos supostos direitos de Castela às Canárias;

c) em 1454 e em 1456, respectivamente, Nicolau V e Calisto III, fazendo as mais amplas concessões a Portugal, como estímulo para que persistisse em sua gloriosa missão, determinaram expressamente que nenhum cristão se intrometesse nos planos do Infante e do rei Afonso V;

d) apesar das pretensões espanholas sobre o comércio de Guiné e das dúvidas que ainda persistiam por causa das Canárias, ficou reconhecido no Tratado de Toledo, firmado entre as duas nações vizinhas, o direito de Portugal a seus descobrimentos e conquistas, bem como a tudo quanto se viesse a descobrir no Atlântico ao sul do paralelo das Canárias;

e) em 1481, o Papa Xisto IV, na bula "Aeterni Regis Clementia", confirmou os atos anteriores da Santa Sé e o tratado celebrado entre os reis de Espanha e Portugal, com o fim de garantir a perpetuidade das disposições esparsas que tanto favoreciam aos portugueses, sem nenhuma referência à pretensão espanhola, se excetuarmos o que respeita às Canárias;

f) quando Portugal se achava no ponto de colher os frutos de seu esforço continuado por tantas décadas, dois fatos imprevisíveis, que deram origem a supostos direitos por parte de Espanha, vieram trazer sérias complicações entre as duas coroas rivais: o descobrimento por parte de Cristóvão Colombo de algumas ilhas na zona de navegação dos portugueses, ao sul do paralelo das Canárias, defronte de Guiné, e a subida de Rodrigo Borgia ao sólio pontifício, com o nome de Alexandre VI, disposto a proteger os interesses espanhóis, mais do que parecia estar o próprio Fernando de Aragão e Castela, signatário do Tratado de Toledo;

g) as quatro bulas de Alexandre VI sancionavam a violação do direito escrito, revogavam esse direito, por ato unilateral, e instituíam outro inteiramente oposto, conferindo ao infrator o maior dos prêmios imagináveis;

h) tanto Colombo como Fernando de Aragão e Castela tinham perfeita consciência de que haviam violado o Tratado de Toledo, isto é, de que as ilhas descobertas demoravam ao sul do paralelo das Canárias, mas apesar disso trataram de consumir e aumentar a usurpação;

i) na interpretação das bulas de Alexandre VI geralmente se atribui ao Papa a intenção de partilhar o mundo em dois hemisférios, por linhas meridianas, ficando o ocidental para os castelhanos e o oriental para os portugueses; contra semelhante interpretação já se erguera no começo do século XVI, na Conferência de Badajoz, o próprio filho do descobridor, don Hernando Colón, que sustentava que semelhante linha só se referia ao Atlântico, reclamando para a Espanha tudo o que ficava ao oriente do Cabo da Boa Esperança e que Portugal "sin título nin derecho alguno" havia usurpado;

j) a linha de demarcação entre os domínios de navegação das duas coroas, estabelecida pelas bulas de Alexandre VI, não pode ser nem um meridiano nem um paralelo; a expressão "versus occidentem et meridiem" se traduz com muita clareza por um só termo: para sudoeste; trata-se de uma linha oblíqua, regular, círculo máximo, que não cortasse nenhuma das possessões portuguesas, isto é, no extremo sudoeste do arquipélago de Cabo Verde;

k) essas oblíquas prolongadas para outro hemisfério, como linhas de círculos máximos não isogênicos, semelhantes à da eclíptica na esfera celeste, bastariam para assegurar à Espanha o Cabo da Boa Esperança e o caminho da Índia pelo sul, por passarem pela porção inferior do continente africano;

l) conforme a doutrina das quatro bulas de Alexandre VI, o máximo que os portugueses poderiam pretender seria o domínio das terras submetidas efetivamente ao seu império; nada de direito ao sul da África, apenas descoberto e mal explorado; nada de direito a terras "inveniendas", "reperien-das", "detegendas"; nada de direito ao caminho da Índia;

m) o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha, marcando o ponto da linha a 370 léguas para oeste do arquipélago de Cabo Verde, pode ser entendido como um acréscimo de 300 léguas redondas, não às 100 mencionadas na bula, em rumo sudoeste, mas às 70 em que elas se convertem, em rumo oeste; tanto Alexandre VI não tinha a intenção de dividir o mundo equitativamente entre Espanha e Portugal, que, feita a partilha por acôrdo das partes, tendo êle ainda vivido muitos anos, somente em outro pontificado, no século XVI, foi aprovado pela Santa Sé o novo Tratado;

n) em resumo: os Papas anteriores, premiando a tomada de Ceuta e os feitos dos navegantes portugueses, tinham feito de Portugal o único senhor dos mares do ocidente e do sul; Alexandre VI, premiando a tomada de Granada e o feito de Colombo, cujo real valor ninguém suspeitava, deu em 1493

esse título à Espanha; foi de "motu proprio", sem interferência do Papa e à sua revelia, que Portugal e Espanha, repartindo fraternalmente o grande mas oneroso espólio por tantos séculos jacente, se consideraram a si mesmos e reciprocamente como os únicos herdeiros de Adão.

Calorosa salva de palmas cobriu as últimas palavras do orador. O senhor presidente encarece o valor do trabalho que acabava de ser ouvido, fazendo ressaltar que o sr. Américo de Moura havia desenvolvido o seu tema com a proficiência que todos lhe reconheciam e que o apreciara sob os aspectos histórico, jurídico e geográfico.

Como mais nada houvesse a ser tratado, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker*
 • *Tito Lívio Ferreira*
Carlos Alberto Nunes

Ata da 7.^a sessão ordinária, em 5 de julho de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sétima sessão ordinária do corrente ano.

Compareceram os seguintes sócios: A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Amador Bueno Machado Florence, Plínio de Barros Monteiro, João B. de Campos Aguirra, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, J. R. de Sá Carvalho, Carlos da Silveira, José Pedro Leite Cordeiro, Arrisson de Souza Ferraz, Antônio Barreto Amaral e Zuínglio Homem de Melo. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Nicolau Duarte Silva, Igor Dolgorukij e Luís Tenório de Brito.

Na ausência justificada do presidente do Instituto, assumiu a presidência da sessão o sr. A. P. de Aguiar Whitaker, primeiro vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, primeiro e segundo secretários.

Iniciando os trabalhos, o sr. presidente comunica que se encontra na ante-sala o sócio recentemente eleito, sr. Antônio Barreto Amaral, motivo por que nomeia uma comissão composta dos srs. Amador Florence, Sá Carvalho e Campos Aguirra, para introduzi-lo no recinto, o que foi feito sob palmas dos presentes. O sócio recipiendário foi saudado pelo sr. presidente, que se refere ao trabalho inédito apresentado como credencial para seu ingresso no Instituto,

sobre a fundação de São Paulo, o qual mereceu francos elogios da Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios.

Ainda com a palavra, o sr. presidente informa que se encontram presentes à sessão ilustres visitantes do Estado de Santa Catarina, o sr. vice-diretor da Biblioteca Pública de Florianópolis, sr. Hermes Guedes da Fonseca e senhora, e o sr. diretor da secção industrial da Penitenciária do Estado de Santa Catarina, Ubaldo Bricighelli.

Por proposta aprovada do sr. Amador Florence foi dispensada a leitura da ata da sessão extraordinária de 25 de junho, por haver sido a mesma publicada na imprensa.

A seguir, o sr. presidente comunica que deveria pronunciar uma conferência, na primeira parte da sessão, o sr. Honório de Silos, mas que esse consócio o avisara por telefone de que a notícia publicada se originara certamente de algum equívoco, por estar êle inscrito para falar na sessão de agosto, acrescentando que não se tratava de uma conferência mas de simples comunicação relativa a episódio ocorrido em sua cidade natal.

Com a palavra, o sr. Bueno de Azevedo Filho lê um trabalho sobre a vida do almirante Boiteux, um dos mais antigos sócios do Instituto e recentemente falecido, pedindo que constasse da ata um voto de pesar e que, como de praxe, fôsse oficiado à família do morto nesse sentido. Esse trabalho é precedido de uma relação dos mais antigos sócios vivos do Instituto, discriminados por classes, fundadores, efetivos, honorários e correspondentes, com especificação dos respectivos nomes e a data de sua admissão para o sodalício.

Ainda com a palavra, o sr. Bueno de Azevedo Filho pede um voto de simpatia da casa em relação com a iniciativa do sócio correspondente, professor Paul Rivet, de Paris, que acaba de fundar naquela capital o "Instituto dos Estudos Superiores do Brasil", o que demonstra com eloquência o seu entusiasmo para com as coisas de nossa terra. Com a palavra, o sr. presidente declara que julga desnecessário consultar a casa a respeito das duas propostas que acabavam de ser apresentadas, estendendo-se na apreciação do merecimento do sr. professor Paul Rivet, que já pronunciara uma notável conferência no nosso Instituto, a respeito da origem do homem americano, que para s. s. não é de uma só procedência, mas que veio principalmente da Ásia, pelo sul do oceano Índico, há uns seis milênios, quando a zona glacial era de menor extensão.

Pelo sr. Bueno de Azevedo Filho foram entregues à mesa alguns volumes de publicações do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, oferecidos pelo sr. João Lélis Vieira, diretor desse Departamento.

O sr. Aguiar Whitaker pede um voto de pesar pelo falecimento do sr. Sílvio Portugal, ocorrido no dia 18 de junho, esclarecendo s. s. que o elogio oficial desse eminente consócio seria feito na sessão magna de 5 de novembro, conforme disposições estatutárias.

Na segunda parte dos trabalhos, em sessão secreta, foram discutidas e aprovadas três propostas para sócios efetivos, dos srs. Ari França, Pedro Moacir de Campos e Eduardo de Oliveira França.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. E para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 8.ª sessão ordinária, em 6 de agosto de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos seis dias do mês de agosto do ano de 1945, em sua sede social à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a oitava sessão ordinária do corrente ano.

Compareceram os seguintes sócios: srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, José Pedro Leite Cordeiro, Igor Dolgorukij, Afonso José de Carvalho, Amador Bueno Machado Florence, Edvard Carmilo, Alfredo Gomes, Francisca Pereira Rodrigues, Zuínglio Homem de Melo, N. Duarte Silva, Luís Ribeiro do Vale, Renato Silveira Mendes, Ari França e Dácio Pires Corrêa. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Geraldo Rúffolo, Joaquim Silva, José Bueno de Azevedo Filho, Luís Tenório de Brito e Álvaro da Veiga Coimbra.

Na ausência justificada do presidente do Instituto, assumiu a direção dos trabalhos o sr. A. de Aguiar Whitaker, primeiro vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente primeiro e segundo secretários.

Foram empossados os sócios recentemente eleitos, srs. Renato Silveira Mendes e Ari Nogueira França, depois de introduzidos no recinto por uma comissão composta dos srs. Afonso José de Carvalho, Edvard Carmilo e Amador Florence. O sr. presidente saudou os novos sócios, em alocução singela, expressando a satisfação do Instituto pelo que é de esperar da cultura técnica de ambos. Em seu nome e do sr. Ari Nogueira França, falou o sr. Renato Silveira Mendes, agradecendo a recepção acolhedora de que se viam alvo e prometendo enviar esforços no sentido de se colocarem à altura das tradições gloriosas do Instituto.

Por proposta do sr. Igor Dolgorukij, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Com a palavra, o sr. presidente comunica que a convite do Instituto o general João Pereira de Oliveira fará, no dia 16 do mês corrente, uma conferên-

cia sôbre "Matias Aires Ramos da Silva de Eça", e o dr. Alcindo Sodré, no dia 20 do mesmo sôbre "A Viagem de Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul".

Com a palavra, o sr. Alfredo Gomes declara que se encontra autorizado a comunicar que por motivos de natureza militar não poderá o sr. general João Pereira de Oliveira vir a São Paulo no dia anunciado, razão por que deseja que a sua conferência fique adiada "sine die".

Depois da discussão regulamentar das propostas para novos sócios, foram eleitos os srs. José Ribeiro de Araujo Filho, João Dornas Filho, coronel Herculano Teixeira de Assunção e Alcindo de Azevedo Sodré, sendo o primeiro para a categoria de sócio efetivo e os demais para a de sócios correspondentes.

A seguir, a professora d. Francisca Rodrigues ocupa a tribuna para fazer uma dissertação livre a respeito de suas impressões sôbre os Estados Unidos da América do Norte, onde estêve recentemente em viagem de estudos. Chama a atenção dos consócios para a ignorância relativa em que vivemos a respeito da grande nação amiga, fantasiando perigos inexistentes, de conquistas territoriais e quejandas invencioniças que não encontram o menor fundamento nos atos positivos da política fraternal de seus dirigentes. Depois de referir-se à demorada visita que fêz à Biblioteca de Boston — a capital cultural dos Estados Unidos — onde lhe foi dado manusear raridades bibliográficas relativas à primeira viagem de descobrimento do rio Amazonas, por Pedro Teixeira, demora-se a conferencista na descrição do que observou no vale do Tennessee, em uma escola rural modelo norteada por princípios dignos de serem imitados, e que preenche a sua finalidade ministrando instrução variada a trinta mil alunos, em uma cidadezinha que não contará mais de dois mil habitantes. Era a escola que eu procurava, insiste a conferencista, por maneira incisiva, que bem resume o seu entusiasmo para com os assuntos referentes à pedagogia, finalidade precípua de sua excursão por aquelas plagas. Em Filadélfia o problema do negro americano lhe mereceu atenção especial, pelo contraste que essa importante questão racial oferece com o que se passa entre nós, onde a absorção gradual do elemento negro se processa sem atritos de ordem moral ou social, e, sobretudo, em perfeita comunhão de esforços para a consecução dos ideais da pátria. Depois de referir-se rapidamente à vida política dos Estados Unidos, que, a não ser na seriedade da apuração dos votos, não difere essencialmente da nossa, com seus cabos eleitorais, a cabala, os processos mais ou menos escusos de angariar votos, insiste a conferencista na gentileza do povo americano e no interesse sincero que lhe foi dado observar por tudo o que se refere ao Brasil.

Com a palavra, o sr. presidente exalta o merecimento da palavra da professora d. Francisca Rodrigues, que acabava de dar mais uma prova de sua grande cultura e do seu espírito observador.

O sr. Amador Florence, depois de fazer ver que da encantadora palestra da professora d. Francisca Rodrigues ressalta a preocupação máxima dos dirigentes da grande nação amiga, de formar os seus cidadãos, passa a tratar dos expedicionários brasileiros que acabavam de regressar do teatro da guerra, sugerindo que o Instituto tomasse a iniciativa de pedir ao Ministério da Guerra,

a relação dos nomes de todos os soldados do Estado de São Paulo que tomaram parte na campanha, para que fôsse conservada nas páginas da Revista, como homenagem aos nossos bravos. O sr. Alfredo Gomes observa que o pedido deve ser dirigido ao sr. General Comandante da 2.ª Região Militar, de São Paulo, a quem compete dirigir-se ao comandante do 6.º R. I., de Caçapava, constituído pelos gloriosos soldados que acabavam de regressar do campo da luta. Com a palavra, o sr. presidente declara julgar desnecessário pôr em discussão a proposta do sr. Amador Florence, acrescentando que a mesa iria estudar a maneira mais eficiente de dar-lhe cabal cumprimento.

Nada mais havendo a ser tratado, e por ninguém mais haver feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Álvaro da Veiga Coimbra.

Ata da 9.ª sessão ordinária, em 5 de setembro de 1945

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Álvaro da Veiga Coimbra.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a nona sessão ordinária anual, com a presença dos sócios srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Dácio Pires Correia, Domingos Laurito, Américo de Moura, J. P. Leite Cordeiro, Bueno de Azevedo Filho, Djalma Forjaz, Álvaro da Veiga Coimbra, Alfredo Gomes, Edmundo Krug, Tito Lívio Ferreira, Gastão Ferreira de Almeida, Zuínglio Homem de Melo, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Benedito Pires de Almeida, J. R. de Araujo Filho, Odilon Nogueira de Matos, Geraldo Rúffolo e Amador Florence. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Carlos Alberto Nunes, Igor Dolgorukij, Carlos da Silveira, Joaquim Silva, Álvaro Soares Brandão, Tenório de Brito e N. Duarte Silva.

Assumiu a direção dos trabalhos o 1.º vice-presidente, sr. A. P. de Aguiar Whitaker, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Álvaro da Veiga Coimbra, respectivamente 1.º secretário e 2.º secretário "ad-hoc".

Declarada aberta a sessão, comunica o sr. presidente que se acham na ante-sala, a fim de tomarem posse, os sócios srs. Benedito Pires de Almeida, correspondente, Odilon Nogueira de Matos e José Ribeiro de Araujo Filho, efetivos. Introduzidos no recinto por uma comissão composta dos srs. Dácio Pires Correia, Bueno de Azevedo Filho e J. P. Leite Cordeiro, foram os recipien-

dários saudados por uma salva de palmas. Depois de assinarem o livro de presença, tomando assento entre seus pares, dirigiu-lhes o sr. presidente a saudação oficial em nome do Instituto, enaltecendo-lhes os méritos de estudiosos e citando os principais trabalhos por eles produzidos. Agradecendo, em seu próprio nome e no dos seus companheiros, usou da palavra o sr. Odilon Nogueira de Matos, que terminou assegurando que o Instituto poderia contar com o entusiasmo e a cooperação sincera dos empossados.

Consultada a casa sobre a conveniência de se dispensar a leitura da ata da sessão anterior, em vista de ter sido publicada integralmente nos diários locais, é a mesma posta em discussão pelo sr. presidente e em seguida aprovada.

Dando início à ordem do dia, o sr. presidente anuncia a existência, sobre a mesa, de uma proposta referente ao sr. Jorge Moreira da Rocha, advogado e engenheiro em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. O sr. 1.º secretário procede à leitura das informações bio-bibliográficas constantes da referida proposta, assim como do parecer da Comissão de Sindicância e de Admissão de Sócios. Como ninguém desejasse fazer uso da palavra, foi iniciada a votação, por escrutínio secreto, a qual deu como resultado a eleição do candidato na categoria dos sócios correspondentes.

Não havendo oradores inscritos, o sr. presidente comunica que dará a palavra aos sócios que a pedirem. Levanta-se, então, o sr. Geraldo Rúffolo, que, após discorrer sobre as festas comemorativas do Congresso Eucarístico, realizadas em Rio Claro, com a participação das autoridades civis e eclesiásticas, propõe seja consignado em ata um voto de júbilo pelo acontecimento e que se envie ao sr. Arcebispo Metropolitano um ofício de congratulações. O sr. cônego Florêncio de Camargo pede a palavra e, corroborando as sugestões feitas pelo sr. Geraldo Rúffolo, propõe que as congratulações do Instituto sejam extensivas ao sr. Bispo de Campinas.

Postas em votação e aprovadas as propostas acima, o sr. Geraldo Rúffolo fala sobre as personalidades do Visconde de Rio Claro e do Barão de Limeira. O primeiro, José Estanislau de Oliveira, foi o iniciador da Estrada de Ferro Rio Claro, mais tarde fundida com a Companhia Paulista; pai exemplar, amigo sincero, prestou ainda relevantes serviços durante a guerra do Paraguai animando o voluntariado, equipando à sua custa muitos dos que partiam e socorrendo-lhes as famílias, do que lhe adveio o título de "Pai da Pobreza". E o segundo, Vicente de Souza Queiroz, foi o homem de caráter reto e de sólida cultura que se notabilizou pela sua obra máxima, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e de quem Saldanha Marinho afirmou: "sem o eficaz auxílio do Barão de Limeira, eu teria perdido a Companhia". Refere-se o orador, também, à personalidade de João Jacinto de Mendonça, autor dos estatutos da Sociedade Zeladora da Glória do Ipiranga cuja finalidade era a construção do monumento comemorativo da Independência do Brasil. Finalmente, recordando que a data da presente sessão assinala a efeméride da morte dos biografados, propõe o sr. Geraldo Rúffolo que em ata se consigne um voto de saudade, o que é aprovado.

Em seguida, o sr. Alfredo Gomes participa ter recebido comunicação do sr. general João Pereira de Oliveira sobre a conferência que aquêle illustre militar pretende realizar no salão nobre do Instituto. O tema escolhido pelo conferencista — “Matias Aires Ramos da Silva de Eça” — será desenvolvido em meados do mês corrente, não estando a data fixada. A propósito do 7 de Setembro, pede o orador seja a data assinalada pelo Instituto com um voto de júbilo na ata dos trabalhos, o que é aprovado.

Com a palavra, o sr. cônego Florêncio de Camargo tece comentários elogiosos em tôrno dos trabalhos últimamente publicados na Revista do Instituto e que tão favorável repercussão vêm tendo nos meios culturais do país.

Na mesma ordem de idéias, o sr. Gastão Ferreira de Almeida põe em destaque o valor das obras recentemente publicadas por vários sócios do Instituto. Pede permissão para citar, entre outras, a “História Econômica de São Paulo”, do sr. Alfredo Ellis, “A Descoberta da América e a Suposta Prioridade dos Portuguezes, do sr. T. O. Marcondes de Souza, e “O Domínio do Mar nas Bulas de Alexandre VI”, do sr. Américo de Moura. O trabalho do sr. Marcondes de Souza mereceu os maiores elogios de um pesquisador norte-americano, conforme publicação feita em um dos últimos números da “Geographical Review of New York”. Na Revista do Instituto, devem ser destacados os trabalhos dos srs. Tito Lívio Ferreira e Aureliano Leite. Faz ainda o orador uma referência especial à conferência do cônego Florêncio de Camargo sobre a vida e a obra de D. Vital de Pernambuco e termina ressaltando o valor da obra recentemente publicada pelo cel. Afonso de Carvalho sobre Rio Branco.

O sr. Leite Cordeiro comunica que a conferência do sr. Alcindo Sodré sobre “Dom Pedro II e a Pacificação do Rio Grande do Sul” será realizada ainda este mês.

Pede a palavra o cônego Florêncio de Camargo e, em conexão com a data da Independência, lê uma carta atribuída ao padre Ildefonso Xavier Ferreira, na qual são feitas várias observações críticas em tôrno da Bernarda de Francisco Inácio. Intervém o sr. Djalma Forjaz e esclarece que, de acordo com importantes documentos em seu poder, os partidários de Francisco Inácio não eram contra Pedro I.

O sr. Gastão Ferreira de Almeida pede que a ata registre o agradecimento do Instituto pela maneira fidalga com que êle e seus companheiros de comissão, representando o Instituto, por ocasião da chegada da Fôrça Expedicionária Brasileira, foram recebidos pelo sr. Ministro da Guerra e outras altas patentes militares.

Segue-se com a palavra o sr. Bueno de Azevedo Filho e, anunciando a fundação do Instituto Histórico do Amapá, pede seja inserto em ata um voto de congratulações pelo auspicioso acontecimento, o que é aprovado. Terminando participa o orador que, no Departamento do Arquivo do Estado, continua a trabalhar na composição de sua obra, já com cêrca de duas mil páginas, sobre “A População de São Paulo no Século XVIII”.

O sr. presidente anuncia que, na próxima sessão, o sr. Tito Lívio Ferreira, 1.º secretário do Instituto, pronunciará uma conferência subordinada ao título: "O problema do abasileiramento do brasileiro".

Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 13 de setembro de 1945

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero

1.º Secretário: Sr. Aureliano Leite

2.º Secretário: Sr. Amador Florence

Aos treze dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária para o fim de ser ouvida a anunciada conferência do sr. general João Pereira de Oliveira, comandante da Infantaria Divisionária 2, da 2.ª Região Militar, sobre o tema: "Matias Aires Ramos da Silva de Eça". Compareceram os sócios srs. Frederico de Barros Brotero, Amador Bueno Machado Florence, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Juan Francisco Recalde, Alfredo Gomes, Tenório de Brito, Zuínglio Homem de Melo, Odilon Nogueira de Matos, Nicolau Duarte Silva, Pelágio Lobo, Dácio Pires Correia, Altino Arantes, René Thiollier e Aureliano Leite. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Carlos Alberto Nunes, Gastão Ferreira de Almeida e Tomás Oscar Marcondes de Sousa. Substituindo o sr. presidente perpétuo e o 1.º vice-presidente assumiu a direção dos trabalhos o sr. Frederico de Barros Brotero, que convidou para 1.º e 2.º secretários os consócios srs. Aureliano Leite e Amador Florence, e para tomarem assento à mesa, além do conferencista, os srs. capitão Augusto Alencastre, ajudante de ordens e representante do sr. general Amaro Soares Bittencourt, comandante da 2.ª Região Militar, e René Thiollier, representante da Academia Paulista de Letras. Presente numeroso auditório, além dos sócios e grande número de militares, foi dada a palavra ao prof. Alfredo Gomes, para, em nome do Instituto, saudar o distinto conferencista. Em seguida a essa oração, muito aplaudida, o sr. presidente deu a palavra ao general João Pereira de Oliveira, orador inscrito, que ocupou a tribuna por espaço de mais de 45 minutos, pronunciando bela oração sobre a personalidade de Matias Aires, o eminente pensador e moralista brasileiro. O orador dissertou com muita propriedade sobre esse clássico da língua, natural de São Paulo de Piratininga, recebendo, ao fim

dar, calorosos aplausos da assistência. O sr. presidente antes de encerrar os trabalhos, agradeceu o comparecimento de tão seletto auditório, notadamente de distintas senhoras, bem como aos oradores, e terminou solicitando do conferencista o original de seu interessante trabalho para ser, em futuro próximo, publicado nas páginas da Revista. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, lavrou-se esta ata, que depois de lida, discutida e aprovada, vai devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 10.^a sessão ordinária, em 5 de outubro de 1945

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero
 1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
 2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua décima sessão ordinária anual, com a presença dos sócios srs. Frederico Brotero, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Odilon Nogueira de Matos, Zuínglio Homem de Melo, Alvaro Coimbra, Bueno de Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, J. R. de Araújo Filho, Tenório de Brito, F. de Assis Iglésias, Edmundo Krug, Edvard Carmilo, Soares Brandão, José Carlos de Macedo Soares, Alcindo de Azevedo Sodré, Djalma Forjaz, José Cássio de Macedo Soares, Geraldo Rúffolo, Afonso de E. Taunay, Amador Florence e José Pedro Leite Cordeiro. Justificaram ausência os srs. José Torres de Oliveira, Américo de Moura, Gastão Ferreira de Almeida, Oscar Marcondes de Sousa, Igor Dolgorukij, N. Duarte Silva, Carlos da Silveira, Dácio Pires Correia e A. P. de Aguiar Whitaker.

Na ausência do sr. presidente perpétuo, sr. José Torres de Oliveira, assumiu a direção dos trabalhos o 2.º vice-presidente, sr. Frederico Brotero, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. Abrindo a sessão, o sr. presidente convida para vir sentar-se à mesa o embaixador Macedo Soares, na qualidade de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em seguida, comunicando achar-se na ante-sala, para tomar posse, o sócio correspondente sr. Alcindo Sodré, nomeia, para introduzi-lo no recinto, uma comissão composta dos srs. Leite Cordeiro, Plínio de Barros Monteiro e Tenório de Brito. Saúda-o, em nome do Instituto e por designação do sr. presidente, o sócio efetivo sr. Leite Cordeiro, o qual, em curta alocução, diz do júbilo do sodalício ao inscrever no quadro so-

cial o nome do recipiendário, investigador emérito cuja capacidade se tem revelado, particularmente na direção do Museu Imperial de Petrópolis.

Aprovada uma proposta do sr. Tenório de Brito no sentido de se dispensar a leitura de duas atas relativas a sessões anteriores, pô-las o sr. presidente em discussão e, como ninguém se manifestasse, foram submetidas a votos e unânimemente aprovadas.

Propõe o sr. Edvard Carmilo um voto de felicitações pela passagem da data natalícia do embaixador Macedo Soares. Consultada a casa, manda o sr. presidente inserir em ata o voto proposto. O embaixador Macedo Soares agradece e a seguir o 1.º secretário procede à leitura de um ofício assinado pelo sr. Pedro Monteiro Pereira Queirós, presidente da Casa de Portugal, no qual o Instituto é convidado a fazer-se representar na solenidade comemorativa do 35º aniversário da República Portuguesa, quando faria uma conferência alusiva à efeméride o sr. Pelágio Lobo, diretor do jornal "O Estado de São Paulo" e sócio efetivo do Instituto. Nesse mesmo ofício, recebe o sr. José Torres de Oliveira a comunicação de que lhe foi conferida pela Casa de Portugal a Ordem do Mérito do Infante D. Henrique.

O sr. presidente informa que a correspondência do Instituto está em dia, conforme poderia ser verificado pelo exame dos classificadores sobre a mesa. Entre as doações mais recentes, feitas ao Instituto, salienta o sr. presidente a coleção completa da edição em português de "Seleções do Reader's Digest" e, principalmente, oitenta volumes inéditos subordinados ao título "Arquivo Histórico", de autoria do sócio efetivo sr. João Gomes d'Oliveira Mendonça Cortês, há dias falecido. Depois de pôr em relêvo o valor documentário do donativo, o sr. presidente propõe um voto de pesar pelo falecimento daquele ilustre sócio. Pelo 1.º secretário é lida uma carta do sr. Mendonça Cortês, filho do sócio falecido, na qual é feita a comunicação referente ao donativo.

Com a palavra, o sr. Bueno de Azevedo Filho propõe com geral aprovação da casa um voto de congratulações pela passagem do 40º aniversário da admissão do sr. Edmundo Krug como sócio do Instituto, apresentando então um esboço biográfico do operoso confrade. O sr. Edmundo Krug agradece a homenagem e aproveita a oportunidade para dizer que não desejando retardar a conferência para a qual se acha inscrito o sr. Alcindo Sodré, reserva-se para ler a 25 do corrente o trabalho que pretendia apresentar na presente sessão.

Passa a ocupar a tribuna o sócio empossado sr. Alcindo Sodré que disserta sobre o tema: "A primeira viagem de Pedro II a São Paulo". Em fevereiro de 1846, há portanto quase um século, vinha a São Paulo pela primeira vez o imperador do Brasil após seu regresso do Rio Grande do Sul, onde acabara de pacificar os ânimos que durante dez anos tinham sido exaltados pela chama da revolução farrroupilha. Contava então 20 anos e fazia-se acompanhar de sua esposa, do ministro do Império, sr. visconde de Macaé, do Almirante Grenfell e do seu médico, o dr. José Martins da Cruz Jobim. Desembarcou em Santos no dia 18 daquele mês, daí partindo para São Vicente, São Paulo, Cotia, São Roque, Sorocaba, São João de Ipanema, Bom Retiro, Pôrto Feliz,

Itu, Indaiatuba, Campinas e Jundiá. O conferencista acompanha os imperiais visitantes em sua excursão, fazendo salientar os episódios mais característicos ocorridos em cada localidade: o júbilo popular, os festejos, e em São Paulo, além das festas, as oito visitas de S. M. Imperial à Faculdade de Direito, já em caráter oficial, já pelo desejo de assistir às aulas ou aos concursos que então se realizavam na tradicional Academia; em Ipanema, a visita à Fábrica e às minas de ferro; em Itu, o célebre torneio poético em torno do mote apresentado por D. Pedro e do qual tomou parte Martim Francisco de Andrada e Silva; em Campinas, ainda as conseqüências do mesmo torneio com a apresentação da glosa de autoria do senador e gentil-homem Campos Vergueiro, além da descrição dos festejos oficiais, de brilho inexcedível. Conclui o conferencista com extensa citação de Gomes dos Santos, então presidente da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, a qual, em síntese feliz, põe em foco a importância da figura do imperador Pedro II em nossa história, como fautor de concórdia e de unificação nacional.

Cessada a prolongada salva de palmas que cobriu as últimas palavras do sr. Alcindo Sodré, o sr. presidente manifesta-se a respeito da peça que acabava de ser ouvida, pedindo que fôsse a mesma entregue à mesa para ser oportunamente publicada na Revista.

Após uma interrupção de cinco minutos, os trabalhos são reiniciados, em sessão secreta, tendo sido discutidas, votadas e aprovadas três propostas para novos sócios, a saber: efetivo o sr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, e correspondentes, os srs. José da Costa e Silva Sobrinho e Luís Marques Poliano.

O 1.º secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, informa que, em virtude do adiantado da hora, deixa de ler o trabalho de sua autoria, intitulado "O problema do abraileiramento do brasileiro". Inscreve-se, entretanto, para a sessão de encerramento do ano social, em 25 do corrente.

O sr. Bueno de Azevedo Filho entrega à mesa, para a biblioteca do Instituto, três publicações, uma de autoria do sócio correspondente sr. Walter Spalding, "O Brasil na Cartografia e na Lenda", e as duas outras de autoria do sr. João José Maria Francisco Rodrigues d'Oliveira, de Funchal (Ilha da Madeira), e intituladas: "Elucidário Resumido do Brasil" e "Quintais (da Ilha da Madeira) no Estado do Ceará (Brasil)". Faz o sr. Bueno de Azevedo Filho entrega, ainda, de um documento assinado pelos sócios srs. Frederico de Barros Brotero e Carlos da Silveira, no qual se atesta o valor das pesquisas realizadas pelo mesmo sr. Bueno de Azevedo Filho no Arquivo do Estado. Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando fazer uso da palavra foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata de encerramento dos trabalhos, em 25 de outubro de 1945

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sua sessão de encerramento dos trabalhos sociais do corrente ano, com a presença dos sócios srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Afonso de Escragnolle Taunay, Ernesto de Souza Campos, Carlos da Silveira, Edmundo Krug, Frederico de Barros Brotero, Afonso José de Carvalho, Tenório de Brito, Odilon Nogueira de Matos, Plínio de Barros Monteiro, José Pedro Leite Cordeiro, Edmur de Souza Queiroz, Zuínglio Homem de Melo, Amador Florence, Joaquim Alfredo da Fonseca, Geraldo Rúffolo, Dácio Pires Correia e Alfredo Gomes. Justificaram ausência os srs. J.C. de Ataliba Nogueira, Bueno de Azevedo Filho, Álvaro da Veiga Coimbra, A.P. de Aguiar Whitaker, Enzo Silveira, Igor Dolgorukij e N. Duarte Silva.

Os trabalhos foram presididos pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. Por proposta do sr. Carlos da Silveira, discutida e aprovada pelos demais sócios, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por já haver sido a mesma publicada na imprensa local. Submetida a discussão e votação, foi a referida ata aprovada sem debates.

Em termos comovidos, foi comunicado pelo sr. presidente o falecimento do sócio honorário D. Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos, ocorrido no dia 24 do corrente, motivo por que constará da ata um voto de profundo pesar. Depois de discorrer sobre a figura moral e intelectual do morto, comunica o sr. presidente que o elogio fúnebre será feito oficialmente na sessão magna, que se realizará no dia 1.º de novembro, devendo então o orador do Instituto, prof. J.C. de Ataliba Nogueira, traçar também a biografia de outros sócios falecidos durante o ano social findo, a saber: Coronel Luís Lobo, Mário de Andrade, Primitivo Castro Rodrigues Sette, Almirante Henrique Boiteux, D. Alberto José Gonçalves, José Augusto de Magalhães, Armando de Sales Oliveira, general Emílio Fernandes de Sousa Docca, João Batista Reimão, Sílvio Portugal e João Gomes d'Oliveira Mendonça Cortez.

Pelo 1.º secretário foi lida uma circular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o incêndio que destruiu a Biblioteca Pública de Manaus, em que é solicitado o auxílio do Instituto com o fim de que se refaça, quanto possível, aquela perda incalculável. O sr. presidente sugere a remessa imediata de uma coleção da Revista do Instituto, o que é aprovado unânime-

mente. O sr. Sousa Campos comunica que fará, também, remessa de alguns volumes, com o mesmo fim.

Com a palavra, o sr. Afonso de Carvalho faz o elogio do general José Jardim, cujo centenário de nascimento ocorre no dia 27 do corrente mês, tendo lembrado os fatos mais característicos da vida desse paulista ilustre, para concluir pedindo que fosse inserto na ata da sessão um voto de louvor pela efeméride e que o Instituto officie à família do distinto militar patricio. O sr. presidente enaltece o gesto do sr. Afonso de Carvalho, asseverando que não deixaria de ficar consignado um voto de respeito e saudade, consagrado à memória daquele varão ilustre.

Consultada a casa, o sr. presidente inverte a ordem dos trabalhos e dá a palavra ao prof. Tito Lívio Ferreira, para discorrer sobre o tema: "O Problema do Abrasileiramento do Brasileiro". Depois de estudar o problema do imigrante nos Estados Unidos e as causas que contribuíram e contribuem naquele país para a nacionalização e conseqüente assimilação dos estrangeiros, passa o conferencista a tratar do mesmo problema em nosso meio, para mostrar os óbices que dificultam entre nós esse desiderato. Analisa a situação do colono europeu que se transplanta para o Brasil, sem que se desprenda, moral e culturalmente, dos países de origem. Estuda, a seguir, a situação ambígua dos filhos desses colonos, nem completamente identificados com a terra onde nasceram, nem com a pátria de seus pais que só lhes é apresentada com o colorido próprio dos quadros evocados pela saudade. A fim de apressar a assimilação desses elementos, insiste o conferencista na necessidade de incrementar-se nas escolas o ensino da história pátria e do folclore brasileiro, para que desde a idade escolar os filhos do colono, que com dificuldade se assimilam, recebam influências tendentes a neutralizar os fatores que no próprio lar atuam como empecilho para essa mesma assimilação.

Depois de concluída, sob uma salva de palmas, a sua conferência, o sr. Tito Lívio Ferreira apresenta duas propostas, tendentes a reforçar as suas conclusões, a saber, no sentido de ser enviado officio ao sr. Sud Menucci, diretor geral do Departamento de Educação do Estado, solicitando que seja incluído nas escolas primárias paulistas o ensino dos fundamentos do folclore brasileiro como fator constitutivo do abasileiramento do brasileiro, e outro ao sr. Ministro da Educação, solicitando também que o ensino da História e da Geografia do Brasil seja ministrado nas três séries iniciais do primeiro ciclo do curso secundário, ficando para a quarta série, como coroamento do aprendizado cultural histórico e geográfico, o estudo da História e da Geografia gerais.

Após discussão animada das propostas em que tomaram parte os srs. Sousa Campos, Amador Florence, Alfredo Gomes, Geraldo Rúffolo e Tenório de Brito, sugere o sr. presidente que o Instituto comunique ao sr. Ministro da Educação e ao sr. Sud Menucci o inteiro teor das propostas apresentadas pelo sr. Tito Lívio Ferreira, deixando para manifestar-se oficialmente sobre o assunto quando tiver estudado o problema com o vagar requerido por sua

própria complexidade. Unânimemente aprovada pela assembléia essa sugestão, ficam encerrados os debates.

Comunica o sr. presidente que, no começo do mês em curso, deixou o cargo de auxiliar de secretaria do Instituto o sr. Áureo da Silva Resende, que desde 1937 vinha cumprindo com zelo e eficiência os deveres inerentes àquele cargo e que, ao retirar-se, disso ofereceu ainda uma prova com a entrega de um bem feito índice alfabético da obra "A Imprensa Periódica Paulista", obra essa de autoria do dr. Afonso de Freitas, ex-presidente do Instituto já falecido. Esse índice assinala exatamente as páginas em que o dr. Afonso de Freitas dá notícia de cada jornal paulista, tanto em referência à publicação autônoma da obra como à que se fez na Revista do Instituto, nas quais o autor obedeceu ao critério cronológico. Ante a dificuldade encontrada pelos consulentes quando ignoram a data do aparecimento dos periódicos procurados, resolveu o sr. Áureo Resende, num esforço espontâneo e louvável, organizar o referido índice alfabético, o qual será publicado oportunamente como volume XIX-bis da Revista, acompanhando assim, na coleção, o volume XIX, em que se acha a obra do dr. Afonso de Freitas.

O sr. Tenório de Brito propõe, então, com aprovação geral, que seja consignado em ata um voto de louvor e agradecimento ao sr. Áureo Resende, pelo seu útil e consciencioso trabalho.

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão, tendo o sr. presidente convidado os presentes para a sessão magna de 1.º de novembro, na qual, como acima foi anunciado, o prof. Ataliba Nogueira, orador oficial, fará o elogio histórico dos sócios falecidos em 1945. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão magna, em 1.º de novembro de 1945

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário: Prof. Nicolau Duarte Silva

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 1945, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão comemorativa do 51.º aniversário da fundação do sodalício. Estiveram presentes os sócios srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Frederico de Barros Brotero, José Carlos de Ataliba Nogueira, Dácio Pires Correia, Igor Dolgorukij, Américo B. A. de Moura, Edmundo Krug, N. Duarte Silva, João B. de Campos Aguirra, Alfredo Gomes,

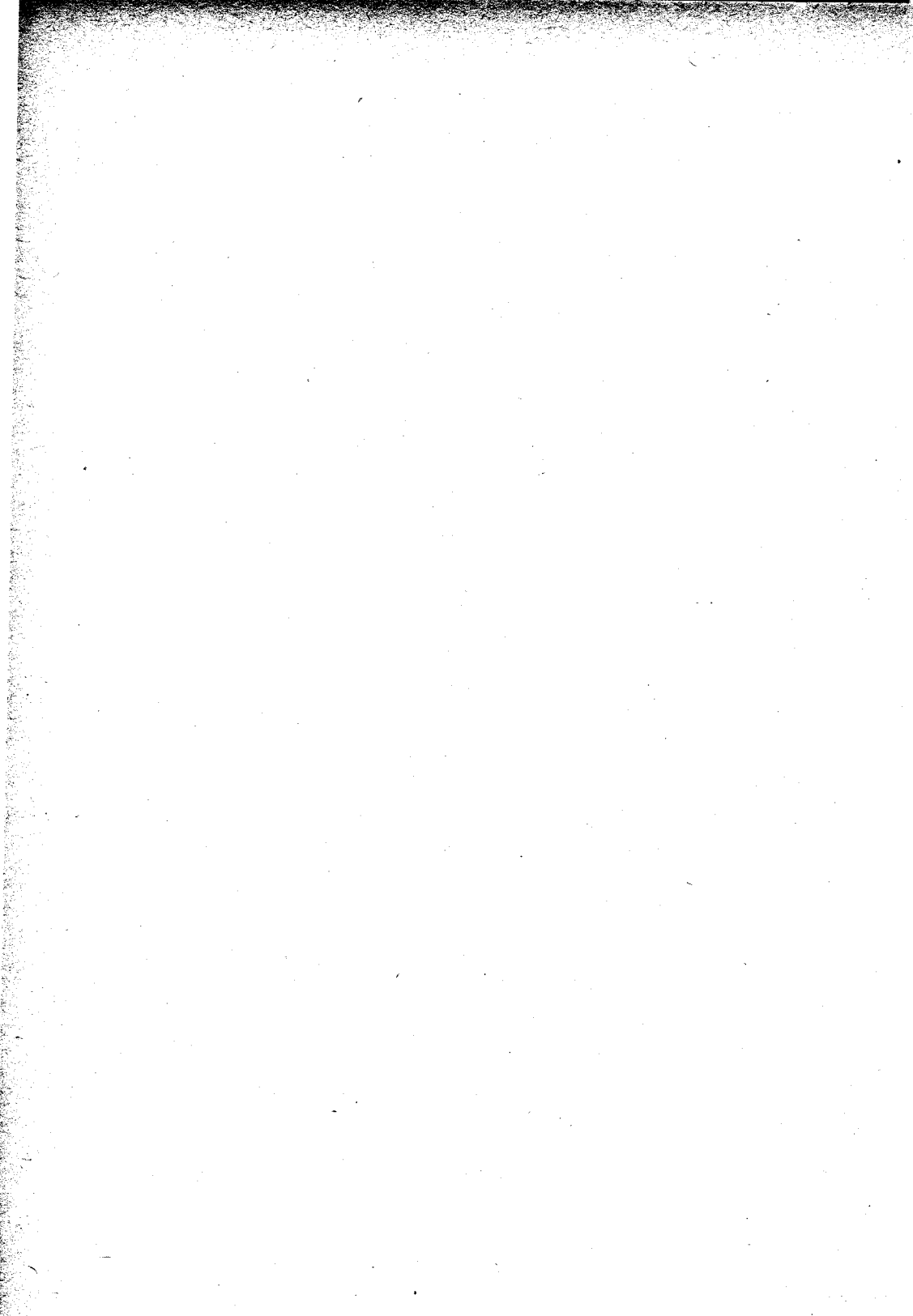
Álvaro Soares Brandão, Álvaro da Veiga Coimbra, Zuínglio Homem de Melo, Afonso José de Carvalho, José de Oliveira Orlandi, Geraldo Rúffolo e Amador Bueno Florence, tendo justificado ausência os srs. Teodoro Braga, Gastão Ferreira de Almeida, Enzo Silveira, Bueno de Azevedo Filho e Carlos Alberto Nunes.

Assumiu a presidência dos trabalhos o presidente perpétuo, sr. José Torres de Oliveira, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e N. Duarte Silva, aquêle, 1.º secretário, e este último, 2.º secretário "ad-hoc".

Depois de anunciar o objetivo precípua da reunião e de esclarecer que a comemoração dos aniversários do Instituto é feita, de acôrdo com os estatutos, mediante o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano social findo, o sr. presidente dá a palavra ao orador oficial, sr. José Carlos de Ataliba Nogueira, o qual, em brilhante e substanciosa oração, traça, pela ordem cronológica dos respectivos falecimentos, a biografia dos seguintes sócios: Coronel Luís Lobo, Mário de Andrade, Primitivo Castro Rodrigues Sette, Almirante Henrique Boiteux, D. Alberto José Gonçalves, José Augusto de Magalhães, Armando de Sales Oliveira, general Emílio Fernandes de Sousa Docca, João Reimão, Sílvio Portugal, João Gomes d'Oliveira Mendonça Cortez e D. Gastão Liberal Pinto. As últimas palavras do orador, manifestando o pesar do Instituto pela perda desses doze ilustres sócios, foram seguidas de uma calorosa salva de palmas.

O sr. presidente felicita o sr. Ataliba Nogueira pelo valor da peça produzida e, depois de agradecer aos sócios presentes o seu comparecimento e de convidá-los para a sessão inaugural de 25 de Janeiro, comemorativa da fundação de S. Paulo, dá por encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes



Cadastro social

(1945)

Presidente Perpétuo

José Torres de Oliveira (1)

Presidente Honorário

Afonso de Escagnolle Taunay (1)

Sócios Beneméritos

José Carlos de Macedo Soares

Manuel Pereira Guimarães

Samuel Ribeiro (3)

Sócios Honorários

Afonso José de Carvalho

Altino Arantes

Alvaro de Sales Oliveira

Ana de Queiroz Teles Tibiriçá

Antônio Colbacchini (Padre)

Cândido Mariano da Silva Rondon (General)

Carlos da Silveira

Carlos de Sousa Nazaré

Carlota Pereira de Queiroz

Deusdedit de Araujo (Padre)

Edmundo Krug

Ernesto de Sousa Campos

Eugênio Egas

Francisca Pereira Rodrigues
Francisco de Aquino Correia (Dom)
Frederico de Barros Brotero

Hipólito Chevelon (Padre)

João Batista de Carvalho (Padre)
João Lourenço Rodrigues
José Adriano Marrey Júnior
José Augusto de Magalhães
José Danti (Padre)
José de Castro Néri (Padre)
José Pires do Rio
Júlio César de Faria
Júlio de Mesquita Filho

Laudo Ferreira de Camargo
Leopoldo Aires

Manuel da Costa Manso
Maria Imaculada Xavier da Silveira
Maria Pais de Barros

Noêmia Nascimento Gama

Pedro Dias de Campos (Coronel)
Serafim Leite (Padre)
Sinésio Rocha

Washington Luís Pereira de Sousa (36)

Sócios Efetivos

Alcindo Muniz de Sousa
Alfredo Gomes
Alice Piffer Canabrava
Alípio Leme de Oliveira
Álvaro da Veiga Coimbra
Álvaro Soares Brandão
Amadeu de Queiroz
Amador Bueno Machado Florence
Amando Franco Soares Caiubi
Américo Brasiliense Antunes de Moura
Américo Maciel de Castro Júnior
Américo Netto do Rêgo Cavalcanti

Antenor Pinto da Silveira
Antônio Augusto de Meneses Drummond
Antônio Barreto Amaral
Antônio Ferreira Cesarino Júnior
Antônio Paulino de Almeida
Antônio Piccarolo
Ari França
Armando de Arruda Pereira
Aroldo Edgar de Azevedo
Arrisson de Sousa Ferraz (Capitão)
Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
Astrogildo Rodrigues de Melo
Augusto Gonzaga
Aureliano Leite

Bento Bueno
Bento de Abreu Sampaio Vidal

Cândido de Souza Campos
Cantídio de Moura Campos
Carlos Alberto Nunes
Carlos Borges Schmidt
Carlos de Moraes Andrade
Celestino Eusébio Fázio
Cícero Arsênio de Sousa Marques
Cincinato Braga
Ciro Tassara de Pádua
Clodomiro Pereira da Silva
Coriolano Roberto Alves

Dácio Pires Correia
Dagoberto Sales
Djalma Forjaz
Domingos Laurito

Edmur de Sousa Queiroz
Eduardo de Oliveira França
Edvard Carmilo
Enzo Silveira
Ernesto de Moraes Leme
Eurípedes Simões de Paula

Fábio da Silva Prado
Fausto de Almeida Penteadó
Francisco Antônio de Almeida Morato
Francisco de Assis Carvalho Franco
Francisco de Assis Iglésias

Francisco Isoldi
Francisco Pires Martins

Galeno Martins de Almeida
Gastão Ferreira de Almeida
Gastão Vidigal
Geraldo Rúffolo
Gofredo Teixeira da Silva Teles

Henrique Oscar Wiederspahn (Capitão)
Honório de Silos

Igor Dolgorukij
Inácio da Costa Ferreira

João Batista de Campos Aguirra
João Dias da Silveira
João Lélis Vieira
João Pedro Cardoso
Joaquim Alfredo da Fonseca
Joaquim de Abreu Sampaio Vidal
Joaquim Silva
Jorge Bertolaso Stella
José Aires Neto
José Augusto César Salgado
José Benedito Silveira Peixoto
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
José Carlos de Ataliba Nogueira
José Cássio de Macedo Soares
José de Moura Resende
José de Oliveira Orlandi
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho
José Eugênio de Paula Assis
José Ferreira de Melo Nogueira
José Furtado Cavalcanti
José Higino de Campos (Monsenhor)
José Maria Whitaker
José Nogueira Sampaio (Capitão)
José Pedro Leite Cordeiro
José Querino Ribeiro
José Ribeiro de Araujo Filho
José Ribeiro de Sá Carvalho
Juan Francisco Recalde

Laerte Teixeira de Assunção
Lélio Piza
Leonardo Pinto

Luís Amaral

Luís da Câmara Lopes dos Anjos

Luís Ribeiro do Vale

Luís Sérgio Tomás

Luís Tenório de Brito (Coronel)

Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz

Manuel Gândara Mendes

Maria Andrada Procópio de Carvalho

Maria da Conceição Martins Ribeiro

Maria de Lourdes de Paula Martins

Mário de Sampaio Ferraz

Mário de Sanctis

Martinho da Silva Prado Júnior

Miguel Franchini Neto

Nicolau Duarte Silva

Odécio Bueno de Camargo

Odilon Nogueira de Matos

Otoniel Mota

Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)

Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Cônego)

Paulo Ribeiro de Magalhães

Paulo Vergueiro de Leão

Pedro Moacir Campos

Pelágio Álvares Lobo

Percival de Oliveira

Pérsio Pereira Mendes

Plínio de Barros Monteiro

Plínio Marques da Silva Airosa

Rafael Rocha Campos

Raul de Frias Sá Pinto

Raul Romano

Renato Silveira Mendes

René Thiollier

Ricardo Gumbleton Daunt

Rivadavia Dias de Barros

Roberto dos Santos Moreira

Roberto Pompílio

Roberto Simonsen

Roberto Thut

Rúbens Borba Alves de Moraes

Rui Bloem

Rui Calasans de Araújo

Salvador Moya (Coronel)

Sebastião Pagano

Sinésio Rangel Pestana

Sud Mennucci

Teodomiro Dias

Teodoro Braga

Tito Lívio Ferreira

Tomás Oscar Marcondes de Sousa

Ulisses Coutinho

Vitor Freire da Silva Júnior

Zuínglio Marcondes Homem de Melo

Sócios Correspondentes

Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo

Afonso Antônio de Freitas Júnior — Casa Branca, São Paulo

Alamiro de Ávila y Martel — Santiago, Chile.

Alberto Frederico de Moraes Lamego — Campos, Estado do Rio

Alcindo de Azevedo Sodré — Petrópolis, Rio

Alcionílio Bruzzi Alves da Silva (Padre) — Itália

Américo Jacobina Lacombe — Rio

Amílcar Salgado dos Santos (Tte.-Coronel) — Curitiba, Paraná

Aníbal de Matos — Belo Horizonte, Minas Gerais

Antônio da Gama Rodrigues — Lorena, São Paulo

Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho — Salvador, Bahia

Antônio Figueira de Almeida — Rio de Janeiro

Antônio Tavares Pinhão — Ribeirão Preto, São Paulo

Ariosto Espinheira — Rio de Janeiro

Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niterói, Estado do Rio

Arlindo Drummond Costa — Rio de Janeiro

Arquimedes Pereira Guimarães — Salvador, Bahia

Augusto Meira — Belem, Pará

Basílio de Magalhães — Rio de Janeiro

Benedito Pires de Almeida — Tietê, São Paulo

Bernardino José de Sousa — Rio de Janeiro

Buenaventura Caviglia Hijo — Montevideú, Uruguai

Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro

Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo

Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul

Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo

Cristóvão T. de Camargo — Rio de Janeiro

Dante de Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Daví Antônio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná

Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (Tte.-Coron.) — Rio de Janeiro

Edelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais

Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo

Eduardo Santos Mara — Cruzeiro, São Paulo

Elmano Gomes Cardim — Rio de Janeiro

Emílio José Salim (Cônego) — Campinas, São Paulo

Enrique D. Tovar y R. — Lima, Peru

Eugênio Teixeira de Castro (Comandante) — Rio de Janeiro

Félix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo

Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro

Fernando São Paulo — Salvador, Bahia

Flávio Maurano — Casa Branca, São Paulo

Florêncio de Abreu — Rio de Janeiro

Francisco de Paula Santos — Tapiratiba, São Paulo

Gaston Benedict de Benedictis — Los Angeles, Estados Unidos

Geraldo Dutra de Moraes — Belo Horizonte, Minas Gerais

Guilherme Martínez Auler — Recife, Pernambuco

Haroldo Renato Ascoli — Rio de Janeiro

Heitor Muniz — Salvador, Bahia

Hélio Viana — Rio de Janeiro

Henrique de Campos Ferreira Lima (Coronel) Lisboa, Portugal

Henrique de Gandía — Buenos Aires, Argentina

Henrique Jorge Hurley — Belém, Pará

Herculano Teixeira d'Assunção — Belo Horizonte, Minas Gerais

Hildebrando Siqueira — Amparo, São Paulo

Hilton Siqueira — Guaratinguetá, São Paulo

Jerônimo de Aquino Araujo — Guaratinguetá, São Paulo

João Dornas Filho — Belo Horizonte, Minas

Joaquim da Silveira Santos — Itapetininga, São Paulo

Jorge Moreira da Rocha — Fortaleza, Ceará

José Alberto Pelúcio — Baependi, Minas Gerais

José da Costa e Silva Sobrinho — Santos, São Paulo

José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso

José de Toledo — Planalto, São Paulo

José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro

José Feliciano de Oliveira — Paris, França

José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná

José Mariz de Moraes — Recife, Pernambuco

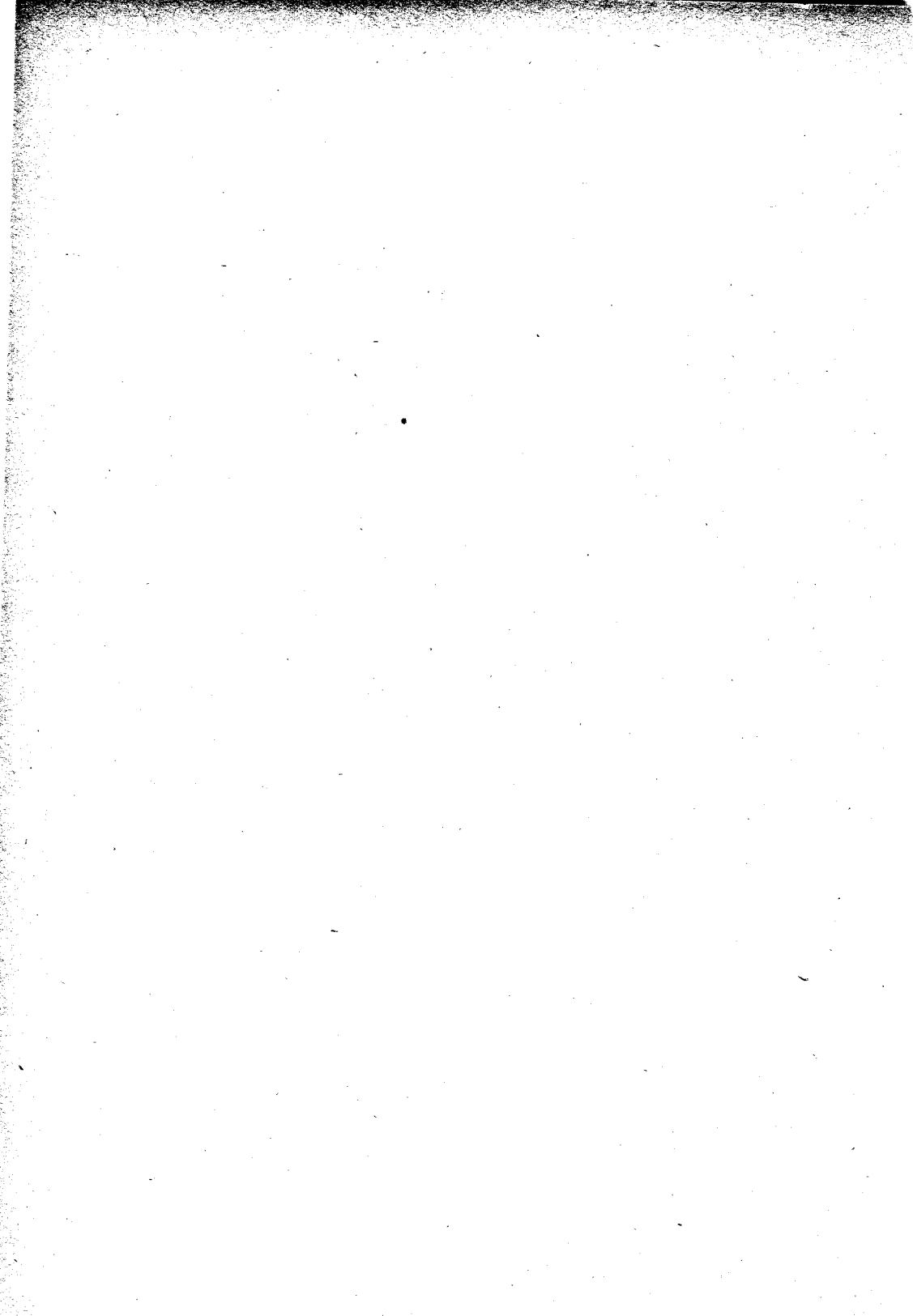
- José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro
Juan S. Pivel Devoto — Montevidéu, Uruguai
- Laurindo Dias Minhoto — Tatuí, São Paulo
Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro
Lísias Augusto Rodrigues (Coronel) — Rio de Janeiro
Luís Carlos de Morais — Pôrto Alegre, R. G. do Sul
Luís Castanho de Almeida (Cônego) — Sorocaba, São Paulo
Luís Filipe Castilhos Goicocheia — Rio de Janeiro
Luís Filipe Vieira Souto — Rio de Janeiro
Luís Gastão d'Escragnolle Dória — Rio de Janeiro
Luís Marques Poliano — Rio de Janeiro
- Manuel Cícero Peregrino da Silva — Rio de Janeiro
Mário Melo — Recife, Pernambuco
Mário Sette, — Recife, Pernambuco
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro
Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro
- Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte
Olavo Dantas (Capitão-Tenente) — Rio de Janeiro
- Paul Rivet — Paris, França
Paulo Sílvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo
Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo
- Rafael Duarte — Campinas, São Paulo
Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro
Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina
Rodolfo Garcia — Rio de Janeiro
Rui Almeida (Tenente-Coronel) — Rio de Janeiro
- Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo
- Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro
Teófilo Feu de Carvalho — Belo Horizonte, Minas Gerais
Vergílio Correia Filho — Rio de Janeiro (98)
-

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

DIRETORIA

(Triênio de 1945-1947)

Presidente Honorário . . .	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente Perpétuo . . .	Dr. José Torres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
2.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente	Prof. Nicolau Duarte Silva
1.º Secretário	Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário	Dr. Carlos Alberto Nunes
Suplentes do 2.º Secretário	Dr. Álvaro da Veiga Coimbra Dr. Ciro Tassara de Pádua
Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
Orador	Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira



Comissões técnicas permanentes

(Triênio de 1945-1947)

Comissão de Regulamentos e Estatutos, e de Avaliação de Ofertas e Donativos: Cel. Pedro Dias de Campos, Dr. Amador Florence e Dr. Enzo da Silveira.

Comissão de Sindicância de Admissão de Sócios: Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos, Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker e Cel. Luís Tenório de Brito.

Comissão de Redação da "Revista": Drs. Afonso de Escragnolle Taunay, Américo Neto do Rêgo Cavalcanti e Álvaro Soares Brandão.

Comissão de História: Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Tito Lívio Ferreira e Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura.

Comissão de Geografia: Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Dr. José Ribeiro de Sá Carvalho e Prof. Aroldo de Azevedo.

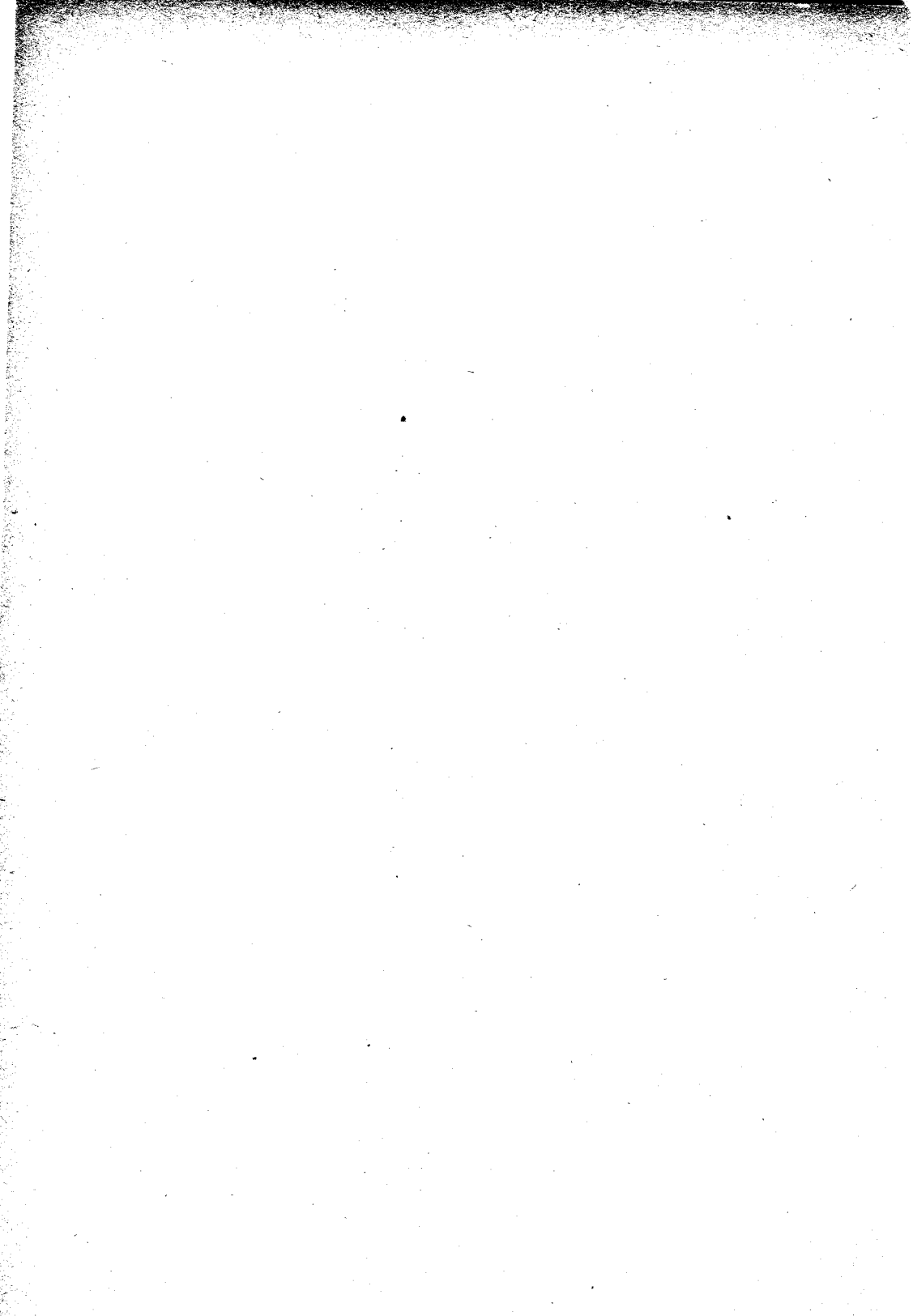
Comissão de Contas: Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Fázio e Sr. Roberto Carregal Pompílio.

Comissão de Numismática: Drs. Álvaro de Sales Oliveira, Álvaro da Veiga Coimbra e Sr. Nicolau Duarte Silva.

Comissão de Filatelia: Dr. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt.

Comissão de Genealogia: Drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

Comissão de Etnologia: Drs. Herbert Baldus, Plínio Marques da Silva Airosa e Jorge Bertolaso Stella.



ÍNDICE

Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao seu Presidente Honorário Dr. Afonso de E. Taunay..	9
O Pátio do Colégio e a sede do governo de São Paulo — <i>Cel. Luís Tenório de Brito</i>	15
O Barão do Rio Branco — <i>Pelágio Alvares Lobo</i>	29
Relação do Piloto Anônimo — <i>Tomás Oscar Marcondes de Souza</i>	83
A vida e as realizações do 1.º Bispo de São Paulo, D. Bernhar- do Rodrigues Nogueira — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i> ...	109
Homenagem a Mário de Andrade — <i>Amador Bueno Machá- do Florence</i>	123
Primeira visita de Pedro II a São Paulo — <i>Alcindo de Azeve- do Sodré</i>	129
Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas — <i>Aroldo de Azevedo</i> ..	145
A questão religiosa no Brasil — D. Vital, Bispo de Olinda — <i>Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo</i>	159
Bartolomeu de Gusmão e os seus direitos à prioridade aeros- tática — <i>Afonso de E. Taunay</i>	185
Deficiência de médicos na era colonial — <i>Prof. Ernesto de Souza Campos</i>	221
Subsídios genealógicos — <i>Carlos da Silveira</i>	235
Relatório de 1945	279
Balancete	287
Atas	288
Cadastro Social	331